

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

REINALDO KNOREK

MENTALIDADE DE POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA

*UM ESTUDO COGNITIVO-EXPLICITATIVO ENTRE ATORES ATUANTES NO MEIO
RURAL, NA DIALÉTICA DE CONSTRUIR UMA ECOVISÃO SUSTENTÁVEL,
FRENTE AO MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO.*

Tese de Doutorado

**Florianópolis
2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

REINALDO KNOREK

MENTALIDADE DE POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA

*UM ESTUDO COGNITIVO-EXPLICITATIVO ENTRE ATORES ATUANTES NO MEIO
RURAL, NA DIALÉTICA DE CONSTRUIR UMA ECOVISÃO SUSTENTÁVEL,
FRENTE AO MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO.*

Tese de Doutorado submetida ao programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Florianópolis
2005**

REINALDO KNOREK

MENTALIDADE DE POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA

*UM ESTUDO COGNITIVO-EXPLICITATIVO ENTRE ATORES
ATUANTES NO MEIO RURAL, NA DIALÉTICA DE CONSTRUIR UMA
ECOVISÃO SUSTENTÁVEL, FRENTE AO MÉTODO MULTICRITÉRIO
DE APOIO À DECISÃO.*

Esta tese, foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
Título de **“Doutor em Engenharia de Produção”**,
ao Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Ph. D. – Coordenador

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Loch, Dr. - Orientador

Moderador: Prof. Roberto de Oliveira, Ph.D.

Membro: Prof. Élio Holz, Dr.

Membro: Prof. José Ângelo Nicácio, Dr.

Membro: Prof Eugênia Karnaukhova, Dr.

Membro: Prof. Jorge Pimentel Cintra, Dr.

Membro: Prof. Wilson Jesus da Cunha Silveira, Dr.

SUMÁRIO:

CAPÍTULO I - Introdução.....	01
1.2 - Procedimento Metodologia da pesquisa.....	08
1.3 - Escopo do trabalho	09
1.4 - Objetivos.....	11
1.4.1 - Objetivo Geral.....	11
1.4.2 - Objetivos Específicos.....	11
1.5 - Hipóteses.....	12
1.6 - Caracterizações primárias da pesquisa.....	13
1.7 - Suporte teórico.....	18
1.8 - Exposição problemática e o problema.....	19
1.9 - Relevância do estudo.....	22
1.10 - Aplicabilidade.....	23
1.11 - Ineditismo.....	24
1.12 - Delimitação do estudo.....	24
1.13 - Ferramenta para construção dos mapas cognitivos.....	25
1.13.1 - O sub-sistema dos atores.....	28
1.13.2 - O sub-sistema das ações.....	30
1.13.3 - Passos para a construção dos mapas cognitivos.....	32
1.13.4 - Mapas cognitivos e grupos de agregados.....	37
1.13.5 - Pontos de Vista Fundamental –PVF.....	39
1.13.6 - O enquadramento do processo de decisão.....	40
1.13.7 - Árvore e as propriedades dos PVFs.....	42
 CAPÍTULO II - O indivíduo e a mentalidade de ser - no – mundo.....	 44
2.1 - O indivíduo e a mentalidade de ser-no-mundo como pessoa.....	44
2.2 - O indivíduo e a capacidade saber ser – no – mundo.....	47
2.3 - A mentalidade do indivíduo biopsicossocial.....	54
2.4 - A mentalidade do indivíduo de ser totalidade espacial.....	57
2.5 - A mentalidade do indivíduo e a complexidade de ser-no-mundo.....	61

CAPÍTULO III - Conceito de mentalidade para a ocupação da Terra.....	66
3.1 - O conceito de mentalidade no sentido da ocupação Terra.....	66
3.2 - A lógica da mentalidade de ocupação.....	71
3.3 - Análise analógica e configuração do quadrado lógico.....	74
3.4 - Análise do quadrado lógico na posse e ocupação da Terra.....	74
CAPÍTULO IV - A história da promessa e ocupação holística da Terra	77
4.1 - A consciência holística e ecológica da ocupação.....	77
4.2 - A história da ocupação da Terra no contexto da injustiça social.....	79
4.3 - A história da ocupação na tradição bíblica como promessa.....	85
CAPÍTULO V - As Leis de ocupação da terra e das águas no Brasil.....	93
5.1 - Gestão ambiental no uso do solo e da água	93
5.2 - A conscientização do uso e ocupação do solo.....	96
5.3 - Legislação Brasileira quanto ao uso do solo	98
5.4 - A problemática ecológica quanto ao uso da água.....	102
5.5 - As conseqüências do desgaste do solo quanto à ocupação.....	109
5.6 - Mudanças gradativas imperceptíveis pela ocupação	111
5.7 - A reforma agrária e as Leis na história do Brasil	113
CAPÍTULO VI - Mentalidade de exigência Ética/Moral na ocupação	122
6.1 - Implicação ética/moral na ocupação.....	122
6.2 - Uma ética voltada à ação de responsabilidade ambiental.....	125
6.3 - A definição do termo ética/moral na visão de morada.....	128
6.4 - A ética e a postura global de ocupação.....	132
6.5 - A ética da mentalidade responsável na ocupação.....	136
6.6 - Ecoética: o reflexo da alteridade.....	140
6.7 - A ética do dever ser uma vida na ecológica pública/privada.....	142
CAPÍTULO VII - A mentalidade cultural de crescimento.....	145
7.1 - A mentalidade cultural do crescimento sustentável.....	145
7.2 - A mentalidade de ocupação na história do crescimento.....	152

7.3 - A mentalidade de responsabilidade para o crescimento.....	155
7.4 - Mentalidade política de progresso para projetos globais.....	160
CAPÍTULO VIII - A mentalidade ocupacional para o desenvolvimento	165
8.1 - O conceito de desenvolvimento sustentável.....	165
8.2 - As propostas do desenvolvimento alternativo.....	168
8.3 - As linhas e alternativas do desenvolvimento.....	169
8.4 - As falácias de desenvolvimento sustentável.....	172
8.5 - A problemática da ocupação insustentável.....	175
8.6 - A mentalidade de desenvolvimento sem sustentabilidade.....	177
CAPÍTULO IX - Construção e apresentação dos Mapas Cognitivos	183
9.1 - O processo da apresentação dos mapas cognitivos.....	183
9.2 - Processo de confecção dos dois mapas cognitivos.....	184
9.3 - Representação gráfica dos dois mapas cognitivos.....	188
9.4 - Processo de estruturação e definição dos PVFs.....	203
9.5 - Apresentação da Arborescência dos PVFs e PVE.....	219
9.6 - Identificação das ações.....	222
Análises e discussões, propostas, conclusões e recomendações.....	227
Referências Bibliográficas.....	255
Anexos.....	263

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Estratégias para Identificar EPAs.....	35
Quadro nº 2 - Fonte Costa, Ecologia das águas doces.....	104
Quadro nº 3 - IBGE – Anuário estatístico – Brasil.....	119
Quadro nº 4 - Censo Agropecuário -Brasil.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Produtividade e erosão	109
---	-----

LISTA DE FOTOS

Foto nº 1 - Paisagem resultante da exploração do carvão mineral. Região de Criciúma.....	94
Foto nº 2 - Preservação dos mananciais em uma propriedade privada em Anitápolis.....	106
Foto nº 3 - Exploração desgastante da cobertura do solo.	149
Foto nº 4 - Projeto de assentamento no município de Bela Vista do Toldo.....	162
Foto nº 5 - Projeto sustentável para produção de maçã – Urubici - SC.....	166
Foto nº 6 - Acampamento dos atores integrantes do MST.....	171

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Componente do Sistema de processo de Apoio à Decisão.....	28
Figura 2 - Classificação do subsistema dos atores.....	29
Figura 3 - Representação cognitiva quádruplo do mapa cognitivo.....	34
Figura 4 - Construindo conceitos	36
Figura 5 - Construindo a Hierarquia - em direção aos fins.....	36
Figura 6 - Construindo a Hierarquia - em direção aos meios.....	37
Figura 7 - Pontos de Vista Fundamentais no Quadrado do Processo decisório.....	41
Figura nº 8 - “Nós” de relações.....	55
Figura nº 9 - Quadrado dos opostos Lógico.....	72
Figura 10 - Quadrado Lógico da Mentalidade de Ocupação.....	73
Figura 11 - Quadrado Lógico.....	75
Figura 12 - Diversidades dos aspectos.....	146
Figura 13 - EPAs do Mapa cognitivo dos excluídos	189
Figura 14 - EPAs Mapa cognitivo dos excluídos	190
Figura 15 - EPAs Mapa cognitivo dos excluídos	191
Figura 16 - EPAs Mapa cognitivo dos excluídos	192
Figura 17 - EPAs Mapa cognitivo dos excluídos	193
Figura 18 - EPAs Mapa cognitivo dos excluídos	194

Figura 19 - EPAs Mapa cognitivo dos excluídos	195
Figura 20 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	196
Figura 21 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	197
Figura 22 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	198
Figura 23 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	199
Figura 24 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	200
Figura 25 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	201
Figura 26 - EPAs Mapa cognitivo dos proprietários.....	202
Figura 27 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	205
Figura 28 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	206
Figura 29 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	207
Figura 30 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	208
Figura 31 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	209
Figura 32 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	210
Figura 33 - Hierarquização dos PVF e PVE dos excluídos.....	211
Figura 34 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	212
Figura 35 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	213
Figura 36 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	214
Figura 37 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	215
Figura 38 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	216
Figura 39 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	217
Figura 40 - Hierarquização dos PVF e PVE dos proprietários.....	218
Figura 41 - Arborescência dos PVF	220
Figura 42 - Arborescência dos PVE	221
Figura 43 - Eixo das ações do PVF – Educação.....	222

Figura 44 - Eixo das ações do PVF – Ecologia.....	223
Figura 45 - Eixo das ações do PVF – Cultura.....	223
Figura 46 - Eixo das ações do PVF – Legalidade.....	224
Figura 47 - Eixo das ações do PVF – Economia.....	224
Figura 48 - Eixo das ações do PVF – Posse e Ocupação.....	225
Figura 49 - Eixo das ações do PVF – Política.....	225

LISTA DE SIGLAS.

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio Do Peixe.

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

AMPLA - Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado

AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna

ANA - Agência Nacional de Águas

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CMMA - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

EIA - Estudo de Impacto Ambiental.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.

EPAs - Elementos Primários de Avaliação.

FATMA - Fundação Amparo Tecnológico do Meio Ambiente

GRANFPOLIS - Associação Dos Municípios Da Grande Florianópolis

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

IBGE - Instituto Brasileiro Geografia e Estatística.

INSTITUTO CEPA - Instituto Planejamento e Economia Agrícola

IPCC - Painel Intergovernamental de Mudança Climática.

MCDA - Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão.

MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

MST - Movimento dos Sem Terra.

OGA - Ong. Global. Awareness.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Curitiba.

PVE - Ponto de Vista Elementar.

PVEs - Pontos de Vista Elementares.

PVF - Ponto de Vista Fundamental.

PVFs - Pontos de Vista Fundamentais.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

UnC - Universidade do Contestado – Campus – Canoinhas.

WID - Women in Development.

RESUMO

MENTALIDADE DE POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA:

UM ESTUDO COGNITIVO-EXPLICITATIVO ENTRE ATORES ATUANTES NO MEIO RURAL, NA DIALÉTICA DE CONSTRUIR UMA ECOVISÃO SUSTENTÁVEL, FRENTE AO MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO.

Palavras-chave: Ecologia, Mentalidade, Terra, MCDA, Sustentabilidade, Proprietários, Excluídos.

Este trabalho procura seguir à guisa de investigação do modo científico, para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, no âmbito do paradoxo imanente entre o crescimento e desenvolvimento sustentável, envolvendo dois grupos de atores atuantes no meio rural. Um grupo formado por atores que detêm legalmente a posse da Terra e outro grupo encontra-se os excluído dessa posse e ocupação. A pesquisa teve sua fundamentação baseada na Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – MCDA – fundamentando-se na ferramenta de construção dos mapas cognitivos, posto que, através de um “*brainstorming*” realizado com atores proprietários *versus* excluídos da posse e ocupação da Terra e, a partir daí identificaram-se como resultado do “*status quo*” os Pontos de Vista Fundamentais - “PVPs” - como: Políticas, Posse e Ocupação, Economia, Legislação, Elementos Culturais, Ecologia e Educação. Por conseguinte, em análises das suas relações, no contexto sócio-econômico-cultural-ambiental que apresenta-se de forma explicitativa o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da Terra dos atores envolvidos. Concluiu-se que para os atores proprietários o objetivo aparente é o de “**Ter crescimento sustentável**” e o objetivo dos excluídos está em “**Ter garantias de sobrevivência**”. Certamente, são fundamentais esses dois fenômenos para uma ecovisão ecológica ocupacional, das quais as linhas de abordagem voltam-se, ora para o crescimento, ora para o desenvolvimento de âmbito sustentável. Pela metodologia de análise, que foi de condução dialética, concluiu-se que para a problemática ecológica, da qual se extraiu o problema da posse e ocupação da Terra, tem influência e é paradoxal a mentalidade ocupacional no ambiente rural. Muitas são as alternativas para mudar a mentalidade ocupacional, dentre elas uma das soluções é voltar-se para uma perspectiva de “*consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência entre os “PVPs” construídos pelos atores*”. Esse consenso construído perpassa por uma consciência crítica de transformação da vida social, destarte, todos são convidados a serem os protagonistas da história sócio-econômico-cultural-ambiental, com uma mentalidade voltada para a posse e ocupação da Terra: de forma lógica em que a vida planetária torna-se de fato sustentável.

SUMMARY

MENTALITY OF LAND OWNERSHIP AND OCCUPATION

A COGNITIVE-EXPLANATORY STUDY AMONG OPERATING ACTORS IN THE COUNTRYSIDE, USING MULTICRITERIA DECISION AID METHODOLOGY AND CONSTRUCTING A SUSTAINABLE ECOLOGICAL VIEW BY DIALECTICS

Key-words: Ecology, Mentality, Land, MCDA, Sustainability, Landowners, Land Deprived People

This study seeks the understanding of the land ownership mentality and occupation, in the bounds of the lasting paradox between growth and sustainable development, involving two groups of operating actors in the countryside. One group is formed by actors that are legal landowners and the other group formed by those which are deprived from land ownership and occupation. As research methodology has been used a Multicriteria Decision Aid Methodology - MCDA – which main tool was the construction of the cognitive maps. Therefore, brainstorming sessions were accomplished with landowners and those deprived from land ownership and occupation. From the identified situation, named as “status quo”, some Fundamental Points of View – PVFs - were derived which are namely: Politics, Ownership and Occupation, Economy, Legislation, Cultural Elements, Ecology and Education. Therefore, this study performs an analysis of the relationships, in an economical-cultural-environmental context that sheds light on the land ownership mentality and occupation of the involved actors. It was found that for the landowners the apparent objective is **“having sustainable growth”** and for those deprived from land ownership the objective is **“having survival warranties”**. Certainly, those two phenomena are fundamental for an explanation of an occupational ecological mentality, to which the approach lines turn, sometimes for the growth, other times for the sustainable development. Through a dialectical conduction of the analysis, it was found that for the ecological problem, from where the land ownership and occupation problem was extracted, the problem of land ownership and occupation mentality in the rural environment has influences and is paradoxical. . Many are the alternatives to change the occupational mentality and, among them, one of the solutions is to turn for a perspective of **"ecological view constructed consent with responsibility and coherence among "PVFs" built by the actors"**. This constructed consent implies in a critical conscience of transformation of the social life, and therefore, all those are invited for being the protagonists of the economical-cultural-environmental history, with a mentality directed to the land ownership and occupation: in a logical way in which the planetary life becomes in fact sustainable.

Agradecimentos:

“E NOS TROUXE A ESTE LUGAR, DANDO-NOS ESTA TERRA: UMA TERRA ONDE CORRE LEITE E MEL” (Dt 26,9)

- ✠ Ao grandioso e onipotente **DEUS**, todo meu sentimento de **VITÓRIA** e **GRAÇA** pela certeza de que sempre à minha frente se encontra.
- ✠ À minha mãe Adair e toda família Knorek e Ferrari pelo apoio e compreensão.
- ✓ Ao professor Dr. Carlos Loch, meu apreço e estima, pela acolhida na comunidade científica que, com toda sua dedicação, compreensão, amizade, orientação e seriedade conduziu-me pela sua missão de ser professor e cientista.
- ✓ À CAPES e ao Programa PICDT, pelo apoio financeiro, que possibilitou a dedicação intensiva à pós-graduação para a elaboração e conclusão desta Tese.
- ✓ Às pessoas que dedicam-se à Universidade do Contestado – UnC – Campus Canoinhas, pelo apoio desprendido e apoio moral para que este trabalho se realizasse, especialmente aos Professores: Arnaldo, José Ângelo Nicácio, João Rosa Müller, Argos Gumbowsky, Reni Scaranto e Armindo.
- ✓ Ao Professor Gaston Mário Cazamajou Bojarski, Reitor da Universidade do Contestado e Presidente da ACAF, pelo incentivo e confiança depositada à realização deste trabalho.
- ✓ Aos amigos Padres e incentivadores: Padre Valdir Staehlin, Monsenhor Agostinho Staehlin, Padre Pedro Martendal, Padre João Francisco Salm, Padre Rogério Groh, Padre Siro Manoel de Oliveira, Padre Sergio Maykot, Padre Vilson Groh, Padre Dom Vitus Schilikmann e Dom Murilo Krieger: minhas considerações.
- ✓ Ao Mestre Domingos Guadagnin - Epagri – unidade Canoinhas, meu obrigado.
- ✓ Ao Doutor Élio Holz - Epagri Florianópolis - pelo incentivo e colaboração.
- ✓ Aos amigos de Canoinhas: Luizinho, Nivaldo, Osvaldo, Aristocílio, Hamilton e Gerson e Silmar Golanovski.
- ✓ Aos companheiros e amigos de Seminário - Edith Stein, Convívio Emaus e do curso de Teologia - meu apreço e estima.
- ✓ Aos amigos Rafael, Inês, Cida e Doutora Helena o meu carinho.
- ✓ A todos os amigos das Paróquias Sagrados Corações e Santa Cruz pela acolhida.

“Aos homens, mulheres e crianças, que com o suor de seus rostos são defensores e atuantes no meio rural: meu Ponto de Vista Fundamental: Deus os abençoe!”

MENTALIDADE DE POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA

UM ESTUDO COGNITIVO-EXPLICITATIVO ENTRE ATORES ATUANTES NO MEIO RURAL, NA DIALÉTICA DE CONSTRUIR UMA ECOVISÃO SUSTENTÁVEL, FRENTE AO MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO.

“Num sentido a pesquisa da verdade é difícil, mas noutro sentido é fácil. Temos um sinal disso no fato de ninguém ser capaz de atingir completamente a verdade, enquanto, por outro lado, não falhamos coletivamente, mas cada um diz algo de verdadeiro sobre a natureza das coisas, e se bem que individualmente pouco ou nada contribuimos para a verdade, pela união de todos um tesouro considerável é acumulado”. Aristóteles.

CAPÍTULO – I

1 - INTRODUÇÃO:

*Todos os homens, por natureza, desejam conhecer*¹. Expressão declarada no início do livro “Metafísica” de Aristóteles e é, porquanto, esta natureza inata² no homem em querer conhecer os fenômenos que ocorrem no ambiente³ em que vive e, que fazem desse saber uma incógnita, um mistério a ser desvendado. Certamente, essa busca de querer conhecer exige uma certa coerência, um método que o leve a desvendar o todo e que se fundamente com os pés no chão. Se o argumento apresentado for respondido com uma nova mentalidade, voltar-se em sua fundamentação, em defesa e busca de conhecer toda sistemática, com entendimento

¹ Aristóteles. Metafísica. Tradução Vallandro Leonel Editora Globo. Porto Alegre, 1969.

² A abordagem **inatista**, também, conhecida como apriorista ou nativista inspirada nas premissas da filosofia racionalista e idealista, observada na obra de René Descartes (1596-1650), considerado o pai do racionalismo moderno. Outros se inspiraram em Descartes como: Malebranche (1646-1715), Espinoza (1632-1677) Leibniz (1646-1716) e Wolff (1679-1754). Essa abordagem inatista se baseia na crença de que as capacidades básicas de cada ser humano (personalidade, potencial, valores, comportamentos, formas de pensar e de conhecer são inatas, ou seja, já se encontram praticamente prontas no momento do nascimento ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar). Enfatiza assim os fatores maturacionais e hereditários como definidores da constituição do ser humano e do processo de conhecimento.

³ A concepção **ambientalista**, também chamada de associacionista, comportamentalista ou behaviorista inspirada na filosofia empirista e positivista (principalmente nas idéias de Francis Bacon, 1561-1626, Tomás Hobbes, 1578-1679, George Berkeley, 1685-1753, David Hume, 1711-1776, e Augusto Comte, 1798-1857). Essa concepção atribui exclusivamente ao ambiente a constituição das características humanas e privilegia a experiência como fonte de conhecimento e formação de hábitos de comportamento dos indivíduos determinados por fatores externos aos mesmos.

e compreensão, de forma holística⁴ para uma ecovisão rural de ocupação e posse da Terra⁵ associado às águas⁶, fazem do homem - uma natureza absoluta - de sobrevivência com uma vida harmônica e equilibrada. Ambas por excelência, terra e águas, fontes primárias e indissociáveis da vida humana são, sobremaneira, as fontes de um caminho que se explorados com equilíbrio tornam a vida planetária sustentável. É, por conseguinte, esse desejo de conhecer as partes e compreender o todo que o homem constitui-se como tal, através de suas interações sociais-econômicas-culturais-ecológicas o responsável absoluto pelo equilíbrio de todo ecossistema. Portanto, o homem, é visto como alguém que transforma e é transformado, pelas relações produzidas, em uma determinada cultura. É por isso que seu pensamento é chamado de sócio-interacionista (REGO, 2002, p. 93). Por essas idéias, que se associam e apresentam-se como primeiro passo que levam, o homem, a atingir ao final deste processo a ciência (*episteme*), o conhecimento das causas e princípios gerais que governam o real para poder explorá-lo com coerência e responsabilidade.

Muitos estudam os cometas e abismos, o mistério do mar e do cosmo, o segredo até dos cromossomos, o mapeamento genético, a oculta sintaxe da mente... Buscam novas fórmulas milagrosas, grandes teorias, em milhares de livros-dossiê, na filosofia a resposta de muitos “*porquês*”. E nem só, buscam a existência dessas causas e princípios, que caracterizam a racionalidade de uma mentalidade de ecovisão holística rural voltado para a posse e ocupação da Terra, no mundo natural, que permitam em todo contexto da mentalidade ocupacional: que esse mundo seja compreendido pela razão humana, e que em última análise, possua a mesma mentalidade e forma de racionalidade numa conjectura de juízos incertos.

⁴ **Ecovisão holística** - uma visão holística contextualizada no “todo”, voltando-se e ordenando-se para a ocupação ecológica de desenvolvimento sustentável. Sustentável entre as relações dos seres vivos (principalmente o homem) com o meio ambiente: a inter-relação no binômio TERRA/ÁGUA.

⁵ Escreve-se neste trabalho a palavra **Terra com letra “T” maiúscula** – na sua maior parte - de forma que signifique todo o planeta Terra: o solo e as águas. Escreve-se **terra com a letra “t” minúscula**, quando se refere somente uma gleba de terra, como sinônimo de solo. A Terra compreende, então, todo o meio ambiente natural e cultural que sustenta os vegetais. É um termo mais abrangente do que *solo*. Solo que é lugar de origem e moradia. Além do solo, inclui vários atributos do meio físico, destacando-se: propriedades do substrato, clima, água, topografia, cobertura vegetal e uso atual. O uso da Terra, adequado ou não, reflete diretamente na ocupação urbana.

⁶ A água por ser um “solvente universal”, tem mais usos que simplesmente o consumo humano e a satisfação das necessidades vitais dos demais seres vivos. A água é patrimônio de todos os seres vivos, não apenas da humanidade. Nenhum outro uso da água, nenhum interesse de ordem política, de mercado ou de poder, pode se sobrepor às leis básicas da vida. A água é por excelência, um bem de destinação universal. A água é necessária para produção de alimentos, para uma agricultura sustentável e para a defesa e a conservação do meio ambiente natural. Rios, lagos, e mares só poderão garantir peixe bom e abundante se forem preservados da poluição e do seu açambarcamento por interesses privados e, isso se estende também à posse e ocupação da Terra. Não só do solo a produção de alimentos avança, mas, sobretudo, pelos caminhos da água.

O sentido básico na ecovisão rural de posse e ocupação da Terra, em que foi no *kosmos* - um universo ordenado - que forma no mesmo sentido todos os ecossistemas planetários e no microcosmo no macrocosmo em que a mentalidade dos povos antigos, como por exemplo, os gregos em função do conhecimento dessa ordenação, apresentavam um equilíbrio e harmonia e tornavam o seu mundo algo agradável e belo de viver. Relatos feitos, por filósofos como Aristóteles, Platão, etc., naquele período, demonstraram que aquela sociedade – civilização - se voltava a cada instante a uma ecovisão holística de ecologia sustentável.

Nesse *kosmos* (universo ordenado), o homem⁷, por sua vez, também é parte desta realidade cósmica, é um microcosmo dentro do macrocosmo, e desse modo integra-se a ela - a realidade da mentalidade de ocupação rural da Terra – em poder conhecê-la através do uso da razão. O aparecimento do homem, sobre a Terra, é identificado pelas suas criações culturais ao longo da linha do tempo. Durante milênios, o homem, no seu processo de evolução viveu sobre a face da Terra, sem realizar muitas modificações significativas na natureza que o abrigava, porém, foi pela observação que descobriu muitas coisas e desenvolveu muitos utensílios para sobreviver. Para sobreviver, dependia exclusivamente da caça, pesca e coleta de grãos e raízes. Empregava praticamente todo tempo nestas tarefas para garantir a subsistência. Durante todas as prolongadas Épocas Glaciárias, foi um coletor de alimentos que se deslocava em função da existência dos mesmos na natureza. Viviam em pequenos grupos ou comunidades que eram limitados em seu tamanho pelo alimento existente e pela possibilidade de acessá-lo.

Após o final das Épocas Glaciárias, as atitudes dos homens em relação ao ambiente em que habitava sofreu muitas mudanças, com conseqüências revolucionárias para toda a espécie planetária. Houve, então, o começo da intervenção na natureza, no habitat, buscando o controle sobre o abastecimento de sua alimentação; principalmente no controle e posse do território. Foi aí que começou a domesticar, cultivar, tomar para si a posse do ambiente. Com a agricultura o homem passa de **coletor** a **produtor** de alimentos (CHILE, 1981). Autor como (BRONOWSKI, 1992) considera a passagem de **coletor** de alimentos para **produtor** de alimentos o passo mais importante na escalada do homem sobre a face da Terra.

⁷ O termo Homem é utilizado neste trabalho num sentido de maior amplitude de sua existência: antropológico, espiritual e biopsicossocial.

Com isso, pode-se considerar que, dadas algumas das condições básicas às grandes transformações na natureza como a descoberta de muitas fontes de energia, do ferro, etc. Na mentalidade da ecovisão holística rural de ocupação da Terra, o homem em sua práxis e formação cultural de ocupação e posse, busca o desenvolvimento da agricultura e pecuária, através das mudanças de técnicas e práticas agropastoril. Muitas vezes foram técnicas inadequadas, geradoras de grandes lacunas e diferenças na mentalidade de ocupação. Resultados dessa busca são observáveis facilmente em todo o ecossistema planetário. Tais procedimentos resultantes, dessas práticas de ocupação e posse, tenham feito gerar um paradoxo imanente na mentalidade de ecovisão holística rural, ora de crescimento, ora de desenvolvimento sustentável, entre os que detêm a posse da Terra “*versus*” os que estão excluídos dessa posse e responsabilidade.

Por todas as idéias constatadas nos parágrafos anteriores, muitas são as razões, desejos e causas que motivaram o autor à levar ao desenvolvimento e realização desse trabalho científico, a fim de investigar a mentalidade de ocupação da Terra “*frente ao paradoxo imanente entre o crescimento e/ou sustentabilidade no contexto da ecovisão holística histórico-socio-cultural-ecológico estabelecido entre os que se encontram na legalidade da posse e ocupação da Terra “versus” os que estão excluídos dessa posse e legalidade*”.

Um paradoxo imanente é entendido, no sentido em que é contrário à opinião da maioria, num sistema de crenças comuns que fazem referência, ou contrário nos princípios considerados sólidos, de proposições científicas de âmbito geral. Logo, o paradoxo tem seu significado, ora na presença e na finalidade da ação na ação, ora no resultado de uma operação. Qualquer operação segundo a limitação do uso de certos princípios à experiência possível de recusa em admitir conhecimentos autênticos que superem os limites de semelhante experiência: na resolução da realidade e consciência. Já, o termo imanência é o conceito como tudo que significa - fazendo parte da substância de uma coisa, não subsiste fora dessa coisa.

Crescimento e desenvolvimento sustentável, sendo um mundo só na consciência, não a individual, mas a geral que é comum à individual, tudo é interno a tudo: é na imanência de pertencer à mesma natureza, na finalidade da ação na ação do ator ou o resultado de uma operação qualquer na operação. A imanência da resolução da realidade intrínseca na consciência que permanece no agente é o resultado ou o efeito de uma ação no seu agente. A

delimitação da imanência em estar tudo dentro dos limites da experiência possível, tudo está no Eu, nada está fora do Eu (Fichte). A imanência da ecovisão holística rural de ocupação, como tudo que faz parte da ocupação holística, não subsiste fora dessa coisa ou desse ecossistema. A mentalidade voltada para uma ecovisão rural de ocupação é imanente ao fator da posse e ocupação da Terra em que, os desastres ecológicos resultam das ideologias e do domínio da ação ou efeito de uma ação, e até, de ordem sistêmica de responsabilidades pela vida planetária.

Vive-se numa sociedade de mentalidade de *mundo idealizado* e de *mundo vivido e/ou real*. Idealizado na mentalidade e na esperança de que tudo funciona na mais perfeita ordem. O planeta Terra está bem dividido, todos têm sua maneira de viver, seu solo para cultivar, criar seus filhos, progredir, todos se alimentam bem, enfim, tudo está na mais perfeita harmonia e ordem cosmológica e social. Em contrapartida, a este mundo utópico e idealizado, vive-se em um mundo real, vivido dia-a-dia, onde, encontram-se pessoas que brigam por uma pequena quantidade de terra para ocupar e trabalhar, vivem em busca de trabalho para sobreviver, de teto para abrigar, de alimento para matar a fome e água para saciar a sede, de oportunidades em cursar uma universidade, de progredir na vida, enfim, buscam um pouco de dignidade. Para alguns é o mundo idealizado, para outros o mundo vivido. Este é o paradoxo em que o reflexo da posse e ocupação da Terra, na ecovisão holística rural de mentalidade, voltado ora para o crescimento, ora para o desenvolvimento sustentável, estão diretamente relacionadas à posse e ocupação urbana da Terra: é o mundo idealizado distante do vivido.

O tempo atual é um tempo paradoxal. É, por um lado, um tempo de grandes avanços e de transformações nas áreas de comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia dos transgênicos, em geral, em todo o sistema globalizado da ocupação e do desenvolvimento. Mas é, por outro lado, um tempo de inquietantes regressões, do regresso da escravidão e do trabalho servil; regresso da alta vulnerabilidade a doenças antigas que pareciam erradicadas e, também o surgimento de novas doenças como a gripe asiática. Já na atualidade, o regresso no espectro da guerra, no início deste novo milênio, entre os Estados Unidos da América e Iraque, berço da civilização da humanidade - a antiga Babilônia - motivada pelo terrorismo e destruição em defesa do poder. Também, nunca ficaram de fora do regresso os desastres ambientais, como o maremoto na Ásia. Visto que, o regresso na mentalidade, na ecovisão holística de ocupação da Terra, na qual problemas emergentes são decorrentes da ignorância e da falta de uma condução moral/ética, apresentam-se como sendo

responsáveis pelo caos existente em nossa sociedade voltado, principalmente, para o progresso desenfreado na exploração do sistema ambiental a qualquer preço.

Entretanto, é nítido o regresso - inexplicável ou omitido da explicação - em torno da ecologia⁸ na Gaia⁹ em que vivemos. Persistem, ainda, no mapa os roteiros que foram traçados e que desse modo, este trabalho de âmbito analógico, toma a forma de um *caleidoscópio*¹⁰ nos quais os conceitos de: mentalidade/juízo de ocupação, homem/natureza, indivíduo e a cultura de ocupação, Terra como promessa, a natureza e a ecologia, a relação ética/moral, igualdade/liberdade, o uso de leis/políticas de ocupação e de posse, dos meios e fins, ponto de vista fundamental e consenso comum: convergem na ocupação da Terra e fazem – sobretudo - a busca e aquisição de novas luzes e matizes.

O reflexo de cada tema, um sobre o outro, se delineia novas vertentes e abrem -se novos campos de aplicação pela dialética de uma mentalidade de ecovisão holística rural de ocupação da Terra: seguindo-se as premissas do movimento dialético em buscar uma nova tese a ser aplicada. O movimento dialético da tese-antítese-síntese-tese, como fundamento filosófico e como campo de análise baseada numa lógica rígida e mecânica para enfrentar qualquer simplificação e complexidade do mundo real. No uso da dialética, a ciência, que está em procurar compreender e, também, explicar, por uma perspectiva dinâmica multifacetada e original a vida social, em que a teleologia que converge para suas finalidades de relações entre meios e fins e dos fins de todo contexto humano.

A mentalidade na ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, de visão crítica/complexa, vai-se construindo num diálogo de saberes em que, num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos nada pode ficar de fora. Também, vai-se construindo, de momento, no campo epistemológico, em que se problematizam os paradoxos estabelecidos pela posse e ocupação da Terra e refletem-se, por conseqüência, entre crescimento e

⁸ A palavra tem um de seus componentes de significação derivado do grego *oikos*, que quer dizer "casa".

⁹ (Terra em grego) No início era o Caos, o vazio, a matéria informe e a desorganização total. Desse caos primordial surgiu a Gaia. Doadora da vida, chamada de a "Grande Mãe", foi a partir dela que a matéria começou a tomar forma e o mundo a se estruturar. Na mitologia grega ela foi venerada como deusa universal da fertilidade. **Deméter**. (Ceres em latim) - A mais antiga e também a mais venerada deusa em toda a Grécia, seu culto estava estritamente vinculado ao ciclo da terra, sendo, portanto, fundamentalmente baseado em rituais agrários. Era invocada como deusa da terra cultivada, da colheita e da sementeira, diferenciando-se, portanto de Gaia, a Terra, a Grande Mãe. O culto a Deméter possuía um caráter basicamente agrário, já que ela era responsável por todos os fenômenos e procedimentos ligados direta ou indiretamente à cultura da terra.

¹⁰ Pequeno instrumento cilíndrico, em cujo fundo há fragmentos móveis de vidro colorido, os quais ao refletirem-se sobre um jogo de espelhos angulares dispostos longitudinalmente, produzem infinitas combinações de imagens variadas.

desenvolvimento sustentável, na ação e reação de uma nova racionalidade: de uma nova mentalidade ocupacional de ecovisão holística voltada para a garantia de todo ser vivo.

Consoantes às idéias basilares desse trabalho que tem como caminho, a busca de compreender o paradoxo existente na mentalidade de posse e ocupação da Terra, de certa forma, procurar identificar as mudanças qualitativas no “*status quo*” de dois grupos de atores envolvidos para esta pesquisa. A identificação de pontos de vista fundamentais “PVFs”, e quais são as suas relações com o contexto sócio-econômico-cultural-ecológico. Coerentes com estes propósitos seguem-se a apresentação dos capítulos divididos por tema e organizados de forma encadeada, isto é, o tema tratado num capítulo toma por ponto de partida o tema abordado nos anteriores, assim, para tornar o trabalho lógico, este trabalho está dividido em duas partes.

Optou-se, por conseguinte compreender, na *primeira parte*, ocupar-se em fundamentar a busca da questão problema e a metodologia a ser utilizada, a teoria que fundamentassem, sobretudo, a mentalidade da ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, através de teses, livros e relatos de experiências vividas em toda a vida do autor, como profissional na área agrícola e como educador. Também, a fundamentação sobre crescimento e desenvolvimento sustentável na ocupação; a Terra como promessa e sua ocupação, o sujeito como formação (pessoa e antropologia), como ação (ética/moral), a cultura e o cenário de ocupação e concentração rural da Terra, etc. Os princípios de responsabilidade, justiça e de liberdade frente à ocupação rural da Terra, o contrato social de propriedade e a ocupação da Terra, bem como a política e as leis de ocupação rural da Terra no Brasil.

Na *segunda parte*, por conseguinte a compreensão, no capítulo IX, seguiu para a conclusão do trabalho em optar-se na realização de uma pesquisa de campo, para coletar dados e informações a fim de compreender¹¹ a mentalidade de ocupação e posse da Terra. Para a compreensão foram divididos os *atores* em *dois* grandes *grupos*. Um formado por atores que detêm legalmente a posse da Terra, por outro lado, um grupo que se encontra excluído dessa posse e ocupação. Explorando-se e capturando-se qual é a forma e maneira de como pensam esses atores. Qual é a direção que a mentalidade de posse e ocupação da Terra esta seguindo, como se apresenta, quais os pontos de vista que são fundamentais para uma

¹¹ Compreender se não aquilo que se vive no âmbito da ecovisão de crescimento e/ou desenvolvimento sustentável. Compreender a totalidade que é diferente de *entender* - que é um ato mental - mas sim, *compreender* - que é uma atitude vital -; entender mentalmente é uma função parcial, unilateral do ser humano, *compreender é uma vivência total*.

ecovisão ecológica de ocupação. Compreender quais as linhas de abordagem, as ações sugeridas pelos atores, que se voltam, ora para o crescimento, ora para o desenvolvimento de âmbito sustentável.

1.2 – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.

Todas as metodologias são válidas e importantes, contudo, em que cada uma seja usada no seu âmbito de pesquisa. Tudo depende do objeto da pesquisa e das opções do pesquisador. *“É de bom senso escolher um método e testá-lo. Se ele falha, admita francamente e tente um outro. Mas, acima de tudo, tente algo¹²”*. A descrição metodológica permite que se acompanhem os instrumentos, empíricos e teóricos, utilizados pelo autor, como ferramenta lógica para confirmar a tese central do trabalho: investigar para compreender a *“Mentalidade de posse e ocupação da Terra”*. Assim, se pretende compreender o paradoxo imanente na ecovisão rural holística de posse e ocupação da Terra, fazendo frente ao grupo de atores que se encontra na legalidade da ocupação *“versus”* o grupo de atores que estão excluídos dessa posse e legalidade.

Há muitas ciências criadas e desvendadas pelo homem, visto que, no decorrer da história da humanidade, desenvolveram-se e associaram-se esses conhecimentos em vários ramos do saber científico, principalmente ciências que tiveram seu início e desenvolvimento, no período do iluminismo, com maior ênfase após a segunda revolução industrial - período da modernidade. Um saber científico em que o homem, ao utilizar novas tecnologias, criadas por esta capacidade de descoberta, tenta dominar e controlar a natureza, a sociedade e os indivíduos, mas hoje, se observa no contexto ecológico, o fenômeno dessa busca. Em parte tornou-se um aparente fracasso, posto que, a natureza, em sua totalidade, é difícil ou não pode ser controlada.

Acreditava-se, que a sociologia, por exemplo, ofereceria um saber seguro e definitivo sobre o modo de funcionamento das sociedades e que os seres humanos poderiam organizar racionalmente o social, evitando revoluções, revoltas e desigualdades. Também, acreditava que a psicologia ensinaria definitivamente como é e como funciona a psique humana. Conheceria, por definitivo, a mentalidade de cada indivíduo, quais as causas do

¹² Este é um pensamento de Franklin Delano. Roosevelt.

comportamento e também, das emoções, como seria os meios de controlá-las, de tal modo que seria possível livrar-se das angústias, do medo, da loucura, etc. Assim como seria possível o surgimento de uma pedagogia, baseada no conhecimento científico, fácil de ensinar, pois somente ao utilizar o método ou repassar os conhecimentos tudo estaria resolvido. A certeza é única: tudo ainda está em aberto para novas conquistas.

Quando se faz a ciência – “podemos dar um passo à frente, e dizer que ciência é um conjunto de teorias (por sua vez são um conjunto de leis) que tentam explicar a realidade” (GUARESCHI, 1998, p 16) – baseia-se, na realidade cotidiana e pensa-se sobre ela. Afastar-se dela para refletir e conhecer além de suas aparências. O cotidiano e o conhecimento científico que se tem da realidade “se aproxima e se afasta”: **aproxima-se** porque a ciência se refere ao real; **afasta-se** porque a ciência abstrai a realidade para compreendê-la melhor, ou seja, a ciência afasta-se da realidade, transformando-se em objeto de investigação - o que permite a construção do conhecimento científico sobre o real. A ciência compõe-se de um conjunto de conhecimentos sobre fatos e aspectos da realidade (objeto de estudo), expresso através de uma linguagem precisa e rigorosa e que, por muitas vezes, também através dela criam-se paradoxos científicos de difícil resolução. Quando se conhece de fato a “ecologia¹³” – o objeto sendo conhecido - suas leis e as conseqüências oriundas de ações, formas e mentalidades de uma ecovisão holística de ocupação rural, então, a ciência produziu conhecimento.

1.3 - ESCOPO DO TRABALHO.

Considerando-se os objetivos e as hipóteses a serem alcançadas, mais as necessidades existentes de compreender e entender a ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, que fundamenta este trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo junto aos *dois grupos de*

¹³ Esse termo ecologia, em evolução, está além do meio ambiente, pois é uma ciência que estuda as relações e interações, bem como as transformações e trocas de energia e matérias entre os seres vivos, e engloba as relações de todas as coisas existentes entre si e com tudo o que existe na casa (planeta). Esse objeto sendo conhecido envolve áreas afins como: a da ecologia natural (que estuda o funcionamento dos sistemas naturais como: florestas, oceanos, etc); a área social (nasce a partir do momento em que a reflexão ecológica deixou de se ocupar apenas do estudo do mundo natural para abarcar também os múltiplos aspectos da relação homem/meio ambiente, principalmente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente a natureza); a área do conservadorismo (que vem da percepção da destruição ambiental da ação humana, que envolvem estratégias e lutas a favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais e principalmente na atualidade, como exemplo, o Ecodesenvolvimento na busca do desenvolvimento econômico e social e que a variável principal é o meio ambiente dentro das restrições ambientais locais) e a área do ecologismo (a busca das relações culturais de como o homem se relaciona consigo e com a natureza).

atores que formam as condições ideais para analisar a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra. Para tanto, os atores, por conseguinte, foram divididos em dois grandes grupos de análise: a) **o primeiro grupo formado por 76 pessoas**, o contexto de atores que não estão na legalidade e nem na condição de proprietários, chamados aqui de EXCLUÍDOS, onde, estão incluídos os arrendatários ou meeiros, os sujeitos pertencentes ao Movimento dos Sem Terra (MST) e também os operários da agropecuária. b) **o segundo grupo formado por 54 pessoas**, o contexto de atores que se encontram na condição de legalidade na ocupação das propriedades, chamados aqui de PROPRIETÁRIOS, onde, estão incluídos os índios e caboclos somados a pequenos e grandes proprietários e também os novos proprietários que passaram por projetos de assentamentos elaborados pelos governos estaduais e federais com a posse da nova gleba;

Os dois grupos, que totalizaram 130 pessoas entrevistadas, foram compostos por atores que se encontram na condição dos que ocupam a Terra, localizados no território do Estado de Santa Catarina e distribuídos geograficamente nos municípios de São Pedro de Alcântara, Anitápolis, Biguaçu, Garopaba, Palhoça, Urubici, Canoinhas, Três Barras, Irineópolis, Major Vieira e Bela Vista do Toldo. Já os atores que estão no contexto dos chamados sem terra que fazem parte do movimento MST, foram localizados num acampamento, no município de Três Barras, ao norte do Estado, nas proximidades do município de Canoinhas: aproximadamente 400 Km de Florianópolis. Estes municípios (em negrito na nota de rodapé) locais em que os atores foram entrevistados, estão enquadrados na subdivisão das associações dos municípios que seguem suas denominações regionais AMURC¹⁴ e GRANFPOLIS¹⁵.

Os dados coletados através de anotações diversas e variadas, resultaram das entrevistas realizadas com os diversos atores, dos **dois grupos**, que formam **dois sub-grupos** de atores envolvidos, os que estão na **legalidade da posse da terra** “*versus*” os que estão **excluídos dessa posse**, referenciados e voltados para a conformidade da mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, os quais estão representados graficamente nos mapas cognitivos construídos no processo da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão: MCDA.

¹⁴ AMURC - Bela Vista do Toldo, **Canoinhas**, **Irineópolis**, **Major Vieira**, Matos Costa, Porto União, Três Barras.

¹⁵ GRANFPOLIS - Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, **Anitápolis**, **Antônio Carlos**, **Biguaçu**, Canelinha, Florianópolis, **Garopaba**, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, **Palhoça**, Paulo Lopes, **Rancho Queimado**, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, **São Pedro de Alcântara** Tijucas.

1.4 - OBJETIVOS

A identificação dos objetivos listados a seguir, serão importantes para a compreensão da totalidade desse trabalho, sobre a mentalidade na ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, deu-se através da revisão de literatura pertinente e pela metodologia a ser empregada neste estudo.

1.4.1 - OBJETIVO GERAL.

- ✓ Investigar para compreender o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da Terra, no âmbito do paradoxo imanente, entre o crescimento e desenvolvimento sustentável, voltado para uma ecovisão holística rural, entre dois grupos de atores atuantes no meio rural.

1.4.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

- a) Configurar mapas cognitivos e construí-los a partir da base resultante do “*brainstorming*” realizado através de entrevistas com os atores envolvidos e classificados em dois grupos - os proprietários e os excluídos - que agem diretamente na posse e ocupação rural da Terra;
- b) Verificar e identificar “**PVFs**”, “**PVEs**” e as respectivas “**AÇÕES**” - entre os dois grupos de atores na ecovisão rural, para descobrir os caminhos e as tendências que perpassam a mentalidade ocupacional e se estão voltados para o crescimento e/ou sustentabilidade;
- c) Verificar a aplicabilidade da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão para estudos de âmbito na participação popular em projetos de planejamento estratégico voltados para a distribuição e uso da Terra;
- d) Gerar recomendações na aplicação e formulação das políticas de distribuição territorial, reforma agrária, planejamento participativo de crescimento e/ou desenvolvimento sustentável no ambiente rural.

1.5 – HIPÓTESE.

Na abordagem qualitativa, costuma-se usar o termo pressuposto do estudo em substituição a hipótese do estudo. Os pressupostos são considerações provisórias do pesquisador acerca de determinado problema de estudo e sinalizam alguns princípios básicos para serem alcançados na investigação empírica qualitativa. Expressam a linha de pensamento do pesquisador e o tipo de leitura que ele tem da realidade (MINAYO, 1993).

Em contraste, o termo hipótese tem uma conotação positiva e formal na abordagem quantitativa, que crê na possibilidade do conhecimento objetivo da realidade e na comprovação da mesma, através de provas estatístico-matemáticas (MINAYO, 1994). As hipóteses são verdades preestabelecidas, fundamentadas em uma teoria (TRIVIÑOS, 1987). Os investigadores qualitativos não coletam dados ou provas com objetivo de confirmar suas hipóteses, previamente construídas. Ao invés disso, constroem as abstrações à medida que os dados coletados vão se agrupando (BOGDAN & BIKEN, 1994).

A pesquisa qualitativa foi utilizada porque esta se preocupa com as ações e relações humanas, onde os processos e os fenômenos não podem ser mensuráveis através de quantificações (MINAYO 1997).

Para a análise *quantitativa*, o modelo quantitativo é realista e o pesquisador não tenta manipular o cenário de pesquisa. O cenário desta é um evento, relação ou interação de ocorrência natural. Os pesquisadores que usam este método esforçam-se para entender fenômenos e situações como um todo (PATTON, 1980).

Para a análise *qualitativa*, (PATTON, 1980), tenta-se entender os múltiplos inter-relacionamentos entre as dimensões que emergem dos dados, sem fazer suposições “*a priori*” sobre os relacionamentos entre variáveis operacionalizáveis estreitamente definidas. Busca-se através desta metodologia, descobrir qual é o papel dos atores envolvidos numa mentalidade de ecovisão holística rural de ocupação da Terra e os valores atribuídos ao desenvolvimento sustentável no contexto dos grupos de atores.

Partindo-se da premissa, de que é possível investigar para compreender a mentalidade na ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, frente ao paradoxo imanente entre o crescimento e desenvolvimento sustentável e, sobretudo, identificar as características comuns nos sujeitos que compõem os dois grupos assim, formulam-se as seguintes hipóteses:

1.5.1 – HIPÓTESE.

a) Existem Pontos de Vista Fundamentais “PVFs” de senso comum entre os dois grupos que convergem para as posições da mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra?

a₁) É possível capturar e compreender as incertezas e complexidades existindo “PVFs” presentes nas características dos atores empreendedores na ecovisão rural: com a visão voltada para o crescimento e/ou desenvolvimento sustentável.

a₂) É impossível capturar e compreender as incertezas e complexidades existindo “PVFs” presentes nas características dos atores empreendedores na ecovisão rural: com a visão voltada para o crescimento e/ou desenvolvimento sustentável.

b) É possível (**a₁**) ou impossível (**a₂**) compreender a mentalidade de ocupação da Terra através dos “PVFs” relacionados ao “*status quo*” da mentalidade ocupacional dos atores envolvidos na condição da legalidade da posse ocupação da terra “*versus*” os atores do grupo dos excluídos da legalidade e/ou ambos são divergentes entre si?

1.6 - CARACTERIZAÇÃO PRIMÁRIA DA PESQUISA.

Em primeiro momento, deu-se ênfase ao estudo na *natureza exploratória/descritiva*, porquanto, pouco se conhece sobre a realidade da posse e ocupação da Terra e tampouco o entendimento da mentalidade de ecovisão holística rural. Os paradoxos produzidos por ideologias e culturas de progresso são, de fato, o que dificultam a compreensão da mentalidade ocupacional voltada para o crescimento, em contrapartida, voltada para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa foi elaborada com princípios da *abordagem holístico-ecológica*, o tipo de estudo como *multi-caso* e a *técnica de coleta* de dados foi através de *entrevistas semi-estruturadas* na forma de “*brainstorming*” em profundidades direcionadas e voltadas para investigação da mentalidade de ocupação da Terra. As entrevistas resultaram dos critérios econômicos, político-sociais, legais, ecológicos, culturais e educacionais, etc. São sujeitos deste estudo, por conseguinte, os atores dos dois grupos descritos, a fim de investigar se a

mentalidade de ocupação da Terra está direcionada para o crescimento ou para o desenvolvimento sustentável. Buscou-se no momento das entrevistas encontrar algumas relações de causas e efeitos entre as variáveis observadas, através do “*brainstorming*”¹⁶ realizado juntamente com atores dos dois grupos pesquisados.

Através das entrevistas, procurou-se identificar, então, os pontos de vista fundamentais “PVFs”, voltados para a mentalidade de ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra e das águas, posto que, para que tal análise e fundamentação fossem mensuráveis, utilizou-se o método do MCDA (Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão). A fundamentação das idéias relacionadas à ocupação da Terra, ocupando-se como *ferramenta* no processo do método MCDA optou-se - *pela construção de mapas cognitivos*¹⁷ – de modo dialético, sempre voltado a refutar a mentalidade de ecovisão holística rural de ocupação da Terra, nos caminhos do crescimento e/ou desenvolvimento sustentável entre os dois grupos de atores.

Do ponto de vista prático, ou de pesquisa de campo, ela explora a situação na ecovisão ecológica de ocupação da Terra referenciando-se o crescimento e o desenvolvimento sustentável, associados à posse da Terra, relacionando-se aos atores envolvidos.

Os argumentos referenciados, nos parágrafos anteriores, levam à utilização de uma *metodologia de análise de condução dialética*¹⁸. Partindo do pressuposto que, nenhuma afirmação é indiscutível, a dialética se apresenta como alternativa ao método de raciocinar proposto pela lógica formal de Aristóteles, que funda a mentalidade científica. A dialética

¹⁶Tempestade cerebral, em uma tradução literal. Essa técnica favorece a produção de um grande número de idéias em um período de tempo relativamente curto, melhora no espírito de grupo, elimina o espírito crítico, aumenta a participação, criação individual, enfim, o objetivo é criar idéias e que sejam livres de qualquer coação ou indução, descobrindo valores e participação igualitária.

¹⁷ Mapas cognitivos ou mapas de relações e meios.

¹⁸ O método do materialismo dialético, compreendido como concepção materialista, faz-se necessário distinguir suas várias modalidades. Procede-se à explicação de três tipos principais: o *materialismo mecanicista*, o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético*. O primeiro afirma a matéria desde suas propriedades corpóreas, esta sujeita aos princípios do movimento expressos pela física moderna, ou *mecânica*: sua atividade não é auto-gerada, mas provém do choque com outros corpos; seu movimento é contínuo e uniforme, tendendo à regularidade e permanência de seu estado atual (inércia). O materialismo histórico, por sua vez, aplica a posição materialista à investigação da história. Foi professado, pela primeira vez, por Marx e Engels, contrapondo-se ao idealismo hegeliano. Segundo os pressupostos materialistas, a história deve ser interpretada não a partir dos desdobramentos de um *Espírito Absoluto*, mas sim a partir dos fatos materiais que constituem seu fundamento, sua *infra-estrutura*. Estes são as relações econômicas de produção, as quais, em última instância, determinam a produção cultural e ideal de um povo, que constituem, para esta concepção, sua *super-estrutura*. Todavia, o caráter problemático das relações entre infra e super-estrutura levou a postular a *dialética* como o modo como estas duas instâncias se relacionam. Este caminho conduziu Engels à elaboração do *materialismo dialético*, que ultrapassa o âmbito da história para afirmar a dialética como o movimento regulador, por excelência, da natureza e da matéria, e, assim, de toda a realidade em que mobiliza a idéia da mentalidade de ocupação da Terra frente a essa linha de pesquisa.

marxista¹⁹ trabalha com a complexidade, buscando encontrar *na parte a compreensão e a relação com o todo*, e considera a existência de uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social. Este tipo de abordagem possibilita um entendimento dos significados de forma mais abrangente, captando-os no cotidiano, na vivência e no senso comum, inserindo-os em um contexto social e histórico, considerando sua interação e inter-relação (MINAYO, 1994).

O materialismo dialético apóia-se na ciência, para configurar sua concepção do mundo. Através do método de análise dialética coordenam-se pontos de vista apresentados sob forma exclusiva e absoluta pelas diferentes doutrinas filosóficas. É a única abordagem que permite a superação das antinomias que entram a objetiva compreensão da realidade (Kant, 1980).

Buscando-se a compreensão dos fenômenos a partir dos vários conjuntos, dos quais se participa e admite-se a contradição como constitutiva do sujeito e do objeto (Hegel), este referencial apresenta-se como particularmente fecundo para o estudo de uma realidade híbrida, como é da mentalidade de ocupação e posse da Terra, no contexto rural da ecovisão holística histórico-socio-cultural, estabelecido pelo paradoxo imanente nessa ecovisão de ocupação e posse da Terra. Resumidamente, pode-se dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo da matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. Essas idéias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético. O desenrolar da idéia, suscetível de processo contínuo, é identificado, por muitos, como movimento dialético de tese (primeiro momento ou afirmação), antítese (segundo momento ou negação da afirmação), e síntese (terceiro momento em que, é a junção dos pontos de vista, aproveitando-se o melhor de cada um). Esse processo jamais se encerrará definitivamente (Marx e Hegel - sim), porque a síntese é sempre parcialmente verdadeira, porque é aberta a futura negação. Em outros termos, a síntese passa a ser uma nova tese, que terá sua antítese e conseqüente produção dialética de idéias mais desenvolvidas. Esse modo de raciocinar traz consigo a relatividade de toda e qualquer idéia ou doutrina, porque seu desenvolvimento é

¹⁹ O termo Marxismo faz hoje pensar num sistema de governo, numa interpretação da história, num dogma. Isto tudo está inteiramente fora do nosso trabalho. De Marx, pensa-se num ideal de libertação e, no plano científico, conserva-se não um dogma ou ideal, mas sim um método de análise que se está utilizando para compreender a mentalidade de ocupação da Terra.

uma espiral, de onde se pode entender por que nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira ou falsa.

Com esse método, a mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, que implica na integração recíproca de toda a realidade, em contínua integração, de tal forma que o universo, a ecovisão, comporta um processo de evolução constante, o que leva a idéia a progredir e a desenvolver-se, através de nova síntese. Este é o princípio dialético da realidade de ecovisão holística rural da ocupação da Terra, captada pela razão, segundo o qual, o real é racional e o racional é real.

Este trabalho baseia-se, também, por vários conhecimentos anteriores, relacionados a estudos sobre a ocupação da terra, pesquisados em livros e teses, construídos por atores e estudiosos que fornecem subsídios para esta pesquisa. A teoria baseia-se no conhecimento para o processo de investigação, como um sistema organizado de proposições, ou seja, declarações afirmativas sobre fenômenos e/ou processos, os quais orientam a obtenção dos dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seu sentido. Ao se utilizarem um conjunto de proposições, a teoria busca uma ordem, uma sistemática, uma organização do pensamento e sua articulação com o real concreto.

O trabalho orientou-se, também, a um estudo *correlacional*, porque procura mensurar, por meio de coeficientes de correlação os “PVFs” entre atores de mesmo grupo, o grau de associação de mentalidade na ecovisão holística ocupacional da Terra, em que foram identificados e verificados nas análises nos mapas cognitivos dos sujeitos e dos grupos. De um lado, os legalmente proprietários, em contrapartida, do outro lado, os que estão excluídos da legalidade da posse da terra no meio rural.

Esse estudo dificilmente se realizará se não for levado como base, incontestavelmente de âmbito *“holístico”*, evitando-se, assim, um *“relativismo absoluto”* da mentalidade da ecovisão rural de ocupação da Terra. A visão holística da realidade considera as conexões, inter-relações e interações com o universo e o cosmos, além das consideradas no mundo natural, social e histórico. Leva-se em consideração a complexidade da realidade, a complementaridade dos opostos e as diversidades das necessidades individuais e coletivas do ser humano, em que cada elemento representa o todo e este está inserido em uma rede de fenômenos interligados, interdependentes em constante interação. (CREMA, 1991; PATRÍCIO, 1995; BOFF, 1995).

Morin (1997) comenta que um importante princípio, indispensável para construção de conhecimento sobre seres humanos, é o reconhecimento pelo investigador de que ele também é parte de “*um todo social*”, e que este todo, que está dentro dele, sendo necessário, faça-se um trabalho de auto-análise e auto-exame, para tentar se situar e saber que não é o proprietário de um verdadeiro conhecimento, já de início, pois seu conhecimento é relativo. Para o autor os desafios da complexidade podem ser encarados de forma mais séria, se considera que aquilo que foi feito certo e seguro no passado parece erro e ilusão no presente, e que o que se tem hoje, por certo e seguro, poderá ser visto no futuro como erro de ilusão.

Boff (1998) afirma que o ser humano se constrói e deve construir-se com e através de contradições, que se completam. Cita que “*Ele (o ser humano) inter-existe e co-existe com outros seres no mundo e no universo*”(BOFF, 1998, p.21), nessa lógica, complexa, em que o universo funciona através de uma teia de relações interdependentes, pelas quais, tudo tem a ver com tudo, os momentos e em todas as circunstâncias. Para o autor, tem-se consciência de que: “*todo ponto de vista é a vista de um ponto, e que o meu ponto é apenas um ponto no universo, ao qual estamos todos conectados*” (BOFF, 1998, p.21). Nessa mentalidade de ecovisão rural da ocupação da Terra, em que estão conectados uns com os outros e que formam o todo no universo, por conseguinte, os resultados das ações, resumem-se logicamente, também em todo universo, ou seja, cada ação por menor que seja, decorrente no meio ambiente, reflete-se em todo ecossistema: no *kosmos*.

Em uma abordagem *holística* assume que, “*o todo é maior que a soma de suas partes*”, e está aberta a coletar dados, sobre qualquer número de aspectos do cenário em estudo, com o fim de formar um quadro completo, de dinâmica social e de uma situação particular. Isto significa que, na época da coleta de dados, em cada caso, deve-se estar atento aos relacionamentos emergentes ao contexto da pesquisa.

Patrício (1995), que desenvolveu o referencial holístico-ecológico, justifica que o sentido do termo ecológico refere-se à “*ecologia profunda*”²⁰, que considera o mundo como uma rede de fenômenos interligados e interdependentes, enfatizando assim o caráter holístico de sua abordagem. Conforme Patrício (1995, p. 21):

A abordagem Holístico-Ecológico parte do pressuposto de que é possível integrar várias áreas do conhecimento num fio condutor que busca entender e agir nos microcosmos-micromundos - tendo consciência do contexto global. Busca o sentido da humanidade, tendo a clareza de que, mesmo assim - nessa amplitude de abordagem - não é possível dar conta de compreender toda a complexidade da vida e de seus fenômenos particulares, mas, em síntese, busca compreender o máximo possível de um dado fenômeno, através do conhecimento das múltiplas dimensões e conexões que expressam essa situação, tendo consciência do contexto global, ou seja, que busque conhecer o máximo possível de um dado fenômeno, através de suas múltiplas dimensões e conexões.

As técnicas serão a da história de vida, mais a técnica de comunicação e análise de conteúdos, baseados em entrevistas com ligações entre os atores dos dois grupos descritos com maior detalhamento, como se observa no escopo do trabalho.

1.7 - O SUPORTE TEÓRICO.

A elaboração desse trabalho demandou num levantamento bibliográfico/exploratório abrangente do assunto em estudo. A organização e realização desse trabalho - de princípio é de difícil busca devido à bibliografia ser escassa. Pouco se tem pesquisado sobre a mentalidade da ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra. Entretanto, buscou-se através da pesquisa de campo na observação dos grupos de atores participantes, levantar novas luzes sobre a realidade da mentalidade da ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra.

²⁰ A ecologia profunda – *DEEP ECOLOGY* – de LUC FERRY (1994), traz a provocação já no título: A nova ordem ecológica – A árvore, o animal e o homem, ou seja, um trocadilho querendo indicar a ingenuidade daqueles que colocam o “verde” antes dos seres humanos. Centrar-se numa crítica implacável e irônica ao biocentrismo (que advoga que os seres vivos naturais têm antecedência e certa prioridade ou igualdade em relação ao ser humano), ao romantismo e ao arcaísmo (volta ao passado, às origens) mitológico, que estaria na base dos movimentos ecológicos que têm, então o paradigma da *Deep Ecology*: a ecologia profunda. FERRY centra sua crítica no esquerdismo e radicalismo dos ecologistas defendendo a social-democracia, um certo tipo de liberalismo e o desenvolvimento substancialmente dentro do capitalismo. Vai o afrontamento ao coração dos defensores verdes e dos profundos. O amor à natureza oculta o ódio aos homens. Comparando os ambientalistas “profundos” com os fanáticos religiosos que não aceitam certas intervenções médicas, afirma que eles ocultam o que na natureza é aborrecível; só se referem à harmonia, à beleza e à paz. Isto seria fruto de uma aspiração teológica. Neste sentido, cita a existência de pragas, as catástrofes naturais, para fazer frente aos harmonicismos dos naturalistas (pg. 204s). FERRY afirma que toda a valoração em relação à natureza é um fato próprio dos homens.

A presente pesquisa exploratória, do ponto de vista teórico, levou a exploração de literaturas pertinentes que relacionem a mentalidade ecológica e social e de ocupação dos atores no contexto rural da Terra. Foi necessário seguir alguns caminhos que levassem a compreender e a refutar a mentalidade na ecovisão rural holística de ocupação da Terra juntamente com suas diferenças de pensamentos. Para isso utilizaram-se teses, concepções, teorias, princípios filosóficos e modelos relacionados ao problema da mentalidade da ecovisão rural de posse e de ocupação da Terra, dos quais serão expostos nos capítulos seguintes.

Nesse levantamento incluiu-se - literatura nacional e estrangeira - os livros, periódicos especializados, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado que se aproximem à questão problema dessa pesquisa com seriedade científica. Como o assunto da pesquisa é amplo, foi necessário, também, o auxílio da rede mundial de computadores que é imprescindível para a obtenção de algumas das informações. Esse levantamento realizou-se junto à biblioteca da UFSC, EPAGRI, UNC – Campus Canoinhas, INSTITUTO CEPA, IBGE, UFPR e PUC de Curitiba.

Toda essa busca pela literatura tornou-se necessária como fundamentação desse trabalho, porém, deve-se ficar atento em qualquer pesquisa elaborada que: “*o mais importante que saber é saber onde encontrar*” (ALVES, 2001, p 9), somente assim, deixa-se de tornar, de forma analógica, um computador ambulante e/ou somente um disquete, nos quais cabem muitas teorias. De certa forma, tornam-se necessários os registros para a contribuição do avanço da ciência, de maneira que esse registro efetuado sirva para muitos que se interessam pela ocupação e posse da Terra numa ecovisão holística: como local e fonte de consulta.

1.8 - EXPOSIÇÃO PROBLEMÁTICA E O PROBLEMA.

O sincretismo e a reunião ordenada ou sistemática da problemática ecológica comporta o problema da mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra. Em geral, um problema é qualquer situação que inclua a possibilidade de alternativas para soluções. O problema não tem necessariamente caráter subjetivo, não é redutível à dúvida, embora, em certo sentido a dúvida também passa a ser um problema. Trata-se mais do caráter de uma situação que, não tem um significado único ou, que inclui alternativas de qualquer espécie. Problema é a declaração de uma situação desse gênero. Um problema, também, não é

eliminado ou destruído pela sua solução. Um problema resolvido não é um problema que não se apresentará mais como tal, mas é um problema que continuará a se apresentar com probabilidade de solução. A problematidade é em seu campo de indagação, gerada, em que os problemas não são eliminados pela sua solução.

A mentalidade de ocupação e posse da Terra leva ao encontro das relações humanas em que muitos dos contextos apresentam-se e fazem parte da problemática, pois o problema faz a pergunta, indaga, questiona, “faz pensar”, faz procurar soluções e respostas que muitas vezes confundem-se com as razões que levam um caminho que exige respostas consideráveis, claras, evidentes, objetivas, convincentes, persuasivas. As razões podem ser intuitivas (de senso comum ou vulgar), razões empíricas (científica com demonstrações claras, evidentes) ou até mesmo as razões filosóficas (da existência ou não do problema).

Entretanto, é neste campo que é gerado o problema, como o da mentalidade de ecovisão holística rural de ocupação e posse da Terra. Assim, na problemática ecológica, não adianta chorar a árvore derrubada. Lágrimas não purificam o rio poluído ou a floresta derrubada. Dor ou raiva não ressuscitam os animais ou descontaminam o solo poluído. Não há indignação que restitua o ar puro.

A problemática de ordenação e sistematização do problema orienta que é preciso ir à raiz do problema. *E a raiz desse problema é o próprio homem*²¹. A forma de como pensam e resultam as suas ações destruidoras e de conservação: a mentalidade de ecovisão holística rural na ocupação da Terra e faz a história da ocupação o progresso a qualquer preço ou a sustentabilidade. Por fim, corre o risco de verificar de forma desoladora, se foi válida ou não toda sua ação no meio ecológico, em busca de sobrevivência no ecossistema planetário. Buscar na problemática ecológica o problema ocupacional com soluções de fácil ou difícil resolução: voltados à justificativa fundamental no êxito ou fracasso do próprio problema, fazem repensar o problema.

Diante disso, à exposição do problema à mentalidade de posse e ocupação da Terra - frente ao paradoxo imanente na ecovisão holística rural - entre o desenvolvimento e a sustentabilidade no contexto dos que são legalmente proprietários “versus” os excluídos da

²¹ Marx em sua teoria e reflexão conclui que a problemática é o homem quando diz: “e para o homem, a raiz é o próprio homem”.

posse da Terra - vem mostrando a cada dia que existem várias linhas de mentalidades²² e que são divergentes: *paradoxais*.

Na literatura especializada, na área ambiental, fica bem claro o passo das dificuldades enfrentadas e apresentadas pelos problemas gerados e existentes na problemática ecológica são de difíceis soluções. Os problemas existentes seriam de altos custos para a solução e recuperação. Entende-se que estas premissas estão presentes na realidade brasileira e em âmbito mundial, talvez mais, relevante e acentuado em nível mundial: em países chamados de primeiro mundo - os industrializados - que estão classificados entre os maiores responsáveis pelos fatos aparentes de desequilíbrios ecológicos.

“A crise ecológica não se restringe a mero problema técnico. Este é apenas um aspecto de todo o problema. O problema ecológico, em si, é um problema humano, que revela um modo de ser desumano” (VIEIRA, 1999, p. 28). Vive-se num mundo do qual o saber, a mentalidade de ecovisão holística rural de ocupação da Terra, associados a valores morais, parecem ter adquirido algumas expressões inteiramente contingentes, que transcende a maneira de viver da humanidade²³.

Dentro das indagações relevantes à problemática e aos problemas emergenciais que foram demonstrados e relacionados nos parágrafos acima, numa perspectiva de consolidar as indagações, deve-se buscar em todo instante um consenso mínimo que possa existir uma possibilidade de refutá-las em direção à busca da compreensão do conhecimento e da realidade aparente. Ao tecer-se a grande teia da mentalidade na ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, possibilita-se a formulação, de modo dialético, o seguinte problema de pesquisa:

Nas atividades exercidas no meio rural da atualidade, em que se apresenta como um setor heterogêneo, paradoxal, altamente complexo, permeado de situações ambíguas,

²² Mentalidade *vivencial* (voltadas ao dia-a-dia), *essencialista* (voltadas à essência do problema), *contextual* (circunstância, consciência, fim, com objetivos pessoais e circunstanciais). Um traço comum na definição do problema é evidenciar os fatos e suas possíveis soluções.

²³ Além do lado desumano de ser de muitos sujeitos, o problema decorrente da mentalidade de ocupação da Terra, pode-se voltar para uma corrente de pensamento *essencialista* (pensar o problema que leva ao ideal vitalista de forma metafísica que querer ir com a justificativa do problema ao fundamento do problema); ou a corrente *pragmatista* (a problemática de evitar a dor a qualquer custo, quanto mais se beneficiar melhor e maior serão o lucro), por fim, uma outra corrente de mentalidade *liberal* (em que cada problema cabe a cada indivíduo, pois a causa final será ele, sem a preocupação com o geral). O problema surge exatamente dessa problemática de idéias em que a posse e ocupação levam à mentalidade de uma difícil solução, quando ambas se encontram e tentam juntas buscarem soluções viáveis à problemática ecológica, as conseqüências são desastrosas: salvo soluções ocorrentes de um consenso.

contraditórias e conflituosas na posse e ocupação da Terra, por conseguinte, em processo contínuo de busca e procura de um novo paradigma que seja sustentável. Diante dessa situação, o fenômeno da mentalidade de posse e ocupação da Terra, na ecovisão holística rural, que faz da problemática ecológica o problema da posse e ocupação da Terra, com as diferentes perspectivas, emergenciais e divergentes; dos quais, seriam e poderiam estar relacionados aos pontos de vista fundamentais (PVFs), no contexto do grupo de atores que se encontram na legalidade da posse e ocupação da Terra “*versus*” o grupo de atores que se encontram excluídos dessa situação. Não obstante, os pontos de vista fundamentais (PVFs) não se relacionam à posse e ocupação da Terra no contexto que se encontram os dos dois grupos referentes a ecovisão holística rural de ocupação da Terra. Por conseguinte, seriam outros fatores ou caminhos que se inter-relacionam à problemática ecológica, que seriam responsáveis pelo desequilíbrio ambiental ou pela insustentabilidade ou até na própria busca de sustentabilidade em todo ecossistema ecológico, que fazem do crescimento ou do desenvolvimento sustentável um caminho difícil de ser realizado?

1.9 - RELEVÂNCIA DO ESTUDO.

O que leva e motiva esse estudo, sobre a mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, é o fato de ser relevante o paradoxo apresentado entre a mentalidade de ocupação da Terra na busca de crescimento e/ou desenvolvimento sustentável, entre os diferentes grupos existentes e divididos na sociedade, em particular a sociedade ruralista. É relevante porque o enunciado da tese é significativa, especialmente, por ser importante para o significado total do contexto da ecovisão holística rural de ocupação, em que se encontram os fatos importantes para o juízo de determinadas situações catastróficas. Sempre será de grande importância em qualquer estudo que se relacione ao ambiente ecológico, a questão ambiental, a biodiversidade e a sustentabilidade da vida no planeta. São temas altamente discutidos, principalmente nesses últimos séculos do contexto na divisão e posse da terra, em especial no Brasil, de relevante importância sob os reflexos da ecovisão holística de ocupação planetária, por conseguinte, em busca de garantias de sobrevivência e de vida digna: num ecossistema que seja voltado à forma sustentável.

A relevância deste estudo, também, está no ponto de vista prático, em que ao serem conhecidas as diferenças culturais na busca de crescimento e/ou de desenvolvimento

sustentável, na análise de mentalidade de ecovisão holística rural da ocupação da Terra, pode-se direcionar ajuda para a conscientização e defesa ecológica da ecovisão de desenvolvimento sustentável. A relevância desta pesquisa diz respeito aos valores predominantes na sociedade, como um todo, em suas conseqüências nas transformações do meio ambiente. Ressaltando a mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, a compreensão e a relação homem/natureza e ecológico, num sentido holístico e integrado pela ocupação. Para a compreensão dessa pesquisa, os conceitos de ecologia, ética/moral, liberdade, responsabilidade, leis de ocupação e outras que, verificar-se-ão no decorrer dessa tese: fazem com que cada assunto abordado seja interligado e encadeado que levam ao campo da produção do conhecimento, seja na forma de agir e avaliar, seja relevante na construção da imagem da própria existência humana.

1.10 – APLICABILIDADE.

A aplicabilidade da pesquisa encontra-se na parte teórica do tema, e com isso, prende-se à escassez de educação ecológica, na compreensão e investigação da mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, que forma a ecovisão ecológica de sobrevivência planetária. Esta faculdade de *conhecer* para *compreender*, de *conhecer* para *aplicar* – é o objeto sendo conhecido - faz com que, a aplicabilidade seja voltada para o contexto da educação ecológica. Por fim, na ecovisão rural também a aplicabilidade destaca-se na ampliação do conhecimento da realidade ecológica e de que forma está se encaminhando a vida planetária.

Como essa proposta visa tratar da compreensão da mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, na busca de entendimento no paradoxo do crescimento “*versus*” sustentabilidade entre os dois grupos envolvidos, tanto a visão econômica como a ecológica, a compreensão dessa mentalidade, já tem sua aplicabilidade. A própria permanência do sujeito, nas cidades ou em suas sedes, no interior dos municípios, em função dos programas governamentais de reforma agrária, de combate ao êxodo rural, associados a insustentável evolução social, cultural e política de crítica ética – nos dias atuais – que obrigam através da compreensão e utilização da ciência a promover a permanência desses sujeitos, nas condições eminentemente sustentáveis, no seu mundo cultural de existência e sobrevivência. O conhecimento de investigação das formas de mentalidade na ecovisão holística rural de

ocupação da Terra, está diretamente relacionado à ecovisão ecológica, na busca de garantias e sobrevivência nesses meios, porquanto, aí é que se encontra a contribuição e aplicabilidade deste trabalho.

Também, tem sua aplicabilidade em pesquisas, que de forma analógica para comparações na extensão de encontrar a evolução e relação da mentalidade histórica da humanidade. Pensamentos que já produziram confrontos entre povos e culturas, dos quais resultaram muitas perdas de vidas por ideologias induzidas e/ou conduzidas por pessoas que desenvolveram e promoveram mudanças e programas de desenvolvimento: como megas programas e projetos desenvolvidos sem avaliar a mentalidade, o pensamento daqueles que estavam diretamente envolvidos, inseridos e contextualizados, com o desenvolvimento holístico e cultural de ocupação da Terra.

1.11 - INEDITISMO.

A inexistência de pesquisa publicada e, a escassez de pesquisas inéditas, e não publicadas, de relatos e experiências sobre a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, suas contradições e efeitos são fatores que tornam esta tese inédita. Portanto, esse trabalho será pioneiro em vários aspectos, a saber: o paradoxo imanente entre crescimento e desenvolvimento sustentável, o tempo de envolvimento do pesquisador, a observação dos grupos participantes, em que a complexa análise e o juízo de faculdades, emitido na análise dos “PVFs”, por muito que, a distinção das expressões e da síntese proposta, expressa nas proposições e asserções oriundas das entrevistas e dos mapas cognitivos, analisados nos dois grupos, fazem desse trabalho inédito.

1.12 - DELIMITAÇÕES DO ESTUDO.

A delimitação constante, nas diversas classes do crescimento e do desenvolvimento sustentável, desse estudo, é resultado dos seguintes aspectos delimitantes do trabalho - *a delimitação encontra-se na mentalidade de ecovisão holística rural de ocupação da Terra* - em que os sujeitos classificados em dois grupos, os que estão na legalidade da ocupação “*versus*” os que estão excluídos dessa posse fazem do ecossistema seu contexto de ocupação.

As generalizações dos resultados podem ser argumentadas em que o estudo de âmbito ecológico teria pouco efeito, mas as situações em que o caos se apresenta na ecovisão holística rural, têm seus reflexos na problemática contextualizada sobre os sujeitos que vivem e sobrevivem na ocupação urbana da Terra. Por conseguinte, o procedimento metodológico adotado e a realização de uma ampla revisão na literatura, traçam à guisa da mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação - seguindo um paralelo entre o binômio “*crescimento versus desenvolvimento sustentável*” - para refutar e compreender se a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra tem seu fator delimitante.

1.13 - FERRAMENTA PARA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS COGNITIVOS.

A situação ecológica, contextualizada no cotidiano das pessoas neste novo século, é problemática, principalmente na forma e nas ações de como está voltada a mentalidade na ecovisão holística rural da ocupação da Terra: para o crescimento e/ou para a sustentabilidade. Como se percebe a identificação e as possíveis soluções para esses problemas ecológicos vão, além do que envolve simplesmente a própria tomada de decisões, uma análise mais profunda de como pensam aqueles que exploram o ecossistema planetário no meio rural. É preciso especificar e descrever corretamente o contexto decisório, o que implica no reconhecimento e diagnósticos dos problemas para apontar as soluções e definir quem está tomando essas decisões e de que forma ou mentalidade. A mentalidade de ecovisão holística rural, na ocupação da Terra, faz da cultura existente que interage no modo de pensar e nas ações das pessoas a diferença no espaço ambiental de exploração: espaço este vulnerável à qualquer ação humana.

A metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA)²⁴, possui características que ajudam e que, também, vão ao encontro dos aspectos abordados nos capítulos seguintes, desse trabalho, sobre a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra: através de um processo de construção dos mapas cognitivos, a partir do “*staus quo*” dos atores envolvidos.

²⁴ Da metodologia MCDA utilizou-se como ferramenta no processo de construção de *mapas cognitivos* - para fundamentar esse trabalho e utilizando-se dos conceitos e do processo proposto pela metodologia MCDA, adaptando-o para a fundamentação na mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, a fim de que, através da construção dos mapas cognitivos obtêm-se os “PVFs” relevantes para a compreensão e entendimento de como se encontra no presente momento a mentalidade de ocupação na ecovisão holística rural: voltada ou não para o desenvolvimento e/ou para a sustentabilidade no contexto dos dois grupos de atores envolvidos na ocupação da Terra.

Durante o processo de construção do modelo de mapas cognitivos envolveram-se diretamente os atores que estão na legalidade da ocupação, em contrapartida, aos que estão excluídos. Vai-se, por conseguinte, descobrindo-se e trazendo-se às claras a situação da mentalidade ocupacional: se a mentalidade é de ecovisão sustentável ou não. Na sequência serão abordados, através de uma síntese, fundamentada em alguns autores o processo e os aspectos da metodologia MCDA. Essa síntese está voltada para o entendimento e aplicação do processo da confecção de mapas cognitivos, com intuito de identificar para análise os “PVFs”, “PVEs” e as AÇÕES dos atores pesquisados que, por conseguinte, serviram de argumentos essenciais para a conclusão desse trabalho científico.

“As decisões são tomadas quando se escolhe fazer ou não fazer coisas ou quando se escolhe fazê-las de uma certa forma” (ROY, 1996). Normalmente as decisões não são tomadas por um único indivíduo, mesmo que exista, ao final, um único responsável por seu resultado. Pelo contrário, geralmente estas decisões são produtos de diversas interações entre as preferências de um grupo de entidades (aqui chamado de atores envolvidos e responsáveis pela ecovisão do desenvolvimento e/ou sustentabilidade). Estes atores envolvidos na complexidade, fascinação e sofreguidão de quimeras mil, tendo na mentalidade diversos e relevantes interesses na ocupação da Terra, uns voltados para: a) o crescimento, b) outros para a sustentabilidade e, c) outros, ainda, voltados para a posse da terra como reserva de capital. Cabe a esses atores, conforme as intenções de suas ações, a interferência, direta ou indireta, na sobrevivência ou não de todo o ecossistema planetário.

Petri (2000, p. 11) diz que a Escola Européia de MCDA (BANA e COSTA, 1993) admite três grupos de convicções básicas:

a) A onipresença da *subjetividade* e interpenetrabilidade com a *objetividade* no processo decisório (é encontrado no processo de decisão um sistema de relações entre elemento de natureza objetiva própria às ações e os elementos de natureza subjetiva próprias aos sistemas de valores dos atores);

b) O *paradigma da aprendizagem pela participação* (na aprendizagem Bana e Costa diz que “a simplicidade e a interatividade devem ser as linhas de fogo da atividade de apoio à decisão, para abrir as portas à participação” e por consequência todos os envolvidos no processo de apoio à decisão apreendam sobre a decisão (problema) em questão);

c) O *construtivismo* (consiste em construir com os intervenientes no processo decisório, de forma interativa, um conjunto de instrumentos que possibilitem avançar no processo de estruturação de modo coerente com os objetivos e valores dos decisores).

Essas convicções só se justificam se integradas em um sistema de processo de apoio à decisão. A estrutura do sistema de processo é formada pelos subsistemas dos atores e das ações. Por esta razão, o corpo do sistema de apoio à decisão é irrigado de forma sistêmica.

O sistema ou contexto da mentalidade de ecovisão holística rural, na posse e ocupação da Terra, surge de dois subsistemas que se inter-relacionam, são o sistema dos *atores* e o sistema das *ações*. É na interação entre estes dois subsistemas que emergirá uma *nuvem de elementos primários* de avaliações como os objetivos (fins a atingir) dos atores que têm na natureza intrinsecamente subjetiva (relativa ao sujeito), porque são próprios aos sistemas de valores de atores. Outros, como as características das ações, têm uma natureza de base objetiva (relativa ao objeto).

A figura 1 (BANA E COSTA, 1995, P.2) mostra os dois componentes importantes para o Processo de Apoio à Decisão. Como se observa na parte superior o Ambiente Decisional é composto pelos subsistemas dos *atores* e das *ações*. Estes por sua vez representam elementos subjetivos como os valores dos atores traduzidos em objetivos e fins a atingir, e elementos objetivos como as características das ações. No plano inferior da ilustração observa-se a base de Estruturação do problema e o surgimento da nuvem de elementos primários constituído pelos objetivos e características. Esta surgirá a partir da interação dos subsistemas dos atores e das ações.

Este sistema nos apresenta o sistema ecológico e o ecossistema integrante na vida planetária, que depende da ação dos atores envolvidos e contextualizados que ali vivem. Os danos, desastres, conservações e, melhorias feitas em todo o ecossistema ecológico, resultam e surgem de ações e reações, que são produtos e sub-produtos resultantes de uma mentalidade voltada para uma ecovisão de desenvolvimento e/ou para o desenvolvimento sustentável.



Figuras 1 - Componentes do Sistema de processo de Apoio à Decisão
 Fonte: Bana e Costa, 1995, p.2.

1.13.1 – O SUB-SISTEMA DOS ATORES.

Para Noronha (2003, p 57) os atores (“*stakeholders*” na literatura inglesa) são as entidades implicadas, diretas ou indiretamente, no processo de tomada de decisão (BANA E COSTA, 1995, ROY, 1996). A forma como os atores influenciam a tomada de decisão é ditada pelos sistemas de valores que representam e defendem. São os valores de um ator que condicionam a formação de seus objetivos, interesses e aspirações, os quais são muitas vezes imprecisos, instáveis e expostos a conflitos internos (BANA E COSTA, 1991). Assim, um indivíduo (ou um grupo de sujeitos) é um ator de um processo decisório se, por seu sistema, ele influencia direta ou indiretamente na decisão (ROY, 1996).

Os valores de cada indivíduo (ou grupos de indivíduos) com base nas ações resultantes da mentalidade de ecovisão holística, rural ou urbana de ocupação da Terra, sua cultura e sua ação ética, fazem da estabilidade e/ou instabilidade ambiental surgir os conflitos e desastres ecológicos. Problemas ambientais oriundos do processo decisório e das influências que as decisões são tomadas, tanto de âmbito ecológico, como sócio-econômico, trazem e fazem surgir da mentalidade de ocupação, ressaltados com raízes mais profundas: difíceis e até inviáveis, as soluções sugeridas, para serem alcançadas.

Desta forma, as ações e os termos de suas funções, no processo de decisão de uma mentalidade ocupacional, os atores envolvidos, podem ser classificados, conforme figura 2, em (BANA E COSTA, 1995; ENSSLIN et. al., 2001, p 19):

- *Agidos*: São todos aqueles que sofrem de forma passiva as conseqüências de uma decisão. Os agidos caracterizam-se por não possuírem voz ativa no processo decisório, porém podem influenciar diretamente na ação.
- *Intervenientes*: Os atores intervenientes podem ser indivíduos ou coletividades que por sua intervenção direta condicionam a decisão em função de seus sistemas de valores. Em suma, são os atores que efetivamente participam do processo decisório, influenciando no seu processo. Os atores intervenientes podem ser classificados em: a) *DECISOR*: é aquele a quem foi formalmente ou moralmente delegado o poder de decisão. Os decisores são atores intervenientes que têm o poder e a responsabilidade de ratificar a decisão e assumir as conseqüências da mesma, sejam elas positivas ou negativas; b) *DEMANDEUR*: É aquele ator incumbido pelo decisor de representá-lo no processo de apoio à decisão. Neste caso não ocorre um relacionamento direto entre o facilitador e o decisor, sendo o demandeur um intermediário, um representante; c) *FACILITADOR*: É um consultor externo que, adotando uma metodologia explícita e mais ou menos formal, vai auxiliar os intervenientes a tomar uma decisão. Segundo BANA e COSTA (1995), o facilitador também é considerado um ator interveniente porque ele nunca é neutro no processo, tendo um grau variável de ingerência no processo de decisão.

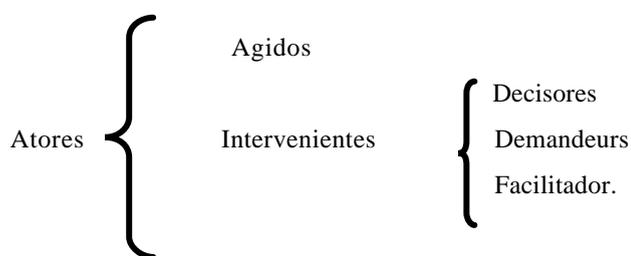


Figura 2 - Classificação do subsistema dos atores
Fonte - Ensslin et. al., 2001, p. 19.

Para Ensslin (2001, p. 61) enquanto decisões pessoais o decisor (ou os decisores) é facilmente distinguível, nas organizações, tanto públicas quanto privadas, o poder decisório (“quem decide”) é usualmente difuso. Não há, em geral, um único responsável por tomar

decisão, ainda mais quando esta se refere a situações complexas. Sendo assim, quando a intervenção ocorre a nível organizacional, é primordial definir inicialmente para quem o Apoio à Decisão será fornecido. Na seqüência, Ensslin (2001) em sua fala, diz que para identificar os componentes do grupo, uma ferramenta útil é mapear em um gráfico os atores envolvidos na situação, em termos do grau de interesse que eles têm na decisão e do grau de poder que eles podem exercer sobre ela. Inicialmente deve-se fazer uma lista, junto ao contratante, de quais são os grupos diretamente envolvidos na situação e os que, apesar de não estarem diretamente envolvidos, tem alguma influência sobre o processo decisório. Além disso, busca-se identificar os principais agidos, aqueles que apesar de não terem poder de decisão, sofrem as conseqüências da decisão que será tomada. Um ponto importante, na execução da lista referente a essa pesquisa, observou-se, devido à situação ecológica planetária e aos objetivos traçados na fundamentação do trabalho, por conseguinte, envolver os atores distribuídos e classificados nos dois grupos dos que estão na legalidade de ocupação “*versus*” os que estão excluídos.

1.13.2 – SUB-SISTEMA DAS AÇÕES.

Para Ensslin (2001, p. 61) a idéia de “ações” refere-se, no contexto das metodologias Multicritério em Apoio a Decisões, aqueles objetos de decisões, candidatos, alternativas, etc. que são explorados durante o processo decisório (VINKE, 1992). As ações podem ser classificadas de diversas formas. Particularmente importante é distinção entre ações reais/fictícias e ações globais/fragmentadas e o conceito de ação potencial.

A ações reais são aquelas originadas de um projeto completamente desenvolvido, que pode ser executado. A ações fictícias correspondem a um projeto idealizado, ou não completamente desenvolvido, ou ainda hipotético. Uma ação global é aquela que, quando avaliada, é exclusiva de todas as outras ações introduzidas no modelo multicritério. Uma ação fragmentada não é exclusiva de todas as outras ações, tal ação, é parte de uma ação global. E por fim, uma ação potencial é uma ação real ou fictícia, julgada por pelo menos um decisor como um projeto cuja implementação pode ser razoavelmente prevista. É sobre o conjunto de ações potenciais que o processo de apoio à decisão ocorrerá.

No ecossistema planetário, por menor que seja uma ação, orientada na alteração do meio ambiente, em que o ator está vivendo, através dessa ação poderá desencadear uma teia

de complexidades que resultará num caos de destruição irreversível. Esse caos é observado em muitos dos casos somente após o resultado final das ações e reações: os efeitos se tornaram irreversíveis com proporções grandiosas. Assim, chamados acidentes ecológicos de difíceis soluções e resultantes de grandes ações como foi e, está sendo o desmatamento na floresta amazônica, derramamento de petróleo pelos mares e muitos outros.

Holz (1999, p. 62-63) reconhece na seleção e aplicação dos métodos no modelo MCDA, que um problema de decisão envolve dois tipos de elementos: os elementos *objetivos* e os *subjetivos*:

Estes elementos decorrem fundamentalmente dos dois tipos de subsistemas que formam o Sistema de Processo de Apoio à decisão. O subsistema dos Atores contribui com um conjunto de elementos subjetivos, mas a subjetividade também é decorrente da condição de má definição do contexto de decisão. O subsistema das Ações aporta alguns elementos objetivos, como por exemplo, as características das ações. O dilema do processo de apoio à decisão é buscar uma suficiente objetividade de modo a garantir a validade científica, mas ao mesmo tempo considerar que a atividade decisória é uma atividade humana e, portanto, trás valores e objetivos humanos.

A mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, certamente, faz das decisões dos indivíduos e dos grupos de indivíduos o resultado das mais variadas ações objetivas, em que os resultados ou efeitos são observados na atualidade. São resultados das ações globais que influenciam diretamente todos os grupos de atores. As ações objetivas baseadas em modelos matemáticos, não conseguem resolver os problemas complexos, muitas vezes é necessário considerar aspectos subjetivos, trazidos pelos homens na emoção dos valores, sentimentos e desejos místicos que envolvem os atores.

No estudo de um problema voltado para a ocupação ambiental, dentro da abordagem MCDA, incluem-se três fases: a de *estruturação*, *avaliação* e a de *recomendações*, que continuamente interagem entre si. São passos que na utilização dessa ferramenta, de apoio à tomada de decisão, ajudará através da demonstração do caminho percorrido, na figura dos mapas cognitivos, a compreensão da mentalidade na ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra. Será na identificação dos “PVFs” apresentados e descobertos na construção dos mapas cognitivos, entre os atores envolvidos que passarão pela estruturação, avaliação e recomendação do problema ecológico.

1.13.3 – PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE MAPAS COGNITIVOS.

Consoante ao seguimento do paradigma construtivista, na ecovisão ecológica, considera-se que cada decisor constrói seu problema, a partir de informações do contexto decisório e que, as ações são oriundas dos problemas percebidas por ele. Um mapa cognitivo é uma forma de representar o problema do decisor, bem como lidar com um grupo de atores, cada qual com seu próprio problema.

Um problema caracteriza-se como uma situação onde o decisor deseja que alguma coisa seja diferente de como é e não está muito seguro de como obtê-la (EDEN et. al., 1983). Sob tal definição, um problema pertence a uma pessoa, isto é, ele é uma construção pessoal que o indivíduo faz sobre os eventos associados ao contexto decisório.

Ensslin (2001, p. 77) define o problema e sua representação em que, os problemas pertencem e são construídos pelas pessoas, de maneira diversa na forma que, os problemas podem ser representados através de mapas cognitivos:

Um problema é definido aqui como uma situação onde o decisor deseja que alguma coisa seja diferente de como ela é e não está muito seguro de obtê-la. Sob tal definição, um problema pertence a uma pessoa – ele é sempre uma construção pessoal que o indivíduo faz sobre os eventos associados ao contexto decisório. Os mapas cognitivos servem para auxiliar a representar o problema do decisor. Portanto é uma ferramenta para definir o problema a ser resolvido.

Um mapa cognitivo é definido como uma hierarquia de conceitos, relacionados por ligações de influência entre meios e fins (MONTIBELLER, 2000). Sendo, dessa forma, o decisor na construção do mapa apresenta seus valores relacionados com o problema em questão. Sendo através de conceitos superiores na hierarquia que fornecerá uma série de meios visando atingir os fins almejados através de conceitos subordinados na hierarquia.

Em resumo, os mapas cognitivos são ferramentas utilizadas para retratar as idéias, sentimentos, valores, utopias, atitudes e “n” pensamentos dos atores, bem como seus inter-relacionamentos que podem ser representados na forma de uma representação gráfica: *o mapa cognitivo*.

Além da representação gráfica apresentada nos mapas, vale lembrar que o mapa cognitivo é uma representação, um modelo que não elimina a atividade de se pensar. Serve como uma ferramenta explícita, manipulável e prática. Tal ferramenta auxilia a pensar sobre

problemas de tal forma complexa que os atores dificilmente conseguiriam um nível tão sofisticado de definição sobre seu uso.

Para NORONHA (2003, p. 63-65) um mapa cognitivo é uma representação gráfica, construída pelo facilitador, representando o que foi falado por um sujeito sobre um determinado assunto (COSSETE; AUDET, 1992). Não é objetivo do mapa cognitivo representar exatamente o que está na cabeça de decisor e sim fazer com que, através de uma representação gráfica, o decisor possa compreender melhor seu contexto decisório. Isto é possível na medida em que o mapa possibilite que o decisor visualize as relações de influência entre os vários aspectos considerados por ele ao refletir sobre um determinado contexto decisório. O mapa cognitivo é uma representação cognitiva quádrupla defasada no tempo das representações mentais de um determinado ator sobre um problema ou contexto decisório (MONTIBELLER NETO, 1996 e 2000). É, assim, uma representação gráfica das interpretações mentais que o facilitador faz emergir das representações discursivas formuladas pelo sujeito (problema) e esboçadas utilizando a sua (do facilitador) reserva de representações mentais.

Na elaboração dos mapas cognitivos, as representações mentais do ator sobre o problema (eventos) no momento t_1 vão gerar as representações discursivas proferidas no momento t_2 (que irão influenciar na sua maneira de pensar, como é representado na linha L_1). As representações discursivas do ator vão produzir no facilitador representações mentais sobre o problema no momento t_3 que vão gerar representações gráficas no momento t_4 . São estas representações gráficas que vão possibilitar a construção do mapa cognitivo, que por sua vez irá influenciar novamente o pensamento do ator sobre o problema e dessa forma modificar suas representações mentais no momento t_5 (como é representado na L_2) (MONTIBELLER NETO, 1996; ENSSLIN et. al, 2001).

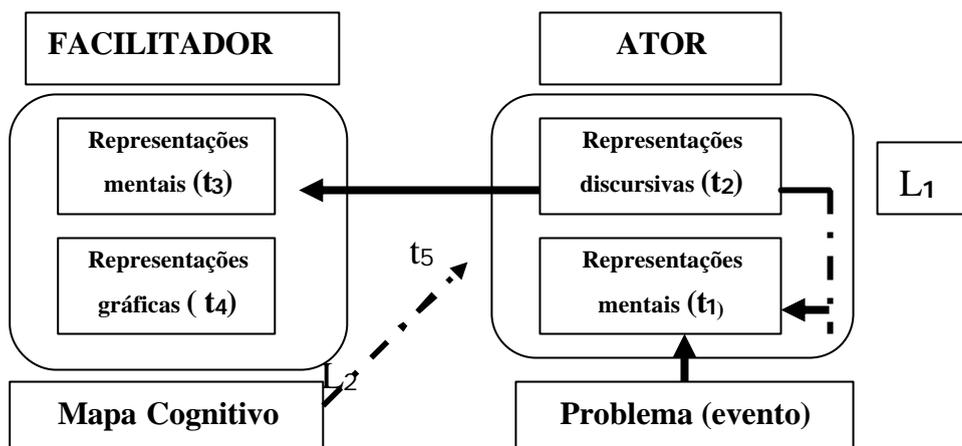


Figura 3 Representação cognitiva: quádruplo do mapa cognitivo
 Fonte - Montibeller Neto, 1996,

Como consequência deste processo, representações mentais do ator no momento t_1 (e que estão representadas no mapa) já não refletem inteiramente suas representações no mundo t_5 (na medida em que as representações mentais do ator foram influenciadas via L_1 e L_2). Este processo evidencia a característica reflexiva do mapa cognitivo, que permite gerar conhecimento ao ator sobre o seu problema.

Dessa forma: “*Mapa cognitivo é uma ferramenta que auxilia a pensar sobre problemas de tal forma complexos que o autor dificilmente conseguiria um nível tão sofisticado de definição sobre ele sem seu uso*” (MONTIBELLER, 1996, p.71).

Para a construção do mapa cognitivo Ensslin, et. al., (2001) mostra os passos necessários para a ferramenta que irá auxiliar a pensar os problemas ecológicos de mentalidade sustentável ou não.

No *primeiro* passo ou etapa para construção de um mapa cognitivo é definir junto aos decisores um rótulo (nome que descreva o problema). Tal rótulo tem a função de delimitar o contexto decisório, de tal modo a manter o foco nos aspectos mais relevantes envolvidos com a resolução do problema.

A *segunda* etapa na construção dos mapas cognitivos, realiza-se através de um *brainstorming* com os decisores para identificar os elementos primários de avaliação EPAs²⁵. Nessa etapa do processo o facilitador deve levantar junto ao decisor os aspectos decisórios, que considera importante. A partir deles, serão construídos os mapas cognitivos. As funções serão exercidas por tais elementos primários de avaliação que aparecerão inicialmente de forma desordenada, desconexa, porém é necessário ordená-las e encontrar suas conexões.

Ensslin (2001, p. 80) apresenta um Quadro para identificação dos EPAs:

Estratégia	Pergunta que Deve Ser Feita
Aspectos Desejáveis.	Quais são os aspectos que você gostaria de levar em conta em seu problema?
Ações.	Quais características distinguem uma ação (potencial ou fictícia) boa ou de uma ruim?
Dificuldades.	Quais são as maiores dificuldades com relação ao estado atual?
Conseqüências.	Quais são as conseqüências das ações são: boas /ruins/ desejáveis?
Metas /Restrições/ Linhas Gerais.	Quais são as metas/restrições/ e linhas gerais adotadas por você?
Objetivos Estratégicos.	Quais são os objetivos estratégicos neste contexto?
Perspectivas Diferentes.	Quais são, para você, segundo a perspectiva de um outro decisor, os aspectos desejáveis/ações/dificuldades/etc?

Quadro 1. Estratégias para Identificar EPAs. (ENSSLIN, et.al, 2001).

Na *terceira* etapa da construção de mapas, constrói-se um conceito a partir de cada EPA. Para tanto o elemento primário de avaliação é orientado à ação, fornecendo, assim, o primeiro pólo do conceito. O sentido do conceito está baseado em parte na ação que ele sugere. Tal dinamismo pode ser o verbo infinitivo (por exemplo, Assegurar, fornecer, incrementar, etc). Por muito que, o mapa tenha uma perspectiva orientada à ação. Na seqüência se deve perguntar pelo pólo oposto psicológico (isto é, qual o primeiro oposto ao pólo do conceito, na visão do decisor). O pólo oposto é importante na medida em que o conceito só tem sentido quando existe o contraste entre dois pólos (EDEN et al., 1983). Os dois rótulos são separados por ‘...’ (lidos como “ao invés de”).

²⁵ Os EPAs (Elementos Primários de Avaliação) são constituídos de objetivos, metas, valores dos decisores, bem como ações, opções e alternativas. São tais elementos que servirão de base para construção dos mapas cognitivos.

Observa-se através da figura nº 4 como ocorre a construção de um conceito.

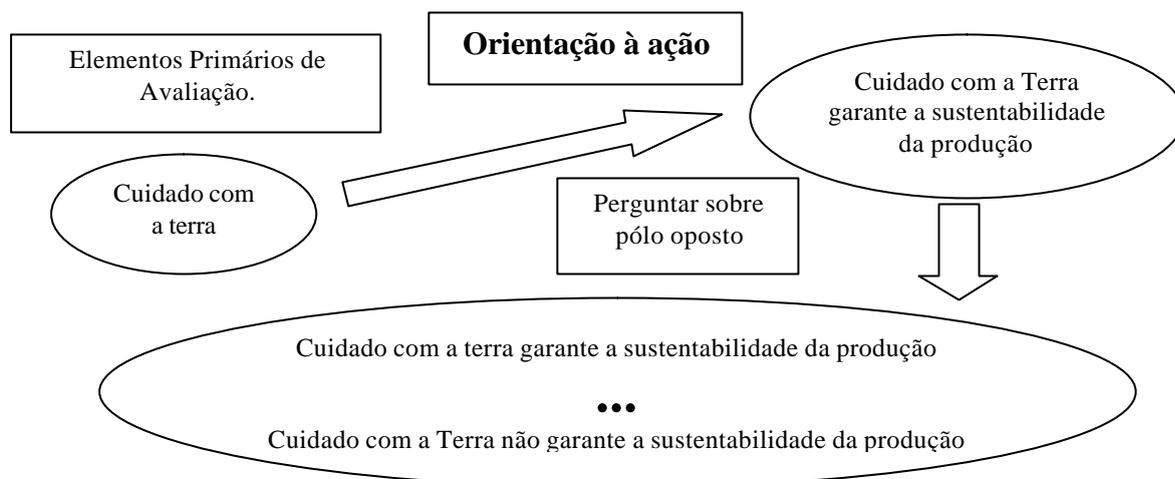


Figura -4- Construindo conceitos – Adaptado de Eden et. al., 1983.

Na seqüência, o *quarto* passo, será a construção da hierarquia de conceitos. A partir de um conceito, pode-se questionar ao decisor sobre quais são os meios necessários para atingí-los, ou então, sobre quais são os fins aos quais ele se destina. A estrutura do mapa é formada por conceitos meios e conceitos fins, relacionados por ligações de influência. Em direção aos fins, por exemplo, “o *cuidado com a Terra*”, **porque é importante** para você cuidar da Terra. O decisor então, poderá responder que o “*cuidado com a Terra o ajudará a garantir a sustentabilidade da produção*”. Na seqüência ele será questionado sobre o pólo **oposto psicológico** do conceito fim, por exemplo: “*O cuidado com a terra garante a sustentabilidade da produção ... O cuidado com a Terra não garante a sustentabilidade da produção*”.

A construção da figura 5 está voltada em direção aos fins dos conceitos.

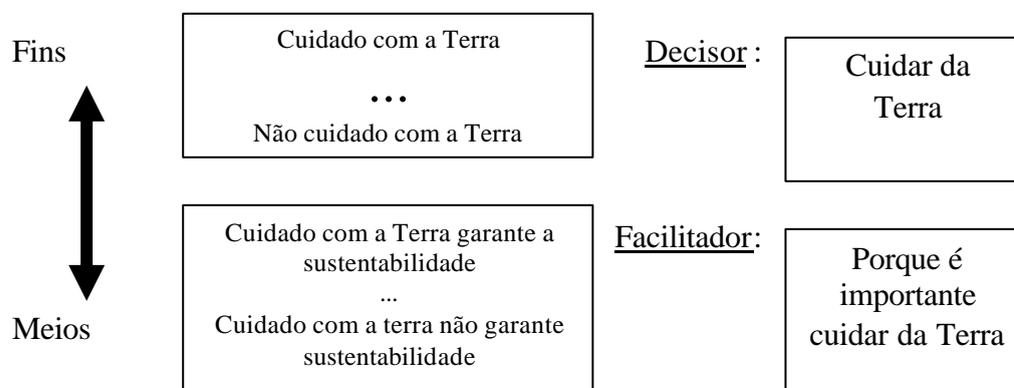


Figura 5 - Construindo a Hierarquia - em direção aos fins.

A partir de um dado conceito o facilitador pergunta; **‘Como** você poderia obter tal conceito”. **‘Como** você *garantirá a sustentabilidade da produção*” o decisor responderia *‘garantirá a sustentabilidade da produção cuidando da Terra’*, que se dá através de um determinado meio. A figura 6 está voltada em direção aos meios dos conceitos.

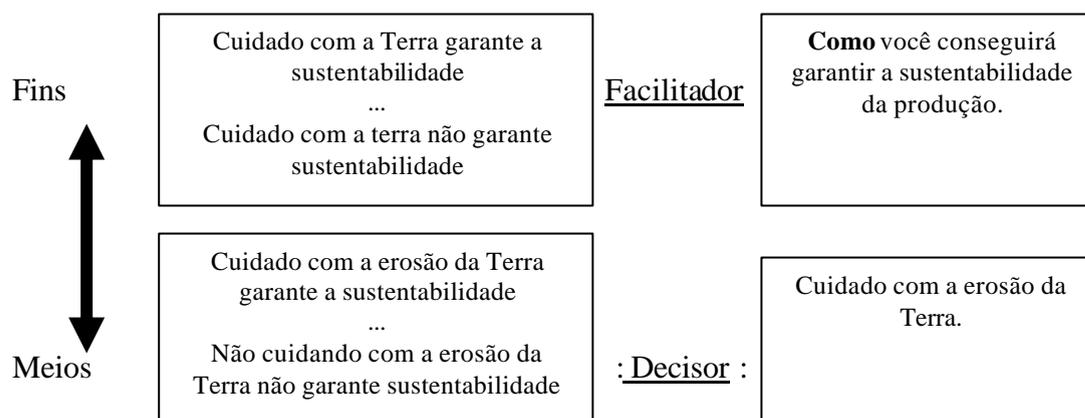


Figura 6 Construindo a Hierarquia - em direção aos meios.

E por fim, as ligações de influência entre os conceitos, que são feitos através de relações de influências, simbolizadas por flechas (“ \longrightarrow ”). Em cada uma delas é associado um sinal positivo ou negativo, que indica a direção do relacionamento. Em uma relação de influência uma variação no nível da variável inicial (conceito-meio) é uma condição percebida como necessária e suficiente para mudar o nível de uma variável final (conceito fim). Um sinal positivo (‘+’) na extremidade da flecha indica que o primeiro pólo de um conceito C_1 influencia o primeiro pólo do conceito C_2 . Da mesma forma, o pólo oposto do conceito C_1 influencia o pólo oposto do conceito C_2 . Já um sinal negativo (‘-’) na extremidade da flecha indica que o primeiro pólo de um conceito C_1 influencia o primeiro pólo do conceito C_2 . Estas associações devem ser obtidas sempre comparando os relacionamentos par-a-par.

1.13.4 - MAPAS COGNITIVOS DE GRUPOS E AGREGADOS.

A construção de um mapa cognitivo, com um grupo de atores (decisores), leva a uma forma de auxiliar a estruturar o problema. Existem usualmente duas abordagens para construção de mapas em grupo: a primeira prega que o mapa deve ser feito em conjunto com todos os decisores simultaneamente e a segunda advoga que é melhor fazerem-se mapas

individuais e depois agrupá-los. Como se está analisando a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra utilizaram-se mapas individuais e, depois, agrupou-se, pois, dessa forma, permite-se que todos os membros distribuídos nos dois grupos possam ter participação igualitária na construção do mapa cognitivo, evitando que as relações de poder no grupo, de quem pesquisa, inibam certos componentes de terem uma atuação mais ativa. Dessa forma, após terem sido elaborados os mapas individuais, os mesmos foram agrupados através dos conceitos comuns – “PVFs” - que surgiram através das entrevistas para a elaboração dos mapas cognitivos.

Ensslin (2001, p. 99) diz que os mapas cognitivos podem ser utilizados tanto no caso de um decisor único, quanto nos casos em que há um grupo de decisores envolvidos no processo decisório. Nestes casos o potencial como instrumento de apoio à definição do problema é maior.

Ao considerarmos que cada pessoa interpreta uma mesma situação de forma diferente, o processo de definir que o problema a ser resolvido está longe de ser trivial quando se lida com o grupo de indivíduos. A definição do problema de grupo torna-se um processo complexo que exige tempo, sensibilidade e atenção.

Por um lado, o processo de resolução de problemas em grupo se beneficia das diferentes interpretações dos decisores, resultando em uma compreensão mais abrangente sobre o contexto decisório do que se houvesse apenas um decisor. Por outro lado, esse mesmo grupo pode ser vítima do *Groupthink* (pensamento de grupo). O grupo quando vitimado perde sua capacidade de fazer uso da habilidade cognitiva de seus membros, pois busca complacência e concordância total.

Para os mapas agregados são *unidos conceitos* (dois conceitos que têm rótulos similares e transmitem idéias similares, são unificados por aquele de sentido mais amplo, ou mais rico (ÉDEN, 1983)); *relacionando conceitos* (conceitos que claramente se relacionam devem ser unidos através de ligações de influência).

Quando se unificam conceitos, está se assumindo que existe um certo grau de *similaridade entre as idéias de diferentes decisores*, de tal forma que pessoas diferentes querem dizer alguma coisa precisa através de palavras similares. O processo de agregação de mapas individuais permite que as diferentes perspectivas (a construção particular do problema) de cada um dos membros do grupo sejam levadas em conta, na definição do problema como um todo. Facilita-se, com isso, a negociação e, ao mesmo tempo, permite-se

alargar a definição inicial do problema. Isso é obtido aumentando deliberadamente sua complexidade, ao invés de diminuí-la (ENSSLIN, et.al, 2001, p. 103).

Na construção de um mapa cognitivo de um grupo existe uma grande quantidade de conceitos diferentes e/ou conflitantes entre seus membros. Mas ao mesmo tempo existe uma grande quantidade de conceitos comuns ou similares, em número suficiente para que seja permitida alguma forma de agregação, que de certo modo facilitará o entendimento dessa ecovisão de ocupação.

1.13.5 – PONTO DE VISTA FUNDAMENTAL “PVF”.

Ponto de Vista Fundamental “PVF” *“é todo o aspecto da realidade que um ator (pessoa ou organização) considera como importante para escolher entre as várias alternativas (de um contexto decisório)”* (BANA E COSTA, 1992, p. 7) É importante verificar que em contextos decisórios e sendo muito complexos, os números de “PVF” podem crescer de tal maneira que impossibilitam qualquer tipo de análise. Os pontos de vista a serem considerados deverão ser em uma quantidade tal que mantenham a comparação entre eles praticável e, ao mesmo tempo, não devam ser tão poucos que levem a negligenciar fatores importantes e interesses fundamentais dos atores.

Bana e Costa (1992), acrescentam ainda a necessidade de distinguir entre Ponto de Vista Fundamental (PVF) e Ponto de Vista Elementar (PVE). Um ponto de vista fundamental reflete um aspecto essencial apontado pelo decisor, ou seja, representa um aspecto mais “fim”. Já os pontos de vista elementares são os “meios” para se alcançar pontos de vista fundamentais, isto é, são os aspectos complementares que auxiliam a definir os aspectos fins. Desta forma, muitas vezes diversos pontos de vista elementares formam um ponto de vista fundamental, ou seja, o PVF representa um fim comum para o qual contribuem diversos valores mais elementares.

Para (ENSSLIN, et.al, 2001, p. 127) determinar quais são os “PVF” considerados como fundamentais pelos decisores e que, de certa maneira, ajudarão a avaliar melhor a ação no contexto dos problemas:

Os pontos de vista fundamentais são aqueles aspectos considerados, por pelo menos um dos decisores, como fundamentais para avaliar as ações potenciais. Eles explicitam os valores que os decisores consideram importantes naquele contexto e, ao mesmo tempo, definem as características (propriedades) das ações que são de interesse dos decisores. Os PVFs constituem-se os eixos de avaliação do problema.

Os “PVFs” explicam os valores que os decisores consideram importantes naqueles valores e no contexto e, ao mesmo tempo as características das ações. Na análise através da construção de mapas cognitivos neste trabalho: buscou-se identificar, por conseguinte, quais são os “PVFs”, os “PVEs” e as “AÇÕES” que se voltam para a mentalidade ocupacional de ecovisão holística rural de ocupação da Terra, ora voltados para o desenvolvimento e/ou ora voltados para a sustentabilidade.

1.13.6 - ENQUADRAMENTO DO PROCESSO DE DECISÃO.

O enquadramento (Frame) do processo decisório é formado pelo conjunto de ações potenciais (as oportunidades de escolha) associados aos pontos de vista fundamental dos decisores. O conjunto de ações potenciais define quais ações são consideradas em uma situação decisória específica. Os “*PVFs*” explicam os “*valores*” que os decisores consideram importantes naquele contexto e, ao mesmo tempo, definem as características das ações que são de interesse dos decisores (BANA E COSTA, 1992).

A figura 7 mostra o enquadramento de uma decisão, tendo no plano *esquerdo o conjunto de ações potenciais*, e no *direito os PVFs*. Os pontos de vista fundamentais são aqueles aspectos considerados, por pelo menos um dos decisores, como fundamentais para avaliar as ações potenciais.

Os Pontos de Vista Fundamentais “PVFs” explicam os valores que os decisores consideram importantes naquele contexto e, ao mesmo tempo, definem as características (propriedades) das ações que são de interesses dos decisores. Os “PVFs” constituem-se os eixos de avaliação do problema.

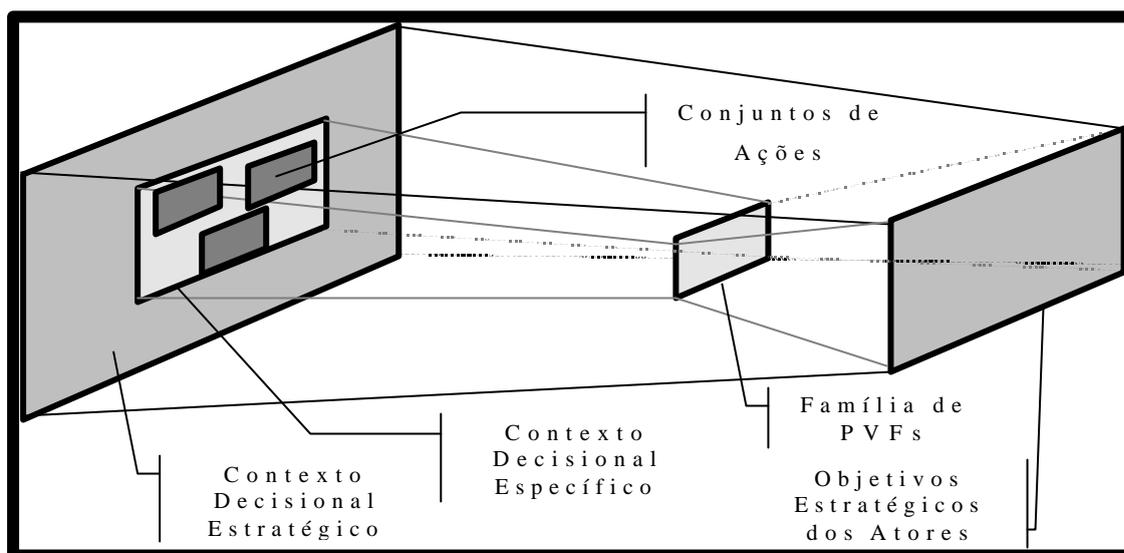


Figura 7 - Pontos de Vista Fundamentais no Quadrado do Processo decisório
 Fonte: Ensslin et.al., 2001, p. 128.

De uma forma mais ampla, os decisores têm diante de si um retângulo decisório em um contexto estratégico: de um lado, externamente, está o conjunto de todas as ações disponíveis aos decisores, e de outros seus objetivos estratégicos (definidos por seus sistemas de valores). Internamente ao quadrado, observam-se os “PVFs” que podem ser alcançados através do conjunto de ações potenciais. Estes pontos de vista são meios para se obter os objetivos estratégicos dos decisores. Portanto, os objetivos estratégicos se projetam nos “PVFs” a serem considerados numa determinada situação. Esses PVFs, por sua vez, delimitam o conjunto de ações potenciais, internamente ao conjunto de todas as ações disponíveis. O conjunto de ações potenciais é, então, formado por um subconjunto estratégico das ações disponíveis no contexto decisório dos atores.

A mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, em que cada grupo de indivíduos com seus objetivos estratégicos guiam a tomada de decisões na exploração do ecossistema planetário. Esses objetivos refletem, de alguma forma, os valores dos decisores, sua cultura e modo de ação. Muitos “PVFs” são decisivos na ordem vigente de todo ecossistema planetário. As decisões tomadas ao longo do tempo e também, em curto prazo, na forma de ações decisivas resultam o caos ecológico e social que hoje a humanidade está enfrentando. Os resultados das ações são visivelmente observados no ecossistema planetário, e são as ações que desencadearam a agressividade ou a exploração sustentável ou insustentável em todo planeta.

1.13.7 – ÁRVORE E AS PROPRIEDADES DOS “PVFS”.

Uma vez definido um conjunto de candidatos a “PVFs”, é possível representá-lo na forma de uma arborescência. Assim consegue-se aumentar o grau de compreensão sobre os aspectos a serem avaliados no conjunto de ações potenciais voltadas para o desenvolvimento e/ou para a sustentabilidade. Muitas vezes os candidatos a PVFs podem estar agrupados em uma mesma área de interesse, ou seja, um ponto de vista superior na hierarquia que agrupa um conjunto de pontos de vista fundamental. Em um determinado contexto decisório pode ser interessante identificar e separar, na árvore, aqueles aspectos relacionados com a área social, ambiental, política, econômica, educacional, etc. Os pontos de vista, para serem considerados fundamentais, devem cumprir isoladamente algumas propriedades para ser considerados uma família; devem ser testados. Tal família servirá de base para a avaliação das ações potenciais, que sejam (ENSSLIN, et.al, 2001 p. 140-143):

- **ESSENCIAL:** o PVF deve levar em conta os aspectos que sejam de fundamental importância aos decisores, segundo seu sistema de valores;
- **CONTROLÁVEL:** o PVF deve representar um aspecto que seja influenciado apenas pelas ações potenciais em questão;
- **COMPLETO:** O conjunto de PVF deve incluir todos os aspectos considerados como fundamentais pelos decisores;
- **MENSURÁVEL:** o PVF permite detalhar, com a menor ambigüidade possível, a performance das ações potenciais, segundo os aspectos considerados fundamentais pelos decisores;
- **OPERACIONAL:** o PVF possibilita coletar as informações requeridas sobre a performance das ações potenciais, dentro do tempo disponível e com um esforço viável;
- **ISOLÁVEL:** o PVF permite a análise de um aspecto fundamental de forma independente com relação aos demais aspectos de conjunto;
- **NÃO-REDUNDANTE:** o PVF no conjunto não deve ser levado em conta o mesmo aspecto mais de uma vez;
- **CONCISO:** o número de aspectos considerados pelo conjunto de PVFs deve ser o mínimo necessário para modelar de forma adequada, segundo a visão dos decisores, o problema;

- **COMPREENSÍVEL:** o PVF deve ter seu significado claro para os decisores, permitindo a geração e comunicação de idéias.

Caso todas as propriedades sejam atendidas, o conjunto de PVFs pode ser considerado como uma família de Pontos de Vista Fundamentais.

Na avaliação local, pode-se medir a performance de uma ação em um determinado “PVF”, independente da performance de outro “PVF”. Na avaliação global os “PVFs”, ou seja, pode-se determinar a performance global de uma ação, como por exemplo, as ações oriundas da mentalidade holística ecológica de ocupação planetária. Levando-se em conta todos os eixos de avaliação, que ao serem medidos, através de seus respectivos critérios - volta-se este trabalho para a conclusão dos caminhos e do encaminhamento do “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da Terra e como se definem - uma mentalidade de ecovisão voltada para o desenvolvimento e/ou sustentabilidade.

Uma visão geral da metodologia MCDA, foi apresentada nos parágrafos anteriores²⁶, como ferramenta de apoio à decisão, método de estruturação e construção dos mapas cognitivos, metodologia que se preocupa, antes de tudo, em estruturar os contextos decisórios (problemas), focando-se sua atuação nos valores e objetivos que os decisores consideram relevantes. No processo de construção dos mapas cognitivos, buscou-se através dessa ferramenta focar a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra. Sob o juízo de valor para compreender através da identificação dos “**PVFs**”, “**PVEs**” e das “**AÇÕES**” apresentados pelos atores no contexto - “*status quo*” - a mentalidade ocupacional de cada grupo identificado, revelado e registrado pelas entrevistas: voltada para o desenvolvimento ou para a sustentabilidade.

Sendo este trabalho, um caminho “**construtivista**”, por isso, seu significado no processo terá sua importância e, ajudará para a construção dos mapas cognitivos a ser descoberto dos “PVFs”: como processo de análise decisório. A utilização dessa ferramenta terá a sua importância para compreender os problemas emergentes que surgem no meio ambiente, deixando a parte formas de traçar soluções em si com os objetivos e valores aparentes dos indivíduos, mas sim a busca de compreender e interpretar a mentalidade, o “*status quo*” da posse e ocupação da Terra: na perspectiva de uma ecovisão de consenso construído com responsabilidade.

²⁶ Do item 1.13.1 ao item 1.13.7.

CAPÍTULO – II

O INDIVÍDUO E A MENTALIDADE DE SER-NO-MUNDO.

“Pela primeira vez, o homem compreendeu realmente que é um habitante do planeta e, talvez, deva pensar ou agir sob novo aspecto, não somente sob o de indivíduo, família ou gênero, Estado ou grupo de Estados, mas também sob o aspecto planetário” Vernadski.

2.1 - O INDIVÍDUO E A MENTALIDADE DE SER-NO-MUNDO COMO PESSOA.

Para um emaranhado de conceitos e definições que seguirão, sobre quem é o homem (ator) e como age, quase se perdem as certezas de indentificá-lo, mas há necessidade de ser conseguida, no mínimo, uma explicação sobre quem são os atores, quem são os indivíduos (psicologia), como são formados (antropologia), como pensam e agem (ética), como é a mentalidade social (sociologia) de posse e ocupação da Terra: *um ser-no-mundo*. Pode-se repetir Voltaire: *“Se queres discutir comigo, define os termos”*.

O homem visto como *pessoa* no sentido mais comum do termo. Abbagnano (1998), apresenta um caminho de argumentos sobre o conceito de pessoa. Diz que: *“pessoa é o homem em suas relações com o mundo ou consigo mesmo”*. Em primeiro momento, a pessoa, é a *“relação à função e relação-substância”*, essa palavra deriva de *“persona”*, que, em latim, significa máscara (no sentido de personagem: in. *Charater*, fr. *Personnage*, al. *Rolle*) que foi introduzido pelo estoicismo²⁷ popular para designar os papéis representados pelo homem na vida. Apresenta Epicteto quando diz: lembra-te de que aqui não passas de ator de um drama, que será breve ou longo segundo a vontade do poeta. E se lhe agradar, representa uma pessoa de mendigo, esforça-te por representá-la devidamente. Faze o mesmo, se te for destinada à pessoa de um coxo, de um magistrado, de um homem comum. Visto que a ti cabe apenas representar bem qualquer pessoa que te seja destinada, a outro pertence o direito de escolhê-la. O conceito de papel, neste sentido pode ser reduzido ao de relação: um papel, outra coisa não é, senão um conjunto de relações que ligam o homem à dada situação e o

²⁷Estoicismo. Sistema filosófico, cujo fundador foi Zenão de Cício (Chipre), filósofo grego, que aconselha a indiferença e o desprezo pelos males físicos e morais. 2. Rigidez de princípios morais. 3. Austeridade.

definem com respeito a ela. O papel de um possessor, por exemplo, que torna-se responsável pelo meio ambiente que vive e explora.

A pessoa, em segundo momento, é como “*auto-relação*” (relação consigo mesmo), Abbagnano (1998), diz que a partir de Descartes, ao mesmo tempo em que diminuiu o reconhecimento do caráter substancial da pessoa, acentua a sua natureza de relação, especialmente de “*auto-relação*” ou relação do homem consigo mesmo. O conceito de pessoa, neste sentido, identifica-se com o de “*Eu como consciência*”, e é analisado, sobretudo, no que se refere àquilo que se chama de identidade pessoal, ou seja, unidade e continuidade da vida consciente do Eu. O autor cita Locke e afirma que pessoa “*é um ser inteligente e pensante que possui razão e reflexão, podendo observar-se (ou seja, considerar a própria coisa pensante que é ele) em diversos tempos e lugares; e isso ele faz somente por meio da consciência, que é inseparável do pensar e essencial a ele*”. (Ensaio, II, 27, 11). A pessoa é aqui identificada com a identidade pessoal, com a relação que o homem tem consigo mesmo, e esta última com a consciência. Wolff diz: “*a pessoa é o ente que conserva a memória de si mesmo, ou seja, lembra-se que é o mesmo que foi antes, neste ou naquele estado*”. O autor também diz que Kant analogicamente afirma: “*O fato de o homem poder representar seu próprio eu eleva-o infinitamente acima de todos os seres vivos da terra. Por isso ele é uma pessoa, e por causa da unidade de consciência persistente através de todas as alterações que podem atingi-lo, é uma só e mesma pessoa*”. (Antr. 35). Hegel entendia por pessoa o sujeito autoconsciente enquanto “*simples referência a si mesmo na própria individualidade*”.

Em terceiro momento, as interpretações feitas nos parágrafos anteriores sobre “*pessoa*” recebem críticas mais radicais de interpretações com o hegelianismo. A antropologia, da esquerda hegeliana e do marxismo, constituem uma renovação nestes conceitos: a pessoa humana é constituída ou condicionada essencialmente pelas “*relações de produção e de trabalho*”, de que o homem participa com a natureza e com os outros homens para satisfazer às necessidades (Marx, Ideologia Alemã, I).

Por outro lado, a doutrina moral kantiana já caracteriza o conceito de pessoa em termos de heterorrelação, ou seja, relação com os outros. Quando Kant dizia que os “*seres racionais são chamados de pessoas porque a natureza deles os indica já como fins em si mesmos, como algo que não pode ser empregado unicamente como meio*”. Grundlegung Met. der Sitten, II, declarava que a natureza da pessoa, do ponto de vista moral, consiste na relação

intersubjetiva. No entanto, foi só com a fenomenologia²⁸ que o conceito de pessoa como heterorrelação ingressa explicitamente na filosofia.

Husserl que considera o eu como o “*pólo da vida intencional ativa e passiva e de todos os hábitos criados por ela*” (Cart. Méd. & 44) acentuava essa relação com outra coisa, em que consiste a intencionalidade. Mas é sobretudo com Scheler que a pessoa é explicitamente definida como “*relação com o mundo*”. Segundo ele, a pessoa é definida essencialmente por essa relação, assim como o eu é definido pela relação com o mundo externo, o indivíduo pela relação com a sociedade, o corpo pela relação como ambiente. Segundo Scheler (1954), “*o mundo nada mais é que correlação objetiva da pessoa, portanto, a cada pessoa individual corresponde um mundo individual*”. As esferas objetivas que se podem distinguir no mundo (objetivos internos, objetivos externos, objetivos corpóreos, etc). Tornam-se concretos, apenas enquanto partes de um mundo correlativos a uma pessoa, enquanto domínio das possibilidades de ação da própria pessoa. A pessoa, neste sentido, não deve ser confundida com a alma, com seu eu ou com a consciência.

Scheler (1954, p.449) diz que a pessoa “*só se dá onde se dá um poder fazer por meio do corpo, mas precisamente um poder fazer que não se fundamenta, apenas na lembrança das sensações ocasionadas pelos movimentos externos e pelas experiências ativas, mas que precede do agir efetivo*”. O homem é pessoa, porque, nos papéis que desempenha é essencialmente definido por suas relações com os outros.

Para Platão “*as massas nunca serão filósofos*”. Esta frase, de Platão, é válida também hoje. A maioria dos homens retira a sua visão do mundo de uma tradição religiosa ou de qualquer outra tradição que suga o leite materno. É necessário refutar, mas também reconstruir de forma positiva estes pensamentos. O homem não tem a opção de formar ou deixar de formar uma idéia metafísica e um sentimento metafísico, isto é uma idéia que sirva de fundamento ao próprio homem e ao mundo, o ente que existe somente por si mesmo e do qual dependem todos os outros entes. O homem tem sempre necessidade de tal idéia e de tal sentimento – consciente ou inconsciente - por aquisição própria ou por hereditariedade. A opção que ele tem é de formar uma idéia boa e racional do absoluto ou uma idéia má e irracional.

²⁸ Fenomenologia - Sistema filosófico em que se estudam os fenômenos interiores considerados como ontológicos.

Consoantes a estes conceitos do homem como pessoa, a consciência intelectual e a esfera de um ser absoluto, pertence à essência do homem e forma uma única estrutura indestrutível, com consciência de si, de mundo, linguagem própria e consciência coletiva. Esta consciência de pessoa, que é responsável pelo meio em que se vive, que na formação da mentalidade de ocupação da Terra da qual está inserida em toda a ecovisão: da casa, gaia, ethos, enfim, em todo meio que a pessoa age e reage.

2.2 - O INDIVÍDUO E A CAPACIDADE DE SABER SER-NO-MUNDO.

O homem, em resumo, é capaz de três formas complexas de saber: o saber de *dominação ou de realização*, o saber da *essência ou cultural* e o saber *metafísico ou saber de salvação*. Nenhuma destas três formas de saber existe somente em função de si mesma. Toda espécie serve à reformulação de um ente: ou dos objetos, ou da forma cultural do próprio homem, ou até mesmo do absoluto.

Scheler (1954), a primeira espécie de saber, o saber de realização e de domínio, está a serviço do poder técnico, que se pode ter sobre a natureza, a sociedade e a história. A segunda espécie de saber possível é o saber da ciência filosófica fundamental, que Aristóteles chamava de “filosofia primeira” – isto é, saber das formas do ser e da estrutura essencial de tudo que é. Para Husserl e sua escola o fato de que se trata aqui, neste saber está na essência. E o núcleo da terceira espécie de saber, o saber metafísico e de salvação. A ontologia da essência do mundo próprio é certamente um trampolim para este conhecimento. Saber o que é este homem. A metafísica pré-Kantiana parte tentando avançar a partir do ser do cosmos ou, em todo caso, do ser concreto do mundo interior e exterior deve ser relacionado em primeiro lugar com o homem.

Basbaum (1982), a posição do homem na natureza tem em si o produto de sua cultura:

A posição do homem na natureza: a idéia que o homem tem de si mesmo é produto da sua cultura. Varia com o grau de civilização que atingiu, aqui e ali, com a especificidade do meio natural e social, das idéias correntes no seu grupo, das crenças que lhe encucaram no espírito desde que nasceu, da religião, das ideologias, enfim do seu contexto mental.

A preocupação do homem, pelo próprio homem, e a condição humana sempre foi objeto de longas meditações, mesmo no passado pré-científico da humanidade, quando se viu

freado diante das forças da natureza. Os problemas fundamentais que preocupam, ainda hoje, os homens - *quem somos, de onde viemos, para onde vamos?* – somente, começam a surgir em um determinado estágio de civilização, com a divisão do trabalho. Alguns homens, com capacidade de admiração e assombro, menos preocupados com o pão de cada dia, e com tempo suficiente para isso, se puseram a indagar, a si mesmos, sobre seu próprio significado e qual é o sentido de sua existência no mundo.

No âmbito da autoconsciência de ser-no-mundo, (JOÃO PAULO II, 1998, p. 5-6) fala que, a partir da realidade, de mundo o homem conhece a si mesmo. Ei-la:

No âmbito da autoconsciência pessoal: quanto mais o homem conhece a realidade e o mundo, tanto mais se conhece a si mesmo na unicidade, ao mesmo tempo que nele se torna cada vez mais premente a questão do sentido das coisas e da sua própria existência. O que chega a ser objeto do nosso conhecimento torna-se por isso parte de nossa vida. A recomendação *conhece-te a ti mesmo* estava esculpida no dintel do templo de Delfos, para testemunhar uma verdade basilar que deve ser assumida como regra mínima de todo homem que deseje distinguir-se, no meio da criação inteira, pela sua qualificação de “homem”, ou seja, quando “conhecedor de si mesmo”.

A mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, sua complexidade paradoxal da posse e de desenvolvimento ou sustentabilidade, fazem parte e, são os grandes questionamentos gerados pelo homem, na sua identidade de pessoa (de ser-no-mundo), integrando-se na mentalidade de ocupação da Terra, da forma de como usá-la e de como defendê-la de todo encaminhamento destrutivo que todo ecossistema vem sofrendo nesse novo milênio.

No estágio da cultura, observa-se que existe entre os homens uma grande diferença – a capacidade de criar e de se defender da natureza hostil - que existia e existe entre ele e os demais seres vivos. Mas, quando tem que estudar a si mesmo, no próprio homem, falta-lhe objetividade. É difícil para ele desprender-se de seus conceitos “*a priori*”, das crenças e dogmas, do eu no passado biológico, das pressões sociais e fazer de si mesmo um objeto, como se estivesse examinando uma cobaia num laboratório. Mesmo na ótica de um exame superficial - desde que se consiga libertar-se dos preconceitos religiosos ou morais - o homem é, antes de tudo, um animal vertebrado dos primatas, mamífero, e a dificuldade está até mesmo em aceitar que pertence á família dos primatas, dos antropóides. É, portanto, o homem, parente não muito longínquo dos macacos.

De acordo com os conhecimentos científicos, até agora adquiridos, o *homo sapiens*, na nomenclatura zoológica, é uma nova espécie de animal, mais aperfeiçoada no sentido das possibilidades de sobrevivência. Não só possui de um gênero que já produziu outras espécies, desaparecidas, que se tornaram inadaptáveis às condições de vida, encontradas na terra, tais como o homem de Neanderthal ou de Cro-Magnon e vários outros, e também, como tantas outras espécies de animais e vegetais em que a paleontologia dá conta.

Morin (2001, p.58) diz que a pessoa do século XXI deverá abandonar a visão unilateral que define o ser humano pela racionalidade (*homo sapiens*), pela técnica (*homo faber*), pelas atividades utilitárias (*homo economicus*), pelas necessidades obrigatórias (*homo prosaicus*). O ser humano é complexo e traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagonicos: *sapiens e demens* (sábio e louco), *faber e ludens* (trabalhador e lúdico) *empiricus e imaginarius* (empírico e imaginário) *economicus e consumans* (econômico e consumista) *prosaicus e poeticus* (prosaico e poético) e através dessa bipolaridade deverá adotar uma postura de relações, de defesa da própria espécie humana, que se encontra nessa diversidade de relações.

Esse *homo-sapiens*, que teria conseguido sobreviver, destacou-se, dos outros animais, de varias maneiras, como por exemplo, na sua postura vertical, pela conformação as mãos e dos membros inferiores. De fato, tudo isso associado à capacidade de emitir sons articulados variáveis e, principalmente, por possuir uma inteligência muito superior ao comum dos outros animais. Com isso, lhe permitiu transformar esses sons articulados em uma linguagem, dando-lhe possibilidades de se comunicar melhor com seus semelhantes, todavia, fez do homem, um ser que domina, é dominado e tem poder.

A linguagem é o instrumento e o suporte indispensável ao progresso do pensamento. Entre pensamento e linguagem existe uma relação de reciprocidade: a linguagem exprime o pensamento, ao mesmo tempo em que age na estrutura do mesmo. Enquanto outros animais começam a viver, no sentido animal, logo que nascem, o homem só começa a viver como homem, bem mais tarde: no animal é uma faculdade biológica, no homem uma faculdade social. A inteligência, uma simples capacidade de compreensão e opção, deriva de um cérebro mais complexo, transforma-se, em *face do mundo exterior e da vida social em consciência*.

O homem é o único animal a possuir consciência de ser-no-mundo. Essa consciência que lhe dá a característica humana e que, portanto, o que distingue fundamentalmente dos

outros animais, mesmo os mais inteligentes. Possui a consciência para ter uma mentalidade de posse e ocupação da Terra, voltada para numa ecovisão holística, de lente limpa para a sustentabilidade, de si mesmo e do meio em que vive. É o que tem inteligência de diferenciar o que se pode ser preservado e o que se pode explorar. Porém, a consciência da massa está distante desse movimento pela sustentabilidade do meio ambiente ocupado e explorado.

Basbaum (1982, p. 60) relata a capacidade do conhecimento do homem e a sua ação, como fruto de seu conhecimento, em que ao criar valores de si mesmo e do mundo, vive em sua essência, tais valores:

A posse da consciência dá ao homem a capacidade de conhecimento. O conhecimento é a ação, como a ação é fruto do conhecimento. A consciência dá ainda ao homem a capacidade de criar valores morais e a de optar entre eles, dá-lhe a posse de si mesmo e, portanto do seu próprio destino. É ainda a consciência que dá ao homem a dignidade humana, que é a sua consciência de ser. A dignidade humana é a posse absoluta da consciência em si mesmo, sua característica essencial como homem.

Para o homem totalizado ou um homem total: há todo um processo histórico. O homem anátomo-fisiológico é apenas uma parte do homem total, esse é o princípio do homem e com seu meio e circunstâncias, seu habitat, suas condições de vida. Mas não sendo apenas isso. Tais condições são próprias de qualquer ser vivo.

Para o homem total, o universo é o seu mundo e sua totalidade. Esse universo coincide com os limites de sua consciência e não é apenas do seu mundo, imediato, que está ao alcance dos seus sentidos no qual vive: sua família, seu trabalho, sua aldeia. O homem total é o homem com sua consciência de mundo, e isso pode variar, certamente, de homem para homem. O homem total é, pois, o homem com seu mundo, do qual tem consciência.

O mundo do beija-flor se limita à flor da qual suga seu néctar. O mundo dos tigres é a selva em que vive e na qual encontra seu meio de subsistência. O mundo do sapo limita-se à lagoa. Para Basbaum (1982, p. 63) esse mundo da totalidade se dá, no seu *eu*, na *família* e no *ambiente*, associados, em sua consciência, que tem do outro e que faz o seu mundo:

O mundo para o homem é o mundo no qual, para o qual e do qual vive: seu eu, sua família, seu ambiente, a sua consciência que tem do outro (o conhecimento do mundo), seus interesses (sua ligação, portanto) com ele (...). Totalização é o entrosamento da consciência com o mundo. O todo esta intimamente relacionado com o meu ser e faz parte do meu mundo, constitui uma unidade comigo. Esse mundo exterior só é exterior na medida dos limites de minha consciência. O meu meio tem os limites de minha consciência.

O homem ainda é a convivência no tempo, seu passado, presente e seu futuro. Ele é parte de uma práxis, de uma atividade social humana, que o fez, mas que ao mesmo tempo é por ele feita. É sujeito e objeto de sua atividade, como sujeito e objeto da História.

Consoantes, aos parágrafos precedentes, pode-se dizer que o homem se totaliza em um processo de vários graus de amplitude. É um todo orgânico, anátomo-fisiológico. É um todo de corpo e espírito, pensamento e consciência. É um todo com um mundo natural. É um todo com um mundo histórico natural e humano. É um todo com o meio social, o meio em que vive, um todo com os outros para aos quais ele é outro, que fazem parte do seu ser total. É um todo com seu futuro, pelo qual se orienta e que dirige de certo modo sua ação. É um todo com a sociedade e o Estado, na medida em que este existe, como ser político. Finalmente é um todo com sua consciência do mundo, de ser-no-mundo, é com o mundo que sua consciência abrange, e é tanto mais totalizado quanto mais ampla for a sua consciência, quanto mais amplo o mundo que sua consciência abrange.

A totalidade, todavia, não elimina os conflitos dialéticos internos. Na dialética de consciência de mundo, permanecer no mesmo e, também na defesa do mundo, em que somente se está de passagem, faz desse homem total, apenas singular, na sua maneira de pensar, não no todo, mas somente na parte; na sua parte. Tais conflitos continuam dentro da totalidade, fazendo do homem cada dia um novo ser. A partir de certo momento, no processo da evolução histórica, a totalização deixa de ser consciente. Transforma-se num processo natural já pertencente à consciência.

Selvaggi (1988, p.13) quando fala do homem e o mundo, relaciona a experiência do nosso ser-no-mundo, em que essa situação deve começar pela análise do que é o dado, fundamental, pela nossa consciência, isto é, o nosso ser-no-mundo. Assim comenta:

A consciência, com efeito, mesmo mais radical e profunda, nunca me apresenta um puro “eu”, um eu solitário e avulso, mas só e sempre um “eu no mundo”, o meu ‘ser-no-mundo’, como unidade-totalidade de experiência vivida: “A expressão composta ser-no-mundo revela, já na sua cunhagem, que se quer aludir a um fenômeno unitário”. O ser-no-mundo é o primeiro dado primordial da consciência, que não deve e não pode ser “posto”, porque é o pressuposto fundamental de toda posição, de toda afirmação ou negação, projeto ou ação.

Nesse confuso entrelaçamento, de fatores diversos da posse e ocupação da Terra, coloca-se o homem, certamente, como um ser-no-mundo. Os elementos teóricos e sistematicamente, mais importantes, são as de observação objetiva e de reflexão subjetiva, que

podem ser feitos a respeito dos pontos de vista fundamentais, na interpretação dos valores, apresentados na mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra.

A ruptura da visão integrada do homem com sua natureza, partindo do princípio que é parte integrante dessa natureza, coloca-o numa posição de superioridade de ser-no-mundo diante do mundo natural e físico, o que justifica o seu senso de apropriação e domínio. Colocar a culpa em Descartes, pela ruptura desta relação homem-natureza e pela fragmentação do conhecimento, não resolve a pertinência dessa temática, apenas, transfere esta questão a terceiros, “descartando” a contribuição para a construção da sociedade e dos valores culturais, que fazem da mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, o centro de todos os fenômenos integralizantes dessa ecovisão de ocupação.

Ao se refletir sobre a mentalidade de ocupação da Terra, o pensamento de (SARTRE, 1985) em que o mesmo lança a questão da “*liberdade*” numa dimensão radical do ser-no-mundo, observa-se que não há critérios para decidir que valores deveriam orientar as ações, enquanto tenha emprestado um sabor algo kantiano a essa idéia. Ele sugeriu que quando se toma um curso de ação, para cada escolha, implica o conjunto da humanidade. Ao escolher os valores, estabelecem-se padrões universais. De forma mais geral, ele queria sublinhar que “*estamos condenados à liberdade*”: o homem não é livre para deixar de ser livre. Contra isso se insinua apenas a possibilidade de espírito sério, como se o universo dos valores, tivesse idade ou os desejos se relacionassem diretamente à materialidade das coisas ou má fé, lançado, portanto, mão de papéis sociais ou de condicionamentos que supostamente determinam a ação. Assim, a cultura de cada um recai à responsabilidade de escolher. Este é, todavia um peso do qual não se pode de qualquer forma nos aliviar. Os motivos e impulsos não são coisas, pois sempre lhes são emprestados novos sentidos. Mais tecnicamente, ele assimila que a liberdade vem da capacidade de produzir a “*nadificação*”. Não sendo consciência de uma coisa, ela é basicamente “*falta de si*”, está-se condenando a sempre se libertar da “*essência*”, do mero “*em si*”. Deseja-se que não se seja: a liberdade é o ser que se faz desejo de “*ser em-si-para-si*”.

O problema é que a síntese é impossível. É o hiato entre o “*si*” e a consciência “*para si*” que a causalidade é suspensa, a identidade estala, a contingência absoluta se introduz, os valores são gerados e a liberdade se instala²⁹. Sartre não se encontra de forma alguma fora do

²⁹ Sartre 1985.56-82; 123-128, 487, 690-1. e, também, O ser e o nada. Vozes, Petrópolis, 1997, p. 750

tempo, para o fato de que se vive em situações que colocam limites para a ação. Porém, o que, para ele é importante enfatizar, é o caráter absoluto da consciência – sua “natividade”. Sua concepção de liberdade entrelaçava-se, ademais, com a noção de escolha original e de projeto fundamental – que pode ser por outro lado sempre recriado “ex-novo” – mas que possuem eles mesmos um aspecto contingente ao concretizá-lo. Se o “*ser do homem*” enquanto tal – é “*ser livre*”, a angustia é a consciência da “*liberdade*”, estado “*reflexivo*” e “*afetivo*” que deriva do “*medo*” frente às “*possibilidades*” da existência. Arranca-se a angústia ao se tomar decisões, a qual, momentaneamente, limita as possibilidades.³⁰

Ao afirmar-se à especialidade do ato humano, que atravessa o meio social, retendo-se as determinações que transforma o mundo sobre a base de condições dadas, faz do homem o ser supremo do poder de agir e transformar o meio em que vive. O homem é, caracterizado pela superação de uma situação (...) a conduta mais rudimentar deve se determinar em relação a fatores reais e efetivos que a condicionam e em relação a um certo objeto do devir, o qual ela tenta fazer nascer. Isso é o chamado projeto. Por meio dele, define-se uma dupla relação simultânea; em relação ao dado, a práxis é negatividade, porém, se trata de uma negação - uma negação em relação ao objeto visado - ela é positividade; mas essa positividade verbal “não existente”, naquilo que “ainda não foi”.

O autor enfatiza que no coração da “reidificação” o “agente humano” consiste ainda numa “totalidade constituinte dialética”. Ele não se contenta com isso e lança-se a definir e explicar fenômenos sociais. Ele delinea uma distinção tipológica entre “grupos” - que são ativos e descansam sobre uma “práxis” compartilhada, ainda que o indivíduo seja aí medido pelo “Outro” na constituição da intersubjetividade e de sua própria subjetividade – e “coletividade” que se tornam passivas e foram capturadas pelo “prático-inerte”, por seu “ser”, sua “essência”, pela “serialidade” na qual entram suas “unidades” por meio de demandas de um “objeto comum”. Esta liberdade e complexidade que o homem apresenta, faz dele uma vítima que o mesmo impõe ao meio ambiente e ao “mundo-em-si” onde ele vive. A sua casa corre risco, devido à maneira e forma como este ser pensa – a mentalidade de ocupação da Terra - e como ele se vê como um ser-no-mundo, faz da ocupação e posse, o destino de si mesmo e do próximo. A integração do homem na ecovisão de ser-no-mundo, no ecossistema planetário, a partir da premissa de que todo ser humano tem suas limitações, como pessoa, e respeitando suas diferenças de mentalidade e de cultura, haveria, aí, talvez, uma mudança de

³⁰ Ibid, pg 497, 517, 537, 623.

entendimento na mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, em busca de desenvolvimento sustentável e não apenas de sobrevivência imediata e provisória para toda humanidade.

2.3 – A MENTALIDADE DO INDIVÍDUO BIOPSIKOSSOCIAL.

Chanlat (1996), define: “*O indivíduo é por definição um ser biopsicossocial, isto é, ao mesmo tempo biológico, psíquico e social*”. Conquanto seja, teoricamente possível estudar estes aspectos em separado, é forçoso reconhecer, que na prática, quaisquer uns desses termos defrontem-se com os indivíduos íntegros, completos, inseridos no mundo em que vivem: com ou sem preocupações ecológicas.

A esfera biológica compreende todos os aspectos fisiológicos e anatômicos do homem, desde a sua estruturação física (ossos, músculos e órgãos) até a produção e combinação, nele, de elementos e substâncias bioquímicas (proteínas, hormônios, fluídos vitais, etc). As atividades psicológicas são, geralmente, tidas como uma categoria à parte.

Entretanto, há um conjunto de estudiosos que insiste em duvidar de qualquer indissociabilidade, entre o físico e mental, até mesmo entre físico, mental e emocional. Seja como for, modernamente, muito se têm avançado nas propostas e esquemas de estruturação e desenvolvimento da psique humana, citando-se apenas, Sigmund Freud e Carl Gustav Jung, como os nomes provavelmente mais divulgados fora dos círculos eruditos.

O papel do indivíduo na sociedade quer seja, em suas unidades básicas (como a família) quer seja, em agremiações superiores (clã, nação, estado, comunidade), constitui-se há muito no foco principal do interesse das Ciências Humanas e Sociais. Mas, tudo leva a crer que esses três níveis, o biológico, o psicológico e o social, não permanecem estanques no trato entre si, isto é, crê-se no seu relacionamento e, até, em sua interdependência. Eles, enfim, parecem influenciar-se mutuamente. Conforme Chanlat (1996) explica que uma pessoa atingida por uma perturbação funcional qualquer pode rever sua posição no trabalho, suas atividades e suas relações sociais. O inverso é igualmente verdadeiro – o psíquico e o social podem ter conseqüências biológicas. Por exemplo, (...) uma situação (cultural) paradoxal (...) pode provocar, às vezes, disfunções psíquicas ou orgânicas.

Por muito que, não se possa parar por aí, seria ainda preciso considerar outras influências (além das acima citadas) que colaborariam para moldar a conduta dos indivíduos, como por exemplo, as circunstâncias e o contexto definem e colaboram com o que pode ocorrer. Acerca disso, Chanlat (1996), escreve que na escala individual, o biológico, o psíquico e o social exercem um papel mais ou menos importante segundo o contexto e as pessoas envolvidas. A herança biológica, os traços de caráter, a história pessoal, as origens socioculturais deixam sua marca a sabor dos eventos e condutas individuais. A realidade humana observada neste nível, conjugando sutilmente estes três elementos, explica em certa medida por que em situações (...) similares, alguns se comportarão ou reagirão diferentemente no plano individual – o conformismo ou a revolta, a aceitação ou a crítica, a resistência ou a auto destruição têm suas raízes em grande parte no arcabouço biopsicossocial de cada um, ou seja, o eu é indissociável da própria história, da própria experiência e das vivências e das relações. Assim sendo, o ser humano *“só é enquanto relacionalidade”*. Pode-se observar na ilustração da figura 8, as linhas e os “nós” de realções, dos quais na linha vertical o homem relaciona-se com relação Deus (como filho na religiosidade) consigo mesmo (como seu senhor na liberdade (agir) e na consciência (ser)). Já na linha horizontal as ralações com o cosmos (como administrador das criaturas e da matéria) e com os outros seres (como irmão na intersubjetividade). Entrementes, cada ser humano é um “nó” de relações e, sobretudo é necessário que ele tenha “consciência” da existência desses “nós” de relações. O ser humano como pessoa ou como humanidade tem o poder cortar, romper essas relações que os envolvem e se isolar ou fechar-se para tudo e para todos. Com o isolamento ou rompimento dos “nós” de ralações o ser hmano pode causar assim o desequilíbrio, em todo o ecossistema, emfim, em toda a vida planetária.

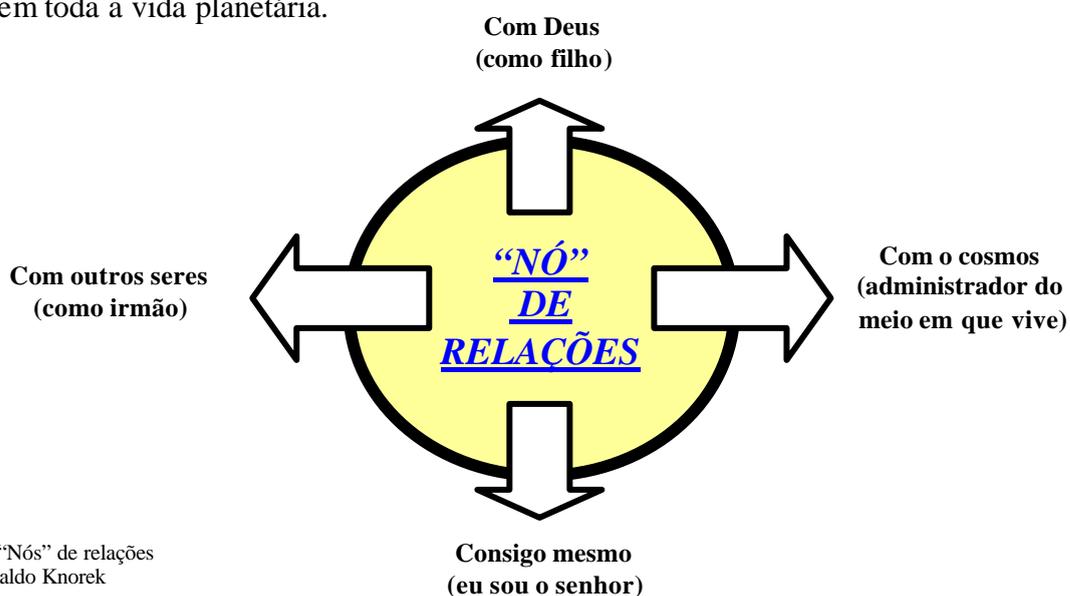


Figura 8 – “Nós” de relações
Fonte: Reinaldo Knorek

Assim, seria necessário proceder a uma análise dinâmica e sistêmica deste ser humano complexo que é “ser humano só enquanto se relaciona”, bem como de sua interação para com o mundo exterior: povoado de coisas e outros seres, igualmente multifacetados. Certamente o homem apresenta-se como um ser que é: “*eu (...) indissociável da própria história, da própria experiência e das vivências*” Chanlat (1996), assim sendo, poder-se-iam formular questões a respeito desse “eu”: como se estruturar e depois qual seria essa trajetória. Trajetória essa, do eu no desenvolvimento como pessoa e como ser que se relaciona com Deus, consigo mesmo, com o cosmos e com os outros.

Arendt (2000, p. 15) destaca a condição humana dizendo que a “*A vita Activa*”³¹, expressão, que pretende designar três atividades humanas fundamentais: *labor, trabalho, ação*.

O labor é atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não compensa por este último. O trabalho produz um mundo <<artificial>> de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.

A condição humana compreende algo mais do que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados e condicionadores: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. A mentalidade sobre o mundo ecológico faz essa condição. Além dessas condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens criam as suas próprias condições, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana. Possui a mesma força condicionante das coisas naturais, tudo e espontaneamente o que façam, são, sobretudo, ações complexas.

³¹ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10^o ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

2.4 – A MENTALIDADE DO INDIVÍDUO QUERER SER TOTALIDADE ESPACIAL.

Mais do que noutras épocas, hoje, pode-se dizer que se sabem muitas coisas sobre o homem. Mais escasso, todavia, permanece o conhecimento sobre o agir e o pensar, desse homem, em referência à mentalidade na ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra. À primeira vista não parece, mas os saberes mais lúdicos, que dirigem o estilo de vida, provêm da mentalidade humana no mundo e no sentimento do nada que é a sua existência. Por muito que, das ações do homem observado, sobre a forma de pensar e de agir – a totalidade de ser - encontram-se alguns pontos de vista fundamentais - “PVFs” -, que se necessário, para a aproximação do entendimento sobre a ecovisão de mentalidade ocupacional da Terra, podem dar sentido à existência de ser-no-mundo. Mas quando busca saber o que o homem deve fazer e o que pode esperar da ocupação e da posse da Terra, ele se dá conta que, mesmo tardiamente e, na maioria das vezes acaba percebendo que tem uma vida escatológica: destinada a um fim como qualquer outro ser.

Entrementes, desde remotos tempos, o homem é tido como centro do mundo e a glória do universo criado, porque, nele fulge a luz da inteligência e da razão. Sendo o homem um ser pensante, vale mais do que toda a criação material em conjunto, pois à distância que medeia entre o pensamento e a *physis*, é qualitativa e essencial na sua maneira de pensar e ser total. Vive entre as coisas que circundam em sentido geográfico, biográfico, pois está procurando satisfazer as necessidades que condicionam a sua existência de ser total nesse cosmos: “*eu e minhas coisas*” que forma uma unidade de todo *meu ser*. Em virtude desta vinculação, tem sentido a afirmação “*eu sou eu e minhas circunstâncias*”. Ou ainda: “*a realidade é a minha co-existência com a coisa, a co-existência de um eu com as coisas, de algumas coisas ante o eu*” (ORTEGA Y GASSET, 1986 p. 148-149).

Dussel (1977, p.30) define o homem “*Como totalidade espacial, o mundo sempre situa o eu, o homem ou o sujeito como centro; a partir de tal centro se organizam espacialmente os entes desde os mais próximos e com maior sentido até os mais distantes e com menor sentido: estes últimos são os entes periféricos*”.

Por certo, sempre e por toda parte, vive-se na livre doação e ação do verbo *ser*! Não há quem duvide que neste momento somos existentes! Cada qual pode dizer *eu sou*! E juntos podemos proclamar *nós somos*! Mas em todo momento e todo lugar, embora fortes e

saudáveis, sentimo-nos sutilmente ameaçados no *sendo* que *somos* e presentimos que logo mais *seremos* tragados pela não-existência (BUZZI, 2002, p.13).

Já, sendo, o homem, um ser no mundo, por um lado, como em todo o conhecimento científico já produzido, na forma de pensar as contrariedades produzidas e reproduzidas pelas suas ações, e que cada vez mais está evidente, afinal, longe de seu acerto. Para tanto, sem os conhecimentos das mediações, o indivíduo estaria impedido de agir no mundo, de ser no mundo, direcionar-se, ter ciência do significado da mediação cósmica e contextual. Mas com o conhecimento acumulado, conseguem sim, alcançar seus objetivos finais através das ações modificadoras do ambiente em que vive m – pois o homem é produtor e produto de suas ações.

Não obstante, mesmo sendo retirado do centro do universo com que a teoria de Copérnico³², e caso não se propuser fazer, novamente, uma nova “*revolução copernicana*”, de modo semelhante e análogo à revolução copernicana, realizada por Kant. O filósofo, nas suas teorias, volta-se para explicar a racionalidade do homem e de ser-no-mundo, e que o homem afinal, está fadado a ser-no-mundo o responsável pela destruição de todo ecossistema planetário que o sustenta ou aquele que volta suas ações em defesa desse ambiente. Está, o homem, como ser que se encontra na totalidade das coisas reais e um ser condenado à liberdade: liberdade de ação e reação.

Gleiser (2000, p.103) comenta que a “*revolução copernicana*” iniciada (involuntariamente) por Copérnico e levada a cabo por Kepler e Galileu, foi uma profunda mudança de atitude em relação à autoridade baseada em dogmas. Essa foi à *transformação mais profunda do espírito humano* desde o século VI a.C.

Assim descreve a tese de Copérnico:

Copérnico postula que o sol é o centro da órbita de todos os planetas e, portanto, do Universo; que a Lua, e apenas a Lua, gira em torno da Terra; que a Terra gira em torno do seu eixo; e que a Terra e os outros planetas giram em torno do Sol em órbitas circulares.

³² **Nicolau Copérnico (1473-1543)** Astrônomo polonês. Acreditava-se em sua época que a Terra constituía o centro imóvel do universo, em redor do qual giravam a Lua, o Sol, os planetas e as estrelas. Copérnico mostrou que os movimentos complicados destes astros admitiam explicação mais simples e natural se considerasse a Terra como planeta que gira em redor de si mesmo e em redor do Sol, cujo eixo de rotação, inclinado com relação à eclíptica, fica constantemente quase paralelo a si mesmo no decorrer de vários anos. Pela inovação científica que sua teoria heliocêntrica trouxe ao mundo, Copérnico é considerado o pai da astronomia moderna.

A revolução copernicana, não só representa a substituição do sistema geocêntrico do universo pelo sistema heliocêntrico, mas acima de tudo, fornece *uma nova concepção* do universo, a de um universo *infinito, aberto, homogêneo*, de igual natureza, povoado de miríades de sistemas solares. Sobre tudo, é Copérnico que tira o homem primitivo do centro da Terra.

Para além do campo científico da Astronomia, a “*revolução copernicana*”, na observação de (SELVAGGI, 1988 p. 45), foi muito mais do que ciência: foi uma radical mudança de mentalidade da humanidade, como comenta:

O símbolo de uma revolução na visão geral do mundo e do homem, uma mudança radical de mentalidade, o símbolo de uma nova cultura e de uma nova civilização. O homem e a terra por ele habitada são expulsos do centro do universo e relegados a um canto remoto, privado de todo e qualquer privilégio e dignidade especial; o homem é apeado de seu trono, cessa de ser rei e o centro do universo e começa a aparecer a si mesmo como um grãonzinho de pó perdido na infinidade dos céus.

Reale (1990, p. 874/878) relata que Kant³³ ao tentar explicar o conhecimento, supondo que o sujeito deveria girar em torno do objeto, mas baseado, neste ângulo de observação muitas coisas permaneciam inexplicáveis. Kant inverteu os papéis, supondo que o objeto é que deveria girar em torno do sujeito. Copérnico havia feito uma revolução análoga, mantendo a Terra firme no centro do universo e fazendo os planetas girarem em torno dela, observou que muitos *fenômenos permaneciam inexplicáveis*, ele pensou, e moveu a Terra do centro, fez ela e os planetas girarem em torno do sol. Conseguiu muitas respostas aos seus questionamentos.

Deixando de lado a metáfora, Kant considera que não é o sujeito que conhecendo descobre as leis do objeto, mas sim, ao contrário, que é o *objeto* quando é *conhecido*, que se

³³ Emmanuel Kant (1724 – 1804) um dos maiores representantes da filosofia moderna. A atitude crítica é um fenômeno dominante de sua época – o Esclarecimento - conhecido por Iluminismo . A época esclarecida é aquela em que os homens atingem a sua maioridade pela capacidade não só de pensarem autonomamente, mas de não se deixarem manipular e dominar. Kant dedicou-se ao estudo da ação: escreveu obras como a Crítica da Razão Prática; A fundamentação da metafísica dos costumes e a Metafísica dos Costumes. Nelas interpretou a prática humana principalmente em suas dimensões normativa e racional. A ação é presidida pela razão, mediante a qual o indivíduo procede conscientemente e estabelece regras de conduta. Se ele propuser fins empíricos, subjetivos ou particulares, as regras de unificação das ações chamar-se-ão “máximas”. Por exemplo, se uma pessoa quiser participar de um debate ou discussão sobre o meio ambiente, em especial a ocupação e posse da Terra, adota como máxima em sentar-se próximo da mesa de debate. Se for por fins morais, a ação será prática e objetiva e chamar-se-á de “Lei”. Kant chamou o imperativo moral de “imperativo categórico”, pelo fato de reivindicar uma universalização incondicionada das regras moralmente relevantes, e sua formulação mais conhecida é: “Age de tal modo que a máxima de tua ação sempre e ao mesmo tempo possa valer como princípio de uma legislação universal”. A razão sendo a faculdade geral do conhecimento, mas especialmente a faculdade de princípios e idéias, e sobretudo a faculdade prática determinante da vontade, a própria razão prática, em que à vontade de agir mediante a representações racionais, chamadas regras objetivas ou leis práticas, é uma espécie de causalidade livre de seres racionais que vivem neste ambiente em crescimento.

adapta às leis do sujeito que recebe cognoscitivamente. Se Kant, a despeito de “sua revolução copernicana”, que introduziu a *finitude* e a *crítica* como dois pilares da modernidade, tentou evitar cair no reino do relativismo e da incerteza, mediante sua construção da cognição e da razão prática, como universalmente válidas. Entrementes, se fizermos, também, em sentido análogo, como fez Copérnico e Kant, em que moveram os *objetos e sujeitos*, assim, se colocar a ecologia no centro da mentalidade e o homem girar em torno de si e dela, nesse ambiente em que o *sistema cósmico da natureza será conhecido* girar-se-á em torno do homem os fenômenos inexplicáveis, ou seja, os naturais e os que o homem criou, dos quais, sejam conhecidas todas as causas e efeitos. Cria-se uma nova mentalidade de ecovisão rural holística de posse e ocupação da Terra e em defesa dela, promove-se, então, uma mentalidade de desenvolvimento sustentável. A ecologia conhecida, com suas leis, associadas com uma nova mentalidade de ocupação rural, tornar-se-á um fator determinante na sobrevivência de todos os seres do planeta e do universo.

A busca de uma nova mentalidade rural de posse e ocupação da Terra, em que na observação o ecossistema vem sendo lentamente destruídos pelas práticas da monocultura, excessos no uso de agrotóxicos, exploração do solo sem cuidados com técnicas de conservação, enfim, sem os cuidados com a ecovisão holística sustentável, mas que necessariamente, precisam ser analisados e pensados. Especialmente, pensados nos dias atuais em que nessa nova era, vive-se, e que se autodesigna como a *época da globalização*, a abertura de mercados para ocorrer o desenvolvimento econômico a qualquer preço. Uma revolução copernicana que centralize a mentalidade de uma ecovisão de ocupação da Terra, nas mais profundas transformações, em que os homens em suas buscas tenham, no mínimo, garantias da sobrevivência, de si como indivíduos, de toda a raça humana e de todo o ecossistema planetário, incontestavelmente, no habitat rural e urbano.

Assim entendido, chega-se à conclusão de que ser-no-mundo significa a unidade de sentido e horizonte de possibilidades. “*Ele é fenômeno tipicamente cultural, já que é complexo de realidade e de sentido, de potencialidades e possibilidades. Embora cada homem seja um mundo, só consegue estruturar-se e desenvolver-se como ser humano dentro de um grupo e, fundamentalmente, dentro de uma cultura*”.(SILVA, 1994, p.45).

2.5- MENTALIDADE DO INDIVÍDUO E A COMPLEXIDADE DE SER-NO-MUNDO.

Quando se diz que “*é complexo, muito complexo*”, com essa palavra “complexo”, não se está dando uma explicação, mas sim assinalando uma dificuldade para explicar o indivíduo como pessoa, como ator ou como ser que tem na sua mentalidade a ação do imperativo categórico, que é complexo e difícil de explicá-la. Quando existe um pensamento complexo, este não será um pensamento capaz de abrir todas as portas, mas um pensamento em que estarão sempre presentes as dificuldades, sejam elas pessoais, ambientais, sociais, ocupacionais, etc. No fundo gostar-se-ia de evitar a complexidade, de ter idéias simples, leis simples, fórmulas simples, para poder-se explicar, no mínimo, o que ocorre com o indivíduo, ao ser-no-mundo.

Outras complexidades, que provêm da existência de fenômenos aleatórios, que não podem ser determinados e que, empiricamente, agregam incerteza ao pensamento são as reações dos homens no meio em que vivem. Pode-se dizer, no que concerne a complexidade, que há um pólo “empírico” e um pólo “lógico” e que a complexidade aparece quando simultaneamente dificuldades empíricas e dificuldades lógicas se encontram. A dificuldade empírica, o exemplo mais belo, provém da meteorologia e é conhecida pelo nome de “*efeito borboleta*”. Quando uma borboleta bate suas asas na Austrália, por exemplo, podem ocorrer uma série de fenômenos e efeitos postos em movimento, provocando por suas causas um furacão aqui em Florianópolis - SC ou lá em Canoinhas - SC. O fenômeno das ações humanas, no sistema ecológico, por menor que seja seu movimento, certamente, serão visíveis as conseqüências em todo planeta e também em todo cosmos.

Portanto, os desafios ecológicos, emergentes dos problemas sócio-econômico-culturais-ambientais da posse e ocupação da Terra, decorrentes do fenômeno da globalização e são, também, os desafios da complexidade do homem ser-no-mundo. Existem complexidades, de fato, quando os componentes que se constituem num todo (do homem de ser-no-mundo com a mentalidade econômica, política, sociológico, psicológica, religiosa, afetiva, mitológica, cultural, ecológica, etc) são inseparáveis e existem num tecido, numa teia, interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, o desenvolvimento próprio da ocupação da Terra, neste século e de toda era planetária, confronta-se inevitavelmente com mais e mais freqüência, com os desafios da complexidade de ser-no-mundo. Dentro de muitas características e desafios deste século, encontram-se as

mais significativas como por exemplo: a mutabilidade, antidogmatismo, liberdade, secularização, pragmatismo, historicidade, antimetaficismo, desorientação, alienação e opressão, contestação perversão e frustração que são características do homem moderno com seus expoentes clarificados na filosofia, sociologia, leiteratura e teologia contenporânea, além de outras ciências.

No século XVII, Isaac Newton, mudou a ciência ao descobrir que Galilleu descobriu que no mundo alguns fenômenos da natureza poderiam ser explicados com leis matemáticas. A partir daí, muitos pesquisadores acreditavam que as leis poderiam explicar e prever o comportamento de todos os fenômenos naturais se, por acaso, fossem reunidas informações suficientes. Até que, em 1961, o meteorologista Edward Lorenz³⁴, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), descobriu, por acaso, um do mais importantes argumentos contra essa idéia. Ele havia programado um modelo, nos primitivos computadores da época, que simulava o movimento dos ventos e de massas de ar. Um dia, quis repetir uma situação em seu programa e digitou os números correspondentes a ela, só que com algumas casas decimais a menos. Acreditava-se que essa ligeira impressão levaria a um resultado só um pouco diferente, mas ele se transformou totalmente. O “*efeito borboleta*” mostra, o que Lorenz percebeu em seu modelo, embora construído, com equações simples, poderia se tornar caótico e imprevisível. Nascia a “*teoria do caos*”.

Pesquisas feitas, posteriormente, mostraram que o “*efeito borboleta*” poderia ser encontrado em milhões de fenômenos como: o trânsito, o movimento de partículas em líquidos, a cotação de bolsas, e hoje no sistema ecológico, que por menor que seja a ação humana, a alteração nesse meio - os efeitos aparentes de valores bons ou ruins – resultariam em efeitos catastróficos. Estes fenômenos, por aparência, podem ser a arma contra um desenvolvimento sustentável, seu resultado dependerá, exclusivamente, da ação e reação de uma mentalidade de ecovisão holística de posse e ocupação da Terra.

Cada um desses sistemas, apesar de obedecer a regras simples, pode adquirir infinitas configurações, de acordo com a influência de fatores aparentemente insignificantes. Fatores como as casas decimais, derrubada de uma floresta, o jogar de um plástico no percurso de um rio, e/ou entre outros o bater das asas das borboletas, são efeitos modificadores a qualquer sistema: por mais complexo que seja. Porém, os efeitos das mudanças dependerão da força e

³⁴ Revista Superinteressante. Ed. 178 de julho de 2002

da intencionalidade aplicada ao sistema. Tais fenômenos observados, por exemplo, na própria história da humanidade, em que a modificação de um pequeno sistema, um pequeno acontecimento (mas de grandes proporções) ocorrido há séculos atrás, poderia levar e/ou levou o mundo para outras situações. De fato, se tais situações criadas, por uma mentalidade de posse e ocupação da Terra, por exemplo, uma mentalidade que resulta de uma visão exploratória do sistema ecológico, e que a ação no século passado, resulta a reação na atualidade visíveis nas catástrofes ecológicas, que aparentemente lá, foram pequenas, mas hoje são visíveis e de grandes proporções como é observada na falta de água potável, a poluição, a contaminação do solo, enfim, visíveis na maior parte do planeta.

Esta complexidade tem a ver como o que (PASCAL, 1999) havia visto muito bem. Pascal disse há três séculos: *“Todas as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um laço que conecta uma às outras, inclusive as mais distanciadas”*. Nestas condições – agregava Pascal – *“considero impossível conhecer o todo se não as partes”*. Esta é a primeira complexidade, pois nada está realmente isolado no Universo e tudo está em relação. O indivíduo é um ser biopsicossocial, um ser no todo. Para o autor *“Tudo está em tudo e reciprocamente”*. Esta frase de Pascal pode ser elucidada, com a condição à parte de que se aceite a seguinte proposição: não só uma parte está no todo, como também o todo está na parte. Veja-se isso: o indivíduo numa sociedade é uma parte de um todo, que é a sociedade, mas esta intervém, desde o nascimento do indivíduo, com sua linguagem, suas normas, suas proibições, sua cultura, seu saber, outra vez o todo esta na parte. Todos, do ponto de vista cósmico, são uma das partes de todo o cosmo: são as mesmas partículas que nasceram, nos primeiros instantes do universo e encontram-se nos átomos até hoje.

Entretanto, todos são *singulares*, posto que a princípio *o todo está na parte*, não significa que a parte seja um reflexo puro e simples do todo. Cada parte conserva sua singularidade e sua individualidade, mas, de algum modo, contém o todo. É nesta singularidade, que a mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, em que se geram os paradoxos na visão do indivíduo que possui uma gleba da Terra, com intuito de desenvolvimento sem a preocupação necessária em ter um ambiente de forma sustentável. Em contrapartida, aqueles que pensam em possuir uma gleba da Terra de ambas as formas - para o desenvolvimento e/ou para a sustentabilidade - em todos os sentidos econômicos, sociais, psicológicos e ecológicos, teológicos, enfim, com o olhar e a mentalidade ocupacional

voltados para a sobrevivência de si mesmos e de todas as espécies e que são e fazem parte do todo.

Essa é uma problemática sumamente vasta, e a dificuldade que se tem para entrar nela, supõe, todo o conhecimento do fenômeno histórico e cultural no qual se encontram. O pensamento é disjuntivo e, além disso, reducionista, busca as explicações de um todo através da constituição de suas partes, querendo-se eliminar os problemas emergentes, mas é impossível eliminar a complexidade. Se o indivíduo tem gravado formas de pensamento que levam a reduzir, separar, simplificar e ocultar os grandes problemas, como o de buscar o desenvolvimento ou a sustentabilidade, isto impera no indivíduo um paradigma profundo, oculto, que governa novas idéias sem se dar conta. Crê-se, em ver a realidade de forma analógica como realidade e complexidade, porém, verifica-se o paradigma que impede de ver e ocultar, o que o paradigma ecológico, impõe a não ver.

O indivíduo não pode ser visto como máquina viva e artificial - as diferenças são muito grandes. *A máquina artificial não tolera a desordem*, pois assim que aparece um elemento em desordem, se detém. A máquina viva - o homem - pode tolerar uma quantidade razoável de desordem. Quem nos dera, que se a área ecológica pudesse ser como máquinas artificiais - que não tolera a desordem. Muitos problemas de desordem ecológica não existiriam. É pura utopia. No organismo, por exemplo, produzem-se continuamente proliferações incontroladas de células: mas não se transformam em câncer (câncer é produzido por desequilíbrio iônico) porque em determinado momento intervém a guarda imunológica e as obriga a deixar de reproduzir-se. As sociedades humanas toleram uma grande porção de desordem, um aspecto dessa desordem é o que se chama de *liberdade*³⁵. Pode-se, então, utilizar a desordem como um elemento necessário nos processos de criação e invenção, pois, toda invenção e toda criação se apresentam, inevitavelmente, como um desvio e um erro com respeito ao sistema previamente estabelecido.

Sem dúvidas, sabe-se que na realidade - o que se chama de realidade é o que se percebe - graças às estruturas mentais, a mentalidade, os *pátterns*, as idéias, que permitem organizar a experiência no tempo e no espaço. Quando se fala e/ou tenta conceituar o que é o

³⁵ A liberdade como espontaneidade de ação, independente de determinações estranhas ou empíricas e autodeterminação; também num jogo subjetivo e estético da faculdade da razão e das emoções, na mentalidade em formação em que a mente, no seu conjunto das faculdades cognitivas, volitivas e estéticas, em seu sentido prático de que tudo se faz mediante a conquista da liberdade.

homem, sente que está se referindo a algo genérico e abstrato. O homem é um objeto estranho, é algo simultaneamente biológico e não biológico: é complexo.

CAPÍTULO - III

CONCEITO DE MENTALIDADE PARA A OCUPAÇÃO DA TERRA

“A vida evolui a partir da Matéria, a Mente, a partir da Vida, porque elas já estão envolvidas lá: a Matéria é uma forma da Vida que está velada, a Vida, uma forma da Mente que está velada” Sri Aurobindo.

3.1 – CONCEITO DA MENTALIDADE NO SENTIDO DA OCUPAÇÃO DA TERRA

O conceito, ainda em voga de ciência moderna, fundamenta-se nos clássicos dos cinco sentidos humanos, no raciocínio lógico indutivo e dedutivo, na atitude-tentativa de descobrir ordem e uniformidade, na busca de relações ordenadas causais entre eventos, na previsibilidade, regularidade e controle de tempo e espaço. Postulados à máxima objetividade, a ciência volta-se para a mentalidade de ocupação da terra, partindo do ideal de observação em que a forma metodológica seja o caminho pela busca dos resultados objetivados de orientação neutra e imparcial. Utilizar-se, a ciência, de um sofisticado arsenal de técnicas matemáticas e experimentais, orientadas para a descoberta e explicação de uniformidades, de acordo com o modelo determinista causal. Para tanto se faz da mentalidade de posse e ocupação da Terra, uma complexa arte de pesquisar e de explicar as ações do homem no espaço e no tempo, na forma do pensar a história da ocupação planetária: a sua própria história vivida e transformada.

Um conceito de mentalidade (ABBAGNANO, 1998) - em inglês. *Mentality*; francês *Mentalité*; em alemão *Mentalität*, italiano *Mentalità* – termo empregado por sociólogos para indicar atitudes, disposições e comportamentos institucionalizados em um grupo e capazes de caracterizá-lo. Por exemplo: mentalidades dos primitivos, mentalidade burguesa. Spaventa chamou de “mentalidade pura” o pensamento reflexo ou consciente, que, para ele deve acompanhar, também, as primeiras categorias da lógica hegeliana (ser e essência).

A construção de uma casa requer materiais com os quais é feita e uma estrutura onde estes materiais serão distribuídos. A própria construção como tal exige uma seqüência de etapas a serem vencidas, que determinarão sua qualidade final. Uma casa constroí-se a partir dos alicerces e não do telhado. Portanto, construir é seguir uma ordem, servindo-se dos

materiais apropriados a cada uma das etapas. De modo semelhante, a inteligência realiza as construções das idéias³⁶, com a finalidade de convencer, como por exemplo, uma idéia de mentalidade de posse e ocupação da Terra: construída e voltada para o crescimento e/ou para a sustentabilidade centrada na ocupação rural.

A construção de conceitos sobre mentalidade, porquanto, o que forma o conjunto das disposições intelectuais, que muitas vezes, são de alta ou baixa utilização da mente. Pode-se chegar a entender mentalidade, posto que, sendo um conjunto de hábitos, de história, de cultura que fazem ou formam os esquemas fundamentais da vivência de uma pessoa, de um ator, de um indivíduo ou grupo em um determinado meio ou sistema. Fazem da mentalidade a ação, que agem ou reagem na mesma intensidade de força, com relação ao mesmo fenômeno ou objeto que se apresenta, de formas concisas, voltadas, sobremaneira, para uma mentalidade de ocupação da Terra de ecovisão sustentável.

Galimberti (1992) apresenta um conceito de mentalidade na visão da psicologia. Ei-la:

Mentalità Insieme di disposizioni psicologiche e intellettuali, di credenze fondamentali e abitudun che caratterizzano un individuo, un gruppo, un popolo, un periodo storico o una fase dello sviluppo individuale o collettivo. In questa accezione si parla di mentalità infantile, di mentalità primitiva o di mentalità dell'epoca, che si traduce in comportamenti istituzionalizzati o in modi di vivere e di pensare tipici.

A arte de pensar é a manifestação mais sublime da inteligência. Todos pensamos, mas nem todos desenvolvemos qualitativamente e ordenadamente a arte de pensar, pois se isto não fosse uma verdade à diferença que gera esse paradoxo de como pensam aqueles que querem o desenvolvimento, em contrapartida, aqueles que além de desenvolvimento querem a sustentabilidade de suas atividades no meio ambiente e a própria vida: é o que faz essa diferença na arte de pensar.

E o pensar “*dói*”: dói muito quando se é necessário e/ou forçado a mudar os conceitos, princípios, maneira de agir, enfim, a forma de pensar. Por isso, freqüentemente, não se expandem às funções mais importantes da inteligência, tais como: aprender a se interiorizar, a destilar sabedoria diante das dores, a trabalhar as perdas e frustrações do dia a dia, com dignidade, agradar-se com idéias boas e desenvolvê-las, etc. Pensar com liberdade de

³⁶ O termo grego “*idea*” equivale etimologicamente a “visão”, sendo que para os empiristas as idéias sempre se origina na percepção sensorial. Idéias são objetos mentais, resultado de um processo de abstração, que representam objetos externos percebidos pelos sentidos. Para Locke a idéia é o objeto de pensamento e todas as idéias provêm da sensação ou da reflexão.

consciência crítica do meio em que se vive. Saber criticar os problemas enfrentados, sempre preocupados com a busca incessante de desenvolvimento econômico, ambiental, enfim, que seja de forma sustentável, sem agredir o universo. Romper as *ditaduras intelectuais*, a gerenciar com maturidade os pensamentos e emoções nos focos de tensão da atualidade. Tudo isso é a arte de pensar, de expandir a contemplação do belo, a se doar sem a contrapartida do retorno, ter compaixão e se colocar no lugar do outro e considerar suas dores e necessidades psicossociais como as suas: de fato é construir começando pelo alicerce.

Mentalidade é um estado de espírito, complexo de opiniões que informam e ordenam o pensamento de um indivíduo ou grupo: a) mentalidade é um conjunto de idéias e disposições intelectuais em um indivíduo e unidas entre si por relações lógicas e de crença; b) nossa mentalidade se interpõe entre o universo no outro como um prisma. É adotando a expressão kantiana, a forma a “*priori*” de nosso consentimento; c) em seu funcionamento resulta demasiada evidência que, salvo em alguns ambiciosos, a idéia de retiro que tende a substituir a uma obra realizada, se antecipa a si mesmo³⁷.

Essa arte de pensar e realizar o que se pensou, muitos homens ao longo da história conseguiram brilhar em suas inteligências e desenvolveram algumas áreas importantes do pensamento. Com Cristo a forma de pensar a justiça e ter compaixão pelo próximo e por si mesmo. Sócrates foi um questionador do mundo. Platão foi um investigador das relações sócio-políticas. Hipócrates foi o pai da medicina. Confúcio foi um filósofo da brandura. Sáquia-Múri o fundador do budismo, foi um pensador da busca interior. Moisés foi o grande mediador do processo de liberdade do povo de Israel, conduzindo-o até a terra de Canaã. Maomé, em sua peregrinação profética, foi o unificador do povo árabe, um povo que estava dividido sem identidade. Há muitos outros homens que brilharam na inteligência, tais como Tomás de Aquino, Agostinho, Hume, Bacon, Spinoza, Kant, Descartes, Galileu, Voltaire, Rousseau, Shakespeare, Hegel, Marx, Newton, Max Well, Gandhi, Freud, Habermas, Heidgger, Einstein, Hobbes, More, Nietzsche, João Paulo II e outros. Entrementes, em todas as áreas em que a ciência evoluiu, e forma uma lista muito numerosa, sem contar que todo ser humano que possui esta capacidade de pensar e na simplicidade da vida não foram reconhecidos. Independente de qualquer julgamento que se possa fazer desses homens, o fato é que eles expandiram o mundo das idéias no campo científico, cultural, filosófico e espiritual, etc.

³⁷ Foulquié, Paul. Diccionario Del lenguaje filosófico. Editora Lisboa, 1967.

Para Lalande (1999), “Mentalidade D. Mentalität, Geistesrichtung; E Mentality; F. Mentalité. I. Mentalità. Sendo o conjunto das disposições intelectuais, dos hábitos de espírito e das crenças fundamentais de um indivíduo”. Assim, a mentalidade de ocupação da Terra, vem, também, de hábitos e culturas existentes e criadas pelo homem em prol ou contra sua própria vida.

De acordo com Capra (1996), os problemas globais relacionados à ação antrópica, que estão danificando a biosfera e a vida humana, não podem ser considerados isoladamente. “São problemas sistêmicos que estão interligados e são independentes”. A visão fragmentada que o homem possui em relação ao mundo, a sua própria natureza e a maneira como pensam e encaram as questões - sócio-cultural-político-ambiental - é devido ao que ele chama de “*crise da percepção*” existente na nossa sociedade, e também da exaltação da ciência sobre os valores humanos. Assim, assinala:

O conhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência ainda não atingiu a maioria dos líderes de nossas corporações, nem os administradores e os professores das grandes universidades. Nossos líderes não só deixam de reconhecer como diferentes problemas estão inter-relacionados; eles também se recusam a reconhecer como as suas, assim chamadas soluções, afetam as gerações futuras. A partir do ponto de vista sistêmico as únicas soluções viáveis são as sustentáveis.

A crise da percepção, enfatizada por Capra (1996) decorrente do mundo ocidentalizado, à concepção com que a filosofia oriental define como “maia”, palavra em sânscrito, que significa *ilusão*, ou seja, os fenômenos que consideramos reais não correspondem à verdadeira realidade. Esta seria a causa do grande sofrimento da humanidade. Julga-se que, o plano físico e material, seja o objetivo final e o sentido de vida, compelindo-se à realização dos desejos e necessidades meramente pessoais e individualistas e materialistas. Numa outra instância este comportamento leva a postura antropocêntrica, característica fortemente marcante na sociedade moderna.

A crise da percepção mencionada por Capra (1996) e dirigida à nossa sociedade correspondente à natureza das leis universais onde o homem não é o protagonista soberano que rege as leis da natureza, numa postura antropocêntrica. Ele faz parte desta natureza e precisa reconquistar este senso de identidade e unidade. Se não conseguirmos perceber esta identificação com a natureza, será praticamente inútil o estabelecimento de legislações ambientais, tecnologias avançadas para rastrear os desmatamentos e queimadas via satélite, ou mesmo a confecção de sofisticados mapas. Mapas que indicam os limites das áreas de

conservação ou comprometidas pelo progresso de urbanização e poluição. Sabe-se que é necessário desenvolver junto à sociedade, uma mentalidade aberta voltada para qualquer pensamento, desde que seja voltada para uma sustentabilidade planetária: aí a tecnologia terá sua validade.

O homem moderno parece ter uma incapacidade, talvez inata, de refletir, profundamente sobre as conseqüências de suas ações, questionar sua própria natureza e a essência de seu caráter. É possível, por essa mentalidade estabelecida fora de uma ecovisão holística de posse e ocupação, encontrar-se perdido nos labirintos da vida e, também, nos membros do mundo e da razão pura. Portanto, precisa-se encontrar o caminho de volta. Porém, aos caminhos que sejam traçados verdadeiramente e concebidos como caminhos lógicos da realidade planetária sustentável. É voltar-se para uma mentalidade de ecovisão holística de crescimento sustentável.

A realidade não se encontra estagnada, evolui a cada dia, dada uma vez para sempre, como as várias ciências que buscaram interpretar o homem e o mundo como, por exemplo, a ciência primeira: a filosofia. A realidade que se vive no hoje é devir, é passagem, por choques, lutas e saltos, de um estado a outro. Portanto é revolucionária. E sendo assim, a realidade da mentalidade de ocupação da Terra, é também, um pensamento das relações dos indivíduos e da sociedade. O pensamento é reflexo das condições da realidade, de tal modo que a natureza e a sociedade (estruturas sociais) sejam compreensíveis a partir da apreensão da totalidade, das relações e circunstâncias, que mantêm os fenômenos e fatos da realidade planetária ativas.

Para que o homem possa atingir este estágio é necessário antes de tudo, que ele consiga superar suas próprias tendências antropocêntricas, egocêntricas, individualistas, etc. Quando deixa de considerar sua cultura, raça, condição econômica, ou até si mesmo, como superior, ou até, melhor que os outros.

A insistência na viabilidade das alternativas implica, contudo, uma aceitação do que existe de real. A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimentos e alternativas e que foram marginalizadas ou nem sequer foram tentadas. Neste sentido, a função das práticas e de mentalidades emancipadoras que, buscam e consistem em

ampliar o espectro do possível, através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas são: de buscar uma sociedade que viva em prol do meio ambiente sustentável.

Vygotsky (1987, p. 130) em sua fala diz que “*para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras - temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação*”. Buscar a compreensão das motivações das pessoas da sociedade e compreendê-las dentro do contexto da atualidade, do desenvolvimento e/ou da sustentabilidade, faz a razão motivacional para compreender toda evolução sofrida pela busca de sobrevivência, da raça humana, que buscou a superação como forma de vida.

3.2 – A LÓGICA DA MENTALIDADE DE OCUPAÇÃO.

Uma mentalidade lógica (NOLT, 1991, p. 1)³⁸ para compreender as ações e relações do homem na natureza ecológica, não é alheia à problemática dos indivíduos ou grupos de indivíduos que, voltam-se, ora de um lado para a mentalidade de crescimento, ora de outro lado para a mentalidade de sustentabilidade. Nesse meio ocorre uma lógica voltada e enquadrada na verdade da realidade científica das idéias, em que a natureza ecológica, pode e deve ser compreendida como um justo meio de sobrevivência das duas ideologias – *desenvolvimento “versus” sustentabilidade* – e tanto os indivíduos como os grupos seguem a lógica da sobrevivência: de forma a se tornarem auto-sustentáveis.

Segundo Keller (1997, p. 14) a lógica é uma disciplina que trata das formas de pensamentos, da linguagem descritiva do pensamento, das leis da argumentação e raciocínio correto, dos métodos e dos princípios que regem o pensamento humano. Portanto, a lógica é uma ciência. É uma ciência porque possui um objeto definido: *as formas de pensamento*. Em função de seu objeto, seu desenvolvimento é pela abstração que implica e descompromete-se com a utilidade ou com a realidade. Em outros termos, a *lógica não tem compromissos ideológicos*.

³⁸Lógica é o estudo de raciocínio e argumentos. Um *argumento ou silogismo* é uma seqüência de enunciados na qual um dos enunciados é a *conclusão* e os demais (dois) são premissas, as quais sevem para provar ou, pelo menos, fornecer alguma evidência para a conclusão.

No entanto, sua história demonstra o poder que a mesma possui, quando bem dominada e dirigida a um propósito determinado, como fizeram os sofistas, a escolástica, o pensamento científico ocidental e mais recentemente a informática.

A geração e argumentações na demonstração da lógica são possíveis de serem analisadas através de um *quadrado dos opostos*, atribuído ao platônico Miguel Pselo – *Quadrado de Pselo*³⁹ - indicado, segundo o uso escolástico⁴⁰, por **A**, **E**, **I**, e **O**, respectivamente, em que, a proposição universal afirmativa (todo homem corre), a proposição universal negativa (nenhum homem corre), a proposição particular afirmativa (algum homem corre) e a proposição particular negativa (algum homem não corre), posto que, dispondo-as no quadrante, (monstrado na figura 9) desse modo com suas combinações, obtemos suas relações lógicas fundamentais.

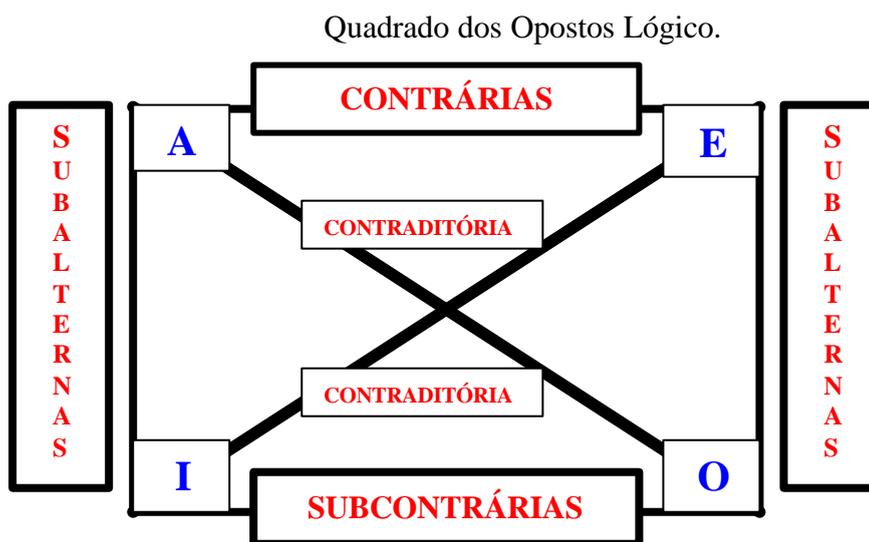


Figura nº9: Quadrado dos opostos Lógico

A lógica desse quadrado segue a seguinte forma: o quadrante “**A**” e “**E**” são *contrárias*: ambas podem ser falsas, mas não podem ser ambas verdadeiras; “**A**” e “**O**”, “**E**” e “**I**” são *contraditórias*: não podem ser ambas verdadeiras nem ambas falsas; “**I**” e “**O**” são *subcontrárias*: podem ser ambas verdadeiras, mas não ambas falsas; “**A**” e “**I**”, “**E**” e “**O**” são *subalternas*, no sentido de que “**A**” se *Subalterna* (implica) a “**I**”, “**E**” se *subalterna* (implica) a “**O**” (mas não vice-versa). Dessa maneira e sentido, forma-se, portanto, o quadrado dos opostos.

³⁹ ABBAGNANO. Pg. 815.

⁴⁰ Ibidem.

Para melhor compreensão desse quadrado dos opostos na lógica da mentalidade de posse e ocupação da Terra, seguem-se, às combinações dispostas nas dimensões indivíduo/cluster de atores “*versus*” desenvolvimento/sustentabilidade, posto que obtem as quatro categorias da lógica da mentalidade de ocupação (tais categorias podem-se verificar através da figura do quadrado 10).

As combinações das categorias e suas contrariedades, que foram adaptadas para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, voltadas para o crescimento ou de sustentabilidade, formam, então, o quadrado 10. A perspectiva da mentalidade de ocupação da Terra; trás a compreensão lógica das relações indivíduo/clusters de atores “*versus*” desenvolvimento/sustentabilidade, não é alheia à problemática da sobrevivência da humanidade ligada à mentalidade de ocupação da Terra. Embora, não se pode ignorar a enorme quantidade de problemas que a mentalidade de ocupação da Terra faz gerar, em torno de uma ocupação, por vez ordenada por vez desordenada, por muito que, faz surgir no contexto do universo existente, uma lógica de responsabilidade sobre essas ações.

Utilizando-se da figura do quadrado 9, as respectivas proposições universais e particulares, monta-se o *Quadrado dos Opostos Lógico da mentalidade de ocupação da Terra* (observado na figura 10), posto que, para uma melhor compreensão e simplificação, chamar-se-á⁴¹ cada quadrado respectivamente de **Alfa (a)** para o **(I)**; **Beta (b)** para o **(A)**; **Ômega (w)** para o **(E)** e **Gamma (g)** para o **(O)**. Quadrado Lógico da Mentalidade de Ocupação da Terra.

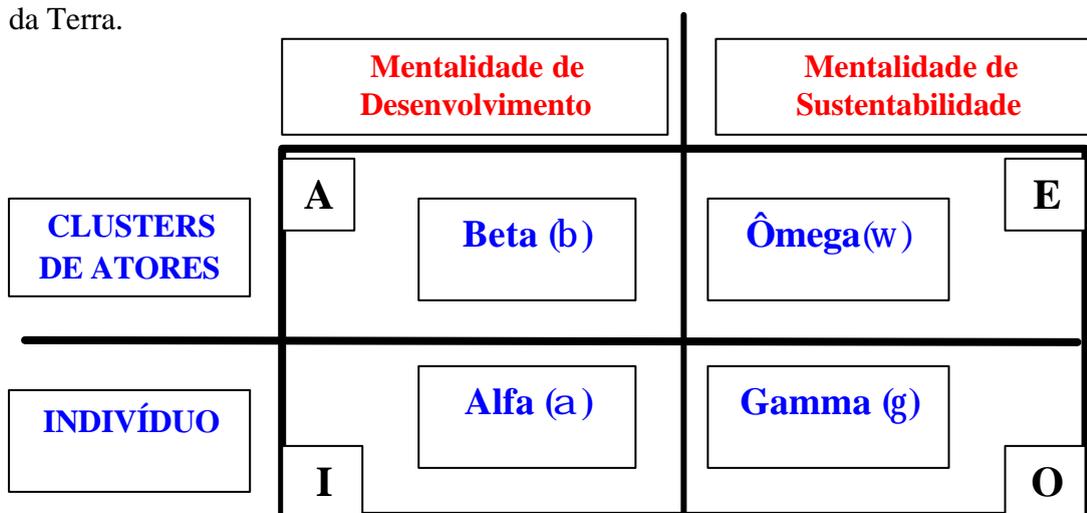


Figura 10 - Quadrado Lógico da Mentalidade de Ocupação.

⁴¹ Verificar García A et. al. P. 60.

3.3 – ANÁLISE ANALÓGICA E CONFIGURAÇÃO DO QUADRADO LÓGICO.

O eixo das categorias Alfa (α) – (I) - e Beta (β) – (A) - enquadra as posições dos indivíduos e dos clusters⁴² de atores com relação ao Ômega (ω) - (E) e Gamma (g) – (O) - com os valores e atitudes que supõem a mentalidade de ocupação da Terra. Inversamente, o eixo Gamma (g) – (O) e Ômega (ω) - (E) defende uma maior aproximação e igualdade, do que as restantes posições. Do mesmo modo, o eixo de Alfa (α) – (I) e Gamma (g) – (O) postula uma maior distância entre o indivíduo e os clusters, em relação a suas respectivas finalidades, do que em Beta (β) – (A) e Ômega (ω) - (E).

Por sua vez, este último eixo define uma maior aproximação e integração entre o indivíduo e a vida comunitários dos clusters de atores em geral. O cruzamento desses eixos permite combinar as características mencionadas na mentalidade de ocupação da Terra.

Assim, *Alfa* (α) faz referência a valores e práticas orientados numa direção mais individualistas e centralizados que as outras. *Beta* (β) orienta-se por uma perspectiva centralizada e comunitária. *Gamma* (g) direciona-se a biocentralidade. Por fim, *Omega* (ω) se define no sentido biocentralizada e diversificada ao mesmo tempo. *Omega* (ω) seria o centro evolutivo de uma lógica ecológica voltada para a mentalidade do possível desenvolvimento sustentável, em que, a sociedade busca e deseja, no geral, uma mentalidade voltada para a garantia da sobrevivência da humanidade.

3.4 – ANÁLISE ANALÓGICA DO QUADRADO LÓGICO NA POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA.

As disposições representadas do Quadrado Lógico da Mentalidade de Ocupação da Terra apresentam sua configuração e forma no quadrado 11 dos opostos, nas combinações da mentalidade de ocupação Lógica.

⁴² Clusters entende-se como grupo.

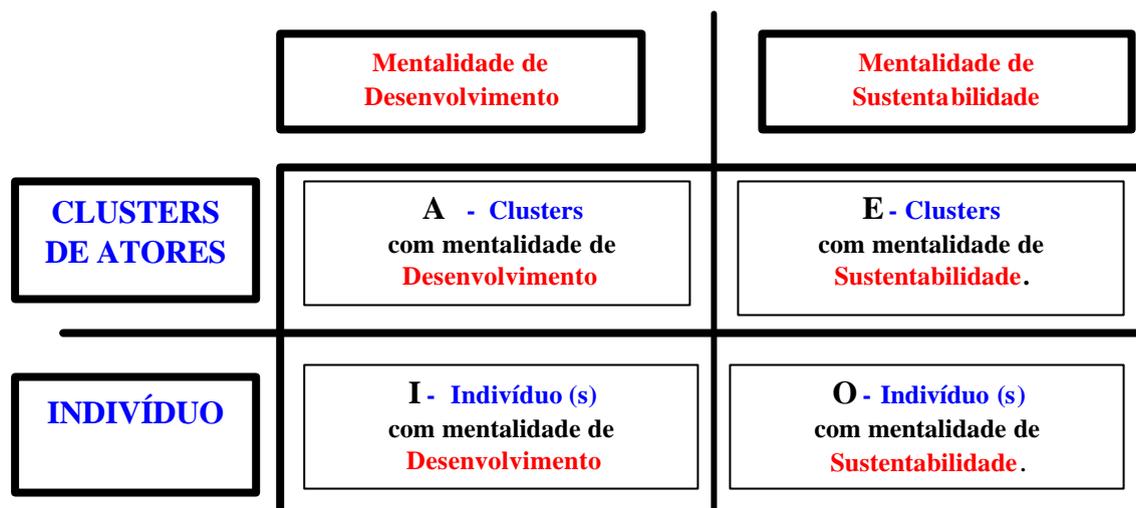


Figura 11 - Quadrado Lógico.

Ao analisar-se a tendência lógica, do quadrado dos opostos, verifica-se que “**A**” - (Clusters como mentalidade de Desenvolvimento) “*versus*” “**E**” (Clusters com mentalidade de Sustentabilidade), por conseguinte, “**A**” e “**E**” são **contrárias**: *ambas podem ser falsas, mas não podem ser ambas verdadeiras*. Observa-se, também, que nos quadrados “**A**” (Clusters como mentalidade de Desenvolvimento) “*versus*” “**O**” (Indivíduos com mentalidade de Sustentabilidade), associados, a “**E**” (Clusters com mentalidade de Sustentabilidade) “*versus*” “**I**” (Indivíduos com mentalidade de Desenvolvimento) são **contraditórios**: *não podem ser ambas verdadeiras nem ambas falsas*. Já, na relação de “**I**” (Indivíduos com mentalidade de Desenvolvimento) em contrapartida ao “**O**” (Indivíduos com mentalidade de Sustentabilidade) são **subcontrárias**: *podem ser ambas verdadeiras, mas não ambas falsas*. Por fim, a lógica que envolve “**A**” (Clusters como mentalidade de Desenvolvimento) e “**I**” (Indivíduos com mentalidade de Desenvolvimento) são **subalternas**, no sentido de que “**A**” implica na condição de “**I**”. Da mesma forma, “**E**” (Clusters com mentalidade de Sustentabilidade) “*versus*” a “**O**” (Indivíduos com mentalidade de Sustentabilidade) são **subalternas**, ou seja, *implica na condição de “O”, mas não vice-versa*.

Todas essas análises lógicas, que envolve a mentalidade na ecovisão holística de posse e ocupação da Terra, certificam-se que a existência do paradoxo imanente na condição do desenvolvimento sustentável torna-se existente em quase todos os quadrantes e, da lógica do quadrado dos opostos: *salvo, somente, no quadrado de condição Ômega (ω)*, por muito que, encontram-se os clusters de atores com mentalidade de desenvolvimento na perspectiva de uma ecovisão sustentável. Por conseguinte a esta lógica, somente pode-se alcançar um

desenvolvimento sustentável quando todos - *todos os atores que compõem os clusters* – pensarem, agirem e reagirem da mesma maneira e forma: suas ações sejam formadas e direcionadas para o desenvolvimento com características de um ambiente sustentável.

Entretanto, quando a ação (**A**) no meio ambiente (**MA**), das quais muitas vezes são de forma cíclica, for menor (<) que a potencialidade do ecossistema (**PE**), esse meio será sustentável, ocorrendo, com isso, um equilíbrio (**E**) do qual, muitos chamam de “*sustentabilidade*”. Todavia, se a ação (**A**) exercida no meio ambiente for maior (>) que a potencialidade do ecossistema (**PE**), esse meio não será sustentável, ocorrendo então um desequilíbrio (~~**E**~~) e o meio ambiente *não será sustentável*. Essas ações, por conseguinte, resultarão (**R**) um efeito positivo (+) ou negativo (-) no meio ambiente ou sistema e que qualquer mudança dependerá da totalidade de suas relações de “**causas e efeitos**” variando-se pela proporção (**P**) e intenção da força (**F**) exercida, nesse ecossistema. Todo esse movimento poderá desencadear um efeito caótico no ambiente: *o efeito borboleta*. Essa equação lógica da sustentabilidade, no meio ambiente, resulta a fórmula, para maior compreensão, como seguem:

$$A < PE = E = \text{SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA} < - > + \text{OU} -$$

$$A > PE = \text{INSUSTENTABILIDADE DO SISTEMA} < - > + \text{OU} -$$

Através dessa fórmula, na equação apresentada em que é demonstrado seu efeito, pela força exercida, em qualquer nível ou direção, poderá tornar neste caso ou em qualquer outro, um ambiente sustentável ou insustentável. Nesse sentido é determinante a força de ação em qualquer meio e os resultados dessas igualdades ou diferenças serão observáveis e vivíveis ao longo do tempo. Uma mentalidade de posse e ocupação da Terra em que, sobretudo, busca-se o crescimento e a exploração ambiental, sem qualquer restrição à intensidade da força exercida no ambiente, os danos aparecerão rapidamente e serão de difíceis soluções.

CAPÍTULO – IV

A HISTÓRIA DA PROMESSA E OCUPAÇÃO HOLÍSTICA DA TERRA.

“Custa o rico entrar no céu afirma o povo e não erra; porém, muito mais difícil é um pobre ficar na terra”. Mário Quintana.

4.1 – A CONSCIÊNCIA HOLÍSTICA E ECOLÓGICA NA OCUPAÇÃO DA TERRA.

A utópica mentalidade de ecovisão rural de posse e ocupação da Terra – com um paradoxo imaneente existente entre o desenvolvimento e a sustentabilidade - é apresentada claramente, e demonstrada na proposta existencial observável pela carta⁴³ resposta do cacique Seattle. Ele apresenta uma proposta, através dessa carta - ao Presidente Pierce - a respeito da mentalidade de posse e ocupação da Terra, uma ecovisão holística de quem sabe o que é uma vida ecológica voltada para a sustentabilidade. Contrariando, a ecovisão de desenvolvimento, proposta pelo Presidente Pierce, baseado na mentalidade ocidental, proveniente do capitalismo, que têm por opção a exploração e a ocupação da Terra, como reserva de capital e o lucro a qualquer preço, obtido na exploração das riquezas naturais.

Essa mentalidade de ocupação sustentável, demonstrada na carta resposta, do cacique Seattle, ao presidente americano Pierce, em 1854, que tentava comprar as suas terras, é sem dúvidas um exemplo sublime de consciência holística e ecológica do cacique Seattle. Uma denúncia contra os homens brancos, ciosos de seu intelecto. Um grito contra injustiça dos que por terem o capital pensam e se manifestam dizendo ter direitos sobre toda a Terra, excluindo seus semelhantes e outros seres vivos. Um apelo à mentalidade de posse e ocupação da Terra como promessa, de ecovisão holística de forma totalitária a sustentabilidade de toda a Mãe Terra.

A relação – Índio/Terra - é muito parecida com a relação do povo hebreu da Bíblia com a Terra prometida. A Terra é a Bíblia indígena, porque é o chão de sua história, de sua cultura, de sua coesão, de sua sobrevivência. Terra não se compra nem se vende. Vive-se na Terra, nela e para ela. Para o índio como para o homem, a Terra é à base de toda sua cultura e, portanto, é a fonte basilar da família e da comunidade, fonte da relação consigo mesmo e

⁴³ Carta em anexo extraída do Livro da CNBB, Por uma terra sem males: fraternidade e povos indígenas, 2001.

com seu Deus. Diante destas estratégias de apropriação econômica e simbólica da natureza e da cultura, surge hoje uma ética ambiental que propõe a revalorização da vida do ser humano. Esta ética se expressa nas lutas de resistência das comunidades indígenas e camponesas a serem convertidas em reservas etnológicas, a ceder seu patrimônio de recursos naturais e a renunciar à sua identidade cultural. Esta reivindicação, que é hoje da humanidade inteira, já foi expressa, como se observou na carta, ao chefe Seattle em resposta à oferta do Grande Chefe Branco de Washington, para comprar as terras dos índios peles-vermelhas e transferi-los para uma reserva.

Muitos são os nossos pensamentos, nossa mentalidade de ocupação da Terra, alguns, voltados para o desenvolvimento, outros voltados para a sustentabilidade, tanto que, como diz Dante Alighieri (2002, p. 226) *“uma vontade simples não pode superar uma vontade mais forte”*. À vontade do presidente F. Pierce, não obstante, era uma vontade simples – por muito que não conhecia o todo – tornando-se um paradoxo na vontade ecológica do cacique Seattle, que era a vontade mais forte, de um ideal ecológico, de ecovisão de modo sustentável e que jamais poderia ser superada por uma simples vontade: a vontade de crescimento.

Singer (1998, p. 284-285) quando fala das futuras gerações, tal qual, o cuidado com a ecologia e a existência de certas coisas que, depois de perdidas, não podem ser recuperadas, por dinheiro algum e que, porquanto, ao destruir uma floresta, tomando como base à visão de progresso, é eliminar gerações futuras:

Uma floresta virgem é o produto de todos os milhões de anos que se passaram desde o início da vida em nosso planeta. Se for derrubada, outra floresta pode crescer em seu lugar, mas a continuidade terá sido interrompida. O rompimento dos ciclos naturais da vida das plantas e dos animais significa que a floresta jamais será como teria sido se não tivesse sido derrubada. As vantagens decorrentes da derrubada da floresta – empregos, lucros comerciais, ganhos de exportação, papel e papelão mais baratos para embalagens – são vantagens a curto prazo. Mesmo que a floresta não seja derrubada, mas inundada para construção de uma represa que gere eletricidade, é provável que os benefícios só perdurem por uma ou duas gerações; depois disso, uma nova tecnologia fará com que tais métodos de geração de energia se tornem obsoletos. No entanto, uma vez a floresta derrubada ou inundada, a sua ligação com o passado estará perdida para sempre. Esse é o custo com o qual terão de arcar gerações que nos sucederem neste planeta. É por isso que os ambientalistas estão certos quando se referem às florestas como uma “herança mundial”. É uma coisa que herdamos de nossos ancestrais e que devemos preservar para os nossos descendentes, se quisermos que eles não sejam privados dela.

Hoje, são muitos aqueles que percebem na problemática ambiental, que não se encontram isolados os problemas com soluções simples e/ou apenas no ponto de vista do relacionamento do homem com a natureza ecológica, mas sim, de visão holística, pois se trata

de gerações futuras. A visão fundamentada, orientada pelas relações, deve ser considerada em todos os aspectos, e tão pouco, na visão do desenvolvimento econômico, que é uma visão fechada em si mesmo, mas sim, de ecovisão holística e de futuro sustentável.

4.2. – A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NO CONTEXTO DA INJUSTIÇA SOCIAL.

A injusta distribuição das terras, no Brasil, é um assalto voraz, por parte de poderosos que possuem legalmente a maior quantidade de Terra, que tamanho se revela uma das muitas causas da injustiça social e da grande pobreza mundial. Evidentemente, quer de uma forma, quer de outra forma, quase toda a injustiça social pode ser relacionada com a problemática da posse e ocupação da Terra. Como a Terra possui a riqueza natural, em destaque os minerais, petróleo, todo ecossistema de recursos naturais, fundamentais para produção agropecuária, fica evidente que na forma como é usada e ocupada, resultam da problemática ecológica os problemas ambientais: desenfreados pela exploração em prol do crescimento. Todas as causas e conseqüências aparentadas pelos problemas que se evidenciam, no contexto atual na ocupação urbana e rural, são de difíceis soluções para uma sociedade que está enfrentando um requisito fundamental: a busca desenfreada pelo crescimento sem sustentabilidade.

O controle da Terra, de modo geral, significa “*poder*”. Este poder, do qual quem tem e pode usar, de certa forma usa muitas vezes sem piedade, sem compaixão, contra os pobres do campo e da cidade, e no contexto atual, também, contra os pobres das cidades. Não que seja sua culpa ou, na maior parte das vezes é, mas, é motivado pelo sistema vigente que impõe a busca desenfreada pelo lucro. Muitos dos problemas enfrentados nas cidades são, sem dúvidas, são emergentes dessa disparidade de posse e ocupação da Terra no meio rural.

É através do conceito de Terra que a “*esperança escatológica*” (BLANK 2001, p. 77)⁴⁴ assume forma histórica. Para os agricultores e para os indígenas, assim como se observa na tradição bíblica, a Terra continua sendo o “símbolo” histórico da salvação. Esta salvação está muito ligada à cultura e à permanência desse homem na Terra.

Da Terra – *posse e uso* – uma mentalidade que faz da problemática ecológica, os problemas antigos de difíceis soluções. Principalmente quando a Terra passou a ser usada

⁴⁴ O termo tradicional, com o qual foi denominada a reflexão sobre o destino do homem e do mundo, é a noção “de novissimis”. Ver BLANK, R J. **Escatologia do mundo: o projeto cósmico de Deus**. 2001.

como “*reserva de capital*”. No novo continente começou quando os navegantes de Colombo gritaram “*Terra*”, e esta Terra tem sido a base da cobiça e do poder, abrindo fendas de poder, entre ricos e pobres, entre os de mentalidade de desenvolvimento “*versus*” os de mentalidade sustentável.

O progresso, levado a cabo pelo desenvolvimento e modernização, cresceu significativamente nos últimos cinco séculos, mas com muita intensidade nas últimas cinco décadas. O resultado foi o genocídio de povos indígenas e a expulsão de milhões de camponeses e caboclos de suas terras, obrigando-os a fazer parte da urbanização em massa nas grandes cidades, resultando o mais complexo êxodo rural da história da humanidade . Os que ficaram na terra, muitas vezes são usados como fonte de mão de obra barata pelos grandes produtores.

Na história das conquistas catarinense, repetiu-se esse grito pela posse e ocupação da Terra com a Guerra do Contestado⁴⁵. Essa guerra ou movimento do Contestado, nos anos de 1912-1916, ocorreu através da disputa de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, sobretudo, também, uma grande disputa e luta pela posse e ocupação da Terra entre os caboclos sertanejos e os imigrantes. A região do Contestado era um caminho das tropas que ligava o Estado do Rio Grande do Sul a São Paulo, propriamente a região de Sorocaba -SP. Esse caminho passava por Lages, Curitiba, Canoinhas, Rio Negro, Lapa, Porto União, etc. Nesse caminho formaram-se muitas comunidades, com laços familiares, que se estendiam por todo o planalto catarinense e que, no final do Século XIX –XX, por motivos de posse e ocupação levantou-se a maior disputa por faxinais. Esses faxinais eram clareiras abertas na mata, que os pobres e os caboclos, ocupavam para desenvolverem a sua agricultura familiar. Depois das terras limpas, eram grilhadas (documentação falsa envelhecida com os incremento de grilos que comiam as bordas dos documentos para dar a impressão de autenticidade antiga no documento) pelos grandes coronéis que queriam aumentar suas fazendas de criação de gado. Nessa região a madeira foi explorada após o surgimento da ferrovia e das empresas de colonização.

Muitos fatos marcaram essa época, pela posse e ocupação da Terra, que teve seu início com a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893 –1895). Era os “*maragatos*” ligados a federalistas que participaram da Revolução Federalista de 1893,

⁴⁵ Auras, Marli – A irmandade cabocla do contestado. Ed. Ufsc, 1999; Monteiro Teixeira. Os errantes do nosso século. S. Paulo. Ed. Duas Cidades, 1974; Tomé, Nilson. O trem de ferro. Caçador, 1980.

chefiada por Silveira Martins (1834-1901), contrário ao partido então dominante, cujo chefe era Júlio de Castilhos (1860-1903). Adeptos desse movimento e dessa política participante do movimento da Aliança Libertadora de 1923, liderado por Assis Brasil (1857-1938), infenso ao partido do então presidente do RS, Borges de Medeiros (1863-1961) e os “*ximangos*” ligados a monarquia e sob a República, alcunha dada pelos federalistas aos governistas, membros do Partido Republicano. Com a tradição do João Maria, um santo para o sertanejo, orienta os caboclos a defender a terra.

Durante essa época surge m três João Maria. O primeiro era João Maria Agostini (1846 entra no Rio de Janeiro) e em 1846 à 1870 peregrina pela região do Contestado. Muitas formas de celebrar, em especial o culto a Santo Antão, que fez surgir uma grande preocupação com o fanatismo. Em 1853 foi visto pregando na Lapa - PR. Era peregrino, dormia e não amanhecia no mesmo local. Falava dos cuidados com a natureza, observar as fontes de águas que eram santas. Construía grandes cruzes em frente das capelas - via cruzes – pois colocava 14 cruzes para meditar a Paixão de Cristo. Tinha uma ecovisão holística sobre o meio ambiente e dizia que: “*Aquele que não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus*”. Usava muita pedagogia da natureza que hoje são encontrados em forma de versos pelos caboclos do contestado.

Com a república surge outro João Maria. O João Maria de Jesus. (1890- 1908). Ele criticava o regime republicano, hostilizado pelo clero Luso brasileiro e pelo clero Alemão. No planalto eram freis franciscanos e alemães. O batismo era o único sacramento a ser respeitado. O clero quis mudar essa concepção religiosa popular que era diferente das concepções européias trazidas pelos alemães. Na tradição rebelde, em Lages, é montado um acampamento que ficou conhecido como o “*Canudinho de Lages*”. Nisso surge um terceiro João Maria, que se dizia irmão de João Maria Agostini, e com isso conseguiu unir os caboclos da tradição Federalista e a tradição de João Maria. Os maragatos usavam lenços vermelhos no pescoço, e pica pau, os republicanos. Os chimangos lenços brancos que eram os federalistas e uma fita no chapéu do tamanho da altura de João Maria.

Muitas eram as previsões de João Maria como: surgimento do gafanhoto de ferro que era as serrarias; a mula de fogo que era os trens; os pássaros de ferros que eram os aviões; as inversões de papel (masculino e feminino) que foi entendido como a sexualidade; o local onde pousava era conhecido como um lugar santo.

Com a chegada da ferrovia Brazil Railway e da madeireira Lumber And Colonization, que explorava a madeira e em seguida vendia as terras para colonização. Essa prática seguia conforme contratos assinados com o governo, que garantia 15 Km de exploração das terras e das madeiras de cada lado da ferrovia, portanto totalizando 30 km para ser explorado por onde passasse a linha férrea. Com a exploração das terras, veio à expulsão dos colonizadores e caboclos do qual gerou muitos conflitos com os que viviam nessas margens. A Lumber And Colonization mantinha um corpo de segurança de 300 jagunços, que em batalhas eliminava os posseiros, gerando, então muita revolta e aumentava as batalhas nos campos do planalto. O movimento do Contestado foi um movimento eclético social e político em defesa da terra.

Muitos redutos surgem e reelaboram a mística do quadro santo, a nova Jerusalém , onde todos deveriam viver como irmãos sem diferenças de condições. A máxima que os redutos viviam era: *“Moer milho, quem tem milho moí, quem não tem moí também”*. Era um comunismo caboclo, cheio de normas e regras. Entrementes, muitas análises e reflexões sobre a Guerra do Contestado podem ser tiradas como pano de fundo para compreendermos a realidade Catarinense de ocupação e posse da Terra. Essa guerra ainda não teve seu fim. Muito se luta, ainda, nos campos do planalto, por um pedaço de terra. Muitos caboclos foram e ainda continuam sendo expulsos de seus lugares de sobrevivência e faz surgir um contingente de pessoas que vivem, hoje, na maioria em cinturões da pobreza que envolve as grandes cidades e a Capital de Santa Catarina, que são oriundas da região do contestado, onde a posse da terra ainda é da classe dominante, das grandes empresas, e dos donos das terras de conflito do contestado. É fácil citar no planalto as empresas, como por exemplo, a Rigesa, em Três Barras, possui aproximadamente 14000 alqueires de terra reflorestada - as melhores terras. Outra empresa a Klabin, em Lages, que possui aproximadamente de 25000 alqueires de terra ocupados com reflorestamento, sendo também as melhores terras. São empresas filhas das madeiras do tempo do Contestado.

Se foi um movimento messiânico, uma guerra ou um movimento social, ainda pode-se através de pesquisas antropológicas e históricas serem desvendadas todas as suas facetas e caras dos fatos ocorridos ou até mesmo os lendários contos, mas, sobretudo, os efeitos são visíveis na cultura, na organização, na religiosidade do povo da região do contestado. De fato, foi uma batalha pela posse e ocupação da terra e também, uma nova mentalidade de posse e ocupação, de um povo que se formou, que lutou e que compõe essa imensa região do sul do Brasil: a região do Contestado.

Além dessas características históricas da Guerra do Contestado que, sobretudo, já deveria ter sido enterrada, mas que, ainda, infelizmente não foi. Não foi porque esses crimes contra a ocupação de caboclo e do emigrante ainda estão bem vivos na alma dessa gente cabocla, sertaneja, do colonizador que hoje vive na região. Sentem-se ainda vivos os problemas da exploração e do domínio das classes mais privilegiadas: os coronéis ainda continuam vivos. Continuam ditando regras, explorando, expulsando das terras os caboclos e que ainda o resultado de toda essa prática, tem efeito na ocupação dos morros e becos das grandes cidades e da capital catarinense. Pensar que a solução, daqui, depende ainda da solução de lá.

A Terra é o fator decisivo na política econômica e no domínio sobre os principais meios de produção que movimentou e movimenta nossa história, na busca da ocupação da Terra. A estrutura agrária no Brasil é a da concentração de grandes extensões de terra, o “latifúndio”, em mãos de uma pequena minoria, ao passo que as grandes maiorias da população não têm terra, ficando reduzidos a pequenos terrenos ou “minifúndios⁴⁶”. Esta situação se acentua cada vez e fica difícil uma justa distribuição, nos dias de hoje, motivo principal dessa dificuldade está no domínio de quem possui o capital e o emprega na terra como reserva do mesmo. É uma injusta distribuição.

Com os custos de produção, em níveis muitos altos e os preços dos produtos “*in natura*” na maior parte das vezes são baixos e que faz do pequeno produtor, um fraco que não pode concorrer com os grandes. Estes vão comprando suas terras e, os pequenos, como consolo e sem reação, acabam se sujeitando a trabalhar como diaristas, meeiros, para aqueles que compraram suas terras. Resta somente se tornarem a grande fonte de mão de obra, que impostas pelo sistema são de baixa remuneração.

É lógico que não é somente este o motivo que causou essa desordem, embora sendo o principal. Existem outros motivos, outros elementos fundamentais⁴⁷ que se, conhecidos ou compreendidos por aqueles que vivem da exploração na agropecuária, poderiam ajudar na sobrevivência de muitas famílias de produtores, que fazem do setor agropecuário, uma forma de sobrevivência, como por exemplo, o conhecimento e o domínio dos elementos fundamentais como: a) Política Agrícola, b) Gestão Ambiental, c) Mercado; d) Cultura, e)

⁴⁶ Ver quadro do IBGE sobre ocupação da terra, apresentada no capítulo V.

⁴⁷ KNOREK. Reinaldo. Elementos fundamentais para o desenvolvimento e sustentabilidade na agropecuária. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2000.

Sustentabilidade do Solo, f) Cooperativismo, g) Logística, h) Planejamento Estratégico, i) Inovação Tecnológica, j) Cadastro Técnico Multifinalitário Rural e f) Gerenciamento da Propriedade Rural. Esses elementos fundamentais para o crescimento e sustentabilidade na exploração agropecuária, se compreendidos, pelos produtores, os tornariam profissionais na atividade de produção agropecuária. Também ajudaria na permanência das famílias no campo, evitando ou retardando o êxodo rural, por isso, novos rumos de uma nova ecovisão de posse e ocupação da Terra, voltada para a sustentabilidade, evitaria assim, problemas maiores que refletem-se diariamente na ocupação das periferias das grandes cidades.

Outro fator que no elã da vida profissional do autor, como orientador e técnico agrícola, observou, no contexto da posse e ocupação da Terra, que a concentração da mesma encontra-se, muitas vezes, no poder de uma única família ou companhia. Esses grupos que possuem várias fazendas (poder do capital), na maioria das vezes, possuem as melhores terras de produção e relevo e as utilizam para a criação de gado e reflorestamento. Também, observa-se que as terras que sobraram, para os pequenos produtores, geralmente, são terras de relevo acidentado, com baixa qualidade e fertilidade. Como exemplo um assentamento de produtores realizados pelo INCRA na região da AMURC, onde, a terra utilizada para esse projeto, que deveria ser ocupada somente na exploração florestal, entretanto, utilizou-se para o assentamento de 25 famílias para exploração agrícola e que restaram somente 11 famílias no local, devido à falta de condições e oportunidades. Uma gleba de terra com relevos acidentados, declives acima de 40%, contrariando recomendações técnicas, e que são classificadas como impróprias para esse fim, mas, que somente serviram para reflorestamento, estão sendo utilizadas para exploração agrícola. Tentou-se, nesse assentamento resolver o problema dos chamados sem terra e criou-se um problema ambiental. Problema ambiental, uma vez que o local é de difícil acesso e também, lá, nascem muitos afluentes de rios como o rio Itajaí.

A perda da terra que pertencia aos pequenos produtores para os latifundiários, cada vez aumenta a desigualdade social. Com a agricultura comercial, a criação de gado, a construção de grandes barragens e represas, a produção mineral e petrolífera e a destruição ecológica - são estes, também, fatores relevantes de exclusão do homem do campo - e que levam os produtores familiares a se aglomerarem em favelas das grandes cidades.

Essa mentalidade de ocupação da Terra com visão voltada para o crescimento, faz com que esta situação seja cada vez mais caótica. A degradação ecológica com o desgaste dos

solos, o desmatamento aliado ao uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura, que juntos podem proporcionar as principais formas de destruição ecológica e que resultaram incontestavelmente a expulsão dos pequenos produtores de suas terras conduzindo-os para a cidade. Tudo isso, resultará na violência urbana, refletidos na falta de emprego e moradia, pois a desigualdade da terra e pouca participação no lucro produzido, pelo desenvolvimento, são e serão as fontes deste desequilíbrio social em que vivemos, nos dias de hoje: nas cidades e no campo. Esta é a grande importância de uma distribuição justa da Terra: basta-nos ter uma visão holística da ocupação e, tampouco, ficarmos limitados ao capital.

A terra de boa qualidade, como a grande promessa de Deus, está voltada para a família, para a subsistência da mesma. A produção resultante da mão-de-obra da família deve estar voltada para a subsistência, para o mercado, para a comunidade onde ela vive. A ocupação da Terra deveria ser sempre voltada para a vida, para a base de uma vida ecológica. Nunca a Terra deveria ser voltada para a propriedade privada - *como quer o sistema capitalista* – mas, como propriedade familiar ou comunitária. Isso não é involução. O controle da Terra deveria ser comunitário. Salvo essa condição, ocorreria uma justiça social de posse e ocupação com o de desenvolvimento sustentável, paradoxal à injustiça de crescimento a qualquer preço.

4.3 - HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NA TRADIÇÃO BÍBLICA COMO PROMESSA⁴⁸.

É na busca da Terra prometida que os patriarcas, com esperançosa expectativa de nitidamente possuí-la, da qual, deu-se todo o início de uma peregrinação de fé que constituiu toda a história do povo de Israel. May (1988, p. 62) dá um significado ao conceito de Terra, não somente o físico, mas, também, o simbólico:

Semanticamente “terra”, no Antigo Testamento, usa-se para designar a “nação” como “solo cultivável”. Em hebraico ‘aeres’, a palavra mais comum para designar terra, significa terra como algo oposto ao céu e se usa para designar uma nação ou território geográfico. No entanto, também é usada para designar o solo cultivável e habitável. A outra palavra usada é ‘adamah’ que significa solo cultivável particularmente rico em humo na superfície. Esse é o patrimônio das famílias e comunidades e é o lugar onde é fixada a casa. É importante destacar que a terra sempre quer dizer solo fértil e cultivável, onde se pode estabelecer uma casa e construir uma vida. Então, da maneira como é usada na Bíblia, a “terra” tem sentido literal e ao mesmo tempo simbólico. Significa bem estar e segurança.

⁴⁸ Não discutiremos aqui, se é REVELAÇÃO DIVINA, mas através da forma que se fez e se deu a mentalidade de ocupação, voltada para a igualdade social.

A Terra como a grande promessa, para todos, na afirmação essencial da tradição do Antigo Testamento em que, Iahweh promete a Terra aos patriarcas, como fundamento para a sobrevivência do futuro de todo povo eleito. Essa promessa tem uma importância fundamental para a humanidade, por ser um pacto feito, uma aliança com Deus, no sentido de formar e manter o povo de Israel. No início, a Terra é dada a eles como povo e significa a sua identidade, a presença de Iahweh, portanto, um futuro aberto (BIBLIA SAGRADA, 2002)⁴⁹.

A Terra prometida é a força que move a história⁵⁰, é o marco de referência para o presente e para o futuro e é uma promessa sempre diante do povo. Essa promessa fica bem clara, quando é narrado quem é que dá a Terra⁵¹, e somente é necessário possuí-la⁵². Entretanto, parece contraditório, mas para possuí-la é necessário que ocorra a ação do homem, com muita luta, para o cumprimento das promessas de Deus.

Tomar a Terra não é cobiçá-la. Cobiçá-la seria procurá-la pessoalmente, uma meta egoísta⁵³. Ela deve ser tomada e adquirida como posse, para dela receber o que é necessário ao bem estar. Sem possuir Terra não há vida. A Terra é de Deus. Ele a dá à todos seus filhos. Na doutrina social da Igreja Católica, o processo de concentração da propriedade da Terra é julgado como um escândalo porque é nítido o contraste com a vontade e o designo salvífico de Deus, enquanto são negados a grande parte da humanidade os benefícios dos frutos da terra⁵⁴.

May (1988) comenta que, depois da conquista da Terra prometida, Israel modificou radicalmente a vida em relação à Terra, mudando a organização “feudal”, para uma classicamente “campesina” e, as ações foram de imediato, em relação a: a) a produção e o consumo foram orientados para as necessidades da família e só em segunda instância para o mercado; b) o trabalho foi realizado pela própria família; c) a propriedade da Terra não era privada mas de interesse familiar e sobretudo comunitário. A comunidade era responsável pela divisão e uso da terra; da identificação existencial, era com a parcela familiar e a comunidade, e a um grau tão alto que o indivíduo-família-comunidade não poderiam separar-se; e) a estrutura da organização social básica estava na vila e nos anciãos da comunidade.

⁴⁹ As citações seguem da **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Editora Paulus. São Paulo. 46º ed. 2002. Ex. 6,6-8.

⁵⁰ Gn 12, 1-2

⁵¹ Dt 6, 10-11

⁵² Dt 11, 10-12

⁵³ Dt 10 –11-20

⁵⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”.Documento “**Para uma melhor distribuição da terra**”: o desafio da reforma agrária. São Paulo. Paulus, 1998.Pg. 31.

O elemento básico que se revela, nessas expressões de fé, das comunidades, é a convicção de que a Terra é um dom de Deus. Na história da humanidade, sempre há mitos de criação. O que realmente é evidente na “conquista” é que a Terra, considerada como solo fértil, cultivável e habitável, símbolo da plenitude da salvação prometida aos sem-terra, foi um fator sobressalente na formação do povo de Israel.

A mesma relação, símbolo da plenitude da salvação, deve o agricultor possuir com a terra: é uma dimensão vivencial e de globalidade. Para ele muitas vezes a terra não é apenas o chão de trabalho, manutenção da família. Não somente explorar a terra para que ela produza. Ele não vive na terra, vive a terra. A luta é de vida e morte em busca de sobrevivência para ter ou garantir a posse da Terra.

Para Blank (2001, p. 13) na sua fala, a Terra representa a esperança de ter um lugar para viver, a casa própria. O futuro escatológico é marcado com um futuro dentro do processo histórico contínuo da vida. Esta esperança é ligada à vida e ligada a Deus. A esperança de ter um lugar para viver:

A dinâmica da esperança começa já no início da história da revelação. Deus se revela como alguém que promete terra, promete um lugar para morar e viver. A sua promessa responde ao grande anseio de um povo sem terra, seminômade, que hoje não sabe onde poderá viver amanhã. É nesse anseio que se fundamenta toda a história de Abrão, sua saída rumo a um país que não conhece, mas que Deus lhe mostrará (Gn 12,1). Deus promete, e sua promessa repercute nos anseios mais profundos de um estrangeiro, de um nômade errante (Dt 26,5) de um homem sem raiz, de migrantes perdido nas planícies de Ur na Caldéia, ou no anonimato de alguma metrópole do Brasil.

A promessa de Terra está ligada à prole. Quem tem prole não morre, porque aquilo que foi e aquilo que fez, continuará com os seus filhos e netos. Deus é o dono da Terra: “A terra não poderá ser vendida para sempre, porque a terra me pertence, e vocês são para mim imigrantes e hóspedes. Por isso, em qualquer terra que vocês possuírem, concedam o direito de resgatar a terra”⁵⁵. Ele somente está emprestando a Terra para o homem ter e dar um sentido especial à vida. Cultivar um pensamento, uma mentalidade que seja voltada para o bem estar do homem e de todo sistema ecológico, é fazer parte da promessa divina. A promessa de termos a Terra é a promessa de vida: “Hoje eu tomo o céu e a terra como testemunhas contra vocês: eu lhe propus a vida ou a morte, a benção ou a maldição. Escolha, portanto a vida, para que você e seus descendentes possam viver”⁵⁶. Essa vida plena é o significado de possuir a Terra: ter Terra é fundamentalmente ter sustento. A Terra é um

⁵⁵Lv. 25, 23-24.

⁵⁶Dt. 30, 19.

empréstimo de Deus. O que significa este empréstimo na vida do homem? Pode-se entender como aquela história contada por aí em que duas pessoas brigavam por um pedaço de terra (sendo que ambas já tinham o suficiente). Surge entre elas um sábio que lhes fez uma proposta dizendo: façam o seguinte, voltem daqui a cem anos e discutam à quem pertence essa terra. Perceberão que é somente um empréstimo: uma passagem.

Para o Pontifício Conselho “Justiça e Paz” (1998) no documento “Para uma melhor distribuição da terra” afirma: *‘pode-se dizer que o israelita se sente verdadeiramente livre, plenamente israelita, só quando possui o seu pedaço de terra. Mas a terra é de Deus, insiste o Antigo Testamento, e Deus deu-a em herança a todos os filhos de Israel’*⁵⁷. Portanto, deve ser dividida entre todas as tribos, clãs e famílias. E o homem não é o verdadeiro dono da sua terra, mas antes um administrador. Nessa mentalidade histórica de ocupação e posse da terra, sabe-se que o verdadeiro dono é Deus, evidentemente a certeza é lógica: ninguém ficará eternamente por aqui independente de credo.

Através da tradição, a Terra, no Antigo Testamento, é compreendida por uma *relação simbólica* entre vida humana e solo. De acordo com as escrituras, a própria humanidade foi criada do solo, da Terra. A Terra torna-se então este projeto de trabalho para manter a vida humana⁵⁸, para que sejam fecundos, multipliquem-se, encham a Terra e submetam-se, também, para cultivá-la e guardá-la com suas criaturas, de modo que possam garantir e usar a Terra sempre em prol da plenitude da vida.

O grande anseio de um povo que conquistou a sua terra, através de muitas dores, conflitos, e às vezes em circunstâncias até desesperadoras (BLANK, 2001, p. 15). A dificuldade de viver na Terra é muito grande, entretantes, ninguém poderá ser excluído dela. Isso se vislumbra na história de Caim e Abel e se observa no relato de Abraão e Ló. Caim, segundo as escrituras, era um agricultor sedentário representante dos donos de terra, ao passo que Abel, o pastor, representa os despossados nômades. Na narrativa desta história Caim levantou-se contra Abel. Caim quis expulsar Abel do acesso a Terra, e por está ação foi castigado por Deus. A Terra é para ser compartilhada. Com Abraão e Ló enfrentam a mesma situação, quando os dois homens entraram em conflito para terem acesso às pastagens (terra). Em vez de brigar, Abraão propõe compartilhar suas terras com Ló. Dando-lhe a escolha do

⁵⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”.Documento “**Para uma melhor distribuição da terra**”: o desafio da reforma agrária, 1998.Pg. 28.

⁵⁸ Gn 1, 28-29; 2, 15.

território. O problema é resolvido ao serem encontradas maneiras de incluir, os dois, no uso da terra, sem excluir nenhum.⁵⁹ Abrão dá a Terra a Ló, assim como o Deus “dá” terras a Abrão e a Israel. Exclusão significa morte, assassinio, ao passo que inclusão significa benção: *vida*. A terra é para ser compartilhada e ser dividida entre todos.

Naquela sociedade, a cada ano sabático⁶⁰ e em cada ano do jubileu⁶¹, a terra deveria “descansar” e devia ser proclamadas a liberdade e a restauração como ato de igualdade social. O ano sabático acontecia a cada sete anos⁶². Nesta ocasião deveriam ser libertados os escravos e diaristas⁶³, canceladas as dívidas e a terra deixada em repouso ou descanso.

Essa mentalidade de ocupação da Terra - deixar a terra em repouso - teve um grande significado ecológico, importantíssimo, para manter a fertilidade do solo e controlar as doenças das plantas. O controle ecológico penetrou no esquema de justiça humana, porque era necessário garantir que a terra continuasse produzindo para satisfazer as necessidades humanas daquela época. O desrespeito à ecologia (da terra) poderia ser uma injustiça para vida humana, particularmente para os excluídos.

Enquanto o ano sabático pretendia garantir relativa reorganização da sociedade, com intervalo freqüente, o ano do jubileu significou reorganização socioeconômica radical a cada cinquenta anos. O jubilar era intensificação do ano sabático e que exigia basicamente: a) deixar a terra em repouso; b) cancelar dívidas; c) liberar escravos, servos e peões; d) devolver a terra à família original. A idéia jubilar é de que Deus é o proprietário da Terra. A Terra é de Deus, não das pessoas individualmente. Na realidade, os Israelitas, não conceberam um sistema de propriedade privada. Em vez de individuais, a propriedade legal da Terra foi concebida à tribo, como sendo a representante de Deus. Foram os membros das tribos e das comunidades que ficaram responsáveis pela divisão e administração da terra em nome de Deus. Ao final a terra era entregue a comunidade como propriedade social.

A Terra de Israel é herança que o povo recebeu do Senhor, como um filho herda do pai aquilo que ele possui. “Quando tiverdes passado o Jordão e vos tiverdes estabelecido na terra

⁵⁹ Gn13, 1-18.

⁶⁰ Livro do Levítico capítulo 25; Deuteronômio Capítulo 15

⁶¹ O ano jubilar era uma garantia maior ainda de manter a posse da terra nas mãos dos camponeses. Jubileu vem de uma palavra Hebraica (Jobel) que significa trombeta, instrumento sonoro que convocava o povo para os julgamentos. O toque das trombetas do jubileu anunciava o ano do julgamento de Deus sobre o uso da terra.

⁶² Essa mentalidade de repouso reflete-se na atualidade a técnica de rotação de cultura, entretanto sem descanso da terra.

⁶³ Ex. 21,2.

que o senhor vosso Deus, vos dá de herança, e ele vos tiver dado repouso, livrando-vos dos inimigos que vos cercam, de sorte que viva em segurança”⁶⁴. O povo é como posseiro na Terra de Deus. Pode usar, trabalhar, cultivar e habitar na terra. Mas não pode vendê-la. A Terra é alienável e não pode ser vendida porque a Terra pertence a Deus, e nós estamos nela como hóspedes e estrangeiros⁶⁵.

Souza, M., Caravias, J. (1988, p. 104-105) diz que o homem lavrador sente Deus como criador da Terra, é fiel como seio do qual brota o milagre da vida. Por isso, trabalhar a terra em família e com respeito à terra fecunda é dom de Deus:

O trabalho da terra, feito em família ou em comunidade é, ao mesmo tempo, a garantia da vida da família e da comunidade. Por isso, ser infiel à terra é ser infiel ao Deus da Vida. E trabalhar a terra de Deus é um ato de comunhão íntima com Deus, é colaborar no trabalho de Deus, em algo que é de Deus. O lavrador descobre Deus e se sente unido a ele, ao receber da terra, ao trabalhar nela e lutar por ela.

A Terra, em si, não é um capital; é uma riqueza natural. À luz da fé, afirma-se que é um dom gratuito de Deus, um dom dado a todos para viver. Mas a terra pode ser vista, também, sob a mentalidade de ocupação, voltada para o desenvolvimento, com um único prisma do lucro econômico em que, pode produzir e ser gerado em benefício de poucos. Ela muitas vezes é uma fonte de capital, de prestígio e de poder pessoal. Mas para tanto, ter esse prestígio, é preciso e necessário acumulá-la em grande quantidade. Por conseguinte, para poder monopolizá-la terá que, também, possuir um grande capital, tanto para posse como para explorá-la racionalmente.

Em todas as sociedades constituídas, as leis refletem os interesses e propostas de classes dominantes. Para ser aceita e tida como legítima, a lei, é apresentada como interesse de todos. Entretanto, com isso, só conseguem legitimar e defender legalmente a ordem vigente, através da lei do mais forte. No antigo testamento *a lei era a do olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé*.⁶⁶ Na atualidade, a tentativa de formular as leis, com um senso de justiça social, em que todos possam ser beneficiados, sem o olho por olho, mas como justa e sem o prisma de vingança, perpassa pela ordem de que, a lei seja universal. No que diz respeito à ocupação da Terra sobressai, a lei de mercado, e quem possui o capital é dono da maior parte.

⁶⁴ Dt 12, 10.

⁶⁵ Lv 25, 23.

⁶⁶ Ex 21,23

Entretentes, a relação com a Terra, no Novo Testamento, se apresenta numa situação diferente da que vimos no Antigo Testamento. Com Jesus e o Cristianismo, o mito da pertença de uma Terra a um povo cai. Cai porque, já não existe nenhum título sagrado, sobre a Terra, nem direito inalienável. A Terra toda é de todos os homens, para que todos possam gozar e viver nela. São regras simples de justiça social, que devem prevalecer, e que a Terra pertence a todos os homens. Com uma única obrigação à Divindade, pois, devemos conservá-la, cuidar dela com uma mentalidade ocupacional de conservação para gerações futuras: nós a tomamos emprestada de gerações que estão por vir a viver na Terra e, cuidar é dever de cada pessoa.

Dado histórico sobre a tensão da posse e ocupação da Terra, na época de Jesus era grande entre os ricos e pobres. Visto que a terra representava a primeira fonte de emprego, a estratificação social que era intimamente ligada à posse da Terra. Nessa época o latifúndio e pequenos agricultores viviam lado a lado na Galiléia. Os latifúndios praticavam em parte o “**absenteísmo**”⁶⁷, isto é, sistema de exploração rural no qual um intermediário (administrador, gerente, capataz) se interpõe entre o proprietário, que não reside em suas terras, e aqueles que a cultivam. Os arrendatários dependentes entregavam a produção com rancor interno. Em situação ainda pior do que os arrendatários estavam os operários contratados, sem posse, recrutados pela colheita por hora ou por dia. Esses eram dependentes da benevolência dos ricos. As tensões se davam entre todos, latifúndios explorando cada vez mais e os pequenos tentando se manter sem dívidas e assegurar as taxas, o sustento da família era e as sementes para cada ano.(THEISSEN, et al. 2002, p. 192-195).

Certamente, nos dias de hoje, a Terra transformou-se em artigo de consumo, de luxo, reserva de capital, para produzir poder e riqueza: na exploração dos recursos naturais renováveis ou não renováveis. Entretentes, a Terra é um dom de Deus, emprestada para sustentar a vida humana, contanto que na vida física, existencial e espiritual se relacione na reciprocidade entre homem e natureza. A Terra pertence a Deus, mas é confiada ao homem para preservá-la e tirar dela todo seu sustento: agora e de gerações futuras.

A Terra é grande e fértil: é maravilhosa para a pecuária e para agricultura. A sua conquista ficará sempre como uma espécie de utopia, de uma meta a ser alcançada ou, até mesmo, de um ponto de referência importantíssimo de motivação à imagem de ideal,

⁶⁷ Verificar em Mc 12, 1ss sobre a parábola dos vinhateiros.

necessário a qualquer revolução em qualquer tempo. A Terra deve ser respeitada, em todos os sentidos, numa mentalidade da ecovisão holística de posse ocupação, a fim de progredir com o crescimento ordenado e/ou com finalidades sustentável.

Certamente para uma mentalidade ecológica, o que tem de mais rico é a possibilidade de juntar a dimensão da polis, ou seja, aquele espaço que é próprio à comunidade dos homens, o espaço da convivência humana, com a dimensão do cosmos. É a dimensão de nossa relação social, espiritual com o universo. É o homem só enquanto relações: com Deus, consigo mesmo, com os outros homens e com os outros seres vivos.

CAPÍTULO - V

AS LEIS DE OCUPAÇÃO DA TERRA E DAS ÁGUAS NO BRASIL.

“Chegará o dia em que o homem conhecerá o instinto do próprio homem dos animais e das plantas. E neste dia qualquer crime cometido contra o próprio homem ou contra um animal ou uma planta - será um crime contra humanidade e contra a própria natureza que o criou”. Leonardo da Vinci.

5.1 – GESTÃO AMBIENTAL NO USO DO SOLO E DA ÁGUA.

A gestão ambiental está no ato das ações administrativas “em querer garantir as necessidades imediatas da humanidade”. Necessidades básicas, que são fundamentais para a sobrevivência planetária como: ter um ar puro para respirar, água pura para saciar a sede e auxiliar na higiene diária. Também, realizar o trabalho que possibilite a renda que permita viver uma vida digna e saudável, ter habitação para abrigar a família em condições de conforto, higiene, estética, acessibilidade, alimentação saudável, vestimenta para apresentação, etc. Tanto no trabalho, como nos compromissos sociais, na educação, cultura e lazer para toda a família, liberdade religiosa, etc e tudo isso é no mínimo digno do ser humano.

No processo evolutivo, exigir das pessoas que vivem em sociedade: um respeito ao meio ambiente. Compreender que a riqueza do ensinamento pela natureza é proporcional à ação do homem sobre ela. Compreender que quanto maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. Não há produção que não seja a produção do espaço, não há produção do espaço que não se dê sem o trabalho (SANTOS, 1997).

O solo constitui o recurso natural mais intensamente utilizado pelo homem, para atender às necessidades de produção contínua de alimentos, nas quantidades e variedades exigidas pela humanidade. O solo que tem sua utilização no espaço para as explorações agrícolas, pecuárias e silvicultura, necessariamente precisam ser compreendidas as diferentes formas de se explorar as atividades. Ter uma gestão orientada por conhecimentos e avaliações prévias como, por exemplo, um estudo de impacto ambiental (EIA e RIMA) que leve, a saber, se o ambiente é capaz de suportar os mais variados e diferentes tipos de exploração e utilização.

Chiavenato (1994, p. 23) diz que muitos se espantam ao saber que o risco da poluição e da contaminação do solo, já era denunciado com certo rigor científico, em 1546, por Giorgio Agrícola, escritor no período da Renascença, preocupado com a natureza, ao protestar contra a exploração do carvão fóssil na Itália:

Um dos argumentos mais fortes dos detratores dessa atividade é a devastação do campo; por isso a lei proíbe aos italianos escavar a terra para extrair minério, danificando o campo fértil, os vinhedos e os olivais. Eles deploram que as árvores sejam derrubadas para fundição de máquinas ou fundição de metais. O corte das matas leva ao extermínio das aves e outros animais que fornecem alimentos. A água utilizada na lavagem do minério, devolvida aos riachos, envenena os peixes e a caça. Conseqüentemente, os habitantes das regiões mineiras, devido aos estragos feitos no campo, nos bosques e nos rios, têm dificuldades para obter o necessário para viver.

Naquela época era fácil proibir uma atividade que danificasse o meio ambiente. Não porque o homem fosse mais consciente, mas porque a economia não necessitava - *ainda* - da matéria prima industrial de forma tão drástica.

Observa-se na região carbonífera, no Sul do Estado de Santa Catarina, propriamente na região de Criciúma, as alterações na paisagem que são danos decorrentes da exploração do carvão mineral. Nesta região, o dano sofrido no meio ambiente pela ação do homem, é decorrente pela falta de orientações e de estudos de impactos ambientais. A exploração era, ou ainda continua sendo, uma exploração com mentalidade do lucro a qualquer preço. Os prejuízos ambientais são grandiosos e a recuperação do meio ambiente está difícil de ser realizado. A degradação na paisagem é observável conforme a foto 1.



Foto 1 – Paisagem resultante da exploração do carvão mineral. Região de Criciúma – SC. – ano 2003.

Sabe-se, com certeza, que muitos dos recursos materiais da Terra têm seu fim. Sabe-se também, que se as agressões ao meio ambiente, continuarem em poucos anos, o planeta Terra não será capaz de assimilar tanta desordem na natureza. E que a natureza não reage, somente se vinga. Tudo indica que, para resolver o problema da sobrevivência do homem, é preciso mudar a mentalidade de ocupação da Terra. Uma revolução de mentalidade, nas formas de exploração da própria natureza, que alimenta o homem e, que fornece ar, água, matéria prima, minerais, enfim, tudo precisa ter seu cuidado.

A Terra é frágil. Melhor dizendo: ficou frágil. Após passados cinco séculos da preocupação dos pensadores renascentistas, a situação agravou-se muito. Precisa-se explorar, com certeza, mas que seja com responsabilidade, com projetos bem estudados, dentro de leis e normas ambientais e que estejam em conformidade com uma gestão ambiental voltada ao crescimento sustentável. Evitando-se assim os desastres ecológicos que resultaram da exploração do carvão, na região Sul de Santa Catarina. Somente um “*fora de si*” nega o progresso, aliás, mais “*fora de si*” o que explora sem consciência ecológica.

Uma coisa, porém, é o progresso a serviço do homem, orientado pela ciência, e outra coisa, bem diferente, é o controlado pelo capital, que é necessário, mas se transformando em técnicas de obtenção máxima do lucro é o caminho do caos. Não se pode esquecer que a natureza não é passiva. Os homens vêm a séculos mudando esse meio ambiente com projetos, tecnicamente possíveis, mas sem ter as certezas científicas de que, a mudança no meio ambiente somente poderiam ser realizados se fossem para melhorar o bem estar do homem e da sua própria sobrevivência: de forma sustentável.

Tampouco, pensar que este homem pode ser rebaixado a um verme. “*O homem apareceu como um verme num fruto, como uma traça numa pilha de lã, e deteriora seu habitat, segregando teorias para justificar sua ação*” (CHIAVENATO, 1994, p. 23). Evidentemente não se trata disso. A natureza só se vinga, quando é criminalmente agredida.

5.2 – A CONSCIENTIZAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

A gestão voltada para o planejamento de uso do solo⁶⁸ (IBGE, 2002), necessita de diagnóstico ambiental prévio, com informações básicas, apresentadas nas cartas temáticas, necessárias ao início do Plano Diretor, o EIA e o RIMA⁶⁹. O solo urbano destina-se as funções de habitar, trabalhar, circular e recrear. Os loteamentos populares, feitos geralmente pelo poder público municipal, na maioria dos municípios brasileiros, em terrenos úmidos, são drenados sem conhecimento técnico, com canais ou valetas em linhas retas.

O solo natural é rico e deve ser corretamente utilizado, porque os solos ricos produzem alimentos, sem o qual a população não pode sobreviver. A pior pobreza é a que permite a morte por inanição sobre o alimento, sem o conhecimento necessário para o aproveitamento adequado e a morte da humanidade por causa da ignorância e falta de respeito à natureza e para com todo ecossistema planetário.

As ciências orientais, baseadas na observação milenar da natureza aconselham que os cursos de água não devem ser retificados para não gerar pobreza. Isso é observável, como por exemplo no rio Tietê, Canoinhas, Itajaí, e muitos outros rios ou canais que cortam as grandes e pequenas cidades. As águas com velocidade levam as riquezas do solo, que a natureza levou muito tempo para depositar e que deve ser retirada para nutrir o solo. Muitos exemplos poderiam ser apresentados em relação às pessoas que defendem e praticam “*atos concretos*” em defesa da sustentabilidade do meio ambiente.

Na vida profissional do autor - período de 1987 a 1996 – atuando na área agrícola na função de assistência técnica, em uma empresa agrícola de fomento na produção de fumo, do qual, naquele momento, surgiu à oportunidade de conscientizar alguns agricultores. Utilizando-se de técnicas de demonstração, com uma maneira bem simples para demonstrar a

⁶⁸ O solo constitui o meio natural para o desenvolvimento dos vegetais. Suas características são decorrentes da ação combinada de fatores genéticos; rocha matriz (material de origem), relevo, clima, seres vivos e tempos, acrescidos dos efeitos de uso pelo homem. O solo é uma parcela dinâmica e tridimensional da superfície terrestre, que suporta e mantém as plantas. Seu limite superior é a superfície terrestre, sua superfície inferior está definida pelos limites da ação dos agentes biológicos e climáticos, enquanto os extremos laterais limitam-se com outros tipos de solos, onde se verifica a mudança de uma ou mais das características diferenciais. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Pg 6.

⁶⁹ Outros fatos importantes, na esfera legislativa, foram: a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 001/86, de 23 de janeiro de 1986, que regulamentou a Avaliação de Impacto Ambiental – *AIA* e seus instrumentos, o Estatuto de Impacto Ambiental (*EIA*) e o Relatório de Impacto Ambiental (*RIMA*); a inclusão da temática ambiental na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), através do artigo 225 e vários outros artigos afins e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – *IBAMA* - pela Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente. Verificar FATMA, 1995. Coletânea da Legislação Ambiental.

um grupo de produtores rurais, os efeitos que as águas, oriundas de chuvas ou de irrigação, como elas poderiam prejudicar e empobrecer o solo se o mesmo não tivesse nenhuma proteção e contenção. A utilização dessa técnica mostrou simplesmente que com a utilização de curva de nível e cobertura morta, nas terras de planta e de pastagens, evitaria a perda e o empobrecimento do solo por erosão.

A representação, demonstrada, foi na forma de expor duas caixas cheias de terra (uma sem proteção e a outra com cobertura verde e/ou morta): onde ambas ficavam expostas em local bem visível, com um ângulo de inclinação em torno de 20%⁷⁰. Pois bem, a demonstração seguia-se, com um regador cheio de água, despejava-se a água com a intensidade semelhante a das chuvas que ocorriam durante o ano naquela região. Região esta, localizada no município de Canoinhas, norte do Estado de Santa Catarina, aproximadamente 400 km da capital: Florianópolis. Para a simulação o dano ecológico; colocava-se nas pontas inferiores das caixas alguns copos transparentes. O resultado era espantoso. Observa-se a diferença das águas que ficavam depositadas no fundo dos copos. Comparava-se a cor das águas depositadas nos copos em relação à caixa com cobertura, tendo como referencial a sem cobertura. Também era evidenciada a velocidade com que as águas saíam das caixas. A caixa que tinha a cobertura morta observava-se, que a demora da água que chegava ao copo era maior em relação à caixa sem cobertura morta a do solo desprotegido. Além da cor da água, velocidade e quantidade, era possível demonstrar as feridas abertas no solo, em forma de varizes em que os danos, que apareciam na terra descoberta, eram visto pela quantidade de terra que a água carregava para o fundo dos copos.

A falta de uma gestão ambiental, de conhecimentos técnicos, orientados para a sustentabilidade numa exploração agropecuária, relaciona-se ao uso de práticas inadequadas, como desmatamento indiscriminado (pastagem e cultivo), as queimadas são excessivas e a mobilidade do solo é grande. Estas contribuíram para degradação das terras agrícolas, assim como o despejo de dejetos de animais em rios. Entrementes, a Terra de modo análogo é como o ser humano - que precisa de proteção (vestuário), alimento (nutrientes), de cuidados (proteção) – a Terra precisa de proteção contra interperies produzidos pelo clima (cobertura verde ou morta), precisa de água para gerar vida, precisa de alimento (reposição dos

⁷⁰ As recomendações técnicas para manejo de solos, com ângulos de declive acima de 20 graus, deveriam ser aproveitados somente como pastagens, reflorestamento ou como reserva florestal, jamais com o uso de exploração agrícola. Todavia, muitos solos com estas inclinações ou até maiores são aproveitadas na agropecuária em geral.

nutrientes), precisa de cuidados na vigilância de normas (proteção contra agressões). Terra é homem/vida: é a mentalidade de ocupação da Terra na ecovisão holística de forma que chegue a ser sustentável.

Portanto, além das questões ambientais, tecnológica e econômica, o desenvolvimento sustentável envolve uma dimensão cultural e política, que vai exigir a participação democrática de todos, na tomada de decisões, para que as mudanças indispensáveis na mentalidade de posse e ocupação ocorram.

5.3 – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO AO USO DO SOLO.

O indivíduo que tem suas atividades ligadas diretamente ao uso e ocupação do solo - na ocupação/exploração agropecuária - deve estar atento no que diz respeito à gestão ambiental na forma da legislação. Para gerenciar a propriedade, o proprietário deve buscar no entendimento e na atenção das leis a sua conformidade ambiental e contextual. Estas leis foram criadas para normatizar a ocupação da terra, no Brasil, voltados à tentativa de evitar a exploração desajustada que gerassem danos irreversíveis ao meio ambiente. Conforme (KNOREK, 2000) Ei las:

- ⇒ Lei n.º 4.771, de 15 de agosto de 1965 – institui o novo Código Florestal.
- ⇒ Decreto Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967 – dá nova redação ao Decreto-Lei n.º 1995 (código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.
- ⇒ Lei n.º 3.824, de 23 de novembro de 1960 – torna obrigatória a destoca e consequente limpeza das bacias hidrográficas dos açudes, represas ou lagos artificiais.
- ⇒ Lei n.º 3.927, de 26 de julho de 1961 – dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- ⇒ Lei n.º 4.118, de 27 de agosto de 1962 – dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.
- ⇒ Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962 – define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.
- ⇒ Lei n.º 4.797, de 20 de outubro de 1965 – torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 5197 de 03 de janeiro de 1967 – dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

⇒ Decreto Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967 – dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 5318, de 26 de setembro de 1967 – institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.

⇒ Lei n.º 5357, de 17 de novembro de 1967 – estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.

⇒ Decreto-Lei n.º 1.134, de 16 de novembro de 1970 – altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

⇒ Decreto Lei n.º 1.413, de 14 de agosto de 1975 – dispõe sobre o controle da poluição do Meio Ambiente provocada por atividades industriais.

⇒ Lei n.º 6.453, de 17 de outubro de 1977 – dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos com atividades nucleares, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977 - dispõe sobre a criação de Áreas Espaciais e de Locais de Interesse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescentado inciso ao art. 2º da Lei n.º 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei n.º 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 6.803, de 02 de julho de 1980 – dispõe sobre as diretrizes básicas para zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

⇒ Decreto Lei n.º 1.809, de 7 de outubro de 1980 – institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 6.894, de 16 de dezembro de 1980 – dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981- dispõe sobre a política Nacional de Meio Ambiente e seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

⇒ Decreto Lei n.º 1.865, de 26 de fevereiro de 1981 – dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.

⇒ Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981 – dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 – dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

⇒ Decreto Lei n.º 2.063, de 6 de outubro de 1983 – dispõe sobre multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 – disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao Meio Ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos (vetado), e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.365, de 13 de setembro de 1985 – dispõe sobre a fabricação de detergentes não biodegradáveis.

⇒ Lei n.º 7.542, de 26 de setembro de 1986 – Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno da marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.563, de 19 de dezembro de 1986 – Institui o Pró-Fruti – Programa Nacional de Arborização Urbana com árvores frutíferas, e determina outras providências.

⇒ Lei n.º 7.643, de 18 de dezembro de 1987 - Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988 – dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 - dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.754, de 14 de abril de 1989 – estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.796, de 10 de agosto de 1989 – cria a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa na Amazônia – CORPAM, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.797, de 10 de julho de 1989 – cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.802, de 1 de julho de 1989 – dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exploração, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989 institui o Dia Nacional da Conservação do Solo, a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.

⇒ Lei n.º 8.005, de 22 de março de 1990 - dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do IBAMA e dá outras providências.

⇒ Lei n.º 8.028, de 12 de abril de 1990 – dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências.

⇒ Medida provisória n.º 1, de 1 de janeiro de 1995 – dispõe sobre a organização da Presidência da república e dos ministérios.

⇒ Lei n.º 9.605,12 de fevereiro de 1998 – dispõe sobre as sanções administrativas e penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

5.4 - A PROBLEMÁTICA ECOLÓGICA QUANTO AO USO DA ÁGUA.

A Constituição brasileira de 1998, Capítulo II - DA UNIÃO - afirma: “*são bens da União os lagos, os rios e quaisquer correntes em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais*”⁷¹.

Inclui-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União e o gerenciamento que autoriza a outorga de direitos: “*instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso*”⁷².

A primeira lei brasileira sobre as águas foi o Código de águas, de 1934, até hoje em vigor. Em 1997 foi promulgada a Lei de Recursos hídricos nº 9.433, inspirados nos princípios da Eco-92 e da Agenda 21, mas no bojo das reformas liberais do governo Fernando Henrique Cardoso. Ela comporta ambigüidade, e por isso seus desdobramentos e conseqüências são imprevisíveis. Se aplicada em favor da recuperação e preservação das águas e de sua justa distribuição entre todos os que dela necessitam, representará um ganho para a sociedade brasileira. Se interpretada pelo viés economicista, poderá abrir caminho a mercantilização da água, algo socialmente perverso.

É fundamental compreender que *a água é um bem de domínio público, não pode tornar-se propriedade privada de alguma pessoa física ou jurídica* como ocorre com a posse da Terra. Pode, porém, ser concedida para uso por meio de instrumento jurídico da “*outorga*”⁷³. A outorga é definida pelo comitê de Bacia, que define a quantidade, a destinação (abastecimento urbano, indústria, hidrelétrica, irrigação, etc) e o preço a ser pago pelo usuário daquela bacia. A outorga deve resultar de um pacto entre o poder público, os usuários e a sociedade civil organizada, aí incluídas as comunidades ribeirinhas, sempre assegurando a prioridade ao consumo humano e animal. A lei estabelece que em situações de escassez, a prioridade do consumo humano e animal implicam imputar todo prejuízo aos outros usos - por definição, menos nobres. A outorga, que é um princípio salutar, uma vez que o múltiplo uso das águas exige planejamento e gerenciamento bem equilibrado, não é concessão, que confere a seu detentor o poder de usar o bem público como quiser.

⁷¹ Constituição brasileira de 1998, art. 20, inciso III.

⁷² Constituição brasileira de 1998, art. 21, inciso XIX.

⁷³ Outorga é a licença pública para utilização da água.

A outorga deve estar vinculada ao consumo humano ou a um projeto produtivo (agrícola, comercial ou industrial) e deve ser anulado caso este não se implemente. No gerenciamento das bacias hidrográficas integram-se as águas de chuva, de superfície e subterrâneas daquela unidade geográfica, com as visões ambientalmente sistêmicas, relacionadas às águas e, também com a gestão dos solos e da vegetação da bacia. Toda essa regulamentação é feita pela ANA (Agência Nacional de Águas), criada em 2000, de acordo com o modelo regulador de setores estratégicos como a ANATEL (Telecomunicações) e a ANEEL (Energia Elétrica). A água é uma necessidade primária, portanto, direito e patrimônio de todos os seres vivos, como por exemplo os animais, não apenas da humanidade. A água é, por excelência, um bem de destinação universal.

O alimento extraído da terra e a água são fontes primárias e indissociáveis de vida. A água é necessária para a produção de alimentos, para a agricultura sustentável e para a defesa e a conservação do ambiente natural. A produção de grãos avança pelos caminhos das águas. O Brasil é uma região planetária vista como “*celeiro do mundo*”⁷⁴. Daí a expressão; o “*Brasil é a cesta de pão do mundo*”. Entrementes seu custo ambiental é incalculável. Para produzir uma tonelada de grãos são necessários 1 mil toneladas de água (BROWN, L. 2003, p. 36-37). Países com menos água, ou que não querem ou não podem arcar como esse tipo de produção, preferem comprar grãos no exterior, transferindo o custo ambiental para os países produtores. “*Exportar grãos é exportar água*”⁷⁵. A irrigação brasileira está sendo implantada sem considerar um zoneamento ambiental que considere a sustentabilidade de ecossistemas frágeis como os Cerrados, Pantanal, Amazônia, com agravante, sem considerar o manejo adequado nos mananciais.

Toda essa preocupação ecológica é para criar uma mentalidade com ecovisão holística de forma que o ambiente seja sustentável. De fato para que isso ocorra, é necessário observar que um rio não é apenas um canal de água. É um ecossistema pleno de várias formas de vida, um *útero* da biodiversidade. Reduzir um rio a usos econômicos, ou então a um simples canal de esgoto, ignorando seu papel na biodiversidade, é o modo mais comum de trucidar a vida. E que se a pesca for revitalizada segundo alguns padrões contemporâneos de sustentabilidade ambiental terá impacto na superação da fome de grande parte da população.

Além de se construir uma mentalidade voltada para o uso da água, também suas dimensões de *valores* e *significados* precisam ser respeitados, porque são fundamentais para

⁷⁴ Fórum Social Mundial 2002, oficina sobre águas.

⁷⁵ Idem.

muitos povos. Entre tantos valores para a água, pode-se relacionar: *a) valor biológico* em que a abiótica em si mesma, a água é o fundamento de todas as formas de vida e a vida não existe sem ela, ela é insubstituível; *b) valor social* faz com que seja impossível pensar uma sociedade saudável, harmoniosa e em paz, sem ter água de qualidade para todos os seus cidadãos; *c) Valor simbólico* e espiritual e que muitos povos têm rios, lagos, nascentes considerados sagrados, um exemplo é o rio Ganges, na Índia, no Brasil os índios Carajás, do Araguaia, etc. Os cristãos têm na água o valor simbólico presente nos rituais como o batismo, e nos sacramentais, como água benta; *d) valor paisagístico e turístico* em que a água proporciona beleza nas praias, cachoeiras, correntezas em vários pontos do planeta; *e) dimensão política* e de poder em que o controle da água é fonte de poder; dimensão poética e artística em que a poesia e a arte retratam bem esses valores; *f) dimensão da saúde* em que é fundamental a água pura para a vida; *g) dimensão ecológica* em que não apenas os seres humanos e os animais domesticados que têm direito à água, mas todas as formas de vida (CNBB, CF, 2004).

Costa (1991 p. 5) mostra no quadro 2 a dimensão desse volume:

Localização	Volume (1.000 km ³)	%	Renovação
Oceanos	1.464.000,0	97,6000	37.000 anos
Massas polares	31.290,0	2,0860	16.000 anos
Rochas sedimentares	4.371,0	0,2910	300 anos
Lagos	255,0	0,0170	1 a 1.000 anos
Solo e sub-solo	67,0	0,0040	280 dias
Atmosfera	15,0	0,0010	9 dias
Rios	1,5	0,0001	6 a 20 dias

Quadro – 2 – Fonte: Costa, Ecologia das águas doces, p. 5.

A escassez da água na atualidade é um ponto fundamental para que ocorra uma mudança de mentalidade na ecovisão de posse e ocupação da Terra. Mesmo sabendo-se que o volume de água doce disponível no planeta é o mesmo há milhões de anos. Diante dos desafios de criar essa mentalidade de ecovisão holística, voltada para uma consciência que seja, de fato, fundamental e que esse volume de água - tanto a doce como a salgada - sempre foi suficiente para suprir todas as formas da vida, mas se estiver poluída se torna inútil para a sobrevivência da humanidade e de todo sistema planetário.

Esse volume de água, tanto doce como salgada, têm seus os ciclos hidrográficos que repõe em circulação nos rios uma descarga de 41 mil km³ /ano. Isso significa que, no ano 2000, cada habitante da Terra ainda teve disponível 6 e 7 mil m³/ano, ou seja cinco vezes mais que a demanda mínima por pessoa (REBOLÇAS, 1999 p. 14). É evidente que existe regiões

onde a água é naturalmente escassa, como regiões semi-áridas. Existe um escasseamento progressivo, é fruto na maior parte pela depredação realizada pela mão humana. Como afirma um documento da ONU “*O problema da água é uma questão muito mais de gerenciamento que de escassez*”⁷⁶.

A questão a ser corretamente colocada, é a que diz respeito à boa ou má gestão das águas, não a sua escassez. Sendo uma questão teórica, porém requer esclarecimento. A teoria econômica clássica parte do princípio de que os desejos humanos são infinitos, enquanto os bens são finitos: daí a escassez e o valor econômico dos bens. Bens abundantes como, por exemplo, o ar que não tem valor econômico. Somente bens escassos despertam o interesse da economia de mercado, que propõe otimizar seu uso conforme a lei da oferta e da procura. Aplicação do conceito escassez na questão da água tem um viés ideológico, mas abre-se o caminho para as grandes empresas que se propõem a gerir a água mundial conforme as leis de mercado. A imensa malha de bacias hidrográficas do território brasileiro é uma riqueza incalculável. Entretanto, por ação do homem, nos cinco séculos de civilização, grande parte dos rios brasileiros está com suas águas contaminadas. Muitos dos nossos rios são as “*cloacas*” de dejetos sanitários, industriais e hospitalares, de garimpos, da agricultura e assim por diante.

O aumento da população exige que a produção de alimentos seja cada vez maior. Nesse sentido, a agricultura requer uma quantidade de solo fértil cada vez maior, assim como a sua irrigação, embora constatemos, em muitos casos, o uso inadequado ou indevido da irrigação. “*Atualmente, mais de 50% da população mundial depende de produtos irrigados*”⁷⁷.

Para o crescimento e/ou a sustentabilidade, na maneira de pensar, a ocupação da Terra, associada ao uso e exploração da água, o indivíduo deve estar atento, portanto, à legislação ambiental citada acima. Leis estas em vigor para a aproximação da realidade brasileira em garantir a sustentabilidade de todo o ecossistema.

Mesmo existindo uma legislação ambiental calcada na defesa do meio ambiente, que muitas vezes foram feitas demasiadamente tarde, encontra-se no ecossistema a lei natural que jamais pode ser dominada. Se fossem seguidas atentamente as leis naturais, muitos prejuízos, com efeitos visíveis poderiam ter sido evitados.

⁷⁶ Documento do grupo WHEAD, distribuído em Johannesburgo, África do Sul.

⁷⁷ Werneck Lima et. al. O uso da irrigação no Brasil. In Aneel, O estado das águas no Brasil <www.mma.gov.br/port/srh/acervo/publica/doc/oestado/texto/73-82.html> .

É preciso desenvolver uma nova mentalidade de uso da água, dentro do contexto de uma ecovisão holística ecológica, que é de fundamental importância para a vida planetária. Exige a participação de todos na luta pela água, na solidariedade com aqueles que já estão sem água, na preservação dos mananciais degradados, na busca de novas técnicas que favoreçam as preservações tanto quantitativas, qualitativas e sociais de nossas águas.

Um exemplo de dedicação e preocupação com o destino das águas, encontra-se na mentalidade preservacionista de alguns proprietários rurais, residentes no município de Anitápolis, localizado 70 km de Florianópolis. Em suma, é nítida a mentalidade de desenvolvimento sustentável em defesa e preservação das nascentes, mananciais e cachoeiras, conforme observam-se na foto nº 2 – é a responsabilidade de cuidar e preservar os mananciais nas propriedades privadas que na busca de fazer da preservação uma fonte de renda através de atividades com o ecoturismo. Sendo um dom gratuito da natureza, que faz parte das propriedades privadas, isso não significa que a totalidade da posse, garante ao proprietário o direito de fazer o que bem quiser das águas e do solo no momento da exploração do ecossistema. É uma gratuidade que pertence a todos. Além do mais, é uma preocupação de responsabilidade ética/moral em preservá-las, pois quem é proprietário, torna-se co-responsável e inter-relacionado com toda a vida planetária.

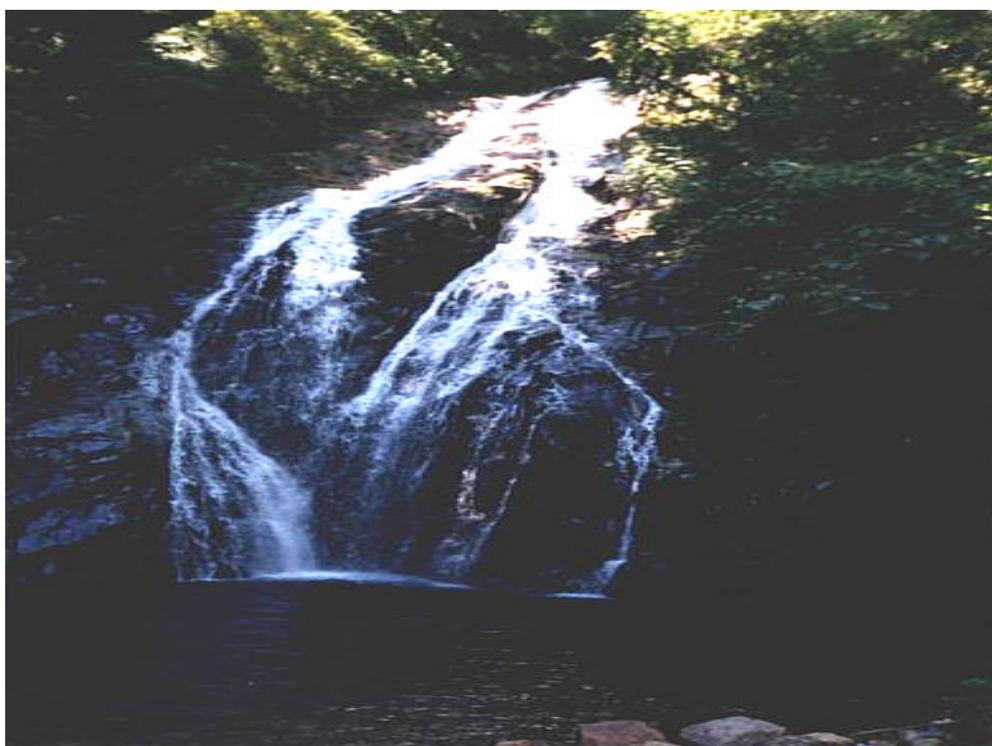


Foto 2 – Preservação dos mananciais em uma propriedade privada – Anitápolis – SC, - ano 2005.

É preciso reconhecer que deve-se destinar áreas de preservação permanente, como a propriedade apresentada na foto acima, não podem, em hipótese alguma ser tocada ou explorada sem uma cooperação de forma lúcida e organizada para mante-se sustentável. Caso seja feita a exploração, antes de tudo deve-se fazer um estudo de impacto ambiental. Com o estudo, as orientações de exploração se desenvolverão de forma sustentável em todo o ecossistema.

São áreas de preservação no tocante à água: **a)** *ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima seja: 1) de 30 (trinta) metros para os cursos de água de menos de 10 (dez) metros de largura; 2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos de água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; 3) de 100 (cem) metros para cursos de água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos de água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; 5) de 500 (quinhentos) metros para os curso de água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; b)* *ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olho de água", qualquer que seja a sua situação topográfica numerário de no mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura.*⁷⁸

A problemática ecológica da posse e ocupação da Terra trás também, pela primeira vez na história, a falta de água, que não aparece como um fato localizado ou emergencial, mas como uma crise do século XXI. Das atitudes e das ações, de muitas pessoas, que agora são tomadas dependerá a vida de futuras gerações.

Para Oliveira (2004, p. 7) a Terra é também "planeta água", pois 70% de sua superfície é coberta por água. Dessa percentagem, 97,6 % das águas são salgadas e apenas 2,4% doces, mas a evaporação dessaliniza a água que cai sobre a terra em forma de chuva ou neve em quantidade suficiente para prover a todas as formas de vida do planeta. Há 500 milhões de anos as águas são as mesmas, como seu ciclo de evaporação, chuva, infiltração no solo e formação de fontes, rios, lagos, mares, e lençóis subterrâneos. No último século, porém, a poluição e o enorme aumento do consumo humano colocaram em risco as reservas do planeta, e sua conservação é um dos principais desafios da humanidade.

⁷⁸ Código Florestal, artigo 2º, Lei nº 4.771/65.

Os muitos usos e significados da água, e por ela, a água, ser um “*solvente universal*” tem muitos usos. Por ter justamente essa multiplicidade de uso, o fator-chave para entender a atual crise ecológica, de ocupação e posse da Terra, em que ao se usar a água sem medidas, as conseqüências ambientais da ocupação serão visíveis e o ambiente tornar-se-á insustentável.

A água tem seu uso como: a) Consumo humano – uma pessoa precisa de 40 litros por dia para manter a saúde; b) Irrigação - na produção agrícola, hoje a água é um fator de produção, tão importante como a Terra; c) Energia - somente no Brasil tem mais de 90 % da energia elétrica produzida pelas águas dos rios e represa; d) Navegação - é o meio mais barato para transporte; e) Pesca – um rio não é somente um canal de água, mas um ecossistema, útero da biodiversidade; f) Indústria - A indústria corresponde a 20% do consumo mundial de água doce; g) Lazer e turismo – nadar, mergulhar e surfar, uso de fontes térmicas, fazem da água o uso no lazer.

Além do seu uso, a água tem outros significados. Abiótica em si mesma, a água é o fundamento de todas as formas de vida e não pode ser substituída por outro elemento. Por isso o controle da água significa poder sobre todos aqueles que dela dependem. Quando o proprietário da terra se apropria também da água (que pela Constituição brasileira, é bem de domínio público e não pode ser privatizada) ele mantém subjugada toda a população local. A mentalidade de ocupação e posse na ecovisão holística da Terra é uma questão de “*gerenciamento*” que passa pela dimensão regional e local tanto na posse da água como da Terra.

Para uma grande parte da humanidade, a oportunidade de produzir depende da sua capacidade de conseguir a *terra* e também a *água*. Não apenas na urbanização nos imperativos da economia de mercado, na capacidade de cultivar pelo menos uma pequena quantidade de gênero alimentício - milho, feijão, arroz - como também produzir suplementos e outras formas de rendimento. É pela posse da terra que as pessoas, os trabalhadores rurais, conseguem trabalho, salários, subsídios e pensões e que, de fato, para inúmeras famílias a terra fértil é a marca e a diferença entre a capacidade de manter-se no meio rural ou a sua lenta desintegração.

As bacias hidrográficas do território brasileiro formam uma riqueza incalculável. Entretanto, basta olhar para nossas cidades e a degradação é visível. Não são somente os rios

que cortam as cidades, mas também os do interior que estão contaminados pelo mercúrio dos garimpos, por resíduos de agrotóxicos, depósitos de lixo nas proximidades dos mananciais.

Essa situação desoladora é a imagem de um gerenciamento fadado ao fracasso, uma mentalidade de posse e ocupação da Terra que, necessariamente precisa ser revista e mudada sua direção: se isso for possível o sistema ecológico será um sistema de crescimento sustentável na sua exploração, tanto, das águas como do solo.

5.5 – AS CONSEQÜÊNCIAS DO DESGASTE DO SOLO COM A OCUPAÇÃO.

Mielniczuk e Schineider (1983) mostraram, através de gráficos, as leis naturais e as etapas de degradação dos solos sob a exploração agrícola inadequadas no decorrer do tempo.

Esta fundamentação esta mostrada no gráfico 1, em que se apresenta a curva de declínio da produtividade natural dos solos “versus” a erosão decorrente pelo mau uso do mesmo.

PRODUTIVIDADE E EROSÃO RELATIVA %

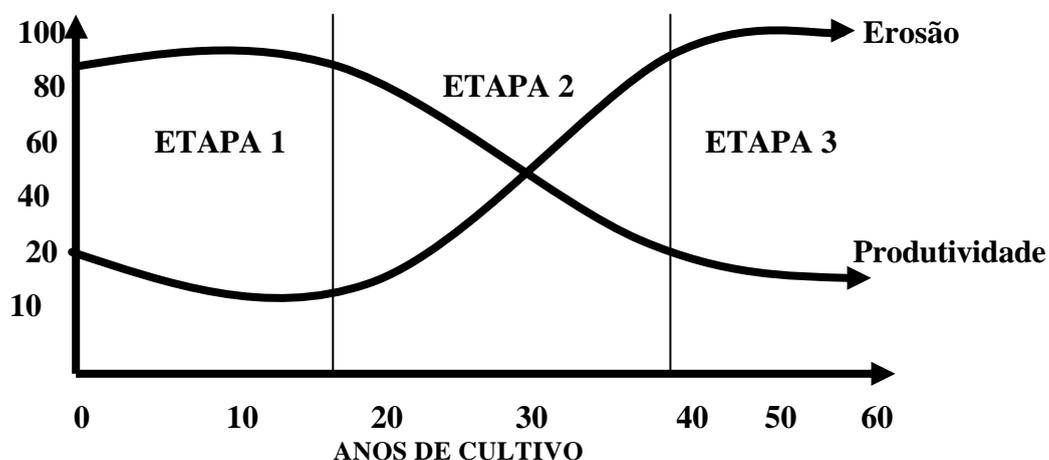


Gráfico – 1 - Fonte : Mielniczuk e Schineider (1983) – Produtividade e erosão

As características na *Etapa 1* são originais do solo destruído gradativamente e não são percebidas, pela intensidade dos processos e pela manutenção da produtividade às custas de corretivos e fertilizantes.

As características da *Etapa 2*, ocorridas das perdas acentuadas da matéria orgânica do solo, com forte comprometimento da estrutura. Ocorre compactação superficial, impedindo a infiltração d’água e penetração de raízes, bem como selamentos superficiais. A erosão

acentua-se e as culturas respondem menos eficientemente à aplicação de corretivos e fertilizantes.

As características da *Etapa 3* o solo é comprometido, muito intensamente, com colapso violento do espaço poroso. A erosão é acelerada, com dificuldade de operação de máquinas e a produtividade cai a níveis mínimos.

Estas etapas mostram que a exploração agrícola, depende da intencionalidade da ação e que o crescimento e ou a sustentabilidade dos solos e do meio ambiente, com práticas inadequadas no decorrer dos anos, tornaram o sistema agropecuário ineficiente e com riscos de sobrevivência.

Aduzido a estas experiências, crê-se que a forma de representação ou simulação em nenhum local será igual ao dano real. Entremetes, é de grande valia a observação dos resultados, com esse exemplo, conseguia-se convencer muitos agricultores a aderirem a praticas de manejo do solo conservacionista. Com isso, não que se chegue a uma aporia de divergências ecológicas, mas a indubitabilidade destas práticas conservacionistas podem - “*sim*” - chegar a um caminho coerente e correto, voltado para exploração agropecuária sustentável, tanto no âmbito social como no econômico. Não se pode mais permanecer como nefelibatos – habitantes que vivem das nuvens - com relação ao mundo em que vivemos: ele corre risco de extinção devido à falta de pequenas práticas que garantam a nossa sobrevivência e de gerações futuras. Não seria na soma das pequenas coisas que as grandes acontecem? Não se pode seguir, neste mundo, sendo nefastos, causadores de desgraças, somente em busca de um único caminho: o do crescimento a qualquer preço.

É necessário mudar de mentalidade de ocupação da Terra e, sabe-se que ainda há tempo para tais mudanças e elas começam em pequenas técnicas de conservação do solo. É como diz Arquimedes⁷⁹: “*Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio e moverei o mundo*”. A nossa alavanca é a mentalidade holística de ecovisão que as ações sejam de maneira a tornar o ecossistema sustentável e nosso ponto de apoio para mover o mundo é, sem duvida, a técnica e o conhecimento adequado para exploração de todo ecossistema planetário. Muitas mudanças

⁷⁹ **Arquimedes (287 A. C. -212 a.C.)** O mais ilustre matemático e físico da Antiguidade. O “Princípio de Arquimedes” que “todo corpo submerso num fluido parece perder uma parte de seu peso igual à parte do volume do fluido que desaloja”. Com este princípio se descobriu um meio de determinar se o peso específico de um corpo tomando-se como unidade à água. Foi também Arquimedes o primeiro a determinar as leis de equilíbrio na alavanca, proferindo a frase que seus biógrafos a ele atribuem: “Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio que ergo o mundo”.

ocorrem gradativamente, ou seja, lentamente sem nos darmos conta do que estão ocorrendo. Entretanto, nos dias atuais e conhecidos como “tempos modernos” diz-se que devido às inovações tecnológicas muitas mudanças ocorrem numa velocidade assustadora: tudo fica obsoleto rapidamente. Mas, é bom lembrar que, isso ocorre especialmente nas áreas tecnológicas, portanto, na área ambiental só restam os danos irrecuperáveis dessa velocidade de mudanças quando, já não serão mais percebidas em tempo.

5.6 - MUDANÇAS GRADATIVAS IMPERCEBIVEIS PELA OCUPAÇÃO.

Argumentar para tais mudanças é recordar e realizar a analogia a respeito da estória do “*sapo escaldado*” contado por Senge (2002, p. 55-56). Conta na parábola do sapo escaldado que ao se colocar um sapo dentro de uma panela de água quente com temperatura de 20 graus e subitamente for aumentando-se a temperatura, diga-se para 55 graus, o que ocorreria com o sapo? Com certeza ele depreenderá todas as suas forças para sair imediatamente da panela. Mas em contrapartida, se colocar o sapo em temperatura ambiente e não o assustar ele ficará quieto. Por conseguinte, se for aumentando gradativamente a temperatura da água, acontecerá uma coisa muito interessante. Quando a temperatura for aumentada gradativamente - digamos um grau por semana – ao fim de dez semanas passaria de 20 para 30 graus, o sapo não fará nada. Na verdade até se mostrará satisfeito, na medida que a temperatura for aumentando, o sapo ficará cada vez mais grogue, até não ter mais condições de sair da panela, embora não haja nada que o mantenha preso. O sapo ficará na panela sendo escaldado. Mas por que ocorre isto? Na verdade, porque os mecanismos internos do sapo são programados para detectar perigos é regulado para mudanças súbitas em seu meio ambiente e não lenta na foram gradual. Coisa semelhante acontece em nosso mundo ecológico em que, qualquer alteração observável no sistema as reações serão imediatas, mas se forem graduais as reações poder-se-ão ser tardias.

Estas mudanças no ambiente são gradativas, a erosão, o assoreamento das nascentes e rios a poluição do ar, das águas, também são gradativas. No mundo em que vivemos muitas vezes as mudanças ocorrem sem perceber como na parábola do “*sapo escaldado*”, ou seja, não se percebe que o meio ambiente está mudando, ou melhor, está sendo mudado pelo homem em busca de desenvolvimento econômico. O que se percebe é que tais transformações promovidas ilicitamente e sem conhecimento, poderão trazer catástrofes inseqüentes, com

isso não se quer fazer uma apologia de sentido pejorativo, depreciativo em defesa da ecologia, mas um alerta ao sistema ecológico que corre risco sem uma percepção necessária.

Em defesa da ecologia não se percebe que os cuidados ficaram esquecidos e que lentamente continua-se contaminando a água - que é a segunda necessidade humana. A água será no futuro cada vez mais valorizada, devido à sua escassez, provocada pelo uso indiscriminado do solo, cujas impermeabilizações constantes, ocorridas pelos processos de urbanização inadequados, impedindo e não deixando que a água seja absorvida e armazenada no solo. Fluindo naturalmente ela irá distribuir os nutrientes fundamentais para o aquecimento do solo.

Os planejamentos de uso e ocupação do solo necessitam de um completo diagnóstico ambiental, social, econômico e cultural: *de um cadastro técnico multifinalitário* (LOCH, 1990; 1993). O zoneamento deve ser iniciado com o mapeamento criterioso das áreas de preservação, de acordo com as legislações vigentes, negociadas pelo poder público com as melhores possibilidades de desapropriar, quando possível, onerando os proprietários com o interesse público e premiando-os com as possibilidades de transferência do direito de construir, através de instrumentos legais. O cadastro técnico multifinalitário promoveria um *reordenamento territorial*, não mais de visão agrária, mas sim, um reordenamento territorial de mentalidade voltada para uma ecovisão holística de posse e ocupação, de forma a garantir a vida do homem em sociedade.

As culturas antigas copiavam da natureza seus exemplos. Esses exemplos, pesquisados modernamente têm se transformado em ciência, através das pesquisas tecnológicas, como geobiologia, que na verdade evoluiu do Feng Shui Chinês. Trata-se de prática milenar de observação da natureza, das plantas e do comportamento dos animais, principalmente dos pequenos animais que reagem instintivamente aos efeitos naturais. Os edifícios deveriam ter alturas e afastamentos variados segundo sua proporção para manter a permeabilidade do solo, possibilitando a drenagem natural. A drenagem urbana deve também ser planejada de acordo com a porosidade do solo e a sua capacidade de absorção e armazenamento de água, devendo ser serpenteada para permitir maior tempo de contato com a água, com a terra para irrigar. Ou seja, possibilitar melhor aproveitamento dessa riqueza pela agricultura, sendo transportada e distribuída pelas margens dos córregos.

Dalai Lama (1995, p. 53) quando fala da visão holística e universal sobre a ecologia diz:

Se explorarmos o meio ambiente de forma extrema, hoje poderemos conseguir alguns benefícios, mas em longo prazo sofreremos e outras gerações também. Dessa forma, quando o meio ambiente muda, as condições climáticas também mudam, e quando isto acontece drasticamente, as estruturas econômicas e muitas outras coisas também se alteram, mesmo o nosso corpo físico. Portanto, para se atingir resultados mais efetivos, e para se ter êxito na proteção, conservação e preservação do meio ambiente natural, antes de tudo é importante que os seres humanos obtenham equilíbrio internamente.

Na atual situação de degradação ambiental, em contraste com a anterior à invasão chinesa, quando o equilíbrio ecológico era mantido consoante com os padrões culturais que proporcionaram grandes mudanças nos hábitos tibetanos, como se avalia nas declarações de (DALAI LAMA, 1997, p. 6).

Agora o problema ambiental representa algo novo para mim. Quando nós estamos no Tibete, sempre consideramos o meio ambiente puro. Para os tibetanos, cada vez que víamos uma corrente d'água, não havia dúvida se era seguro ou não bebê-la. Contudo, quando chegamos a Índia, e outros lugares, isto era diferente. Por exemplo: a Suíça é um país muito bonito, mas as pessoas dizem: Não beba a água desta corrente, está poluída! Como país budista, existem certas leis tradicionais preocupadas em banir completamente com a caça e pesca.

Para Simons (2002) com o desaparecimento progressivo da flora e fauna, o meio ambiente do planalto tibetano torna-se irreversivelmente danificado. As derrubadas das florestas causam erosão no solo, deslizamentos, inundações, enchentes e outros riscos. No verão de 1988 o desmatamento proporcionou inundação no Rio Yang Tse, matando por afogamento mais de 4 mil pessoas. Estas são as conseqüências das mudanças drásticas e graduais que ocorrem no meio ambiente em que seus resultados são conseqüências da mentalidade de ocupação da Terra.

5.7 - A REFORMA AGRÁRIA E AS LEIS NA HISTÓRIA DO BRASIL.

Reforma Agrária, segundo o Estatuto da Terra, no Art. 1º do parágrafo 1º, descreve-se sendo um conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição de Terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

O iluminista J.J. Rousseau escreveu um dos primeiros princípios do direito à Terra dedicando-se um capítulo da obra “*Contrato Social*” lançando a base do Direito Agrário atual e futuro: “*com efetiva e morada habitual*” tem sua denotação, extensão no que indica e mostra a sua “*função social*”, onde esta é vista como princípio de uma mentalidade sustentável de posse e de ocupação da Terra. Após a Revolução Francesa, foi colocado em prática pelos estados hegemônicos, não atingindo, no entanto os estados periféricos.

A questão agrária no Brasil teve seu início com as Capitânicas Hereditárias, em 1534, em que os donatários, as autoridades máximas, eram os donos das sesmarias que tinham a posse para usar a terra para exploração, criação e cultivo, porém, não usaram. A economia e exploração brasileira foram caracterizadas desde o descobrimento como essencialmente agrícola, monocultura, com base na mão de obra escrava, voltada para o exterior e com o domínio dos grandes proprietários de terra, de fato isso foi o que definiu a estrutura agrária do Brasil até a atualidade. (PRADO JUNIOR, 1970).

De fato, muitos são os exemplos históricos de ocupação da Terra no Brasil. Podem-se citar os senhores de engenhos e barões do café em seus respectivos períodos áureos. As lutas indígenas do séc. XVI e XVII em defesa da liberdade e da posse da terra. Os quilombos, na América, com três séculos de luta contra a escravidão, que fez surgir mais de vinte mil pessoas refugiadas em quilombos. Em 1850, foi aprovada a Lei nº 601 do Império (Lei de Terras) no seu Artigo 1º em que ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra e venda. Com essa lei se consolidaram as grandes propriedades rurais da união.

No fim do século XIX, os escravos foram libertos e ficaram sem terra para morar e para trabalhar. Na república velha (1889-1930) ocorre o domínio das terras pela oligarquia cafeeira, em São Paulo, com a mão-de-obra dos imigrantes que fez surgir outros confrontos pela posse e ocupação das Terras. Por exemplo, no sul, já descrita, a Guerra do Contestado PR-SC (1912/1916). Em 1930 começa, também, o processo de industrialização, em que nesta fase teve início e a introdução da legislação trabalhista, sem chances de intervir na estrutura agrária. Nos meados do século XX, foi elaborada a Nova Constituição, em 1946, embora nenhum projeto de lei sobre a Reforma Agrária tenha sido aprovado a questão agrária que nessa época já começou a ganhar sua importância. O aparecimento das ligas camponesas, associações, sindicatos e movimentos sociais, apoio do Partido Comunista Brasileiro PCB, Igreja Católica e outras instituições, através de encontros e congressos, a luta pela terra deu

dimensão à questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Em 1962 e 1964 foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA, o estatuto do Trabalhador Rural e o surgimento das primeiras propostas em prol da Reforma Agrária.

No período do regime militar, em 31 de março de 1964, com o golpe de estado, o regime militar aniquilou todos os movimentos em prol da Reforma Agrária. Com a carta de Punta Del Este, os governos latino-americanos se comprometiam a incluir a Reforma Agrária como prioridade. Em 10 de novembro de 1964, uma Emenda Constitucional de nº 10 garante a desapropriação das Terras para interesse social. Em 30 de novembro de 1964, surge a Lei nº 4504, o Estatuto da Terra, que foi o primeiro instrumento brasileiro a dispor sobre a execução da Reforma Agrária. Com isso cria-se o Instituto Nacional de Reforma Agrária - IBRA- e o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Cria-se, com esse Estatuto o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Então o Brasil passou a dispor de aparato jurídico e institucional para iniciar a Reforma Agrária. Porém, em 1970 foram extintos o IBRA e o INDA e cria-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Em 1975 a partir das Comunidades Eclesiais de Base e á luz da “Teologia da Libertação” de Gutiérrez, surge a Comissão Pastoral da Terra -CPT- articuladora de novos movimentos que apareceram durante o regime militar. Em 1979 com o III Congresso Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – surge o CONTAG. No período de 1979 a 1984 ocorreram diversas lutas pela Terra (Sul, SP e MS) que culminou com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o MST. Com todos esses acontecimentos, o governo promovia o milagre Brasileiro, a conhecida “*Revolução Verde*” que ajudou a canalizar o maior êxodo rural da história do Brasil. Tamanha problemática teve suas conseqüências com o aumento da miséria no campo e nas cidades, o crescimento das desigualdades sociais que fez surgir, ou sempre houve em quantidades menores, uma categoria de trabalhadores rurais chamados de “os bóias-frias”. Ocorrendo, por conseguinte a colonização oficial ao invés de Reforma Agrária.

Já, no início da fase do regime democrático, posto que, no governo José Sarney (1985-1989) criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MIRAD - que previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias em cinco anos. Não atingiu 10% desse montante. No mesmo ano surge a União Democrática Ruralista UDR em resposta à luta pela Terra. No ano de 1987 o INCRA chegou a ser extinto, e acima de tudo, foi restabelecido em 1987.

No ano de 1988 foi elaborada e aprovada a Constituição Brasileira. No capítulo III, que tratava da política Agrícola e Fundiária, art. 184 a 191, que compete a União desapropriar Terra por interesse social, e no artigo 185 diz que são insusceptíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária: I) a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II) a propriedade produtiva: Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixadas normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. No Art. 186 a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No governo Collor, 1990 à 1992, foi extinta o MIRAD que tinha como meta 5000 famílias para assentar e a meta não foi atingida. A Reforma Agrária, neste período, saiu mais uma vez de pauta dos projetos do governo federal.

No governo Itamar Franco, 1992 a 1994, publicou-se o Decreto nº 433/92 sobre a compra e venda de terras, A lei 8.629/93, regulamentou a Reforma Agrária. A lei complementar 76/93 fez o rito sumário. Lançou-se o programa emergencial para o assentamento de 80.000 famílias, porém, conseguiu-se assentar 23.000 famílias. Em 1992 a FAO realiza relatório sobre sustentabilidade dos assentamentos rurais e declara que a renda ficou em 3,5 salários mínimos por família assentada. Em 1994 surgem novos movimentos sociais no Brasil em busca de justiça e igualdade social. Entrementes, no governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002, ocorreram muitos conflitos⁸⁰ em busca da concretização da Reforma Agrária no Brasil.

⁸⁰ Entende-se por conflitos as ações de ataques e resistências com enfrentamentos que acontecem em diferentes contextos sociais, no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Pode-se compreender que os conflitos por terra, são as ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, etc. São também enquadrados na categoria de conflitos por terra os resultados de ocupações de famílias sem terra, acampamentos que são espaços de luta, conflitos trabalhistas que são ações de resistência dos trabalhadores assalariados, conflitos da água que são ações coletivas para garantir o uso da água, conflitos no tempo da seca para reivindicar condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido, conflitos sindicais, conflitos de garimpos, e outros.

Entre muitos desses conflitos⁸¹ destacam-se o Massacre de Carumbiara (RO) no mês de agosto de 1995. O conflito de Eldorado do Carajás (PA) no mês de abril de 1996. Todos esses conflitos foram uma afronta aos movimentos sociais do campo, a Democracia Brasileira e ao direito da posse e ocupação da terra como função social que a ela é destinada. No governo de FHC foram criados programas como: a) Programa de Assistência Técnica “LUMIAR” (1998/2000); b) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; c) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; d) Criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável; e) Criação da Ouvidoria Agrária Nacional, Estaduais e Varas Agrárias; f) Projeto de Assentamento “CASULO”; g) Cédula da Terra- (1997 – BA, CE, MA, MG e PE); h) Fundo de Terras e da Reforma Agrária – BANCO DA TERRA; i) Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural – CONTAG; j) Medida provisória de 2001 nº 2.183-56 – (Esbulho Possessório) 1) Criação do Sistema Público de Registro de Terras (Lei nº 10.267)

Para Dowbor (1998) ao relacionar a cidade como base da organização social e política, em seu colóquio, diz que a realidade brasileira nos oferece excelente base para analisarmos a evolução do papel do espaço urbano e rural e como se apresenta a evolução da mentalidade na ecovisão holística de ocupação da Terra. A saber, os dados estatísticos, apresentados pelo IBGE, no Anuário Estatístico do Brasil – de 1989- Dowbor (1998, p. 41) mostram de forma comparativa, como era a distribuição da população brasileira no território nos anos 50 e como evoluiu em pouco mais de uma geração:

Em 1950, o país era esmagadoramente rural. Em pouco mais de uma geração, de forma intensa e caótica, tornamo-nos um país de quase 80% de população urbana. Provocado mais pela expulsão do campo que pela atração das cidades, este êxodo rural obedeceu à tripla dinâmica da tecnificação, da expansão da monocultura e do uso da terra como reserva de valor.

Sobre tudo, pode-se analisar através desses dados, e acrescentar-se a eles, a queda do valor aos produtos agrícolas e a criação de novas oportunidades nas cidades como a industrialização, sobretudo, numa visão capitalista, cria-se a ideologia de que a “capital” não tem fronteira. Muitos que o possuem estão *utilizando-o na compra de terras como reserva de capital*, colocando em risco a vida ecológica no campo de na cidade – realidade que criou e está criando muitos excluídos que vivem em condições indignas de seres humanos.

⁸¹ A Comissão Pastoral da Terra, na divulgação do relatório anual dos Conflitos no Campo, somente no ano de 2003 foram registrados 929 conflitos envolvendo 171633 famílias, e no mesmo ano foram assassinadas 73 pessoas , envolvendo aproximadamente 1.127.205 pessoas conflitantes. Fonte Conflitos no campo no Brasil, abril de 2004.

As implicações, nesta visão, para a reforma agrária, são claras: além de facultar o acesso ao recurso básico ao instrumento de produção – *o solo* - existem necessidades de promover ao menos um grau mínimo de desenvolvimento rural. O desenvolvimento econômico para as famílias e comunidades pobres, necessita de novos recursos capitais para permanecer no campo. Precisa-se pensar sobre os direitos em relação à Terra como sendo centrais à natureza da política tanto no Brasil, como em todo o planeta. Há necessidade de um *reordenamento* territorial rural, na visão ecológica e social, a nível nacional, utilizando-se de políticas adequadas a cada formação regional com sua cultura existente – que sem distinção não se poderia deixá-la de lado. Dowbor (1998, p. 52) destaca que os mecanismos de concentração de renda tornaram-se um círculo vicioso por várias razões, entre as quais: a concentração da propriedade, a segmentação dos mercados, a inserção na economia global, a evolução das estruturas de poder. Ele destaca:

A concentração da propriedade constitui uma herança. No Brasil, por razões políticas, nunca foi montada uma pesquisa sobre quem é dono do quê. Temos apenas indicadores: No caso da terra, sabemos que 1% dos estabelecimentos controla 44% das terras agrícolas do país, com utilização efetiva para lavoura de menos de 5% do total.

DOWBOR (1998, p. 192) apresenta o Anuário Estatístico do Brasil 1989, em que o Brasil urbanizou, mais por expulsão do campo do que por atração às cidades. O autor detalha minuciosamente o quadro de ocupação. Dos aproximados 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que representam 850 milhões de ha^{82} , temos 371 milhões de solos classificados em potencialidade agrícola boa a regular, totalizando 43,7% do território nacional. Muitas vezes a realização de pesquisa positivista nos apresenta dados que não se relacionam e, tão pouco, serve de orientação para alguma ação de interesse universal.

O censo, realizado pelo IBGE (1989), dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, é claro nesta linha de pensamento, todavia, se apresenta a seguinte estrutura da exploração agropecuária: Estabelecimentos recenseados segundo grupo de área (1985). Quadro 3.

⁸² Nomenclatura de medição; 1 ha (hectare) equivale a 10.000 m².

Grupos de área	Estabelecimentos recenseados em 1985		Área total (ha)	
Total	5.834.779	100,00%	376.296.577	100,00%
Menos de 10	3.085.841	52,89%	10.029.780	2,67%
10 a menos de 100	2.166.624	37,13%	69.678.938	18,51%
100 a menos de 1000	518.618	8,89%	131.893.557	35,05%
1.000 a menos de 10.000	47.931	0,82%	108.397.132	28,81%
10.000 a mais	2.174	0,04%	56.287.168	14,96%
Sem declaração	13.791	0,24%		

Quadro 3 - Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1989. Pg.292.

O autor constata que, em minuciosa análise comparativa, na classificação dos pequenos proprietários representa-se: mais de 3 milhões de estabelecimentos, ocupando apenas 2,67 % da área total, enquanto, no outro extremo, ao somarem-se as classes de mais de 1.000 e de mais de 10.000 hectares, tem-se 50.105 estabelecimentos, 1% do total, que controlam 165 milhões de hectares, 44% do solo brasileiro. Como numerosos proprietários têm vários estabelecimentos, pode-se dizer como ordem de grandeza que 50.000 proprietários são donos da metade da área de estabelecimentos agrícolas do país. E continua em sua análise relacionando-se que é particularmente escandalosa a situação dos 2.174 proprietários de estabelecimentos de mais de 10.000 hectares, que controlam cinco vezes mais área do que os 3 milhões de pequenos agricultores. DOWBOR (1998) alerta ainda, que se nota no censo do IBGE (1985) os 61 estabelecimentos de mais de 100.000 ha, que são empresas que produzem soja, laranja, madeiras, etc., controlam 12,4 milhões de há, portanto, mais do que o total dos pequenos agricultores.

Todas estas características demonstradas, na tabela efetuada pelo censo do IBGE e nos parágrafos anteriores, podem-se analisar o sistema de ocupação da Terra, no território brasileiro, observam-se características marcantes da agropecuária e na subutilização da Terra. A subutilização e desorganização dos recursos humanos, a defasagem da produção alimentar e geração de desequilíbrios ambientais: poder-se-ia dizer que são geradas pela mentalidade de ocupação da Terra e, assim, permanecendo-se neste estágio de pensamento gera-se um paradoxo imanente nesta ecovisão de ocupação da Terra, produzindo cada vez mais excluídos.

De modo comparativo, para título de referência, observa-se que o novo censo realizado pelo IBGE em 1995-1996 (após 11 anos do censo de 1985) os quadros demonstram pequenas alterações na ocupação: Estabelecimentos recenseados segundo grupo de área (1995-1996). Quadro 4:

Grupos de área	Estabelecimentos recenseados em 1995-1996		Área total (ha)	
Total	4.859.865	100,00%	353.611.246	100,00%
Menos de 10	2.402.374	49,43%	7.882.194	2,23%
10 a menos de 100	1.916.487	39,44%	62.693.585	17,73%
100 a menos de 1000	469.964	9,67%	123.541.517	34,94%
1.000 a menos de 10.000	47.174	0,96%	108.171.255	30,59%
10.000 a mais	2.184	0,04%	51.322.694	14,51%
Sem declaração	21.682	0,46%	-	-

Quadro 4 - IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996- Brasil.

Numa análise comparativa entre os dados estatísticos, observa-se que o censo apresentou novos números, com reduções das áreas e estabelecimentos pesquisados em 1985.

Da classificação dos pequenos proprietários que eram 3 milhões de estabelecimentos, houve redução para 2,4 milhões caindo, portanto para 2,23 % da área total. Já no outro extremo, ao somarem-se as classes de mais de 1.000 e de mais de 10.000 hectares, ocorre também, uma redução dos 50.105 para 49.358 estabelecimentos. Porém, ainda, mais de 1% do total continuam a controlar 159 milhões de hectares: *45% do solo brasileiro*. Observa-se também que ocorreu um aumento de área entre os médios produtores, da soma dos de 10 a menos de 1000 ha. Como são numerosos os proprietários que têm vários estabelecimentos, pode-se continuar a dizer que após dez anos: a ordem de grandeza, dos aproximados 50.000 proprietários, continua sendo donos da metade da área de estabelecimentos agrícolas do país.

Segundo IGBE (2002 p. 19) na primeira tentativa oficial a área do território brasileira era de 8.337.218 km² (1889), em 1946 o valor oficial era de 8.516.037 km², dados através da Resolução nº 195 de 22 de junho de 1946. Em 1952, com a Resolução nº 392 de 29/10/1952, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, tornou oficial uma nova revisão e o valor foi de 8.513.844 km². Seguindo os conceitos que orientaram a revisão dos trabalhos ao início da década de 1950 e aprovados as edições sucessivas das folhas da Carta ao Milionésimo, as áreas do Brasil, dos Estados e dos Municípios foram revistas decenalmente. Nesta seqüência, o valor divulgado para a década de 1980 foi de 8.511.965 km².

A mentalidade de posse e ocupação da terra no Brasil, ainda tem sua fundamentação no problema social e, de grandes proporções. Pouco se sabe com exatidão o total da área e tão pouco a forma de ocupação. A reforma agrária é um processo delicado e longo. Esses dados estatísticos são claros e precisam ser mudados de forma que, o território brasileiro seja distribuído para aqueles indivíduos que sejam profissionais na arte de produzir. Para produzir é preciso saber cuidar do solo, sem agressão ao ecossistema.

Trabalhar para mudar a mentalidade ocupacioanal de forma a conquistar-se pela mobilização social uma maneira a garantir a justa ocupação da Terra, em especial para todos aqueles que, sendo profissionais em produzir, com uma mentalidade de ecovisão sustentável tenham prioridade. Para tanto, dependerá de grandes planejamentos, com execuções de projetos, que visem à ocupação de maneira integrante e de forma permanente: com uma mentalidade de ecovisão holística na ocupação.

CAPÍTULO – VI

MENTALIDADE DE EXIGÊNCIA ÉTICA/MORAL NA OCUPAÇÃO.

“Duas coisas enchem-me o coração de uma admiração e de uma veneração sempre novas e crescentes (...) o céu estrelado sobre mim e a lei moral só em mim”. Kant

6.1 - IMPLICAÇÃO ÉTICA/MORAL NA OCUPAÇÃO DA TERRA.

Os princípios éticos valem sempre para as implicações práticas e, devem ser circunstanciadamente contextualizados, diariamente, para que sejam efetivados. Como a crise ambiental é planetária numa mentalidade de ocupação e posse da Terra, de visão ultrapassada e que, exige, sobretudo, diariamente novas soluções sustentáveis dentro de um limite temporal curto. De fato, todos os cuidados com os ecossistemas, os solos, as águas e o ar, enfim, tudo ao redor - do cuidado à construção de consenso ético - faz no mínimo entre os homens uma ação que envolve valores. Um consenso adotado pela maioria que busca, com esforços, algumas ações que possam salvar o planeta da insensatez e da depredação. Voltar-se para evitar o uso inadequado do solo e das águas, do consumismo desenfreado, etc: são ações de práticas éticas que o tornam responsável pela vida do próximo. Criar uma atitude benevolente e responsável para com todo tipo de vida é, no mínimo, uma atitude ética aceitável. Essas implicações éticas, no contexto da mentalidade de ocupação e posse da Terra, fazem da ecovisão holística rural e também urbana, uma reflexão ética global, de justiça e de responsabilidades, entre todos os indivíduos, pessoas, atores e comunidades: em busca do crescimento que seja sustentável.

Desde o pensamento grego antigo, a *ética* se constituiu teoricamente, no campo específico do questionamento filosófico, aquele que trata do problema do *bem*; assim como a metafísica, ou teoria do conhecimento que tem como objeto à *verdade* e somados a estética que estuda a questão do *belo*. Como teoria filosófica, a *ética* se caracteriza em ser o estudo das ações individuais e públicas dos homens, cuja finalidade, consiste em elaborar uma orientação normativa do homem e da sociedade. Essa orientação estará de acordo com o que se estabelece como o que é o bem ou valor. Neste sentido, pode-se definir a *ética* como uma elaboração teórica da prática humana, que busca determinar a conduta que se dirige ao bem e a felicidade.

A ética utiliza a filosofia para realizar uma “*reflexão*” da conduta humana. Ademais, neste contexto de reflexão, a conduta de mentalidade de posse e ocupação da Terra, sobre as causas e efeitos, bem como, as conseqüências oriundas desta mentalidade, em que as ações geraram desastres e catástrofes ecológicas na ocupação: tudo isso faz parte da reflexão prática da ética. Tais ações foram e são geradas pela falta de conhecimento científico, de maneira em que o desenvolvimento sustentável não chega a concretizar-se como realidade possível, ocorrendo, portanto, somente o progresso ou o crescimento, que muitas vezes tornou-se visivelmente insustentável.

Se a ética, quando trata de definir o que é o bom, recusa-se a reduzir àquilo que satisfaz nosso interesse pessoal exclusivo, evidentemente, influirá na prática moral ao rejeitar um comportamento egoísta, mas que é moralmente válido. Por causa de seu caráter prático, enquanto disciplina teórica, tenta-se ver na ética uma disciplina normativa cuja função será a de indicar o melhor comportamento do ponto de vista moral.

Muitas éticas tradicionais partem da idéia de que a missão do teórico é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes normas ou princípios pelos quais pauta seu comportamento. O ético transforma-se, assim, numa espécie de *legislador do comportamento moral* dos *indivíduos* ou da *comunidade*. Sendo ele, responsável pelo meio ambiente em que vive, a mentalidade de ocupação da gleba onde a posse o torna responsável, pelo cosmos, por si mesmo, e por todos aqueles que vivem em torno dele. Ser responsável em cuidar da Terra, não como norma, mas como possuidor de uma mentalidade de liberdade e de consciência.

Para Vázquez (2002, p. 20) a função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer, investigar uma determinada realidade, elaborando conceitos correspondentes à ação humana. Por outro lado, a realidade moral, varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas. A ética como ciência se defronta com fatos. Que estes sejam humanos e implica, por sua vez, em que sejam fatos de valor. Diz Vázquez (2002, p. 21) que a ética tem sua implicação e validade em qualquer época:

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirma sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade moderna.

Incontestavelmente, muito antes de se tornar um questionamento teórico, o problema ético já nasce da própria necessidade de organização da vida social humana. Por conseguinte, a tentativa de organização e ocupação da Terra, levam-se a muitos questionamentos éticos e reflexões, a cerca da responsabilidade moral do indivíduo ou grupo, sempre voltada para a relação do destino da vida planetária. Esta necessidade, de questionar os problemas emergentes em nossa sociedade capitalista e globalizada, principalmente, aqueles provenientes de mentalidades ocupacionais, que tem o escopo do desenvolvimento a qualquer preço. Manter o foco, a visão no único objetivo em *maximizar o lucro*: única e exclusivamente o *lucro* na organização econômica e social do planeta.

Questionar problemas de qualquer natureza faz da ética uma ciência da reflexão. Nesse contexto os elementos importantes e análises apuradas nos processos de produção, industriais e econômicos no mundo globalizado, necessitam reflexões voltadas para uma mentalidade de desenvolvimento sustentável. Esse é o maior desafio, cá, pois a mentalidade de ocupação da Terra, na visão temática ambiental, seja positiva, pragmatista ou utilitarista e até de senso comum, levam a uma análise minuciosa da ação humana na ocupação. É falar em pessoas e relações, ou seja, é falar em ética, que por sua vez, não é somente falar em normas morais de comportamentos, mas sim, de forma geral e holística do conhecimento, de visão de mundo: *uma ecovisão holística de equilíbrio*.

Assim como os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, embora, sejam estritamente relacionados, posto que, não se pode confundir a ética e a moral. A ética não cria a moral. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral. Refletir sobre cada ação humana, não se limitar a criar *juízos*⁸³, ou normas estabelecidas sob a forma de coação ou ordenamento do indivíduo, ou até mesmo, criar argumentos em defesa de todos que serão atingidos por esta ou aquela ação.

⁸³ Criarem-se juízos é ter a faculdade de distinguir e avaliar ou o produto ou o ato desta faculdade criadora de escolha, de decidir. É formar argumentações de convicções de nossas idéias, mesmo que complexas em que sejam adotadas. Descartes, diz que quando desejo, temo, afirmo ou nego é verdade que concebo algo como o sujeito da ação do meu espírito, mas, com essa ação, acrescento mais alguma coisa à idéia que faço dessa coisa; alguns dos pensamentos desse gênero são chamados de vontade ou afeições, outros de **Juízos** (Cf. *Meditações III - Descartes: Coleção Os Pensadores*, 1973. Editor Victor Civita). Juízo uma operação mental que fazemos e concluímos de alguma coisa: mentalidade de ocupação da Terra na qual criamos juízos de desenvolvimento econômico ou de sustentabilidade e o colocamos em prática.

Vázquez (2002, p. 24) assim define a moral:

A moral não é ciência, mas objeto da ciência; e, portanto, não se pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva e, neste sentido, pode influir na própria moral. Seu objeto de estudo é constituído por vários tipos de atos humanos: os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens que vivem em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano. Este comportamento moral merece reflexões constantes, pois as ações humanas desencadearão ajustes ou desajustes em todo ecossistema planetário, com relações de mentalidade voltada para o desenvolvimento e/ou para a sustentabilidade.

Tudo parece anunciar, hoje, um retorno à visão ética: o desenvolvimento de novas correntes de pensamento, renascimento do debate ético e multiplicação das discussões, as reflexões axiológicas e morais se beneficiam de um favor inédito. Tanto a bioética, éticas dos negócios, vontade de moralização pública, política, ambiental, enfim, muitas outras éticas.

6.2 – UMA ÉTICA VOLTADA À AÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.

As definições sobre a ética e a moral, enunciadas, nos parágrafos anteriores, levam-se a questionamentos sobre as ações humanas, de mentalidade de ocupação da Terra e, principalmente, sobre quem recai a responsabilidade ética. Esse *princípio de responsabilidade* surge a partir do momento em que ao descobrir-se, o homem, sendo o sujeito dos atos e ao dar-se conta das conseqüências dessa ação, para com os outros e com a natureza – *inclui-se aí a Terra* - a responsabilidade da preservação recai sobre esse sujeito. Pode ser um ambientalista que trabalha para cuidar dos ecossistemas, como pode ser um explorador de todo ecossistema e da vida planetária, mas que as ações praticadas pertencem a futuras gerações: os atos pertencem ao indivíduo e os tornam responsáveis, hoje e amanhã.

Boff (2004, p. 25) em sua fala diz que o primeiro imperativo da ética da responsabilidade foi bem formulado pelo ecólogo americano Arnold Leopold (1949) em sua *Ética da Terra*: “*Uma ação é justa quando se ordena à preservação da estabilidade, integridade e beleza da comunidade de vida e injusta quando tende o contrário*”.

O filósofo Hans Jonas (1984), que elaborou uma profunda ética para os tempos tecnológicos em que ao falar do “*princípio de responsabilidade*” diz: “*Aja de tal forma que as conseqüências de seus atos sejam benfazejas para a vida*”. Outro pensador. Albert Schweitzer, médico na África, elaborou uma ética de respeito e reverência: “*Bom é tudo o que conserva e promove todos os seres, especialmente os vivos e, entre os vivos, os mais fracos; mau é tudo aquilo que prejudica, diminui e faz desaparecer os seres*”. E acrescentava: “*Ética é ilimitada responsabilidade por tudo o que existe e vive*”. Esses princípios éticos, que devem operar sinergeticamente de forma a ordenar-se para algo fundamental: *a sustentabilidade ecológica, de toda forma de vida planetária*.

Muitas das questões *éticas e morais*, do comportamento do homem que vive em sociedade, fazem-se de seu juízo de ocupação e posse o objeto de estudo das ações e dos atos humanos, conscientes e voluntários, individuais ou até coletivos e que afetam o próximo, colocando em risco a vida dos outros e suas próprias vidas.

Ao buscar-se, por exemplo, na ocupação de uma gleba de Terra, a ação ética de responsabilidade do ocupante, que recai sobre ele de forma universal, desde um pequeno riacho, que nasce ou que passa cortando ao meio sua propriedade, até quilômetros abaixo ou acima, que forma um grande rio: *essa água que passa, por sua propriedade, o torna responsável, e essa responsabilidade ética, estende-se a todo rio abaixo e ou no sentido contrário do rio acima*. Uma ação humana de destruição e poluição do meio ambiente é/são problemas teóricos e práticos que, para tanto, numa reflexão ética e moral levam-se a um julgamento e realiza-se o juízo crítico, sobre tais comportamentos, que cabem somente aos homens tal responsabilidade ética. A ética somente existe nas ações humanas. O desequilíbrio insustentável, nesse pedaço de terra, nessa vertente e, por conseguinte, toda e qualquer ação humana, que se estende por todo sistema planetário faz do homem o único responsável.

Não obstante, o juízo de responsabilidade pela vida e sobrevivência da humanidade, recai sobre todas as ações humanas, dos que aqui habitaram, habitam nos dias de hoje e, também no futuro. Para concretizar melhor essa idéia, cita-se, o acidente ocorrido no início do mês de março de 2003, no Estado de Minas Gerais. Ficou chamado como “*acidente ecológico*”, noticiado pela televisão, jornais e revistas pelo mundo afora. O ocorrido acidente, de proporções incalculáveis e de danos ambientais, decorreu-se do rompimento de um tanque, que era utilizado como depósito de dejetos químicos, de uma fábrica de papel e celulose. O rompimento desse tanque resultou na poluição de vários quilômetros, de rio abaixo, dos quais,

atingiu afluentes de três estados até chegar ao mar. Esta ação humana, que tinha amparo da lei, de proporções morais submete-se, a uma reflexão ética. Ao analisarem-se através das ações os danos e efeitos, causados pela ação ou até mesmo pela procrastinação da ação, os danos causados no meio ambiente tornaram-se irrecuperáveis e a responsabilidade ainda não recaiu sobre ninguém. Danos que atingem direta e indiretamente outros indivíduos que vivem nas proximidades daquela área ou região e, também, no futuro dos que ali vierem viver. Os responsáveis pelo acidente, somente sofrerão o juízo ético, da mentalidade de ocupação, mas as punições que deveriam recair sobre os agressores do ambiente, através das normas morais, em forma de leis que regulam as ações dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos: dependerão dos juízos, e das cobranças feitas pela sociedade.

Entrementes, de fato, questiona-se, se é necessário a ocorrência de outra catástrofe, de proporções e impactos ambientais bem maiores, como exemplo, lembrar os já ocorridos com o derramamento de petróleo na costa marítima da Espanha. O vazamento de resíduos tóxicos dessa fábrica de papel em Minas Gerais e, sem comentários e reflexões éticas, o acidente nuclear em Chernobyl, que atingiu a Europa, no final da década de 90, no território da União Soviética: ambos casos são problemas de repetidas proporções e reflexões éticas. As ações dos indivíduos, que resultaram danos no sistema ecológicos planetário: devem passar por análises éticas de princípios e de cuidado, de colaboração/solidariedade e de coresponsabilidade/compaixão.

Singer (1998, p. 289) comenta em seu colóquio que, uma ética prática relacionada em questões voltadas ou centradas no ser humano, na ação do mesmo sobre o meio ambiente, é um poderoso argumento dos juízos de valores, voltados para as diferenças de mentalidade de posse e ocupação da Terra, de ecovisão, para o desenvolvimento e/ou de sustentabilidade:

Uma ética centrada no homem pode ser a base de poderosos argumentos a favor do que poderíamos chamar de “valores ambientais”. Tal ética não implica que o crescimento econômico seja mais importante do que a preservação da natureza; pelo contrário, é bastante compatível com uma ética centrada no homem o ponto de vista o que vê o crescimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais não-renováveis como algo que traz benefícios à presente geração, e talvez a mais uma ou duas gerações, mas a um preço que terá de ser pago por todas as gerações que vierem depois [...] deve também ficar claro que o fato de nos limitarmos a uma ética centrada no ser humano constitui um erro.

Problemas que colocam em risco a vida do próximo e, a ação causadora que atinge diretamente todos os seres humanos, as ações individuais ou coletivas, centraliza-se uma ética

no homem e o responsabiliza por qualquer dano ambiental, de juízos e de valores, relevantes na forma de pensar a ecologia.

6.3 - A DEFINIÇÃO DO TERMO ÉTICA/MORAL NA VISÃO DE MORADA.

O termo “*ética*” deriva do grego “*ethos*” que antigamente possuía duas significações complementares. Por um lado, este é o sentido que a palavra tinha no pensamento de Heráclito⁸⁴, *ethos* significava a “*morada*” do homem, a sua “*habitação*” e “*lugar*” onde o homem está resguardado das ameaças e riscos do mundo. A habitação é o abrigo protetor, permanente e habitual, que permite o mundo tornar-se habitável. Heráclito afirma que o *ethos* do homem é o extraordinário. Por ser o extra-ordinário o ambiente onde mora o homem, ele precisa estar sempre na compreensão, originária de sua circunstância, para todo o momento saber conduzir o seu modo de ser, a sua ação, em acordo com o seu *ethos*. Por outro lado, e de modo complementar ao primeiro, o *ethos* significa o *comportamento* que resulta de um constante *repetir-se dos mesmos atos*. Na definição, anteriormente enunciada, ética e moral se relacionam, pois, como uma ciência específica e seu objeto: *a morada*. Ambas as palavras mantêm assim uma relação que não tinham propriamente em suas origens etimológicas. Vázquez (2002, p. 24) assim as define:

Certamente, *moral* vem do latim *mos* ou *mores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. *Ética* vem do grego, *ethos*, que significa analogicamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originalmente, *ethos* e *mos*, “caráter” e “costume”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito.

Tais comportamentos provêm da tendência de se institucionalizar um mesmo *ethos*, repetidos diversas vezes, e que assim, tornam-se *hábitos*. Portanto, o *ethos* (no primeiro sentido) é o princípio e modelo dos atos que irão formar o *ethos* como *hábito*: é através de sua habitação que os homens criam os seus hábitos. O homem só pode ser moralmente responsável pelos atos cuja natureza conhece e cujas conseqüências pode prever, assim, como por aqueles que, por se realizarem na ausência de uma coação extrema, estão sob seu domínio e controle que muitas vezes são formados por hábitos desenvolvidos no decorrer de sua vida.

⁸⁴ Ver Filósofo Pré-socrático. Coleção Os pensadores. Editora Nova Cultura. 2000.

A ênfase desloca-se, assim, no âmbito da demonstração dedutiva para o do *convencimento* argumentativo. Neste campo, a adesão do ouvinte implica, necessariamente, em um *compromisso*; ele corresponde, assim, a uma ação ética, calcada na responsabilidade individual e coletiva. Sua ação no *ethos*, como forma de vida, recairá sobre eles a consequência da liberdade com a responsabilidade.

Ao criarem-se hábitos de respeito à pessoa humana, ao ecossistema, igualdade espiritual de todos os homens, reconhecimento do homem como pessoa⁸⁵ (como fim) e não como coisa (meio ou instrumento) particularmente cria-se um alívio e uma esperança para todos os que estão oprimidos e são explorados. É necessário criar hábitos de consciência que se vive no mesmo habitat e que, somos todos responsáveis por toda vida, pela sobrevivência de todos os seres vivos. Ao fazer-se necessariamente uma reflexão ética da moral da pessoa, com relação ao seu comportamento, em averiguar qual é o grau de responsabilidade ambiental que este homem esta proporcionando ao ecossistema, pode-se, assim, tecer um juízo de liberdade com responsabilidade de ocupação.

Não se criam atos e ideologias. Ideologias que se identificam como sendo, os conjuntos de idéias e normas e, também, de juízos de valores, juntamente com os atos humanos respectivos que servem de interesses de um ou mais grupo social. Vázquez (2002, p. 135) fala do conteúdo axiológico (valor) da ação humana:

O comportamento moral não só faz parte de nossa vida cotidiana, é um fato humano entre outros, mas é valioso; ou seja, tem por nós um valor. Tem um conteúdo axiológico (de axios, em grego, valor) não significa somente que consideramos a conduta boa ou positiva, digna de apreço ou de louvor, do ponto de vista moral; significa também que pode ser má, digna de condenação ou censura, ou negativa moral. Em ambos os casos, nós avaliamos ou julgamos como tal em termos axiológicos.

Na seqüência Vázquez examina em qual sentido pode-se atribuir valor moral a um ato humano. E, também, é preciso determinar qual o significado que damos às palavras valor e valioso. Ele diz que podemos falar de coisas valiosas e de atos humanos valiosos. Para nós é valioso um ato moral, mas também o são – num outro sentido – os atos políticos, jurídicos e econômicos, etc. Também são objetos da natureza (uma porção de terra, uma árvore, um mineral, etc), os objetos produzidos ou fabricados pelo homem (uma cadeira, uma máquina) e, em geral, os diversos produtos humanos (uma obra de arte, um código de justiça, um tratado de zoologia etc).

⁸⁵ Verificar Cap. 02. - O indivíduo na ecovisão da ocupação como pessoa e ser-no-mundo.

A tradição é o modo como esta vicissitude complementar dos dois sentidos de *ethos* é transmitida simbolicamente no mito, na arte, no saber, no trabalho, entre as gerações, constituindo a existência histórica de um povo e, assim, a sua identidade cultural como nação. A tradição é a manutenção simbólica dos valores éticos. Este engendramento, muito antes de se dar de modo objetivo e planejado, possui a dinâmica espontânea do comungar o mesmo sentido em ações comuns. Ao cultivar o mesmo *ethos*, um povo se congrega numa tradição cultural, normalizando e, assim, unificando a ação individual com os princípios da coletividade sócio-cultural. Por este motivo, antes de se tornar um questionamento teórico ou filosófico, a ética nasce como princípio cultural de organização da vida social humana.

Para que se possa falar propriamente do comportamento moral de um indivíduo, é preciso que os fatores sociais que nele influem e o condicionam sejam vividos pessoalmente, passem pela sua consciência ou sejam interiorizados, porque, somente assim, pode-se responsabilizá-lo por sua decisão e por sua ação: no caso a ação no sistema ecológico. Não é fácil julgar quando ou em que condições, uma pessoa pode ser julgada, louvada ou censurada por sua maneira de agir. Quando se pode afirmar que um indivíduo é responsável pelos seus atos ou se pode isentá-lo total ou parcialmente de sua responsabilidade moral e ética. Dessas afirmações ou questões, poderiam se obter muitas respostas. Porém, a ação resultante de danos ambientais, na reflexão encaminhada de quem vive ao redor, dessa ou daquela ação, de quem será prejudicado, aí sim, a interiorização vivida, passa para a vivência coletiva e passiva de responsabilidades individuais e/ou coletivas em todo ecossistema planetário e social.

Heemann (1998, p. 156) diz que um ambiente já está pronto quando nascemos e que, faz ou será a diferença determinante em nossa maneira de pensar. O conjunto organizacional será a concepção de mundo do ser humano, no qual a mentalidade de ocupação será gerada por competências inatas e manifestações de imediato e que, dependerá da ação organizadora do meio ambiente e da cultura para se atualizarem.

Ao chegar neste mundo, o ser humano encontra um ambiente pronto: a moral e a ideologia já estão programadas para ele. Em primeiro nível, a família tem uma série de planos para o nascituro, elaborados segundo os hábitos, as crenças e os valores vigorantes que, entrelaçados com a cultura da sociedade, sobre todos mantém sua coercitividade. Nasce e submete-se a uma cultura (tradição), no mais longo período de aprendizagem observado no reino animal. É a “preparação para a vida”, ou, em uma linguagem biológica, “preparação para a sobrevivência.

Vázquez (2002, p. 110) diz que isso ocorre somente em duas condições: a) que o sujeito não ignore nem as circunstâncias nem as conseqüências da sua ação; ou seja, que no

seu comportamento possua um caráter consciente; b) que a causa dos seus atos esteja nele próprio (ou causa interior), e não em outro agente (ou causa exterior) que o force a agir de certa maneira, contrariando a sua vontade, ou seja, que a sua conduta seja livre.

Assim, portanto, tão somente o conhecimento, de um lado, e a liberdade, de outro, permitem falar legitimamente de responsabilidades. Pelo contrário, a ignorância, de uma parte e a falta de liberdade de outra (entendida aqui como coação), permite eximir o sujeito da responsabilidade moral.

Pode-se responsabilizar somente o sujeito que escolhe, decide e age conscientemente, é evidente que devemos eximir da responsabilidade moral a quem não tem consciência daquilo que faz, isto é, a quem ignora as circunstâncias da sua ação. A ignorância neste amplo sentido se apresenta, portanto, como uma condição que exime da responsabilidade moral. Mas, ao referir-se da mentalidade de ocupação da Terra, pode-se deparar com sujeitos que não têm *consciência ecológica*, que sua capacidade de percepção relacional com a cultura capitalista, de ter e ter cada vez mais, sua ecovisão é decorrente do mercado livre.

A mentalidade de ocupação da Terra, em que as ações são causadoras de danos ambientais, uma reflexão ética, jamais poderá eximir alguém das responsabilidades que afetam diretamente o próximo, em toda cadeia no cosmos planetário, independente ou não da ignorância e do meio em que o indivíduo escolheu para viver.

Em resumo, Vázquez (2002, p. 113) diz que a ignorância das circunstâncias, da natureza, ou das conseqüências dos atos humanos, autoriza a eximir um grupo ou um indivíduo da sua responsabilidade pessoal. Mas essa isenção estará justificada somente quando, por sua vez, o indivíduo em questão não for responsável pela sua ignorância; ou seja, quando se encontra na impossibilidade subjetiva (por motivos pessoais) ou objetiva (por motivos históricos e sociais) de ser consciente do seu ato pessoal. Verificou-se anteriormente que ao nascer encontramos o mundo ideológico e físico montado. Corre-se o risco de se ficar na ignorância e não evoluir a ponto de perceber a importância do equilíbrio planetário, e que tudo vai depender de como está a mentalidade ocupacional.

Outrossim, ao se constituir a ética como uma área específica de estudos teóricos, ela se identificou cada vez mais com o problema da moral, vindo a significar ao longo de sua história a ciência que se ocupa dos objetos morais: a ética se tornou uma filosofia moral.

Neste sentido estritamente teórico, a ética se confunde com o próprio nascimento da filosofia, mas voltou a se constituir como uma área específica deste questionamento. A ética, como uma disciplina, tem de um modo geral, como problema central às questões do bem e da liberdade e da vontade humana frente ao determinismo da natureza. Deste modo, a ética estabelece uma relação entre a lei moral e a lei da natureza e, assim, determina um comportamento normativo do homem de acordo com os princípios naturais dos quais ninguém ficaria isento de responsabilidades.

6.4 - A ÉTICA E A POSTURA GLOBAL DE OCUPAÇÃO.

A ética se relaciona, também, com a economia e com política mundial. Como ciência das relações econômicas que os homens contraem no processo de produção global. Essas relações econômicas irão influenciar diretamente nos meios sociais, quer de modo sustentável ou insustentável para com meio ambiente.

Nesse meio econômico a Terra é *vista como reserva de capital*, sua ocupação é desenfreada de tal modo que a exploração não tem limites. Necessariamente a responsabilidade e os juízos éticos levantados globalmente terão essência de defesa do sistema ecológico. Esta é a saga de culturas mundiais exploradoras da Terra, de regiões colonizadas por “*pessoas*” dos mais remotos cantos deste planeta e, que sua mobilidade histórica sem preceitos conservacionistas decorrentes da ignorância cultural, devastaram e continuam a devastar a Terra.

As explorações do meio ambiente, de forma desenfreada causadora de danos irreversíveis e que têm como responsáveis, por ações e conseqüências do desequilíbrio ecológico; principalmente no contexto mundial os países conhecidos como - países ricos – entre eles destacam-se os EUA, França, Inglaterra, Alemanha, Japão, Canadá, Rússia, etc. Países esses declarados, como os principais responsáveis pelo desequilíbrio planetário e que, devem reagir de forma ao retorno e recuperação do equilíbrio ambiental.

Para Boff (2001, p. 34) no encaminhamento destas questões, precisa-se voltar ao sentido originário da ética e da moralidade. Todas as morais, por mais diversas, nascem de um transfundo comum, que é a ética. Ética somente existe no *singular*, pois pertence à natureza

humana, presente em cada pessoa, enquanto a moral está sempre no *plural*, porque são as distintas formas de expressão cultural e histórica da ética.

Boff (2001, p. 13) fala de três problemas que suscitam à urgência de uma ética mundial. Em primeiro lugar, a crise social. Os indicadores são notórios e não precisamos aduzi-los. A mudança da natureza da operação tecnológica, mediante a robotização e a informação, proporcionou uma produção fantástica de riqueza. Ela vem apropriada de forma altamente desigual, por grandes corporações transnacionais e mundiais que aprofundam ainda mais o fosso existente entre ricos e pobre. Em segundo lugar a crise do sistema de trabalho: as novas formas de produção cada vez mais automatizadas dispensam o trabalho humano; em seu lugar, entram as máquinas inteligentes. Com isso destroem-se postos de trabalho e tornam-se os trabalhadores descartáveis, criando um imenso exército de excluídos em todas as sociedades mundiais. E por fim, em terceiro lugar a emergente crise ecológica. Os cenários existentes são de amplo conhecimento, divulgado pela mídia.

Tudo se leva para a busca de argumentos e reflexões, que devam alcançar mudanças ambientais com efeitos imediatos. Para continuar a aventura terrena e cósmica, temos de tomar decisões coletivas, de maneira ordenada à salvaguarda do criado, para a manutenção das condições gerais que permitam a evolução do curso da vida, que está ainda em aberto. *“Porém se não mudarmos os paradigmas civilizatórios, se não reinventarmos relações mais benevolentes e cinérgicas com a natureza e de maior colaboração entre os vários povos, culturas e religiões, dificilmente conservaremos a sustentabilidade necessária para a realizar o projeto humano, aberto para o futuro e para o infinito”* (BOFF 2001, p. 18). Para resolver esses três problemas globais, Boff, propõe que dever-se-ia, na verdade, fazer uma *“revolução também global”*⁸⁶. Para tal revolução global, se faz necessária uma ideologia revolucionária global, com seus portadores sociais globais que tivessem tal articulação, coesão e tanto poder que fossem capazes de se impor a todos.

As articulações globais impostas a todos, principalmente em defesa da vida e na busca de garantias de mentalidades de ocupação de sustentabilidade ecológica, Boff (2001, p. 20) diz:

⁸⁶ Apud Pg. 18

Nessa linha, dever-se-á, pois, fazer um pacto ético, fundado, como veremos, não tanto na razão ilustrada, mas no *pathos*, vale dizer, na sensibilidade humanitária e na inteligência emocional e pela compaixão, atitudes essas capazes de comover as pessoas e de movê-las para uma nova prática histórico-social libertadora. Urge uma revolução ética mundial. Tal revolução ética deve ser concretizada dentro da nova situação em que se encontram a Terra e a humanidade: o processo de globalização que configura um novo patamar de realização da história do próprio planeta. Nesse quadro, deve emergir a nova sensibilidade e o novo *ethos*, uma revolução possível nos tempos da globalização.

Pelizzoli (2003, p.24), ao comentar sobre o desenvolvimento sustentável à ecologia democrática globalizada, na visão liberal e neoliberal em que, o homem busca a felicidade na sociedade como um todo:

A “ética” pressuposta nos defensores do mundo liberal e neoliberal parte do princípio de que todos os homens buscam felicidade própria e então a da sociedade como um todo; aqueles que lutam mais, galgam melhores postos de bem, até porque as “pessoas são diferentes”, e com capacidades diferentes, e isso é que prevalece. É neste contexto que vigora ainda a ética utilitarista, em sua face adaptativa e organicista-funcional para as chamadas “sociedades civilizadas e livres”. Aqui o valor supremo do indivíduo, e então de sua liberdade, só se realiza pela propriedade privada dos bens de produção e consumo.

Essa visão de política neoliberal (o estado fica fora do controle das muitas atividades econômicas), deixando livre a concorrência privada, a liberdade do indivíduo na busca do ideal de vida e meio ambiente, desencadear-se-ão, muitas vezes as conquistas pessoais sem precedentes, na visão da ética das relações e ações e na moral individual. Pelizzoli (2003, p.89) diz:

Dentro dessa problemática, de modo simples, se por ética entende-se um comportamento humano ideal, por ética ambiental entenda-se isto em especial a relação à natureza. Aponta-se que, em termos estritos, as legislações ambientais não bastam; a elas deve-se fazer acompanhar uma ética. Além do mais, a legislação muitas vezes é precária, e aí novamente se faz fundamental a conscientização, a sensibilização, uma moral coletiva e também pessoal “Pensar globalmente, agir localmente”. Eis o slogan da luta ambiental. Ele implicaria uma ética ambiental universal.

A ética se encontra baseada na noção de *prazer* (grego *hedoné*) e *felicidade*, sendo as ações consideradas justas ou injustas, conforme propiciem ou cerceiem estes dois elementos fundamentais. Se tudo o que há é composto a partir da matéria dinâmica e sensível, da livre fruição dos prazeres que dependem, o bom uso da razão e das faculdades do entendimento. Com isso, o homem alcança o supremo estado de felicidade, a *ataraxia* (ausência de

perturbações). A felicidade, portanto, na ausência de perturbações, que afetam a mentalidade em busca da verdade fora de erros de “*compreensão*”⁸⁷.

A felicidade poderá estar e ou se encontrar na ausência da destruição do meio ambiente, na ausência das diferenças sociais, criadas pelas culturas e pelas mentalidades de ocupação e ocupação da Terra, que continuam a gerar paradoxos que dificultam a sustentabilidade organizacional da humanidade, com seus dominantes objetivos, exclusivos na exploração desenfreada em busca do lucro. Os prazeres almejados pelos homens são, assim, fundamentalmente, a ausência de perturbações (*ataraxia*) e de males (*aponia*). Não se trata de um simples assentimento a todos os prazeres, uma vez que, a maior parte deles acarreta maiores males; ao contrário, suportar algumas dores pode conduzir, posteriormente, a grandes prazeres. É preciso avaliar dor e prazer, segundo o critério dos benefícios e prejuízos que estes podem acarretar. É o uso do raciocínio que proporciona aos homens maior felicidade; deste modo, é da prudência, compreendida como a maior entre as virtudes morais, que gera a maior sabedoria e felicidade, estando esta, por seu turno, ligada por natureza às demais virtudes⁸⁸. A virtude está na busca do prazer da realização como um todo, principalmente de ecovisão de sustentabilidade ambiental, onde residem o respeito à vida do próximo, com muita prudência de mentalidade de ocupação da Terra com garantias mínimas de sobrevivência de forma sustentável.

A razão humana retira através das experiências dos acontecimentos naturais, de forma que a finalidade da vida, seja a harmonia com a natureza. Essa abstração é conseguida através do cultivo da razão. Aí reside, para o homem, a felicidade. É importante salientar a relação indissolúvel e direta que existe neste pensamento, entre liberdade e destino. A *liberdade* só pode ser conseguida em conformidade às possibilidades abertas pelo destino e não na contraposição a ele. Muitas das paixões desenfreadas, desmistificam e turvam o pensamento do homem, que passa a usar de maneira limitada a razão e, leva-o a tomar decisões precipitadas de forma que sua ação moral seja a causadora da destruição do meio ambiente em que se vive.

⁸⁷ Esta palavra tem origem no verbo *hermeneuein* e no substantivo *hermeneia*, que usualmente significam “interpretar” e “interpretação” respectivamente. O campo da hermenêutica tem se desenvolvido sob diferentes aspectos: o filosófico, lingüístico, histórico, etc., que têm por finalidade um referencial para as aproximações com o discurso científico.

⁸⁸ A virtude vista neste sentido como - ponto de equilíbrio - entre o homem e suas ações, na mentalidade de ocupação da Terra de modo ordenado em que: todos tivessem chances de sobrevivência com um reduzido número de excluídos.

6.5 - A ÉTICA DE MENTALIDADE RESPONSÁVEL NA OCUPAÇÃO.

A mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra volta-se, igualmente, para a análise de questões pertencentes ao âmbito da ética. Esta ética procede, em primeiro lugar, à averiguação do que se entende por “coisas boas”. Em seguida procurar analisar o significado de “bom”. O resultado deste procedimento é o de afirmar: “bom” representa uma *qualidade irreduzível*. É um predicado básico, que não designa algo natural e que não pode ser reduzido a nenhum outro conceito. Toda essa compreensão ética que procura assimilar esse predicado numa ordem natural em que, a mentalidade de ocupação da Terra, deva girar em torno do que é bom para toda a humanidade.

O homem é responsável pelo futuro do cosmos, tendo diante de si o chamado, não apenas a construir uma história e um devir para seu crescimento e progresso, ignorando o restante do criado, mas cuidar e garantir a habitabilidade, sustentabilidade e sobrevivência, plena de todo ser vivo. Toda criação e toda responsabilidade de uma mentalidade de ecovisão holística de posse e ocupação da Terra recai única e exclusivamente a este ser pensante e racional – o homem.

Küng (2001, p. 51) ao relacionar um discurso de futuro na responsabilidade planetária fala de uma ética de responsabilidade ao invés de uma ética de sucesso e de mentalidade. Eis:

Exigir uma responsabilidade global significa primeiramente pedir o contrário daquilo que constitui uma mera ética de sucessos. É o contrário de uma ação, para a qual todos os métodos são válidos e para a qual é bom aquilo que funciona, que dá lucro, poder e prazer. Mas isso pode conduzir a um puro libertinismo e a maquiavelismo. Uma tal ética não terá futuro. Também *uma ética de mentalidade* não tem futuro. Orientada por uma idéia de valores mais ou menos isolados (justiça, amor, verdade), tal ética busca somente a pura motivação interna da pessoa que age sem perguntar pelas conseqüências de uma decisão ou ação, em se preocupar com a situação concreta, suas exigências e implicações. De uma forma bastante perigosa, uma tal ética é a histórica (ela ignora a complexidade dada da situação histórica). Ela também é a política (ela ignora complexidade das estruturas sociais e do jogo de forças existentes) E justamente assim ela também pode, quando for preciso por motivos de mentalidade, justificar o terrorismo.

O autor defende, na seqüência, uma ética de responsabilidade como foi proposta no inverno revolucionário de 1918/1919 pelo sociólogo Max Weber. Conforme (KÜNG, 2001) Weber propõe uma tal ética que também não é “livre de mentalidade”. Mas ele sempre pergunta realisticamente pelas “conseqüências” previsíveis de nosso agir e assume a responsabilidade por isso. Neste sentido a ética de mentalidade e a ética de responsabilidade

não estão verdadeiramente contrapostas, mas complementam-se mutuamente. Somente, juntas, elas podem constituir a verdadeira pessoa. Aquelas pessoas que podem ter a profissão para a política. Sem uma ética de mentalidade, a ética de responsabilidade se transforma numa ética de sucesso livre de qualquer mentalidade, para a qual, com vistas aos objetivos, todos os meios são lícitos. Sem uma ética de responsabilidade, a ética de mentalidade ficaria reduzida à manutenção de um sentido inteiro de autojustiça.

Vive-se num mundo de conflitos e disjunções entre problemas éticos e científicos que comprometem não somente a vida do homem, mas também, do planeta. A questão da ética ambiental e humanitária se define claramente na essência dessas raízes e padrões de comportamentos, mas de fato, eles existem. Em contrapartida, no mundo capitalista o problema da ética demonstra ser algo secundário e, a exploração da natureza tornou-se insustentável e cada vez mais insatisfatória. A mentalidade capitalista sobrevive em *criar necessidades antes de existir*. Esses saberes tradicionais não apenas estão relacionados aos princípios éticos e filosóficos do homem, como também o conhecimento de nossa própria natureza moral: de nossas ações no meio em que vivemos. Um ato moral supõe uns sujeitos reais, dotados de consciência moral, Isto é, da capacidade de interiorizar as normas ou regras de ação estabelecidas pela comunidade e de atuar de acordo com elas. A consciência moral e, por outro lado, consciência do fim desejado, dos meios adequados para realizá-lo e do resultado possível; mas é, ao mesmo tempo, decisão de realizar o fim escolhido, pois a sua execução se apresenta como uma exigência de um dever.

A ação moral, que mudou e muda o homem, se desenvolveu com as mudanças e o desenvolvimento das diversas sociedades concretas, calcada na liberdade interna e na autonomia do sujeito. Com respeito as seus próprios princípios, era distinguida da ação que visa um fim específico, que poderia assumir a expressão de uma obrigação jurídica, especialmente de sorte a evitar sanções negativas. Seria necessária a justiça. Neste sentido, Vázquez (2002, p. 78), relata:

O conceito de justiça corresponde também ao mesmo princípio coletivo. Com justiça distributiva, implica na igualdade na distribuição (os víveres ou presa de guerra se distribuem na base da mais rigorosa igualdade: justiça significa repartição igual e, por isso, em grego, a palavra *diké* significa originalmente as duas coisas). Como justiça retribuidora, a reparação de um mal causado a um membro da comunidade coletiva. Não poderemos confundir justiça com vingança, ou seja, derramar o sangue dos outros com a vingança do sangue derramado.

Toda sociedade possui um conjunto de regras de conduta que podem ou não se modificar com o tempo, mas que dizem respeito ao que é considerado bom costume, ao que determina as pessoas de bem e os marginais. Toda determinação moral pressupõe que alguns comportamentos são aceitáveis e que outros são proibidos e condenados. Estes valores são construídos de acordo com os interesses de grupos dominantes e podem se modificar se os interesses também se modificarem. A religião, por exemplo, é uma das principais responsáveis pela determinação de regras morais em uma sociedade. Em cada grupo menor de relacionamento social, como é o caso das famílias, as regras morais internas podem ter características bem particulares, determinando costumes e comportamentos diferenciados de outros pequenos grupos.

Na verdade, as regras são necessárias para que o respeito ao limite e direito do outro seja respeitado e para que, um grupo viva de maneira harmoniosa, mas já que diz respeito aos comportamentos de um grupo, deveriam ser discutidos e elaborados pela coletividade, atendendo não apenas a uma parte da população ou a dogmas impostos. A necessidade do respeito a regras morais, causa relações muito conflituosas entre pessoas que se relacionam com estas regras, questionando-as ou desrespeitando-as. Questioná-las nem sempre é tarefa fácil e as conseqüências, de um comportamento rebelde, podem ser radicais, mas a mudança de regras não é possível se não houverem colocações contrárias e insistência na flexibilização das mesmas.

Os grupos que são proprietários de uma gleba de Terra e os grupos que não estão nesta condição se confrontam na rebeldia do direito e da justiça. As normas da sociedade apresentadas para garantir os direitos adquiridos de um grupo pelo contrato, em contrapartida, a exclusão do outro pela mesma norma de ocupação, fazem da rebeldia a única saída de se justificar e criar novas normas de ajustes para a ocupação.

Domingues (2002) comenta que uma clara distinção se fazia entre obrigações morais e outras que seriam codificadas juridicamente. No caso, em tela e projeto de ocupação da Terra: em que somos todos co-responsáveis pela situação da ação moral e também como obrigação moral. Isso ocorre para a liberdade de direito que se constitui ao manter indeterminado o que “é preciso querer”. Decerto, essas maneiras e ações morais, podem ser colocadas para os indivíduos e para a coletividade.

Contudo, pode-se e carece ir muito mais adiante, delineando como entender o que vai além do público e do privado, os efeitos de uma mentalidade ocupacional: de reflexão ética. Domingues (2002, p. 311) diz:

Quem sabe bons efeitos possam ser esperados de uma espécie ética dos bons sentimentos e da boa vontade em relação à participação cidadã dentro do atual molde da cidadania, implicando mudanças no quadro moral da sociedade segundo o qual as pessoas abraçam deveres em vistas do funcionamento geral da vida social estão solidariamente co-responsáveis por seus concidadãos e pela vida pública em geral bem como pelo estado da natureza hoje e no futuro.

Não haverá sobreviventes sem uma ética mundial (KÜNG, 2001). Não haverá paz e desenvolvimento sustentável sem uma ética ecológica. A cada ano, por exemplo, é devastada no Brasil, para sempre uma parte da floresta tropical correspondente a 3 ou 4 vezes a área territorial da Coreia⁸⁹. Em face desses números que facilmente podem ser complementados ou substituídos por números análogos necessitam-se hoje de uma longa fundamentação para as necessidades de uma ética global para garantir a sobrevivência de todo ser vivo. Talvez não seja possível mudar toda esta situação de desastres ecológicos, que não é de hoje, mas vem de muitos anos atrás, em que o homem busca desse chamado desenvolvimento. Em resumo, deve-se buscar um desenvolvimento pela economia de mercado, todavia, de mercado com mentalidade eco-social.

Não se deve ignorar a seguinte situação: o ritmo do progresso tecnológico acelerou tanto que constantemente ameaça ultrapassar a estrutura política das relações sociais. A jurisprudência corre através do desenvolvimento tecnológico, como um lobo com a língua de fora que persegue a sua caça. Essa situação é insatisfatória e insuportável. Muitas expectativas tecnológicas e entusiastas evidenciaram-se como traiçoeiros e muitos resultados ambíguos. Por isso é necessário fazer uma avaliação dos efeitos da pesquisa científico-tecnológica. Uma avaliação do qual deva-se olhar, em perspectivas de cientificamente estar fundamentada de, ter a praticidade ser politicamente realizável. Até agora, a reflexão ética, na medida em se encontra a mentalidade ocupacional, sobre o comportamento das pessoas, chegou atrasada. Por demais vezes perguntam-se o que se pode fazer somente depois do que sabemos fazer? Ajustar o que ainda tem conserto.

⁸⁹ Elas provêm do documento preparatório para a reunião mundial das Igrejas cristãs em Seoul em 1990. Citado em Küng, (54, pg. 14)

6.6 – ECOÉTICA: O REFLEXO DA ALTERIDADE.

Lévinas (1982, pg 70)⁹⁰ faz/é esse convite para pensar em uma ética ecológica voltada para o outro. Deve-se pensar o que somos e como pensamos, com isso, conclui-se que somos uma pluralidade de idéias e que os outros também o são. Somos perpassados, continuamente, por estas idéias, que justamente nos levam a refletir sobre algumas perspectivas. Tais perspectivas de reflexão ética sobre a ótica voltada para o “Outro” para o “Rosto” do outro. Não é uma ética programática, construída sistematicamente. Ele procura o sentido da ética (LÉVINAS, 1982, pg 82)⁹¹. Ele escreve metaforicamente e se apóia na filosofia primeira. A partir daí ele inicia a crítica e ao mesmo tempo a compreensão para a ética. Ele entende que a Ontologia desde Aristóteles a Heidegger é a opressão de ser como objeto coisificação. Descartes que inaugura a “egolatria”, traz uma totalidade do ser que se torna o mesmo. O “eu penso” torna-se “eu posso” que gera a violência e a guerra com a destruição ecológica. Neste sentido o “outro” é negado. Toda compreensão da sensação, até então, se pretendeu “puramente qualitativo e subjetivo” (LÉVINAS, 1980, pg 167)⁹² deve-se renegar essa objeção. Não se pode mais encarar a sensibilidade desta forma, por isso precisa-se da fruição não objetiva, que não ira esgotar o sentido na qualificação do objeto sensível (LÉVINAS, 1980, pg 169)⁹³.

A proposta de fazer-se uma fenomenologia da sensação para averiguar os seus caminhos. Tomar-se esse sentido para nossa sensibilidade e não tomar o outro de forma objetiva. Nesse outro que mostra o rosto mostra o acesso ético. O “*rosto é a verticalidade*” (LÉVINAS, 1982, pg 77)⁹⁴. Ele nos escapa dessa percepção objetiva e qualitativa. O “*rosto é recusa de ser conteúdo*” (LÉVINAS, 1982, pg 173)⁹⁵. Desta maneira não se pode olhar para o outro, quem dá o seu rosto, como algo que pode ser apreendido, delimitado, por nossas sensações. A ética neste sentido se dá com o outro. Com isso ocorre a fruição, o desejo, pois não há apreensão do outro. O rosto é apelo à responsabilidade. Ao mesmo tempo em que nos convida a um ato de violência, ao mesmo tempo ele nos “*proíbe de matar*” (LÉVINAS, 1982, pg 78)⁹⁶. A responsabilidade é entendida com a responsabilidade de outrem. Não é qualquer

⁹⁰ LÉVINAS, E, **Ética e infinito**.

⁹¹ Idem.

⁹² LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa. Editora 70, 1980.

⁹³ Idem.

⁹⁴ LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa. Editora 70, 1982.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem

responsabilidade: é uma responsabilidade total, sem fronteiras. *“Desde que o outro me olha, já sou responsável por ele”* (LÉVINAS, 1982, pg 88)⁹⁷. A responsabilidade que nos implica é recíproca, *“ainda que me custe a vida”* (LÉVINAS, 1982, pg 90)⁹⁸, *“sou eu que importo tudo”* (LÉVINAS, 1982, pg 90)⁹⁹ O discurso do rosto também está interligado. Nós sempre dizemos algo para o outro. Nessa nova visão, as próprias categorias de falta e de culpa, implicadas na moral, precisam ser repensadas a partir da subjetividade transitiva. *“O próprio sentido do humano precisa ser repensado. A partir desta concepção pode-se afirmar: ou o homem é moral ou não é humano”*.(OLIVEIRA, 2001, p. 96). A ética e a moral somente ocorrem entre os seres humanos.

A própria verdade e falsidade pressupõem a originalidade do rosto. Por mais máscaras que se coloque em nosso rosto, não se consegue ter aquela significância sem contexto que o rosto possui. Por isso, podem-se apreender personagens: mais nunca o rosto. Toma-se o rosto como alteridade. *“O humano é, por conseguinte, tratado a partir do ser e, ao mesmo tempo, na sua irredutibilidade às coisas do mundo. O espetáculo da miséria e da frustração do próximo, do seu aviltamento sob um regime de exploração econômica e o discurso rigorosamente ético que ele gera”* (LÉVINAS, 2002, p. 59).

A alteridade, segundo Abbagnano (1998, p. 182), é o *“Ser do outro, colocar-se ou constituir-se como outro. Alteridade é um conceito mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença. A diversidade pode ser também puramente numérica. Ele não é maiêutica”*. O outro, por ser exterioridade e abertura: é infinito, somos aquilo que recebemos, pois não temos de nós mesmos. A reflexão ética voltada para o outro, no sentido de que me faço responsável pela sua vida é o reflexo do seu rosto, na mentalidade que se faz em torno da ocupação da Terra e das ações, serão sempre voltadas para os fins de uma ocupação sustentável. Ser responsável é: fazer-se no outro, tornar-se moralmente co-responsável por todo o cosmos planetário em que se vive.

Em toda violência cometida contra a natureza, é uma violência contra o outro, em que ao longo da história não foram balizadas por qualquer ser ético. É preciso firmar-se com o mundo, além do contrato social, um novo pacto: *o contrato ético/moral da ocupação da Terra*.

⁹⁷ LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa. Editora 70, 1982.

⁹⁸ Idem E.I.

⁹⁹ Idem E.I.

6.7 - A ÉTICA DO DEVER SER NA VIDA ECOLÓGICA PÚBLICA/PRIVADA.

Assim, como a responsabilidade social e ecológica das empresas, produtores e de toda a sociedade, não podem, simplesmente, ser delegadas por políticas públicas, mas levadas à responsabilidade moral e ética: na ecovisão de mentalidade de ocupação da Terra.

Arendt (2000) diz que é do setor “*público = comum*” e do setor “*privado = propriedade*”, em que todos os que são legalmente proprietários e dos que não estão nesta condição são responsabilizados por uma ética ecológica.

O termo *público/comum* denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível (ARENDR, 2000, p.59). Em segundo lugar, o termo *público* significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele (ARENDR, 2000, p.62). Já para a esfera *privada/propriedade* a relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo privado, em sua acepção original de privação, tem significado (ARENDR, 2000, p.68).

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana. Ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido pelos outros, privado de uma relação objetiva decorrente do fato e, ligar-se e separar-se deles, mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida: faz do homem um ser dependente do seu próximo. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e, portanto é como se não existisse.

O agir ético deve envolver todos os comportamentos *público/privado* dos seres humanos, é um “*deve ser*” (KANT, 1980), voltado para uma mentalidade de ecovisão holística de posse e ocupação da Terra. Para Kant o “*bom deve ser*” é algo incondicionado, sem restrição alguma; isto é, não depende de circunstâncias ou condições que escapem ao nosso controle e tampouco das conseqüências de nossos atos.

Mas existe algo bom neste sentido absoluto, irrestrito ou incondicionado em todas as esferas pública e privada de mentalidade: “*Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade*” (KANT, 1980, p. 109 - 110).

Um pouco mais adiante Kant (KANT, 1980, p. 109 - 110). diz:

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma, e, considera em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto em tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se quiser, da soma de todas as inclinações.

Para Kant essa boa vontade não deve ser confundida com um mero desejo, que se esgota em si, sem lançar de todos os meios de que dispõe, ou com uma simples intenção que não a transcenda, isto é, que não tente colocá-la em prática. Assim, portanto não se vê atingida - não deixa de ser boa - pelo de que as circunstâncias ou condições impeçam que se realizem os seus propósitos, mas também não pode se reduzir à boa intenção que se resume num simples desejo. Também não basta atuar de acordo com o dever. Deve-se cumprir o prometido, isto é, *se agiu de acordo com o dever, mas não pelo dever*. Em suma, a concepção da “boa vontade”, por seu caráter *ideal, abstrato e universal*, oferece-nos um conceito do bom totalmente inexecutável neste mundo real e, portanto, inoperante para a regulamentação das relações entre os homens concretos. Dever ser como uma ação, sem restrições e sem inclinações, na mentalidade de ecovisão rural de ocupação da Terra. Sem dúvidas nesta ética Kantiana, é o que de universal ocorreria em defesa do meio ambiente se as inclinações dos desejos pessoais e egoístas não se manifestassem em nosso mundo, colocando em risco todo o planeta. Um agir ético, por dever, sem inclinações e universal, é a garantia de toda a sobrevivência, da vida na ecovisão da ocupação planetária.

Vaz (2002, p. 15) mostra a chave da Metafísica Kantiana: é o agir por dever que confere moralidade à ação, sendo o dever, portanto, *a priori*, visto que seu conceito não se fundamenta na experiência (*a posteriori*). Como tal, o dever implica *validade absoluta da lei moral para todo ser racional*, pois se origina *a priori* na razão pura prática. Como o agir por dever sugere uma vontade livre (moral) de respeito à lei, Kant elaborará, na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, um princípio objetivo que seja o *médium* entre a lei e a vontade finita e que possibilite então a ação por dever caracterizada como ação moral. Por ser agir por dever, um agir *necessário*, trata-se de um *imperativo categórico*. É imperativo ético, pois: “*O desperdício não é menos grave que a falta de alimento. A reciclagem das sobras não é apenas questão ecológica: é um imperativo ético*” (GOEDERT, 2003, p. 55). Como regra prática destinada a um agir de modo contingente, *ele é obrigatório para a vontade*. Desse modo, o imperativo categórico é enunciado por uma proposição sintético-prática *a priori* (lei e máxima) que, por ser categórico, deve exprimir a *universalização da máxima*. Porque é *a*

priori e formal, o imperativo categórico, tem como corolário, dois conceitos que serão a condição de possibilidade e validade do agir moral, entendido como obediência incondicionada ao dever - os conceitos de *vontade e universalização*. Como vontade que se faz universal, isto é, vontade que se autodetermina pela obediência irrestrita à lei, tornando-se autolegisladora *por dever*, realiza a passagem do livre-arbítrio à liberdade por meio do conceito de autonomia. *O homem deve pensar ao mesmo tempo como um ser natural e submetido à necessidade, à causalidade que rege o mundo físico, e ao mesmo tempo como ser moral, responsável por seus atos, isto é, livre para realizá-lo ou não, e escapando com isso ao determinismo natural.*¹⁰⁰

Marcílio (1997, p 81) diz que a ética, sendo ciência do *ethos* no indivíduo e na comunidade, vê-se face a face com o desafio teórico de fundar no *logos* humano a universalidade objetiva do *dever-ser* e de submeter a essa universalidade a particularidade histórica do *ethos*. Toda reflexão que se conduziu nas idéias da ética e da mentalidade de posse e ocupação da Terra de ecovisão holística perpassa pela tríade *desenvolvimento – sustentabilidade – ética*. Ao buscarem-se esses fundamentos éticos busca-se na história da ocupação a relação e responsabilidade de defesa ecológica: *dever ser ecológico*. Em todo movimento ecológico, seus militantes e novas gerações de militantes é, por excelência, um *deve ser universal*, queira-se ou não, nós fazemos parte desse mundo e da sociedade da Terra. O que impõe-se é a necessidade de respeitar a ecologia e o dever ético de conservá-la para futuras gerações. É a ordem na mentalidade na ecovisão rural holística de ocupação da Terra e de todo comportamento ético/moral de cada indivíduo ou grupo.

Em resumo, todos os seres humanos, são seres éticos/morais e, as comunidades humanas sempre criam sistemas de valores e normas morais para possibilitar a convivência social. Por esse fato é que somos seres não determinados pela natureza ou pelo destino. No processo de conquistas da liberdade e do nosso ser, descobrem-se as diferenças entre o ser e o dever ser, à vontade de construir um futuro diferente e melhor do que o presente. Para essa construção não bastam boas intenções, mas, também, um controle sobre os efeitos não intencionais das nossas ações e a consciência ética que surge deste conjunto. É diferente de uma simples assimilação de valores e normas morais vigentes na sociedade, mas sim uma mentalidade ética ecológica voltada para a justiça social e de desenvolvimento sustentável da humanidade.

¹⁰⁰ AMIEL, Anne. 50 Grandes citações filosóficas explicadas. Editora Ediouro S/ A, 1992.

CAPITULO - VII

A MENTALIDADE CULTURAL DE CRESCIMENTO.

“Há épocas apagadas, vulgares e secas como palha, em que cai o raio de uma grande personalidade e tudo arde à sua volta. Não foi a palha que ateou o fogo; foi o fogo que fez arder a palha. Não é a época que faz o homem. É o homem que transforma a época”.Rafael Cifuentes

7.1 – A MENTALIDADE CULTURAL DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.

O desenvolvimento se dá através da cultura. Possui um caráter dinâmico que é responsável diretamente pelas transformações significativas ocorridas em momentos e ritmos diferentes da história. Tudo acontece à medida que ocorrem situações de contato com outras sociedades ou inovações culturais. Ao mesmo tempo, revela-se o desenvolvimento pelas culturas e, as conseqüências são visíveis pelos padrões de comportamentos, adotados pelas raízes do mundo moderno. Também se observa na sociedade ocidentalizada que é claramente apreciada com uma mentalidade capitalista, que busca cada vez mais compreender as raízes dessa mentalidade e volta-se com ações que proporcionem, cada vez mais, nova necessidade de consumo.

A exploração desenfreada dos recursos naturais e os efeitos da globalização nesta era atual, de transformações e condicionamentos culturais, refletem diretamente no meio em que vivemos, principalmente, devido aos estilos e tendências adotados no mundo ocidental: o mundo do capitalismo desenfreado e voltado para o consumo.

Uma mentalidade de ecovisão rural de posse e ocupação da Terra, voltada para a questão ambiental, de biodiversidade e a sustentabilidade da vida no planeta, vem sendo cada vez mais, um tema altamente discutido. De fato, neste século que será de fundamental relevância, no que diz respeito à busca de alternativas para a sobrevivência da humanidade, deverá ser um século em que a ciência busque alternativas para que sejam alcançados, de fato, um desenvolvimento sustentável. Muitas conseqüências, oriundas de uma mentalidade de ecovisão holística de posse e ocupação da Terra, por conseguinte, são resultantes da ação voltada para o progresso, e que são visíveis no meio ambiente planetário. Por exemplo:

radiação solar exposta visivelmente na ruptura da camada de ozônio, no avanço do processo de desertificação por meio do desmatamento, nas queimadas, na expansão da agricultura e pecuária; etc. Também, o efeito estufa provocado pelas atividades urbanas e industriais que causam alterações climáticas produzindo, então, secas e enchentes, derretimento do gelo e neve, além de muitas outras catástrofes ambientais que ocorrem a cada instante são efeitos da mentalidade de uma cultura voltada para o desenvolvimento.

A perspectiva de consenso em relatar o sujeito (homem) o aspecto (objetivo de posse e ocupação) que tem em vista a ótica, visão, o ponto de vista na mentalidade holística de ocupação e que são de forma recíproca, objetiva e subjetiva, no processo ocupacional, aquilo que, em última instância, comanda e determina a perspectiva é o “*aspecto*”. É o ser que mede a razão e não o contrário. É a necessidade surgida da mentalidade de posse e ocupação, do ponto de vista que faz o aspecto da ocupação. De fato, quando o objeto material, dentro de qualquer cultura, como exemplo a ocupação da Terra, a partir de uma perspectiva determinada que se capta dele um aspecto específico ou objeto formal. Na figura 12 mostra-se diferentes personagens que se relacionam com posse e ocupação da Terra (objeto material) e partir do interesse específico – PVFs - de cada um deles (objeto formal) quando se trata do ente escolhido.

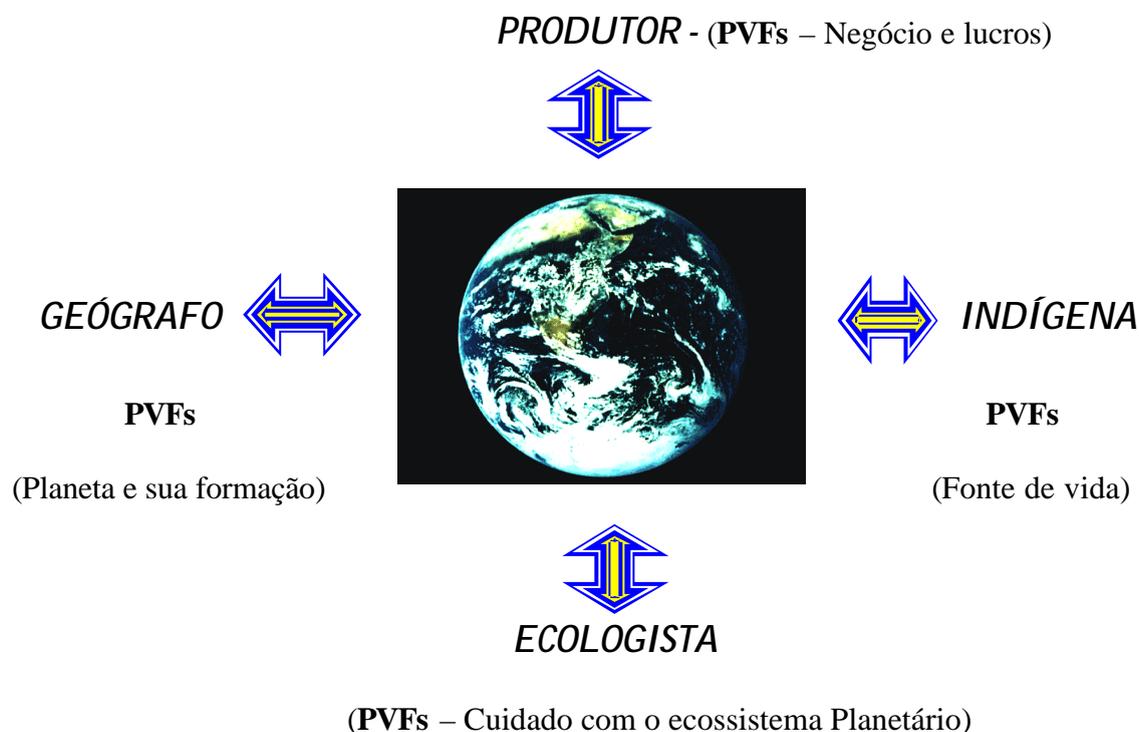


Figura 12 – Diversidades dos aspectos, subjetivos e objetivos de interesses: conforme formação cultural.
Fonte: Reinaldo Knorek.

Muitos problemas sociais e ecológicos, surgidos dos aspectos e interesses a partir da formação cultural com o ente escolhido, voltado para o crescimento ou para a sustentabilidade, têm seus efeitos na poluição do ar, da água e do solo. A extinção de várias espécies que viviam na fauna e flora, indispensáveis para o equilíbrio ecológico, teve seu fim e sua utilização na obtenção de recursos farmacológicos, e que dificilmente poderão ser devolvidos para a manutenção e equilíbrio ecológico. As crises econômicas, que se instalam nos países pobres, oriundas das causa do desequilíbrio é o que constitui alguns dos principais conflitos da atualidade. Certamente são responsáveis pelo progresso ou retrocesso na sociedade culturas de mentalidade voltadas única e exclusivamente para o progresso.

Sung (2000) diz que estamos em um mundo que é anterior ao nosso aparecimento. Mas, diferentemente deles, este mundo que nos parece e que não é simplesmente dado, colocado a nossa disposição para um relacionamento imediato, faz-nos responsáveis pelo todo. O ser humano precisa organizar o mundo para superar o caos, necessita construir um mundo para si. A cultura é este mundo que construímos e é, como uma *segunda natureza* que vestimos sobre nossa natureza biológica - a primeira – que tamanho é o fruto de criação social e ao criar-se se exteriorizam com as técnicas e ações. Em seu colóquio Sung (2000, p. 26-27) fala:

O mundo humano construído pelos próprios seres humanos é a cultura, que é entendida aqui como a totalidade dos produtos da atividade do ser humano, sejam materiais ou espirituais. Tais como instrumentos para produzir a sua sobrevivência na relação com a natureza, linguagem para comunicação e guardar a memória coletiva, leis e normas para regular a convivência e a religião para dar sentido ao mundo, à existência e à morte. Cultura é como uma “segunda natureza”, que possibilita aos seres humanos suprirem a ausência da estrutura de instintos biológicos determinados. É a interiorização da cultura da sociedade ou do grupo social a que pertencemos que nos possibilita agir de uma forma quase instintiva e automática.

Através da exteriorização da cultura cria-se o caos, que surgiu provenientes nos dias atuais pela globalização do sistema capitalista vigente. Esse sistema expressa valores individualistas, que promovem a era do consumismo, do descartável, do artificial, do desperdício, da falta de ética e desrespeito em relação ao próprio homem, sob as diferentes sociedades: como também no meio ambiente em que o ser humano está envolvido.

Nessa era de consumismo, a cultura da economia se definiu como a ciência que busca a melhor utilização dos recursos econômicos escassos (terra, matérias-primas, mão-de-obra, máquinas, tecnologias, etc) em vista a reprodução humana e dos fatores de produção

(natureza, terra, máquinas) e que a otimização dos recursos escassos em vista a acumulação infinita. Porém, a cultura cria e recria muitas coisas, das mais variadas formas e fica sem mobilidade quando a mentalidade de posse e ocupação da Terra, volta-se simplesmente para um “*saber vulgar*”¹⁰¹. Sobretudo, chegar ao conhecimento em grau mais alto, como por exemplo, o que foi pensado ou idealizado por Platão no Mito da Caverna¹⁰². Esse mito exposto por Platão, segundo o qual a condição dos homens no mundo é semelhante a escravos presos numa caverna, que conseguem enxergar projetadas no fundo da caverna as sombras das coisas e dos seres que estão fora da luz do sol e que é necessário sair para a luz: somente assim verá a realidade das coisas. Sair de um conhecimento comum ou vulgar, passar pela representação sensível, utilizar o conhecimento racional e completar com o supra-racional. A mentalidade de posse e ocupação da Terra, muitas vezes para as decisões tomadas, por aqueles que têm uma visão ofuscada, de sombras, sem o conhecimento holístico de ecovisão sob a luz do dia, mas conduzem ao caos um ecossistema que é complexo e de difícil recuperação. É uma outra realidade no mundo das idéias.

Entrementes, é um tanto problemático buscar os objetivos de uma mentalidade sustentáveis em que, muitas vezes, as idéias são infinitas em meios finitos. E o caos se criou na maneira de driblar a finitude da natureza para conseguir a acumulação infinita. O mercado cultural é o coração de tudo e tudo gira em torno dele. Os produtores não produzem somente para seu consumo, mas sim, para a troca no mercado. A concorrência deste mercado é exatamente o processo de seleção do mais forte e competente. A cultura de progresso gera esta situação. Muitos diante da realidade social e ecológica, atores dizem que não tem nada a ver com isso. Sendo uma atitude de *cinismo*, de pensar em que as coisas são assim mesmo, diante dos graves problemas sociais e ecológicos produzidos, principalmente pela lei de mercados oriundos da cultura de progresso criador do homem e pela mentalidade que busca o desenvolvimento. Esse desenvolvimento que se faz necessário para a sobrevivência da humanidade, posto que, seja voltado para uma mentalidade de posse e ocupação com o olhar voltado para o futuro de novas gerações.

Em direção ao desejo de acumulação infinita e de consumo sem limites, faz-se do ecossistema planetário uma exploração desenfreada dos recursos naturais escassos. Por mais

¹⁰¹ Vulgo: é o saber mais baixo do conhecimento. É aquele saber simples aprendido no dia a dia, na rua, em casa, na cozinha, etc. As pessoas incultas possuem representações vulgares, geralmente de dez a doze mil idéias, enquanto uma pessoa culta pode chegar a quatrocentas mil idéias (Marchionni, Antônio. Deus e o homem na história dos saberes. São Paulo: LTR Editora Ltda, 1997).

¹⁰² Platão no livro - A República (1999, Editora Nova Cultura) – anexo – nº 2.

que se queira esquecer, o meio ambiente é finito, limitado, não obstante, não se pode esconder esse fato por muito tempo.

Na ignorância, muitos dos atores, que exploram o meio ambiente, não percebem os danos que ocasionam nas vidas que formam os ecossistemas e que são conseqüências de uma mentalidade ocupacional voltada somente para o progresso a qualquer preço. Essa mentalidade cultural, de exploração e crescimento desordenado é observável na foto 2. As conseqüências das ações realizadas, por quem têm conhecimento vulgar, sem visão holística e de futuro são de ordem, na maioria das vezes, irreversíveis ou de custo operacional muito elevado para a sua recuperação. É um conhecimento reduzido que gera o caos. Além de gerar destruição, contribui para o aumento do número de pessoas excluídas da atividade agrícola: essa a ação realizada criou um ambiente insustentável.



Foto 2 – Exploração desgastante da cobertura do solo. Região Planalto Norte Catarinense – ano 2004.

O progresso a todo custo, a destruição de toda floresta, na ânsia de maximizar o lucro em curto prazo, resultam em custos ecológicos incalculáveis para a vida, que ameaçam não somente o local explorado, mas também todo o ecossistema planetário. À proporção em que as questões culturais são promovidas pelos defensores de uma mentalidade cultural capitalista, por conseguinte, acarretam sérios problemas sociais e ecológicos que fazem parte de uma sociedade em transformação. Crise na sociedade ou no sistema ecológico, senão, quando, significam problemas em nossa vida planetária de um futuro incerto. Visto que é

necessário o progresso, não obstante, voltado para a defesa da vida planetária, consoante a sobrevivência de todos os seres conscientes e sensientes.

Gonçalves (2001) diz que para compreender as transformações do progresso cultural existente que modelam o cenário ambiental é, necessária uma abordagem no campo da filosofia, na visão da ética, teologia, das psicologias, da sociologia e dos saberes tradicionais associados, então, a cada cultura existente. Assim como os princípios que desencadearam estes processos de mentalidades de ocupação da Terra, voltados para o progresso, justificam a exploração do ecossistema em que a degradação ambiental faz parte da prática dessas ciências conjuntas.

Em parte, no entanto, se trabalhadas em conjunto, de forma interdisciplinar, minimizam, com certeza, os efeitos desastrosos e muitas vezes irrecuperáveis em todo o ecossistema planetário e que, o conhecimento é um patrimônio que pertence a todas as gerações. É uma tarefa tão incerta que muitas vezes não se sabe por onde começar, ou em que direção continuar.

O argumento torna-se oblíquo, e a linguagem também, porque quanto mais organizado e simples nos parece um certo caminho, mais temos a impressão de que estamos errados e que precisamos mudar o rumo do conhecimento. Assim diz: (GONÇALVES, 2001, p. 24).

Valorizar essas populações com suas culturas implica, antes de mais nada, reconhecer o direito de propriedade intelectual, não simplesmente para lhes pagar *royalties* que, a rigor, deveria ser patrimônio da humanidade mas, sobretudo, porque assim estamos reconhecendo-os como protagonistas e portadores de conhecimento, como intelectuais. Esse reconhecimento deve ser traduzido em políticas que lhes dêem um mínimo de retorno, melhor seria dizer um termo adequado, para que saiam muitas vezes de miséria objeto a que estão submetidos apesar do enorme conhecimento que possuem. Com certeza, não são só eles que ganham com isso. A humanidade e o planeta, também.

Wallerstein (2002, p. 171) define a palavra cultura e as diferenças paradoxais da cultura de progresso entre os indivíduos e povos, a saber, todas as diferenças, as que unem e as que separam, são necessárias para o equilíbrio do planeta:

Cultura é uma palavra que tem duas acepções diametralmente opostas. Ela se refere a coisas comuns a dois ou mais indivíduos, mas também indica coisas que não são comuns a dois ou mais indivíduos em particular. Isto é cultura é o que une as pessoas mas também aquilo que as separa. Quando hoje levantamos a questão da “cultura” em relação ao “desenvolvimento”, estamos usando a palavra cultura no sentido daquilo que separa os povos. Estamos falando do fato de a “cultura” coreana ser diferente da “cultura” chinesa e da “cultura britânica”.

O autor segue em sua fala, relacionando que o termo desenvolvimento tornou-se de uso geral no âmbito da ciência social e da política pública a partir dos anos 50. O termo cultura voltou a ser utilizado nessas áreas com grande destaque e nova ênfase nos anos 70. A cultura faz este estranho paradoxo: as pessoas integradas culturalmente pelo mercado têm uma mentalidade tranqüila diante da evolução do progresso, em contrapartida, a atual crise social que trás a intranqüilidade social e ecológica a pessoas que tentam somente a sobrevivência.

Cotrim (2000) diz que a palavra cultura é utilizada com diferentes significados. Os biólogos, por exemplo, se referem à criação de certos animais falando em cultura de germes, cultura de carpas, etc. O autor segue dizendo que na linguagem cotidiana dizemos que uma cultura quando freqüentou boas escolas, leu bons livros, adquiriu conhecimento científico, etc.

Na Grécia antiga o termo cultura adquiriu uma significação toda especial, ligada à formação individual do homem. Corresponhia a formação chamada Paidéia¹⁰³. Em todas essas acepções de cultura pode-se perceber uma idéia básica de desenvolvimento, formação e realização. Usada por antropólogos, historiadores e sociólogos, a palavra cultura designa o conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de determinada sociedade. Nesse sentido, abrangem conhecimentos, crenças, artes, normas, costumes, e muitos outros elementos adquiridos socialmente pelos homens. “A cultura pode ser considerada, portanto, um amplo conjunto de conceitos, símbolos, valores e atitudes que modelam uma sociedade. Abrange o que pensamos, fazemos, e temos como membros de um grupo social”. Cotrim (2000, p. 15).

Nesse sentido, todas as sociedades humanas, da pré-história aos dias atuais, possuem uma cultura. E cada cultura tem seus próprios valores e sua própria verdade. Todas as comunidades humanas possuem cultura própria. Essas culturas se encontram e, por vezes, se chocam, no mundo globalizado: um desses choques se dá na mentalidade de ocupação da Terra, em que ocorre o paradoxo entre o desenvolvimento e a sustentabilidade.

¹⁰³ Processo pelo qual o homem realizava sua verdadeira natureza desenvolvendo a filosofia (conhecimento de si e do mundo) e a consciência da vida em comunidade.

7.2 – A MENTALIDADE DE OCUPAÇÃO NA HISTÓRIA DO CRESCIMENTO.

Wallerstein (2002, p. 168) diz que, não é muito difícil perceber o porquê da evolução da terminologia de desenvolvimento. O surgimento do termo desenvolvimento foi uma consequência imediata do surgimento político do assim chamado Terceiro Mundo no pós-guerra. Os povos das zonas periféricas do sistema internacional organizavam-se eficientemente visando dois objetivos principais: *maior autonomia política dentro desse sistema e também maior riqueza*. Maior autonomia significa independência política para os povos que tinham sido colonizados, e governos com maior vigor nacionalista para os países que já eram soberanos. De forma geral, esta meta foi atingida de uma forma ou de outra em quase todas as zonas periféricas no período 1945-1970. O objetivo da conquista de maior riqueza também foi legitimado. Grassava o otimismo quanto às perspectivas de crescimento da riqueza. Embora, se reconhecesse a existência de um abismo que separava os países “industriais” dos “agrícolas” (ou países “desenvolvidos” dos “subdesenvolvidos” ou, ainda, o “Norte” do “Sul”) - e já nos anos 50 alguns observadores percebiam que o abismo se aprofundava - ainda se acredita que de um jeito ou de outro, a pobreza absoluta (e relativa) das zonas periféricas poderia ser superada. Este processo de superação do abismo é que passou a ser chamado de “*desenvolvimento*”.

A possibilidade do desenvolvimento (crescimento econômico) para todos os países virou uma fé universal, compartilhadas por conservadores, liberais e marxistas. As fórmulas propostas para por cada corrente, para atingir o desenvolvimento, eram debatidas intensamente, mas não a possibilidade em si. Sob este aspecto o desenvolvimento tornou-se um elemento básico do alicerce geocultural do sistema internacional. Um conceito consagrado pela decisão unânime da Organização das Nações Unidas de denominar os anos 70 de “*A Década do Desenvolvimento*”.

Entretanto, o que se quer citar aqui é que no contexto do atual sistema de crescimento, não é viável para todos os países (nem sequer muitos deles) se desenvolverem ao mesmo tempo. Isto significa que muitos países não poderão aplicar novas formas de produção automatizada, tecnologias avançadas de informação, arranha-céus ou quaisquer outros símbolos visíveis de modernização. Eles podem, sim, em certa medida. Mas isto nem sempre garante que o país, ou pelo menos a maioria da sua população, estará em melhor situação. Sem contar com os riscos ecológicos que levam alguns países que buscam o crescimento econômico.

Para (KÜNG, 2001) o *progresso*, eterno, todo poderoso, válido para tudo e todos, este grande deus das modernas ideologias com seus rígidos ideais e mandamentos “necessariamente vocês têm que ser sempre o maior, sempre o melhor, sempre o mais rápido” - revelou suas duas caras fatais e a fé no progresso já perdeu a sua credibilidade. Entrementes, então, tomou-se à consciência de que o progresso econômico com um objetivo em si mesmo produziu em toda parte no mundo *conseqüências desumanas*.

Essas conseqüências, muitas vezes, são minimizadas, todavia, por parte de cientistas que dizem tratar-se de “efeitos colaterais” do progresso científico. Também economistas dizem ser “efeitos extremos” do crescimento econômico. E, isto apesar de tratar-se de efeitos de primeira grandeza (embora que, em termos de tempo são de segunda ou terceira ordem), que trazem consigo a destruição do meio natural das pessoas e, com isso, também uma desestabilização social em grande escala. Afim de que, os seguintes termos-chave se repetem diariamente nos meios de comunicação como: a escassez de reservas naturais, problemas de trânsito, poluição do meio ambiente, destruição das florestas nativas, chuva ácida, efeito estufa, buraco na camada de ozônio. Também, se fala diariamente em mudanças climáticas, miséria no lixão, explosão demográfica, desempregos generalizados, desgoverno, dívida externa, problemas do terceiro mundo, superaquecimento, morte pela ciência atômica, etc.

Os maiores triunfos econômicos e as maiores catástrofes não justificam em nenhum momento o estraga-prazer para constatar que a atual sociedade em desenvolvimento está ameaçada por uma autodestruição. A crise do pensamento desenvolvimentista é, em seu cerne, a “*crise da compreensão da razão moderna*” (KÜNG, 2001, p. 29).

Na realidade, as economias de muitos países e de seu povo, podem até estar em pior situação, apesar do aparente fenômeno refletir-se desenvolvido. É por isso, que agora se fala em “*desenvolvimento sustentável*”, ou seja, algo real e duradouro e não uma miragem estatística. É por isso que se fala também em cultura. Porque esta mentalidade de ocupação da Terra, voltada para o crescimento sugere que, nem todo desenvolvimento é bom, mas apenas aquele que de alguma maneira mantém-se, e talvez até revigorem certos valores culturais locais. Muitos valores locais podem ser considerados como positivos e cuja preservação é muito vantajosa, não só para o grupo local, mas também para o mundo como um todo. Não obstante, dever-se-ia substituir uma economia - *do sempre mais, para uma economia do necessário* - à sobrevivência do homem e de toda a vida no sistema planetário.

Muitas vezes, em lugares de busca, ora inúteis e de improváveis soluções e alternativas ora duvidosas para soluções dos dilemas impossíveis, colocados e apresentados na história cultural, de vários povos, logo, a mentalidade do desenvolvimento deveria voltar a sua atenção para a transformação da vida ecológica do planeta, e não obstante, ficar frente a perguntas sem respostas. Perguntas, por conseguinte, como: “*Para onde vai agora? Para onde vamos nós?*” (NIETZSCHE, 2002. P. 134).

Está claríssimo, que as respostas para estes questionamentos são difíceis de serem obtidos; ainda mais, sendo provenientes de culturas com mentalidade de progresso, de cada povo e/ou nação, não só a mentalidade ocupacional de cada ator ou pessoa envolvida ou grupo, mas, o todo voltado para o processo do progresso de crescimento econômico a qualquer preço.

Wallerstein (2002, p. 117) comenta que a cultura existente na visão da mentalidade voltada para o progresso não terá retrocesso na busca desenfreada do desenvolvimento, que tanto o desenvolvimento histórico, como o cultural que caminha para rumos de difícil parada, e que para todos os países, necessariamente, continuarão a buscar novos rumos e novos mercados:

O fato de um sistema histórico estar em crise não significa que as pessoas não façam ou tentem fazer do dia-a-dia o mesmo tipo de coisas (ou pelo menos muitas delas) que têm feito até agora. A produção internacional de mercadorias para abastecer o mercado vai continuar. Os países continuarão a ter exércitos e a declarar guerras. Os governantes ainda usarão das forças policiais para impor suas políticas. A acumulação de capital vai prosseguir, mesmo que cada vez com a dificuldade, e a polarização socioeconômica do sistema internacional irá se aprofundar. Tantos países quantos indivíduos procurarão fomentar a sua mobilidade ascendente na pirâmide do sistema, ou pelo menos tentarão evitar a mobilidade descendente.

Fica evidente que o desenvolvimento tem sua forma sistemática na cultura e na busca excessiva desta mobilidade - sempre no sentido ascendente, porquanto, como se observou na guerra, iniciada em 20 de março de 2003, entre a coalizão anglo-saxônica americana e inglesa contra o enfraquecido e empobrecido Iraque - pelo domínio, assim demonstrado em manter e obter a garantia de liderança mundial. Que tanto, no desenvolvimento como na política imposta sob a falácia ou ideologia do terrorismo em algures no sistema globalizado. Mas, sabe-se claramente que foi e será na busca de energia (petróleo) e na liderança econômica imposta pela moeda (dólar e euro) e não somente o anunciado combate ao terrorismo mundial, mas também, por causa da cultura do desenvolvimento a qualquer preço.

Essa crítica tem dois problemas de ponto de vista histórico. Primeiro, ela tem sido em geral para atender aos interesses de antigas classes privilegiadas, que estão dominando o mundo, deslocando cada vez mais outras classes ao abismo do subdesenvolvimento e exclusão social a nível mundial. É uma crítica aos poderosos, que com a força do desenvolvimento, passam por cima de culturas milenares para impor a sua. Em segundo lugar, as necessidades básicas dos excluídos pelo sistema, por conseguinte, não são supridas. Os países dominantes em tecnologia impõem seus valores característicos ao resto do mundo, sob pretexto de defini-los como valores culturais e universais. Têm feito isso, de modo a acentuar a dominação que exercem e favorece seus interesses. Não se importam, contudo, com os danos no sistema ecológico e, tão pouco, humanitário. A ecologia está sendo transformada nas mercadorias chamadas de poluição e reciclagem, em vez de erradicarem-se as causas da destruição, estamos tentando “*remendar o pano esgarçado*”.

Esse avanço do progresso, na história do desenvolvimento, entra no novo milênio, e trás consigo, a saber, problemas sistêmicos e ecológicos. Por muito que, no sistema planetário, com improváveis conseqüências de difíceis avaliações, no Brasil ou alhures, outrora no futuro, incontestavelmente já são visíveis ao meio ambiente planetário na atualidade; fruto de muitas culturas impostas para a exploração.

7.3 - A MENTALIDADE DE RESPONSABILIDADE PARA O CRESCIMENTO

Precisar-se-ia, no momento, ser radical, ou seja, quando se trata de responsabilidade de posse e ocupação da Terra, dever-se-ia chegar às raízes do problema em toda essa vida planetária. Dever-se-ia, também, oferecer uma reconstrução realmente integral e profunda na mentalidade ocupacional. É um projeto de desenvolvimento mundial que, por isso, sem dúvida não pode ser executado parcialmente em nível local, embora a ação local deva desempenhar um papel importante na sua construção, mas a mentalidade de ocupação da Terra, é humana, em todo o seu potencial e, deve ser de âmbito universal. Sobretudo, é um projeto possível. Possível, mas não correto, de modo algum, sem a participação de todos. O triunfalismo invalidará os esforços. O sucesso, condicionante do progresso sustentável, certamente se concretizará se a busca incessante de inovações se der através do desenvolvimento, voltado para uma mentalidade de posse e de ocupação da Terra na

adequação e combinação do bom senso com a ecovisão holística que possa garantir um o futuro melhor.

Uma mentalidade de desenvolvimento responsável, sem agressão a qualquer sistema cultural que exista e/ou que venha a se desenvolver, nesse instante da história de ocupação, quer seja de progresso, quer seja de desenvolvimento sustentável, deverá estar voltada para a cultura de sobrevivência da humanidade.

Por muito que, muitos atores com mentalidade de crescimento ,possam desenvolver-se nos lugares mais distantes e mais inesperados, em todos os cantos do planeta: a mentalidade do desenvolvimento baseado na responsabilidade de progresso com desenvolvimento sustentável. *“Prosperidade é acima de tudo uma oportunidade de desfrutar, criar e compartilhar. Mas prosperidade também é uma responsabilidade. É o primeiro fardo que ela impõe, é a pressão pela sua manutenção”* (WALLERSTEIN, 2002, p. 183).

Quem tem como lema o desenvolvimento econômico deve estar ciente de que a oportunidade de desenvolvimento trará consigo o cargo da responsabilidade. Ser responsável pelo meio em que se vive. Ser responsável¹⁰⁴ pela forma como pensa e age. A responsabilidade de promover-se à liberdade, tal qual, pensava Abrão Lincoln de quem exprimiu o aspecto moral: *“Do mesmo modo que não seria escravo, eu também não seria patrão de escravos”*. Muitos países tentam, sim ser patrões do mundo, isso é a trajetória de muitos na história. Querem determinar o percurso da humanidade, por ventura, uma tarefa muito difícil dada a esta condição de patrão do sistema imperialista, que vai impondo seu pensamento, sua mentalidade, como sendo a única verdade existente e alterando toda a vida ecológica do planeta. Essa forma de pensar o desenvolvimento se dá de forma materialista na qual, quem tem maior peso, voltado única e exclusivamente para um resultado teleológico: *o lucro*.

A responsabilidade tem sido um tópico de enorme importância para as concepções sociais da modernidade, no que tange à definição do comportamento individual quanto à ordem social no cosmos ecológico. Uma definição mínima apresentada por Domingues (2002) em que a condição para a responsabilidade é o poder causal. O autor comenta que aquele que agiu deve ser visto como responsável por seu feito. Tenha esta ação o resultado de ação intencional ou não, numa perspectiva que tenha conseqüências desastrosas e até legais.

¹⁰⁴ Verificar capítulo VI sobre responsabilidade ética/moral

Legais, porém igualmente éticas. Alternativamente pode-se definir a responsabilidade como a obrigação de reconhecer o cuidado, para com o outro que se encontra ameaçado em sua vulnerabilidade. Embora, certa indeterminação se insinue aqui, uma vez que é necessária a clara extensão do dever ser de cada um, no tocante do futuro deve ser consciente – capaz de sentir dor e prazer como o homem e animais - e de outros seres sensientes – incapazes como as plantas. Mas, que toda a sua ação o torna responsável pelo outro nessa ecovisão da mentalidade de ocupação da terra.

A responsabilidade tem sido um tópico comum no raciocínio jurídico. No direito civil ela tem sido classicamente definida com a obrigação de sofrer punição. É útil tentar atingir os objetivos num prazo muito curto ou no longo prazo, mas o médio prazo tornou-se ineficaz, porque ele implica num sistema histórico estável e eficiente. O fato de uma estratégia, de desenvolvimento voltada para a sustentabilidade, por não ser de fácil implantação, principalmente por depender de táticas necessariamente *“ad hoc”* e incertas, é que faz, o período que vem despontando à nossa frente parecer tão confuso e incerto.

Mentalidade de desenvolvimento voltada para o progresso, precisa prosseguir sem atingir a casa, o mundo ecológico, determinado pela natureza. Se, no entanto, admitir que viver hoje, num mundo onde os valores de liberdade não mais vigoram, e onde o sistema histórico existente não tem condições de garantir o nível mínimo de segurança pessoal e material necessário para ser aceito (sem comentarmos o legitimado) pode-se avançar, certamente, para o progresso, mas, sem garantia alguma na mentalidade do desenvolvimento sustentável. Em suma, precisa-se trabalhar no terreno prático, com coerência e constância, discutindo nossas utopias, nossa realidade, vivida e, também - *avance para águas mais profundas, e lancem as redes para pescar*¹⁰⁵. A chance de pescar novas soluções e vencer a luta contra aquelas mentalidades, que procuram mudar tudo para que nada mude - é uma tanto paradoxal. Tal mudança, porém muda a mentalidade de progresso sem responsabilidades futuras, sendo no mínimo, um suicídio coletivo. Ao passo que a responsabilidade – seja direta ou indiretamente ligada à ação – a exemplo da obrigação ou dever de cumprir o papel decisivo na modernidade, voltado para o progresso sustentável. Muitas mudanças, bem como demandas subjacentes às noções de liberdade e solidariedade empurram nessa direção de progresso sem responsabilidade.

¹⁰⁵ Lc. 5, 4.

A responsabilidade é cognitivamente fundamental para nossas identidades, já que em seu cerne descansa-se a definição de quem é responsável pelo quê. Pode-se, também, fazer uso dela expressivamente quando se quiser ou decide-se enfatizar e jogar com alguns aspectos dos papéis sociais que devam supostamente desempenhar. *“É, todavia na dimensão normativa que a responsabilidade aparece como uma noção crucial: o que temos de fazer ou se espera que façamos suportar o peso principal de seu desenho na dimensão hermenêutica dos sistemas sociais”*.(DOMINGUES, 2002, p. 257).

Schumpeter (1994) foi veemente e direto em sua definição do cidadão como irracional e incapaz de responsabilidade. As pessoas têm volições - que são atos pelos quais a vontade se determina a alguma coisa - e; que são confusas e vagas; além disso, a agregação dessas volições não tem como atingir a coerência. A complexidade das sociedades modernas impede, ademais, que as pessoas administrem o Estado e conduzam a vida social de forma à harmônica com o meio ambiente. No máximo as pessoas podem se ocupar de questões que as acercam e interessam mais de perto, conquanto esse não consista sequer necessariamente no caso; finalmente. O cidadão típico cai logo, para um baixo nível de performance mental, quando adentra o campo político, torna-se homem primitivo de novo, assim diz (SCHUMPETER,1994, p. 252-262):

Esse senso reduzido de raridade explica não somente um reduzido senso de responsabilidade, porém também uma ausência de volição efetiva. Cada um tem seu palavreado, é claro, e tem seus desejos, sonhos e resmungos; especialmente há coisas de que se gosta e desgosta. Mas ordinariamente eles não chegam ao que chamamos de vontade – a contrapartida psíquica da ação responsável que visa um fim. Na verdade o que o cidadão privado que pondera sobre assuntos nacionais não há escopo para tal vontade e não há tarefa na qual ela pudesse desenvolver.

Essa complexidade social, da irracionalidade avaliada e uma nova definição. Um caminho diferente para chegar à responsabilidade que seja aquele do pensamento político em investigar o desenvolvimento do quadro do pensamento social legal e geral e o suplantar do liberalismo.

Conectar a responsabilidade e a questão do conhecimento, visando tratar uma reflexão a predominar sobre o indivíduo, assim como sobre alguns outros problemas ecológicos de nossos dias, voltados para o progresso. Terão esta tendência na direção de atribuir-se mais peso à responsabilidade afetando um dos pilares da vida social moderna, e as firmas econômicas, em especial, as grandes corporações. Isso concerne, sobretudo, aos impactos mais amplos, incluindo o indivíduo como responsável. Isso significa que há, de fato, um

caminho claramente se abrindo para a responsabilidade coletiva, entretanto, na articulação mista.

A ecologia tem sido, entre as corporações e as firmas, em suas relações com a sociedade inclusiva, um tópico crescente. A ecologia tem sido tema, sobremaneira destacado nessas coordenadas, junto a outros problemas, mais variados. Pode mesmo argumentar que a despolitização do vínculo, entre indivíduo e ciência, desfez-se e a política retornou a economia, e muitos atores sociais têm possibilidade de influenciar ou ao menos trazer à baila decisões das corporações e suas conseqüências ecológica adotadas pelo seu sistema e processo de produção. A isso as organizações econômicas têm respondido com uma nova piedade a moralidade ecológica, a ética e a responsabilidade são proclamadas para efeito de relações públicas em páginas inteiras de jornais e nas páginas de revistas, bem como na Internet e emissoras de televisão.

Mas em lugar de sermos engolidos pela cultura consumista, umas atitudes mais ativas, que reconheçam nossa responsabilidade perante outras pessoas. Bem como, frente à natureza, pode e deve ser sustentada - em especial em sociedades em que ocupações de tempo integral se fazem, cada vez, mais escassas. Uma advertência deve ser, contudo, introduzida no que se refere à organização de coletividades intermediárias como forma de impulsionar a responsabilidade coletiva. Enfatizar fortemente o caráter voluntário das organizações, mas, não há razões para divisar o deslocamento das ações e danos ecológicos.

A outra face deste desenvolvimento da responsabilidade em termos das relações entre seres humanos, indivíduos e coletividades sociais, constitui o substrato do projeto de controle racional do mundo, que se conjugava com o projeto autonomia e liberdade. Devem-se manter atentos para a irresponsabilidade organizada, que brota do desenvolvimento tecnológico para suas conseqüências, amiúde deletérias, especialmente quando se realiza sem controle, bem como para o mero uso e abuso da natureza que bebe neste tipo de recurso técnico, porquanto em tal situação (DOMINGUES, 2002. Pg 315.- 469). Portanto, as tensões que se encontram nas outras categorias da modernidade estão presentes, também, no que se refere à responsabilidade. A liberdade está diretamente ligada à responsabilidade, mas pode, em virtude da maneira individualista radical com que se veste hoje, conduzir a direção oposta, à falta geral de responsabilidade e inclusive à negação da liberdade.

Ademais, igualdade e solidariedade demandam reconhecimento, que se oferece apenas na medida em que as hierarquias são afastadas, se as diretivas normativas da modernidade devem prevalecer. A responsabilidade depende, então, do equilíbrio de responsabilidade entre indivíduos livres iguais. As hierarquias e as desigualdades entre indivíduos livres e iguais. Podem-se descobrir, cá, novas formas para lidar com a natureza, para além do controle racional, um alicerce de nossa concepção individual e coletiva da liberdade em defesa da ecologia. Oxalá, se estas questões fossem resolvidas de forma única e exclusivamente em defesa da vida.

7.4 – MENTALIDADE POLÍTICA DE PROGRESSO PARA PROJETOS GLOBAIS.

A mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra em que, políticas voltadas para projetos estruturais, devem mobilizar-se pelas relações culturais, voltadas para a mentalidade de ecovisão holística de progresso sustentável. Há projetos de ajuste estrutural que visam influenciar a vertente da oferta em um esforço para aumentar o crescimento da produção. Estas políticas de médio prazo (média duração) visam transferir os recursos do setor de bens não negociáveis para o setor de bens negociáveis e, neste último, da competição das atividades de importação para as de exportação. Além de recursos, a reforma estrutural visa melhorar a utilização dos mesmos, através de transformações da estrutura de incentivos e das instituições reduzindo o grau de intervenção do estado, apoiando-se mais no mercado.

O desenvolvimento local sustentável tem provado ser uma resposta muito positiva para grupos e territórios postos de parte pela economia mundial. Cria-se a partir de recursos existentes, aplicações alternativas que têm de ser, pelo menos parcialmente, viáveis no contexto econômico global. Isso não é tarefa fácil. Transformar os conflitos em criatividade é a competência que precisa ser adquirida e desenvolvida por todos os que participam destes processos estruturais (DOMINGUES, 2002).

A estrutura voltada para a exploração, na ecovisão rural da ocupação da Terra, como meio de produção sem limites, gerou muitos desastres ecológicos, principalmente relacionados ao desmatamento de florestas para o cultivo da soja e criação de gado. Os países classificados como sendo em desenvolvimento, por exemplo, o Brasil, que busca alternativas

primárias na agropecuária e na exploração mineral, tem as estruturas de ocupação formadas na maior parte por latifundiários¹⁰⁶.

Kandir (1998, p. 168) em seu colóquio sobre os caminhos do desenvolvimento, dado que, a política econômica do Brasil, seguia sob a vista do regime democrático, permitiu a sociedade articular e focalizar livremente suas demandas. Para o autor o país abriu-se para o mundo com projetos voltados para a mentalidade de ocupação, com preocupação ambiental de modo que fosse sustentável e não de forma isolada, mas que fosse um processo de democratização do estado. O estado deve liberar recursos para os projetos que foram pensados e desenvolvidos de forma que garantam sustentabilidade em todo ecossistema ambiental:

A preocupação com o meio ambiente alastrou-se, ganhou novos adeptos e maior consistência analítica e propositiva, livrando-se progressivamente dos traços dogmáticos que carregava no início. Como corolário, por força dessa depressão social difusa, conjugada com mudanças favoráveis nos padrões internacionais de produção e consumo, a variável ambiental passou a ser incorporada à pauta das políticas públicas, de início tímida e lateralmente. A esse respeito, a propósito, cabe lembrar o papel pioneiro do BNDES, que, no início dos anos 80, se a memória não me trai, passou a assimilar a variável ambiental nas suas políticas de crédito. A incorporação da variável ambiental às políticas públicas é, portanto, fruto de um amplo e ainda inconcluso processo de democratização do Estado. Não é fruto de uma decisão técnica isolada. É produto de uma mudança cultural de grande envergadura. Não um ato benevolente do Estado, mas uma conquista da sociedade. Aos governos cabe aperfeiçoar os instrumentos para dar consequência prática cada vez mais ampla e efetiva a essa conquista.

A obrigação política de desenvolvimento adquiriu em compensação um desenho democrático - como que ele se separava em muitos aspectos da teoria política liberal da obrigação. De nenhuma outra maneira poderia ser a autoridade política legitimada: os homens tinham deveres somente ante as leis que emanassem da “*vontade geral*”¹⁰⁷. Estando assim a liberdade preservada, com efeito, sendo verdadeiramente forjada, e ninguém gosta de supor, se veria sob a dominação de outrem.

Uma mentalidade de crescimento em que a política de investimentos do governo deveria contemplar projetos de ocupação com preocupações ambientais, entretanto, nota-se que muitos desses projetos ficaram no papel, no pensamento ideal do projeto, fora do contexto real. Fato constado na foto 3, em que a execução de um projeto de assentamento no município de Bela Vista do Toldo – SC, foi realizado sem qualquer planejamento prévio e de avaliação ambiental. Um projeto fracassado na sua prática. Teve este projeto, no ano de 1990, seu

¹⁰⁶ Verificar quadro de ocupação da terra no Brasil demonstrada no capítulo V.

¹⁰⁷ Rousseau. O contrato social. Coleção OS Pensadores. Editora Globo. 1973.

início, para assentar 25 famílias que ocupariam 200 alqueires de terra. Na divisão, coube a cada família, 8 alqueires de terra. Após 15 anos passados da instalação dessas famílias, apenas 15 famílias que se mantêm no local, porque trabalham para as grandes empresas de reflorestamento no combate à formiga que ataca as plantações de pinus. Na foto 3, é observável que na maior parte de cada lote, dentro de técnicas de cultivo poderiam ser explorados, não mais do que 1 alqueire por propriedade. A dificuldade desses produtores, oriundos de acampamentos, organizados pelo MST, se tornarem auto-sustentáveis será muito grande. Além da distância do centro consumidor, cerca de 70 km, o solo com baixa fertilidade, o difícil acesso e deslocamento para produzir e para comercializar, tudo isso, associado a falta de técnicas de produção, principalmente, como observável, o uso da queimada. Também, é observável que o solo tem um declive, acima de recomendável para exploração agrícola e de pastoril. Certamente poder-se-ia explorar com reflorestamento ou como reserva ecológica. Para um bom planejamento de assentamentos ou até mesmo de uma propriedade agrícola, dever-se-iam ser levantadas questões relativas à situação que é retrata na foto 3. Um fracasso anunciado. Inicialmente se questionaria se valeria pena realizar um assentamento de produtores rurais com tantas dificuldades e tantas recomendações técnicas contrárias como: o relevo, tipo de solo, distância de mercado consumidor. Enfim, muitas posições contrárias que levariam ao desequilíbrio e ao fracasso do projeto. O solo neste local não ficaria desprotegido, sem manejo adequado e de forma a deixá-lo insustentável. Um ecossistema mais equilibrado deveria ser buscado para a instalação dessas famílias e, neste local, deveria ter prioridade para reflorestamento, visto a proteção que o solo precisa.



Foto 3 - Projeto de assentamento no município de Bela Vista do Toldo – SC - ano de 2004.

Em cada empresa, lugar, município, região, dever-se-ia inovar, inventar e desenvolver políticas com característica econômica e ecológica pertinentes a cada meio ambiente. A Política ambiental, deveria voltar-se para três dimensões. A primeira restituição dos ecossistemas e um resgate a suas características; a segunda o uso conservador dos recursos renováveis, dos produtos biológicos, das formas de energia e a terceira a mudança cuidadosa desses sistemas que aumenta a quantidade e a qualidade dos produtos físicos biológicos para uso socioeconômico. (THIELEN, 2001, p. 36).

Para LEFF (2001, p. 178-179) na concepção de políticas voltadas para um socioecossistema produtivo convergem diversos processos, gerando um conjunto de relações complexas com a contribuição da ecologia e da cultura de produção com mentalidade de progresso. A questão ambiental emerge como uma problemática de mentalidade social de desenvolvimento, propondo-se a necessidade de políticas e normas para a legalidade e limites de um conjunto de processos de produção e de consumo, sujeitos à racionalidade econômica e à lógica do mercado na mentalidade de progresso, que degradam o ambiente e a qualidade de vida. A políticas ambientais necessariamente deveriam criar novos valores e forças materiais para reorientar o processo de desenvolvimento que seja voltado para sobrevivência de gerações futuras. É no limite da lei que estão as garantias de gerações futuras:

O planejamento de políticas ambientais para o desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais, tecnológicos e culturais de uma sociedade, conduz á necessidade de compreender as inter-relações que se estabelecem entre processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento de forças produtivas da sociedade. Isto obriga a pensar nas relações de interdependência e multicausalidade entre os processos sociais e ecológicos que condicionam o potencial produtivo dos recursos de uma formação social, seus níveis de produtividade e as condições de preservação e regeneração dos recursos naturais. O potencial ambiental de uma região está determinado tão-somente por sua estrutura ecossistêmica, mas pelos processos produtivos que nela desenvolvem diferentes formações socioeconômicas. As práticas de uso dos recursos dependem do sistema de valores das comunidades, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade de assimilar a estes conhecimentos científicos e técnicos modernos.

A propósito, as buscas que envolvem forças para dar base ao desenvolvimento sustentável e não somente de progresso, para as construções de uma racionalidade ambiental dos processos produtivos, exigem-se, na atualidade, redefinir os paradigmas da economia vigente, com até substituição de novos paradigmas de forma sustentável. Perpassar e elaborar uma nova lógica da produção voltada para o crescimento sustentável. Estar voltada para o potencial natural de recursos naturais, de ciclos e tempos ecológicos de regeneração e

conservação. Projetos políticos voltados para a noção de qualidade de vida e de ecologia política com visão ambientalista.

A mentalidade de qualidade de vida que converge à massificação do consumo e concentração na abundância, sem deteriorização do ambiente, se volta para as necessidades humanas do progresso social, para satisfação da geração atual e de gerações futuras. Necessita-se de um processo político voltado para a qualidade de vida, das necessidades básicas de: nutrição, saúde, moradia, vestimenta, educação, emprego e participação dos indivíduos com projetos voltados, então, para a mentalidade de ocupação da terra na ecovisão sustentável.

Uma mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, voltada para o progresso, não só incide sobre a problemática da distribuição da Terra, do poder e da renda, da propriedade formal e legal da Terra, dos meios de produção, da incorporação da população aos mecanismos de consumo e de progresso a qualquer preço, mas também, num caminho sem volta, direcionada à catástrofe de deteriorização do ecossistema planetário. A demanda ambiental aumentada e com os recursos naturais levados a escassez a cada dia, associados à esse estilo de vida da atualidade, certamente essa situação está fadada a colocar em risco essa geração e gerações futuras.

A crise ambiental é uma crise de nosso tempo. O risco ecológico, com mentalidade na ecovisão rural de progresso é visível e requer questionamentos dessa forma de exploração na vida planetária. Sendo uma crise de civilização e de cultura voltada para o progresso, necessariamente essa complexidade implica numa desconstrução da mentalidade de ocupação no pensamento desenvolvimentista, por muito que, deva voltar-se com toda força e poder para o pensamento e reconstrução de uma mentalidade de ecovisão voltada para o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO - VIII

MENTALIDADE OCUPACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.

“A diferença entre capital e terra, entre lucro e renda da terra, e a diferença entre os dois e o salário, a indústria, a agricultura, a propriedade privada imóvel e móvel, surge ainda como diferença histórica, mas não como diferença inscrita nas características das coisas” Karl Marx.

8.1 - O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Enquanto a mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra, voltar-se para o desenvolvimento sustentável, dos quais os processos de construção, associado a aspirações de abrangência universal, forem caminhos seguidos por uma mentalidade que garanta a sobrevivência da humanidade: o sistema planetário permanecerá ecologicamente sustentável.

O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1980¹⁰⁸ e foi consagrado em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente - CMMA - conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhe dão fundamento. De acordo com o RELATÓRIO BRUNDTLAND - Nosso Futuro Comum (1988 p. 46, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento):

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de se atender às necessidades e aspirações futuras...é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades .

O relatório obteve rápida e ampla repercussão internacional. Os princípios do desenvolvimento sustentável estão na base da Agenda 21, documento aprovado por mais de 180 países durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro em 1992. As idéias ali contidas foram

¹⁰⁸ Ver publicação World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development (1980), elaborada pela International Union for Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN, com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, World Wildlife Fund – WWF, Food and Agriculture Organization – FAO e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO.

assimiladas pelas organizações internacionais – e desde então, têm sido progressivamente incorporadas às agendas de numerosos países.

Desenvolvimento sustentável surge como uma nova visão sobre um velho desafio: *o desenvolvimento*. Nesta ótica, a noção de desenvolvimento, por muito tempo identificado ao progresso econômico, extrapola o domínio da economia através da sua integração com as dimensões social, ambiental e institucional, apoiando-se em novos paradigmas.

A foto n4 reflete um projeto de produção de maçã, no município de Urubici – SC. Este projeto é um trabalho de uma mentalidade que busca uma ecovisão com sustentabilidade do meio ambiente e, voltado para um crescimento econômico do município e da região. É a atividade agrícola sendo explorada e o meio ambiente ao redor sendo preservado.



Foto n 4 - Projeto sustentável para a produção de maçã - Urubici - SC – 2004.

Desenvolvimento sustentável, quanto mais se usa a expressão desenvolvimento sustentável, menos é implantada na realidade por uma prática suficiente. No entanto, o uso excessivo tem uma *função ideológica: legitimar qualquer desenvolvimento como sustentável, o econômico, o educacional o de progresso, embora não o sejam*. O desenvolvimento sustentável, para ser *alequado* à natureza, e ao relacionamento do ser humano com ela, precisa, portanto, conhecer suas características e, sobretudo, suas mediações dialéticas de mentalidade de ocupação sustentável.

Um dos principais desafios da construção de uma mentalidade de ocupação da Terra, voltado ao desenvolvimento sustentável, é a de criar instrumentos de mensuração, tais como indicadores¹⁰⁹ de desenvolvimento, com o objetivo de, no futuro, serem comparados às causas e os efeitos do progresso. Verificar se a ação realizada se manteve sustentável ou até suportável ao sistema planetário.

Para o IBGE (2002, p. 11-12) muitos são os indicadores que podem servir de comparativos para analisar o desenvolvimento sustentável. Destacam-se os indicadores organizados em quatro grandes dimensões: *Social, Ambiental, Econômica e Institucional*. Dentro destas dimensões são abrangidos temas como: Equidade, Saúde, Educação, População, Habitação, Segurança, Atmosfera, Terra, Oceanos, Mares e Áreas Costeiras, Biodiversidade, Saneamento, Estrutura Econômica, Padrões de Produção e Consumo e Estrutura e Capacidade Institucional. Por exemplo, na dimensão social dos indicadores de desenvolvimento sustentável corresponde, especialmente, o objetivo ligado à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Já para a dimensão ambiental dos indicadores de desenvolvimento sustentável diz respeito ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, e está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais aos benefícios de gerações futuras. Essas questões aparecem organizadas nos temas atmosfera, terra, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento.

Os temas ambientais são mais recentes e não contam com uma larga tradição de produção de estatísticas. Isto resulta numa menor disponibilidade de informações para a construção dos indicadores requeridos para uma abordagem completa dessa temática ambiental. Muitas são as lacunas ambientais de indicadores sustentáveis, entres as quais destacam-se dados sobre recursos hídricos, uso da qualidade da água, erosão e perda do solo e sobre a dimensão de gases de efeito estufa. Os indicadores ambientais sendo ferramentas comparativas de situações atuais e tendências futuras das ações humanas sobre o ecossistema

¹⁰⁹ Indicadores são ferramentas construídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos – neste caso ecológicos - a que se referem. Indicadores de desenvolvimento sustentáveis são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Tais indicadores servem para identificar variações, comportamentos, processos e tendências; estabelecer comparações entre países e entre regiões dentro de cada país, estado ou município; indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliações políticas, e enfim, por sua capacidade de síntese, são capazes de facilitar o entendimento ao crescente público, com mentalidade de ocupação da terra, voltadas para o desenvolvimento sustentável.

planetário, de certa forma, traduzem o avanço ou regresso na ecovisão da mentalidade voltada para o desenvolvimento e/ou para a sustentabilidade.

8.2 - AS PROPOSTAS DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO.

A idéia do desenvolvimento sustentável dominou as discussões e as políticas econômicas relativas aos países pobres durante mais de meio século (MCMICHAEL, 1996). Com efeito, desde os primeiros anos após a Segunda Guerra, o objetivo declarado dos programas econômicos nacionais, dos países semiperiféricos e periféricos e dos programas de ajuda internacional, empreendidos por países centrais e agências financeiras internacionais, têm sido a aceleração do crescimento econômico dos países em vias de desenvolvimento, como meio para “eliminar o fosso” entre estes e os países desenvolvidos. Além do mais, os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do setor industrial. Esta ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou a marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisão, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

A teoria do desenvolvimento alternativo é constituída por múltiplas análises e propostas formuladas por críticos dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais. A origem da teoria remonta ao início dos anos 1970, época em que, por todo mundo, intelectuais, peritos em planejamento econômico e ativistas, todos eles críticos, começaram a formular reflexões e a organizar eventos, em torno dos quais se canalizou o descontentamento em face de abordagem tradicional do desenvolvimento.

Os encontros fundadores do desenvolvimento alternativo foram: a Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente (1972) - que deu lugar à fundação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - e o seminário sobre “Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento”, em Cocoyoc (México), em 1974, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e desenvolvimento. A idéia de um desenvolvimento alternativo foi impulsionada decisivamente, em meados dos anos 1970, pela fundação sueca Dag Hammarskjold (1975) e deu lugar à criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento (1976). O debate sobre formas de

desenvolvimento continuou nos anos 1980 e 1990 e hoje, constitui uma das principais fontes de energia e idéias nas críticas à globalização neoliberal.

Santos (2002, p.56-50) afirma que as alternativas para o desenvolvimento sustentável inspiram-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento (...). Não defender desenvolvimento alternativo, mas as alternativas ao desenvolvimento e, esta linha de pensamento e ação não rejeita a idéia de crescimento econômico. No lugar dele, propõe limites e subordiná-lo a imperativos não econômicos. Uma segunda alternativa contra o desenvolvimento “a partir de cima”, esta perspectiva propõe um desenvolvimento de base, ou “de baixo para cima” (*bottom-up*). A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve resistir na sociedade civil. Em especial, face aos efeitos desiguais e de exclusão do modelo convencional de desenvolvimento, os atores da busca de alternativas devem ser as comunidades marginalizadas, que tem sido os objetos - e não os sujeitos - declarados dos programas de desenvolvimento. Em terceiro lugar “o desenvolvimento alternativo privilegia a escala local, tanto como objeto de reflexão como de ação social”. Em quarto lugar “o desenvolvimento alternativo é cético tanto em relação a uma economia centrada exclusivamente em formas de produção capitalista quanto em relação a um regime econômico centralizado controlado pelo estado”.

8.3 - AS LINHAS E ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO.

Santos (2002), comenta em seu colóquio, que as iniciativas econômicas para o desenvolvimento alternativo são muito variadas. Destaca e distingue ‘*seis linhas*’ fundamentais que têm sido propostas e postas em prática, tanto na periferia e na semiperiferia quanto no centro do sistema mundial. Em primeiro lugar descreve os movimentos sociais, ONGs, comunidades e setores governamentais da semiperiferia e da periferia continuam a promover formas associativas de produção (associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, etc).

Em segundo boa parte do dinamismo do desenvolvimento alternativo proveio do movimento ecologista, acoberto das propostas de “*desenvolvimento sustentável*”. Desde que

o conceito de desenvolvimento sustentável foi formulado, em 1987, pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Conhecida como Comissão Bruntland) – que definiu como tipo de desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente em colocar em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades” - o tema dos limites ecológicos tem sido uma questão dominante no campo do desenvolvimento alternativo.

Em terceiro lugar, graças ao ativismo do movimento feminista, o problema da exclusão da mulher dos programas de desenvolvimento alternativo. Por intermédio de redes de encontros tem sido consolidado, desde meados dos anos 1970, o movimento “mulher no desenvolvimento” (Women in Development - WID), cujo evento fundador foi à conferência das Nações Unidas sobre a mulher, na Cidade do México, em 1975. Os objetivos são: conseguir o reconhecimento da contribuição do trabalho feminino no desenvolvimento econômico e promover a incorporação das mulheres no processo de desenvolvimento, através de políticas que aliviem a dupla carga do trabalho doméstico e do trabalho assalariado que implica a entrada das mulheres na força de trabalho.

Em quarto lugar, um número crescente de programas de apoio econômico às classes populares da periferia e da semiperiferia tem sido concentrado na prestação de serviços financeiros de pequena escala, especialmente microcréditos. O objetivo central destes programas é facilitar o acesso de famílias pobres a pequenas quantias que lhes permitam empreenderem ou sustentarem atividades econômicas produtivas.

Em quinto lugar, movimentos sociais populares, tanto no campo quanto nas cidades, têm reivindicado as ações diretas, legais ou ilegais, para promover o acesso das classes subalternas a recursos com a terra e a habitação, que possibilitem a estas empreenderem atividades de produção alternativas. Provavelmente, a atuação mais conhecida deste tipo de estratégia é o Movimento dos Sem Terra (MST).

Por fim, como resposta aos efeitos perversos da globalização neoliberal sobre as comunidades de todo o mundo, uma vertente importante no movimento de crítica à globalização propôs variadíssimas táticas de “retorno ao Local” ou “relocalização”. Entre as estratégias de regresso ao desenvolvimento local estão a criação de bancos comunitários, campanhas de publicidade para convidar os consumidores a comprarem apenas o que é produzido na sua localidade, formas de produção agrícola destinadas apenas ao mercado local

e ao intercâmbio de serviços entre membros da comunidade com base em sistemas alternativos de medição do valor do trabalho (diferente do valor monetário) fundados no princípio de reciprocidade.

Essa é a grande tentativa do MST em “*incluir*” junto à Terra fértil, os trabalhadores “*excluídos*” da posse da terra, da vida social e da economia. A foto 5 apresenta um acampamento ao longo da BR 101, no município de Joinville- SC - no ano de 1999 - com várias famílias reivindicando a posse da terra e uma reforma agrária urgente. Neste local, estavam acampados mais de 250 famílias de produtores, que buscavam a posse de um pedaço de terra para trabalhar e produzir. Foi através de uma pequena conversa com estes atores acampados que deu o início a esta pesquisa. Desencadea-se, no autor, a busca de querer compreender a mentalidade das pessoas que buscavam obter a posse da terra e confrontar, essa mentalidade ocupacional, com a mentalidade daqueles que já tinham a posse e ocupação da terra: os proprietários.



Foto 5 - Acampamento dos atores integrantes do MST em Joinville – BR 101 – ano de 1999.

A visão e as propostas de desenvolvimento alternativo contribui para introduzir, em múltiplos fóruns e tratados internacionais, os temas centrais, deixados de lado, pela abordagem ortodoxa, como a preservação do meio ambiente, o respeito à posse da terra, direito pela diversidade cultural e o impacto de desenvolvimento econômico convencional sobre os homens e as mulheres dos países pobres. A mentalidade de ocupação da Terra,

daqueles que buscam alternativas na visão holística, onde seu êxito depende, em parte, da forma como os processos econômicos e não econômicos se sustentam mutuamente.

Na busca de alternativas pela produção capitalista, a contribuição de culturas minoritárias ou híbridas, marginalizadas pela hegemonia do capitalismo, e a ciência moderna são fundamentais para se ter crescimento. Como sustentaram convincentemente vários defensores de alternativas ao desenvolvimento, cujos trabalhos, comentamos anteriormente, existem formas de encarar e ver o mundo que estabelecem a relação radicalmente diferente da capitalista moderna entre seres humanos e natureza, entre produção e consumo, entre trabalho e tempo livre, entre lucro e entre desenvolvimento e crescimento. O que é preciso, então, não é apenas respeitar a diversidade cultural que permite a sobrevivência destas visões do mundo, mas também apreender a partir delas para construir um paradigma de conhecimento e ação cosmopolita distinto do que está subjacente à globalização.

8.4 – AS FALÁCIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A Constituição Brasileira de 1988, pela primeira vez em nossa história constitucional, dedica um capítulo ao Meio ambiente. E estabeleceu normas destinadas para assegurar o respeito às Leis da natureza, que constituem o fundamento de um novo direito ambiental brasileiro. O artigo 225 determina: *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado... essencial à qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. Este ideal, que muitas vezes é falacioso, requer regulamentações de responsabilidades aos danos causados por aqueles que, em sua mentalidade de ocupação voltam-se para o crescimento a qualquer preço.

Existem necessidades de impor limites ecológicos, no ato e ações, daqueles que ao transformar a produção devem evitar a destruição do meio ambiente. Apesar da questão do desenvolvimento sustentável ter dado lugar a profundas divisões acadêmicas e políticas (entre países do Sul e do Norte e entre coligações políticas no interior dos países), a sua visibilidade tem incomodado a perpetuação do projeto de desenvolvimento capitalista convencional, tanto no centro quanto na semiperiferia e na periferia (DOUTHWAITE, 1999, p. 157-177).

Na confrontação de algumas teses ecológicas e feministas, com propostas ecológicas e feministas pós-desenvolvimentistas, surgem críticas de forma radical à idéia de desenvolvimento sustentável. Nos termos contundentes, “*O desenvolvimento sustentável é impossível*” é equivalente a “*crescimento sustentável*” (DALY, 2001, p. 192-196). Tal como é o termo “*desenvolvimento sustentável*” é equivalente a “*crescimento sustentável*”, que de acordo com o autor, é uma *contradição*. O crescimento econômico é impossível de sustentar sem destruir as condições da vida na Terra. Portanto, de acordo com esta perspectiva, é imperioso alterar a própria concepção de desenvolvimento. O único tipo de desenvolvimento sustentável é o “*desenvolvimento sem crescimento*” – melhoria qualitativa da base física econômica que se mantém num estado estável (...) dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema” (DALY, 2001, p. 193). O desenvolvimento entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, está longe da idéia do desenvolvimento como crescimento, como incremento. As atividades econômicas podem, neste sentido, desenvolver-se sem crescer.

Leff (2001) comenta que o discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentado, através dos mecanismos do mercado, sem justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica. E também, nem resolvem a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) em valores e medições de mercados. Com base nisso foram convocados todos os chefes de Estado do planeta à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, um junho de 1992. Nesta conferência foi elaborado e aprovado um programa global a “*Agenda 21*”, para regulamentar o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade. Desta forma, foram sendo prefiguradas umas políticas para mudanças globais e que busquem dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento.

O discurso dominante da sustentabilidade promove um crescimento econômico sustentável, iludindo as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem limites e condições a apropriação e transformação capitalista da natureza. Neste sentido, procura-se incorporar a natureza ao capital mediante uma dupla operação: por um lado, tenta-se internalizar os custos ambientais do progresso; além disso, instrumentalizar-se uma operação

simbólica de um cálculo de significação que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: **o capital**. Assim os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do ambiente (LEFF, 2001, p. 23)¹¹⁰.

O discurso da sustentabilidade monta um simulacro que, ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica. A racionalidade econômica desconhece toda a lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo. Se as ecosofias, a ecologia social e o ecodesenvolvimento, tentaram dar novas bases morais e produtivas a um desenvolvimento alternativo, o discurso do neoliberalismo ambiental opera como uma estratégia fatal que gera uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe. Para Leff (2001, p.24), sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder, definem-se como:

A retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levaria aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo mercado. Este discurso promete alcançar seu propósito sem uma fundamentação sobre a capacidade do mercado de dar o justo valor à natureza e à cultura; de internalizar as externalidades ambientais e dissolver as desigualdades sociais; de reverter as leis da entropia e atualizar as preferências das futuras gerações.

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significa apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão; seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como o meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social.

A operação simbólica do discurso do desenvolvimento sustentável funciona como uma ideologia, para legitimar as novas formas de apropriação da natureza, às quais já não só poderão opor-se os direitos tradicionais pela terra, pelo trabalho ou pela cultura. Para isso é necessário construir uma racionalidade social e produtiva que, reconhecendo o limite como

¹¹⁰LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder** . Pg. 23

condição de sustentabilidade, funde a produção nos potenciais da natureza e da cultura. (LEFF, 2001).

Uma crítica paralela é feita por correntes feministas contra a idéia de incorporação das mulheres no desenvolvimento. Contra a reivindicação da importância das mulheres no desenvolvimento como crescimento, atores e ativistas feministas, propõem o abandono do projeto eurocêntrico, hierárquico e patriarcal de desenvolvimento. Esta perspectiva conhecida como ecofeminismo - a tarefa não é apenas acrescentar as mulheres ao modelo conhecido, mas, sim, estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento. Isso implica uma transformação da idéia de desenvolvimento, baseada na recuperação de formas de entender a produção, que existem hoje por todo o mundo, apesar da expansão da economia capitalista e da ciência moderna. A resistência ao desenvolvimento como crescimento e a formulação de alternativas baseadas em culturas não-hegemônicas, seguem uma tradição de pensamento e ação que teve as suas manifestações mais importantes na luta contra o colonialismo: como diz GANDHI (1967) *“espírito que nos exige que sirvamos os nossos vizinhos imediatos preferencialmente a outros e que usemos as coisas produzidas à nossa volta em vez de coisas produzidas em lugares remotos”*. De fato, todo esse ideal de não consumir coisas produzidas por outras nações, têm sua fundamentação no ideal cultural, em defesa de uma saber local, do meio ambiente e da sociedade economicamente organizada.

8.5 – A PROBLEMÁTICA DA OCUPAÇÃO INSUSTENTÁVEL.

Leff (2001, p. 15) diz na obra Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder, que o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio construtivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Dessa forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza

da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento e da função de suporte da natureza, condição e potência e do processo de produção. Leff mostra um conceito de nova visão sustentável (LEFF, 2001, p. 17):

Um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negado pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais cinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais .

O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma da falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso.

Um mundo em que giram muitas formas de mentalidade e ideologias: uma mentalidade onde cabem duas mentalidades a do desenvolvimento e a de sustentabilidade. Criam-se nessa forma de pensar muitas dívidas e posições com relação ao desenvolvimento e a sustentabilidade.

A dívida financeira: assumida ou não assumida, pagável ou não pagável, negociável, refinanciável, a dívida ecológica: incomensurável, mas capaz de ser revalorizada, internalizada, redistribuída. A dívida da razão: que abre o caminho do dessujeitamento, da resignificação, da construção de um desenvolvimento alternativo, fundado numa nova racionalidade produtiva sustentável.

A dívida ecológica refere-se a subvalorização atual dos recursos naturais (os hidrocarbonetos, as matérias-primas) que subvencionam e financiam o desenvolvimento agrícola e industrial do norte e do velho continente. Desta forma o petróleo barato do Sul (Arábia Saudita e Iraque) subsidia a agricultura capitalista do Norte, criando um círculo perverso que desloca a agricultura de subsistência das zonas rurais do Terceiro Mundo, que gera os sem-terra e a perda de saberes tradicionais. E esta leva de recursos é legitimada pela exatidão do cálculo econômico que internaliza como lixo tudo aquilo que não se submete às suas medidas, desvalorizando o ser humano, a cultura, a natureza (LEFF, 2001, p. 36). A dívida ecológica é a mais vasta e profunda do que a dívida financeira. Não é só impagável,

mas é incomensurável. É uma dívida com a razão que quis libertar o homem e os povos da ignorância mitificadora, das cadeias da escassez, e que acabou ocultando seus intuítos, impondo uma razão que escraviza, sujeitando a razão às normas da racionalidade econômico-tecnológica e aos efeitos da racionalização gerada pela razão do poder (LEFF, 2001, p. 38-39). A economia fundada nos princípios da mecânica desterrou a vida e a natureza do campo da produção, minando as condições de sustentabilidade ecológica do desenvolvimento. A extrapolação das externalidades econômicas para o terreno dos conflitos socioambientais está mobilizando a reconstrução do processo de produção em novas bases.

A economia deve ser reconstruída. Isso levanta a questão de fundamentar uma nova teoria da produção que internalize as condições ecológicas e sociais do desenvolvimento sustentável; que levem em conta os complexos processos ambientais gerados pelo potencial ecotecnológico de diferentes regiões, mediado pelos valores culturais e pelos interesses sociais das populações. Os sistemas simbólicos, os estilos étnicos e as práticas produtivas, através dos quais são valorizados os recursos potenciais da natureza, as regras sociais estabelecidas pelos direitos de acesso e apropriação, e pelas formas de exploração dos recursos naturais, os padrões tecnológicos que permitem a regeneração ecológica e a reciclagem de lixo (LEFF, 2001, p. 51). O manejo produtivo dos ecossistemas, através de processos de regeneração seletiva ou de sistemas, através de processos de regeneração seletiva ou de sistemas de cultivos múltiplos agroflorestais e agroecológicos, pode gerar uma colheita permanente de recursos naturais e uma oferta sustentável de satisfatórias com altos níveis de produtividade ecotecnológicas. O manejo múltiplo e produtivo dos recursos da biodiversidade pode gerar níveis cada vez mais altos de produtividade sustentada através da inovação e aplicação de novas biotecnologias que incrementem a produtividade primária dos ecossistemas naturais, satisfazendo assim as necessidades fundamentais de populações crescentes (LEFF, 2001, p. 53).

8.6 – A MENTALIDADE DE DESENVOLVIMENTO SEM SUSTENTABILIDADE.

NORONHA; NEIVA & COZETTI (2001) em reportagem sobre mudanças climáticas: “O IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática) formado pela Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou documento chamado ‘Mudanças climáticas 2001’ que chama atenção para o aquecimento gradual da Terra provocado pela emissão de dióxido de

carbono e de outros gases produzidos pela queima de petróleo. Estão em risco recifes de coral e atóis, selvas boreais e tropicais, ecossistemas polares, alpinos e mangues. Daqui a 50 anos a maior parte dos recifes de coral terá desaparecido” (NORONHA, 2001, p. 21). O Autor cita o renomado cientista - STEPHEN HAWKINGS - que alertou que a espécie humana pode não chegar ao final do Terceiro Milênio, justamente por causa do efeito estufa. Segundo ele, a superfície da Terra deve aquecer-se progressivamente até ficar semelhante à Vênus, planeta com ácido sulfúrico em ebulição.

De acordo com alguns dados da OGA (Ong Global Awareness) apud WEIL (1995), no liminar do terceiro milênio:

A cada minuto:

- 21 hectares de florestas tropicais são destruídos;
- Consumimos 34.725 barris de óleo;
- 50 toneladas de húmus férteis são varridas pelas águas ou pelo vento;
- Acrescentamos a atmosfera CO₂ que aquece.

A cada hora:

- 685 hectares de hortas produtivas são transformadas em desertos;
- 1.800 crianças morrem de desnutrição ou fome, 15 milhões por ano;
- 120 milhões de dólares são esbanjados em despesas militares, perto de um trilhão por ano;
- 60 novos casos de câncer são diagnosticados só nos EUA, 500 mil casos por ano, com 20 mil mortes por causa do desaparecimento da camada de ozônio.

A cada dia

- 25000 pessoas morrem por falta de água ou por contaminação;
- 10 toneladas de resíduos nucleares são geradas pelas 360 usinas nucleares existentes;
- 250.000 toneladas de ácido sulfúrico caem sob forma de chuvas ácidas no Hemisfério Norte, matando milhões de hectares de florestas;

- 60 toneladas de embalagens plásticas e 372 de redes de pesca estão sendo imersas no mar por pescadores comerciais matando milhares de peixes, aves e mamíferos marinhos”

A medida em que a população do planeta aumenta, trazendo consigo os valores inerentes da sociedade capitalista, que induzem ao consumismo e á excessiva exploração dos recursos naturais, ocorrem conseqüentemente à transformação na qualidade de vida do homem, sendo assim, um profundo questionamento em relação às atividades que adotamos como modelo de civilização moderna.

Para BOFF na obra Princípios de compaixão e cuidado (2001, p. 9) o desenvolvimento tem na sua principal causa a criação da massa de excluídos e o processo de eliminação de muitos seres vivos:

A exclusão é muito mais grave que a marginalização. Os marginalizados estão dentro do sistema, à margem. Confrontam-se com o desenvolvimento e buscam o desenvolvimento através da integração ao sistema. Os excluídos estão fora. São considerados zeros econômicos. Não existem. Estes confrontam-se diretamente com a morte. E morrem antes do tempo. Auschwitz é hoje, é cada dia.. Esta situação de barbárie por grave falta de solidariedade e de cuidado entre os seres humanos evoca a compaixão como uma realidade relevante e urgente. A este drama é preciso acrescentar a ameaça que pesa sobre o sistema terra. A aceleração do processo faz com que a cada dia desapareçam 10 espécies de seres vivos e 50 espécie vegetais. O desequilíbrio físico-químico da Terra, construído sutilmente durante milhões e milhões de anos, pode romper-se devido à irresponsabilidade humana.

O geógrafo marxista David Harvey in TUAN (1996) faz uma citação extraída do manifesto comunista contendo a seguinte reflexão: A necessidade de uma constante expansão do mercado de produção, empurra a burguesia para toda a superfície do globo. É preciso se instalar em todas as partes e estabelecer conexões em qualquer lugar. Todas as antigas indústrias estabelecidas foram ou são diariamente destruídas. Elas são desalojadas pelas novas indústrias cuja introdução tornou-se uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas, pelas indústrias que não trabalham mais com matéria-prima indígena, mas matéria-prima retirada de áreas remotas; indústrias cujos produtos são consumidos não apenas em casa, mas nos quatro cantos da Terra. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelas produções do país, encontramos novas necessidades requisitadas para satisfação dos produtos de terras e climas distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência local e reclusão nacional, temos relações em todas as direções, interdependentes universal das nações.

Theis (1999) diz que em pouco tempo este condicionamento do mundo moderno colocará em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra e, as ações antrópicas, são justificadas pelo desenvolvimento que supostamente poderia acarretar. Cabe ressaltar que os problemas ambientais são questões socialmente construídas sobre o capitalismo. Para compreender o que representa o esgotamento dos recursos naturais não renováveis na vida do homem e das futuras gerações. As necessidades (sociais) e limitações ambientais constituem os parâmetros com os quais se pode trabalhar o conceito de sustentabilidade numa “interação cooperativa entre sociedade e meio ambiente”. Para tanto, é fundamental o seguinte atributo valorativo para a insustentabilidade: visão holística e ecológica, atitude altruísta, postura cosmocêntrica e ação comunitária, em oposição aos valores da sociedade não sustentável onde predomina o antropocentrismo, o individualismo, o egoísmo, a competição e a visão fragmentada e anti-ecológica. Contudo, a sociedade atual se identifica mais facilmente com os valores de uma sociedade não sustentável. De qualquer forma devemos lembrar que no sentido mais normativo: “O desenvolvimento sustentável não deve por em risco os sistemas naturais que sustentam a terra: a atmosfera, as águas, o solo e os seres vivos”. Ver Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente, (THEIS, 1999, Pg 56-59).

Capra (1996, p. 25) diz que o professor emérito de filosofia da universidade Oslo Arne Naess, usou pela primeira vez na década de 70 o termo “*ecologia profunda*” pelo qual todos os seres vivos têm em princípio o mesmo direito à vida quanto qualquer ser humano. O autor complementa esta questão assinalando que: a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estão todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (em última análise, somos dependentes destes processos). Segundo CAPRA a ecologia profunda é holística e reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos. Concebe os seres humanos como um fio particular na “teia da vida”. Sendo assim esta percepção ecológica profunda é espiritual e é consistente com a filosofia perene das tradições místicas dos cristãos, dos budistas e da cosmologia dos nativos norte-americanos. Em contrapartida, a “*ecologia rasa*” que é centrada no ser humano, qual atribui um valor instrumental ou de uso da natureza. É a marca registrada do sistema capitalista vigente que visa a exploração dos recursos naturais para obtenção de lucros. A expansão do capitalismo, mediante aquilo que se entende como processo de desenvolvimento econômico, justifica-se apenas a exploração dos recursos naturais, como também a do próprio homem: o que garante a supremacia do consumismo em detrimento dos valores humanos.

Neste contexto emerge a cultura do consumismo, viabilizada pela mídia como manipuladora das massas. Conforme afirma Ianni (1999) que desde que a civilização ocidental passou a predominar nos quatro cantos do mundo, a idéia de modernização passou a ser o emblema do desenvolvimento, crescimento, evolução e progresso. As mais diversas formas de sociedade compreendendo tribos e nações, culturas e civilizações, passaram a ser influenciadas ou desafiadas pelos padrões e valores sócio-culturais característicos da ocidentalidade, principalmente, sobre suas formas européias e norte americanas. É uma tradução da idéia de que o capitalismo é um processo civilizatório não só superior, mas também mais ou menos inexorável.

Por sua vez um crescente número de especialistas argumentam que é fundamental uma ecosfera saudável e padrões de vida sustentável, sem a espoliação do planeta. Essa ecosfera saudável, tem seus princípios, a partir da utilização de recursos naturais renováveis tais como: a energia solar, eólica, biomassa, entre outras formas, garantindo um desenvolvimento menos hostil.

Os mesmos princípios holísticos são compartilhados de acordo com o pensamento de Capra, Weil E Ferkiss: cresce a cada dia o número daqueles que se entendem dentro de uma perspectiva holística e integral da existência humana. Procuram descobrir em si as várias dimensões do mistério da vida e os níveis de profundidade da indagação humana. Identificam aí os grandes sonhos de um novo mundo e de humanos mais benevolentes e amorosos. (BOFF,1996)

Apesar da atual situação sócio-político-econômica-ecológica mundial e da exploração dos recursos naturais e humanos serem os principais responsáveis pela transformação e dinâmica da paisagem, no cenário ecológico e das diversas culturas não industrializadas; são fatores, ao que tudo indica, que exercem pouca influência no que diz respeito à sociedade e ao meio ambiente, e, sobretudo, na mentalidade sustentável que se distancia dos ideais de sobrevivência de toda vida planetária.

Todos os homens ligados, como uma grande rede, com outros seres vivos, formam todos os ecossistemas, que, portanto, estando intimamente vinculados a condições locais buscam se desenvolverem de forma sustentável. A partir daí, muitas reflexões surgiram para buscar respostas, para as incógnitas da existência humana na ocupação da Terra. Muitas polêmicas surgem, na tentativa de querer compreender, quais são os efeitos das ações

humanas relacionadas com o crescimento econômico no meio ambiente e se, existem possibilidades dessas ações serem de forma com que o mesmo de se tornar sustentável. Por um lado, alguns teóricos defendem que se deva buscar um crescimento econômico ilimitado, para geração de novos empregos, eliminar a pobreza e satisfazer as necessidades de consumo. Por outro lado, os ambientalistas acreditam que essa mentalidade de desenvolvimento, colocado à prova na exploração desenfreada no meio ambiente global e local na forma de ocupação e a posse da Terra será desastrosa para gerações futuras. Certamente uma mentalidade de crescimento colocaria em risco a sobrevivência humana, a qualidade de vida, a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico de todo planeta terra.

CAPÍTULO IX

CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS MAPAS COGNITIVOS

“E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito.” Rm 12,2

9.1 – O PROCESSO E APRESENTAÇÃO DOS MAPAS COGNITIVOS.

Holz (1999, p, 116-120) ao comentar sobre a apresentação dos mapas cognitivos, define-os como: *“sendo formados por conceitos e ligações, de forma que um conceito é um bloco de texto que se une a outro bloco através de uma relação de influência, ou passível de influência, e esta relação se representa por uma flecha de sinal positivo ou negativo”*. Cada conceito é formado por dois pólos, no caso dos mapas bipolares recomendados por Montibeller. Um pólo é chamado ***pólo presente*** (aquele definido para situação em questão), e o outro ***pólo contraste*** (representa o oposto psicológico da situação presente).

Os elementos primários de avaliação (EPAs) são os elementos que o facilitador levanta junto ao(s) ator (es) que vão dar origem aos conceitos. São estes elementos que estão desorganizados, que precisam ser hierarquizados e que, referem-se em geral, diretamente ao problema que está sendo analisado. Os elementos primários podem ser formados por objetivos e até por meras preocupações, mas podem ter características que diferenciam as estratégias de ação em análise umas das outras. Aqui é que se expressam, através das entrevistas, quais são os Pontos de Vista Fundamentais “PVFs” que serão levados em conta na análise do problema.

O mapa é constituído de forma hierárquica por meios e fins. Ele é conferido a partir dos meios para os fins. Partindo-se de um elemento primário de avaliação (EPA), o facilitador pergunta ao ator *“por que aquele conceito é importante?”* O ator, então, lhe dá o próximo conceito, que representa um fim em relação ao conceito anterior, que é um meio. Mas, também será possível vir dos fins para os meios, sendo, que, neste caso, o facilitador pergunta *“o que é necessário para chegar a esse fim”*.

Quando se parte de um elemento primário de avaliação e se chega a um conceito, que aparentemente não tem mais ligação com um outro de fim mais alto, chega-se a um **conceito cabeça**. Geralmente este conceito cabeça denota um **objetivo estratégico**. Por sua vez, os conceitos que iniciam a cadeia são conhecidos como **conceitos rabo**, o que mostra que **são meios para chegar a fins mais altos**.

Os mapas cognitivos podem ser individuais ou em grupos. Entrementes, na confecção dos mapas cognitivos para a fundamentação nesse trabalho, optou-se, pela realização do “*brainstorming*” em grupo. À proporção que foram divididos os atores em grupos: o grupo dos proprietários que se encontram na condição de legalidade na posse “*versus*” os excluídos dessa posse. Um mapa individual representa a estrutura cognitiva individual. Um mapa composto de um grupo precisa representar a estrutura cognitiva coletiva e é chamado de congregado. Um mapa congregado pode ser construído diretamente com um grupo de atores. Finalmente, um mapa agregado precisa ser representado ao grupo para discussão e consolidação. Ao final de algumas reuniões têm-se os mapas cognitivos congregado.

9.2 – PROCESSO DE CONFECÇÃO DOS MAPAS COGNITIVOS QUE ENVOLVERAM OS DOIS GRUPOS DE ATORES.

Esse estudo é um caminho realizado para compreender o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da Terra, numa ecovisão holística, entre dois grupos de atores, que atuam no meio rural. A confecção dos mapas foi a partir do “*brainstorming*” realizado com a representatividade dos líderes que formam os dois tipos de atores, que atuam nas áreas afins.

Um dos grupos foi formado por atores que se encontram fora da legalidade da posse da terra, os EXCLUÍDOS, por outro lado, formou-se o grupo de atores que detêm legalmente a posse da Terra: os “PROPRIETÁRIOS”. Uma vez selecionados os locais e atores, efetuaram-se as visitas “*in loco*” com os representantes dos dois grupos.

No grupo dos EXCLUÍDOS DA POSSE da terra, foram entrevistados **52** (cinquenta e dois atores) acampados, no acampamento do MST, no município de Três Barras, **15** (quinze) foram os arrendatários que estão distribuídos no município de Canoinhas (9), Ireniópolis (3) e Biguaçu (3). E, por fim, **9** (nove) posseiros de terra, dentro de um dos acampamentos do governo federal, no município de Bela Vista do Toldo, totalizando, assim, **76** (setenta e seis)

entrevistados. Já para o grupo dos PROPRIETÁRIOS, ao final de todas as entrevistas, totalizaram **54** (cinquenta e quatro) entrevistados. Sendo que **6** (seis) são grandes produtores, com as propriedades acima de 500 há, localizados nos municípios de Irineópolis (2), Canoinhas (2), Major Vieira (1) e Urubici (1). Classificados como médio produtor, com suas propriedades contendo em média 100 há foram entrevistados **21** (vinte e um) atores produtores, nos municípios de Antonio Carlos (4), Biguaçu (3), Canoinhas (7), Major Vieira (3), Anitápolis (3), Garopaba (1); **21** (vinte e um) foram os pequenos produtores entrevistados com as propriedades medindo, em média até 15 há, localizados e, também distribuídos nestes municípios relacionados acima. E, por fim, foram entrevistados **6** (seis) índios considerados proprietários da reserva, da tribo dos Guaranis, são indivíduos graranis da divisão etnográfica da grande família tupi, que habitava o sul do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, e cujos descendentes estão integrados na sociedade nacional. O local da tribo está localizado no município de Palhoça- SC. Em resumo, os dois grupos de atores entrevistados são encontrados na condição dos que ocupam ou têm legalmente a posse da Terra, localizados e distribuídos no território do Estado de Santa. Esses municípios dos quais os atores foram entrevistados estão enquadrados na subdivisão das associações dos municípios que seguem suas denominações regionais: AMURC e GRANFPOLIS.

Explorando-se e capturando-se, a partir das entrevistas, o “*status quo*” da mentalidade ocupacional dos atores, para a futura análise, compreensão e conclusões, principalmente, identificando-se a forma e maneira que os mesmos pensam e agem no meio ambiente. A partir das entrevistas (o método utilizado foi o proposto pela ferramenta MCDA em que, são levantadas questões como: porque é importante ter a posse da terra, como pode ser obtida a terra, quais as ações a serem tomadas, as dificuldades, perspectivas, etc) realizadas, foram sendo construídas, de forma hierárquica, o mapa cognitivo dos mesmos. Esses mapas foram os norteadores do caminho seguido pelo método MCDA, que direcionou a compreensão e análise do “*status quo*” dos dois grupos de atores atuantes no meio rural. Com isso, na aplicação do processo de formação dos mapas cognitivos, no primeiro momento de análise foram detectaram-se os “EPAs”, em seguida identificaram-se os “PVEs” e a partir daí definiram-se “PVFs”. Na seqüência do processo foi representado, na forma gráfica o mapa cognitivo¹¹¹. Após a hierarquização das idéias extraídas do “*status quo*” dos atores,

¹¹¹Os mapas cognitivos são ferramentas utilizadas para retratar as idéias, sentimentos, valores, utopias, atitudes e “n” pensamentos dos atores, bem como seus inter-relacionamentos que podem ser representados na forma de uma representação gráfica, por exemplo, a forma de *mapa cognitivo*. Verificar como se fundamenta a construção do mapa cognitivo no capítulo 1.13: Ferramentas para construção dos mapas cognitivos da metodologia MCDA.

identificaram-se os Pontos de Vista Fundamentais “PVFs”, dos quais deram-se as análises e direções para a compreensão da mentalidade ocupacional da terra: nas linhas e abordagens que se voltam, ora para o crescimento, ora para o desenvolvimento sustentável.

No momento das visitas, para a realização das entrevistas, foram apresentados os objetivos da pesquisa e, em seguida, efetuado um *‘brainstorming’* com os atores. Neste momento a conversa desenrolou-se na forma de entrevista semi estruturadas em que foram direcionados a apresentação das hipóteses, com os objetivos a serem alcançados: para a análise de compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra. As entrevistas foram gravadas, em sua totalidade, ou seja, em todo instante que ocorreram as conversas com os indivíduos que formaram os grupos de atores. Todo o material coletado pela gravação no ato das entrevistas foram utilizados como base para a confecção e construção dos mapas cognitivos. No ato da entrevista, que se deu de forma livre e espontânea, os questionamentos voltaram-se em torno das idéias encaminhadas pelas hipóteses lançadas voltadas para a possibilidade de serem respondidas ou não.

Geralmente para o processo de tomada de decisões, muitas são as variáveis que envolvem o próprio ato da decisão. Várias são as possibilidades de escolha em que a complexidade se faz presente e dificulta o discernimento no ato da escolha para ser tomada como uma decisão. Inclusive, para ser analisada a mentalidade de posse e ocupação da Terra, em sua multidimensionalidade intrínseca, que resultam das diversas alternativas e dos vários pontos de vista elementares que surgiram. Invariavelmente, têm-se presente a complexidade em todas as suas causas e conseqüências. Essa complexidade não surge apenas pelos aspectos e objetivos das ações, mas a partir dos resultados aparentes em que, neste caso, a mentalidade ocupacional se volta, ora para o crescimento, ora para o desenvolvimento sustentável. A partir da escolha ou decisão, verifica-se se as suas causas ou efeitos foram desejáveis ou não para todo sistema organizacional construído. Destarte, faz-se pela compreensão da mentalidade das pessoas, no seu contexto de formação sócio-cultural-histórico-ecológico, o *“status quo”* dos atores envolvidos na ocupação da terra em que, os resultados são observáveis no meio ambiente planetário. Por muito que, seja comum entre os atores envolvidos, sentirem dificuldades no ato do processo de escolha, pois, as escolhas, são decorrentes da fundamentação e dos caminhos por onde a operacionalização das suas atividades de exploração no meio ambiente perpassam. Uma das dificuldades justamente está na maneira de conduzir as atividades de exploração sem criar ou evitar problemas

relacionados ao meio ambiente. Devem os atores utilizarem técnicas adequadas para o manejo de qualquer ecossistema, voltados com a intenção de diminuir os impactos e danos no meio ambiente.

Assim sendo, logo após o levantamento dos Pontos de Vista Elementares - “EPAs”, apresentados e hierarquizados nas figuras 12 à 25, foi dado o início para o processo de construção dos mapas cognitivos. Levando-se em conta os elementos primários de avaliação - “EPAs” – identificados nos atores pelas entrevistas, procurou-se identificar aqueles que se enquadraram na mesma área de preocupação, indo em direção aos fins, perguntando: “*porque ele é importante?*” e simultaneamente em direção aos meios perguntando: “*como isto pode ser obtido?*”. Esse procedimento conduz e dá suporte a construção do mapa cognitivo. Dessa forma foi dada seqüência no processo de estruturação e montagem do mapa cognitivo para compreender o problema da “mentalidade de posse e ocupação da Terra” apresentado nesse trabalho. Antes, porém, de identificar os “PVFs” pelos conceitos apresentados nos mapas, foi preciso detectar, primeiramente, o conjunto de cluster das idéias. Um cluster, segundo Éden (1983, p. 1-13) é formado por um conjunto de conceitos que representam idéias comuns. Esquemáticamente, os mapas divididos em clusters proporcionaram a identificação das idéias afins que, definiram-se como sendo os “PVFs”. Uma vez que, no processo de depuração do mapa cognitivo, os conceitos foram considerados como possíveis candidatos à “PVFs”. A detecção de clusters foi feita agrupando-se os conceitos apresentados pelos atores segundo o entendimento e visão do pesquisador e, na seqüência são apresentados os mapas cognitivos construídos a partir dos dois grupos de atores pesquisados.

Na construção do mapa cognitivo surgiu grande número de conceitos diferentes e/ou conflitantes entre seus membros. Também, no processo de construção do mapa, surgiu uma grande quantidade de conceitos comuns e similares, mas foi possível a agregação dos mesmos. Quando se unificou o conceito, assumiu-se que existe um certo grau de similaridade, entre os conceitos dos diferentes atores, de tal forma que os mesmos queriam dizer a mesma coisa, através de palavras similares. Com isso, os conceitos se sobrepõem e não prejudicam a ligação entre os mesmos e tampouco prejudicou a situação decisória, pois assim, manteve-se a estrutura hierárquica do mapa. Os mapas cognitivos auxiliaram no apoio para compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, se está direcionada para o crescimento ou para o desenvolvimento sustentável.

O propósito central da estruturação dos mapas foi o de estabelecer uma linguagem de debate e aprendizagem que promova o entendimento do contexto e na problemática ambiental entre os dois grupos de atores, que fazem da mentalidade de posse e ocupação da terra a situação ecológica voltada ou não para o desenvolvimento sustentável. A metodologia MCDA, como ferramenta para construção dos mapas cognitivos, nos auxilia à comparar a complexidade da ocupação da Terra e, também, a observação se o contexto decisório dos atores envolvidos na posse e ocupação da terra é determinante ou não, para o equilíbrio ambiental. Esses modelos de mapas criam uma linguagem que permite uma efetiva comunicação entre os vários atores envolvidos no processo e, ainda fornecem bases adequadas para a comparação das alternativas que mostram o “*status quo*” da mentalidade ocupacional: conforme deduzidos dos “PVFs” e dos “PVEs”. Considerou-se que esses “PVFs” são essenciais e desejáveis para serem levados ao processo de avaliação da mentalidade de ocupação. Destarte, posteriormente, nas conclusões, conceituaram-se os “PVFs” a título de análise, referenciando-se como: “*Análise e discussão do ponto de vista na ótica da ...(cada PVFs)*” para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra.

9.3 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PRIMEIRA VERSÃO DOS “EPAs” QUE DELINEARAM A CONSTRUÇÃO DOS MAPAS COGNITIVOS.

Apresenta-se, a seguir, a representação gráfica de forma hierárquica, dos “EPAs”, coletados nas entrevistas e que, a partir daí, construíram-se os mapas cognitivos dos dois grupos de atores. Os “EPAs” foram divididos em “*clusters de idéias afins*”. Na apresentação os “EPAs” dos “**EXCLUÍDOS DA POSSE DA TERRA**” – formam as figuras 13 à 19 - e os “EPAs” dos “**PROPRIETÁRIOS DA TERRA**”, estão ilustrados nas figuras 20 à 26. Todo esse processo, já descrito em que, os conceitos foram coletados e agrupados após o “*brainstorming*”, realizado na entrevista com os dois grupos de atores, para se identificarem os “PVFs” e “PVEs”. Efetivamente, depois de hierarquizados, reflete-se o “*status quo*” da mentalidade ocupacional dos atores envolvidos na pesquisa. Os que estão na legalidade de posse e ocupação da terra “*versus*” os atores que estão excluídos dessa ocupação.

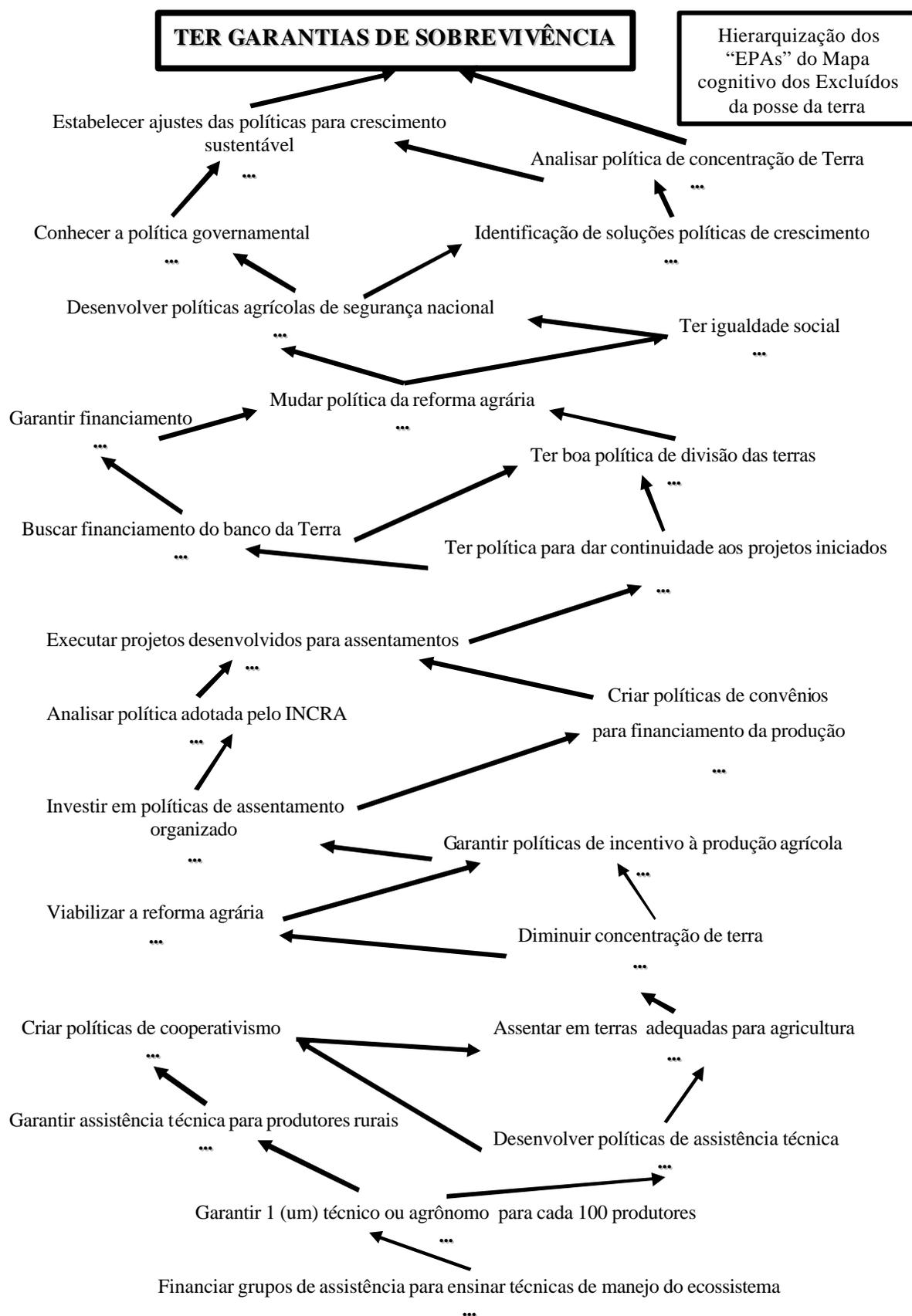


Figura nº 13

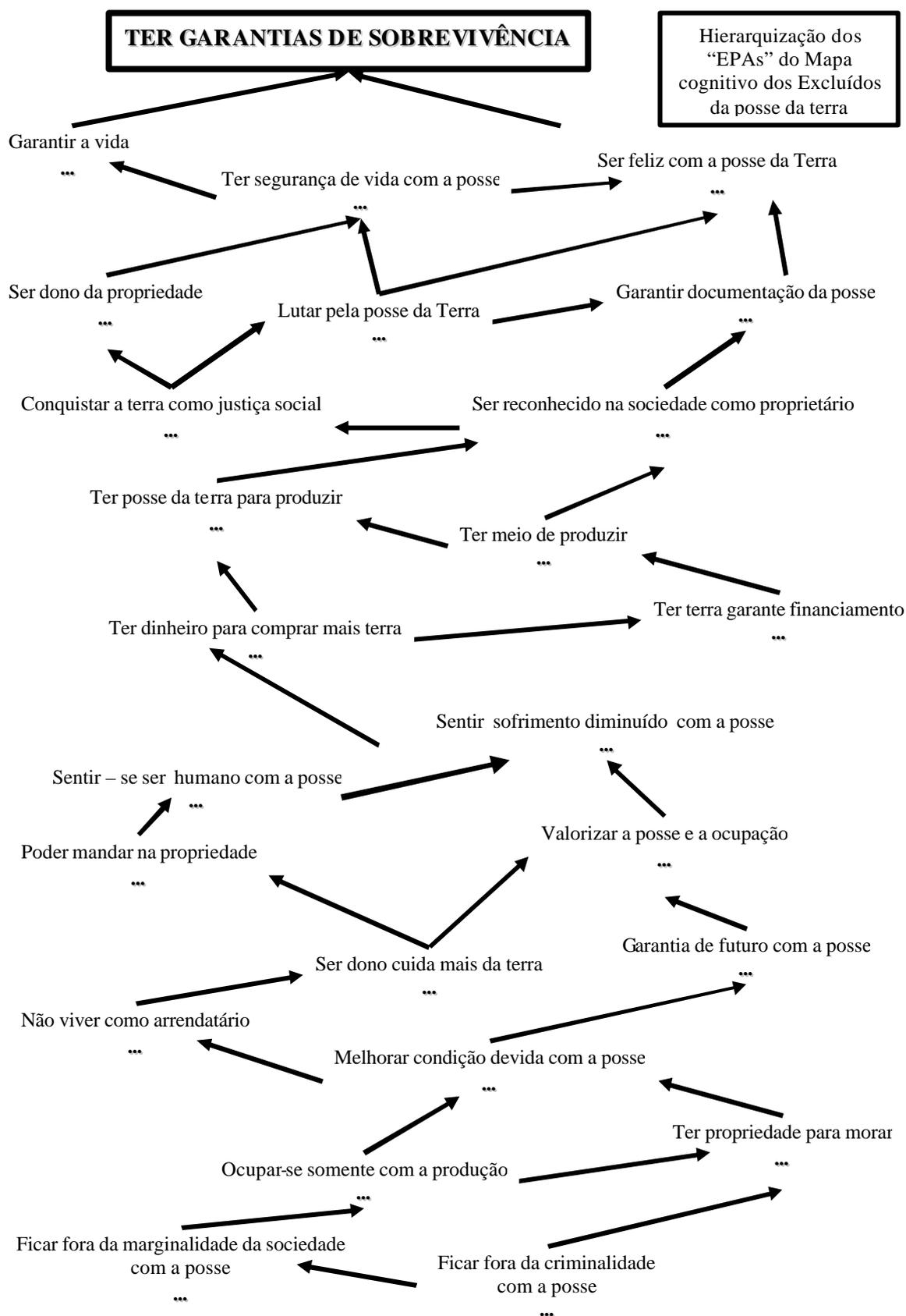


Figura - 14

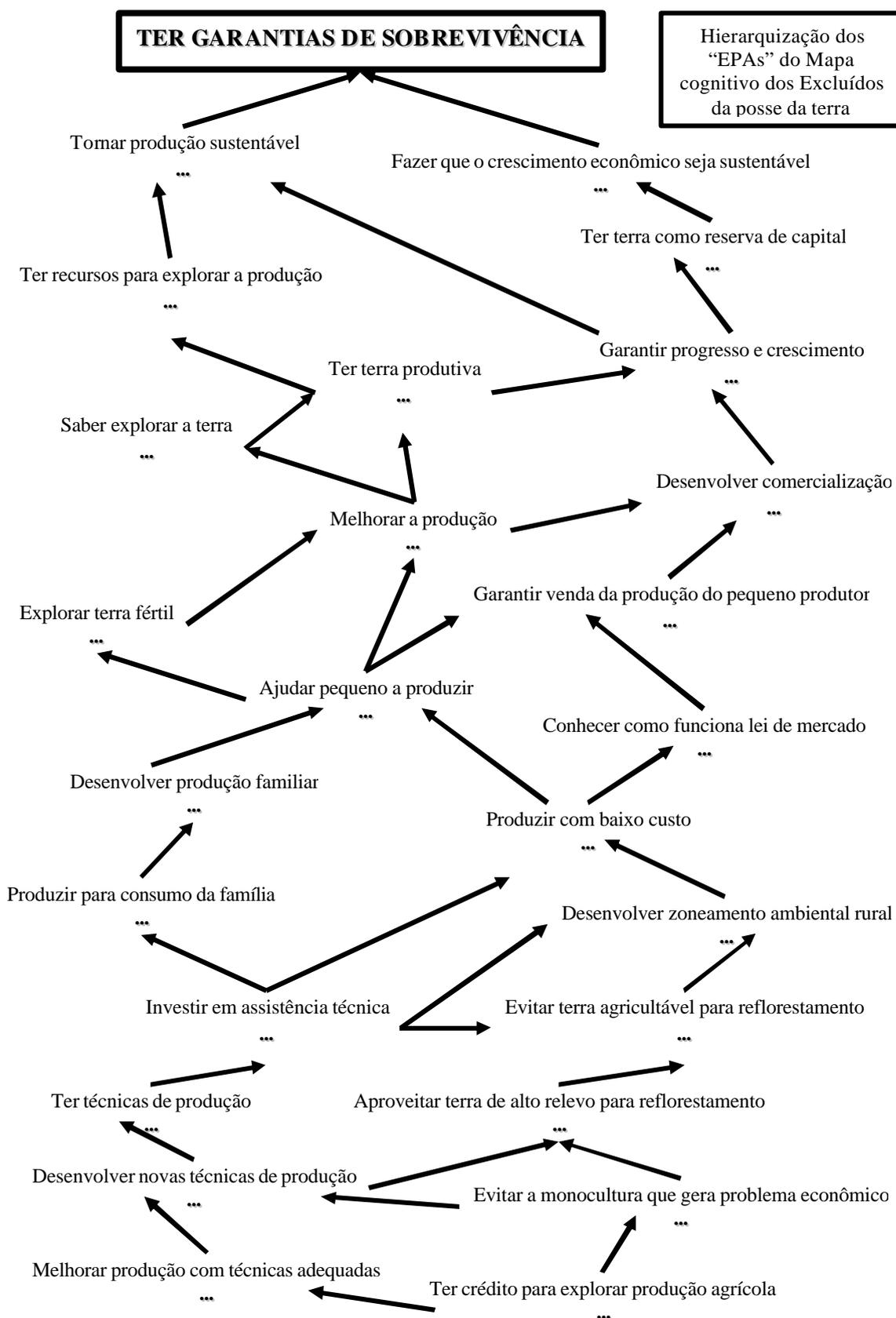


Figura 15

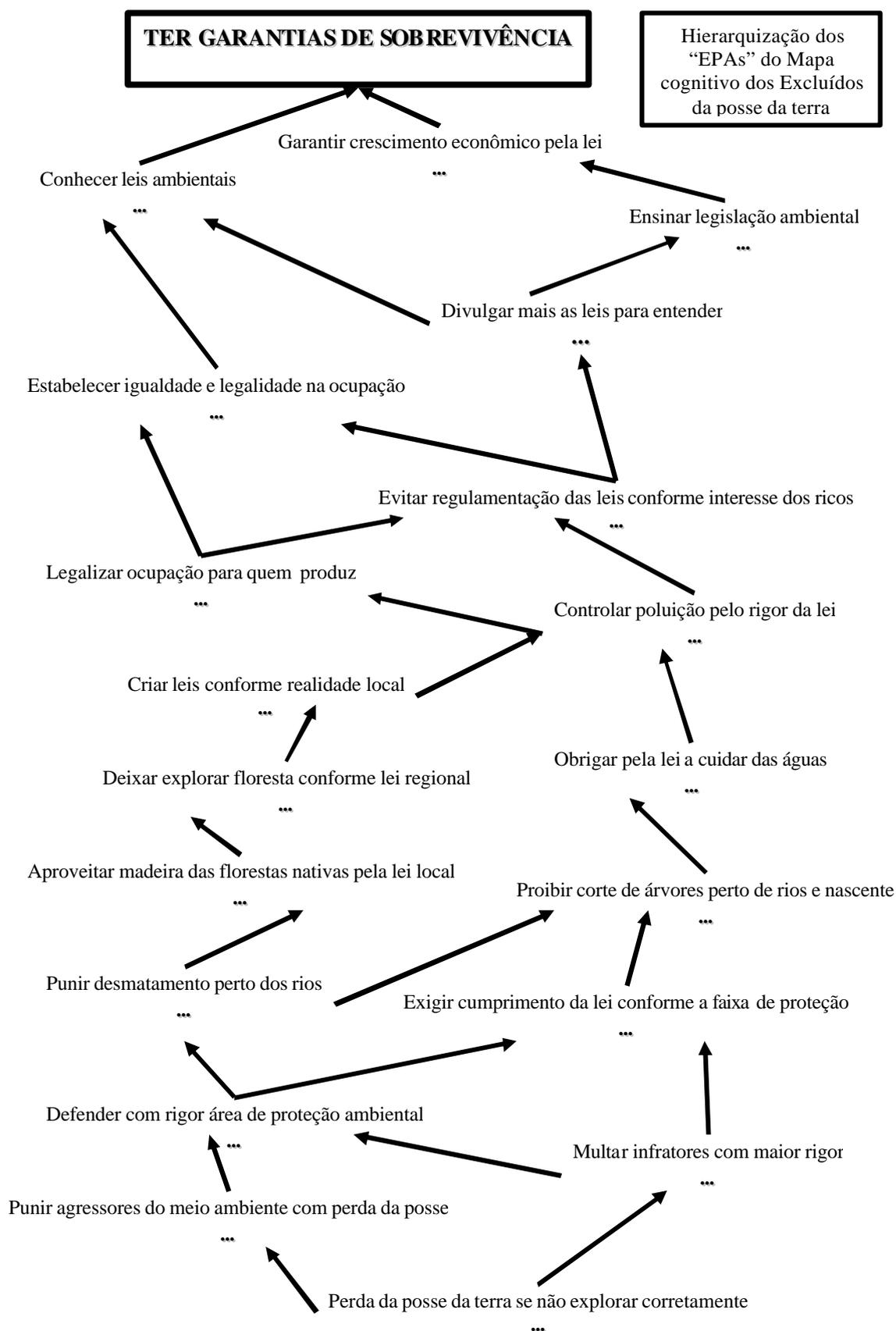
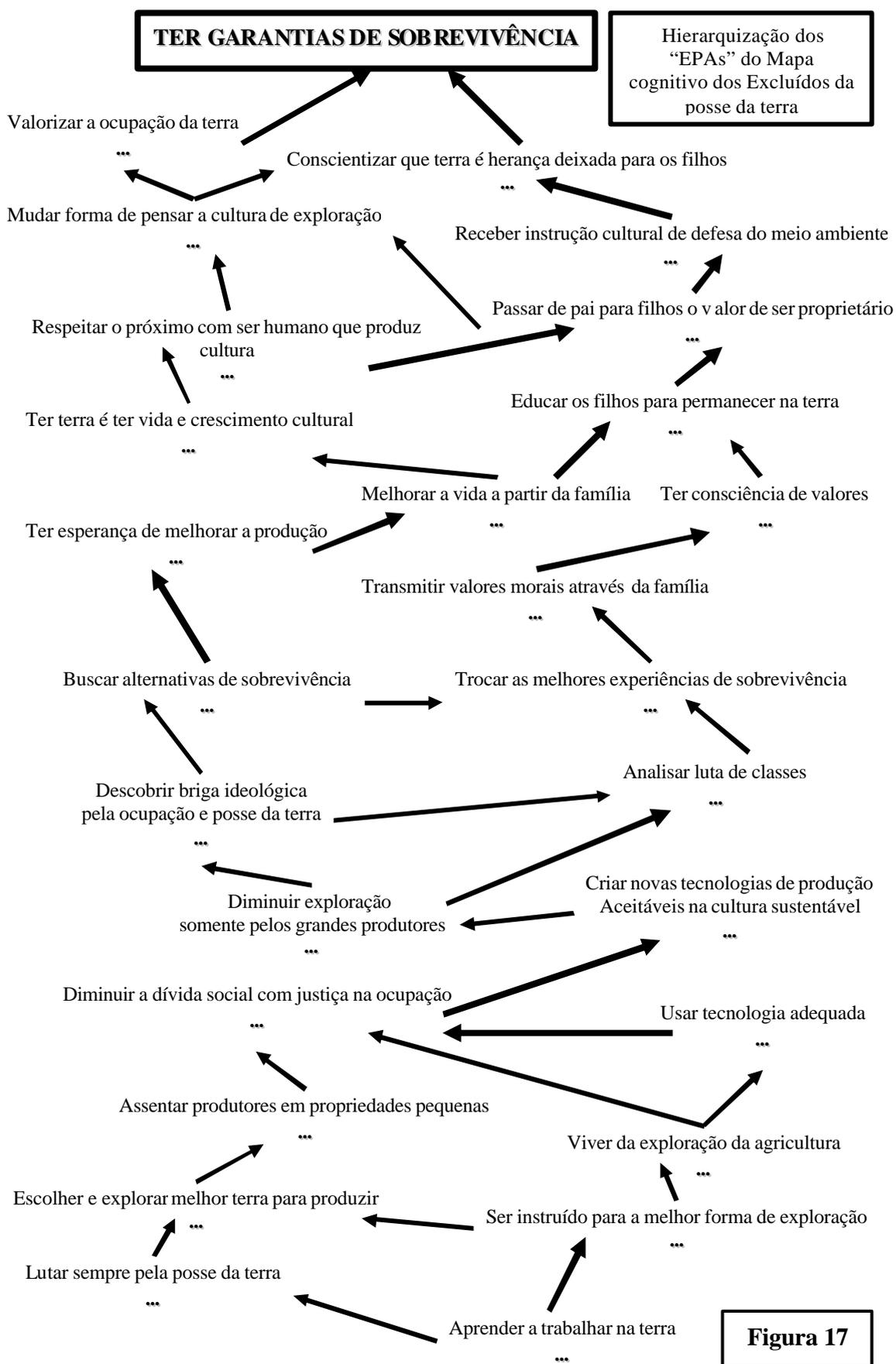


Figura - 16



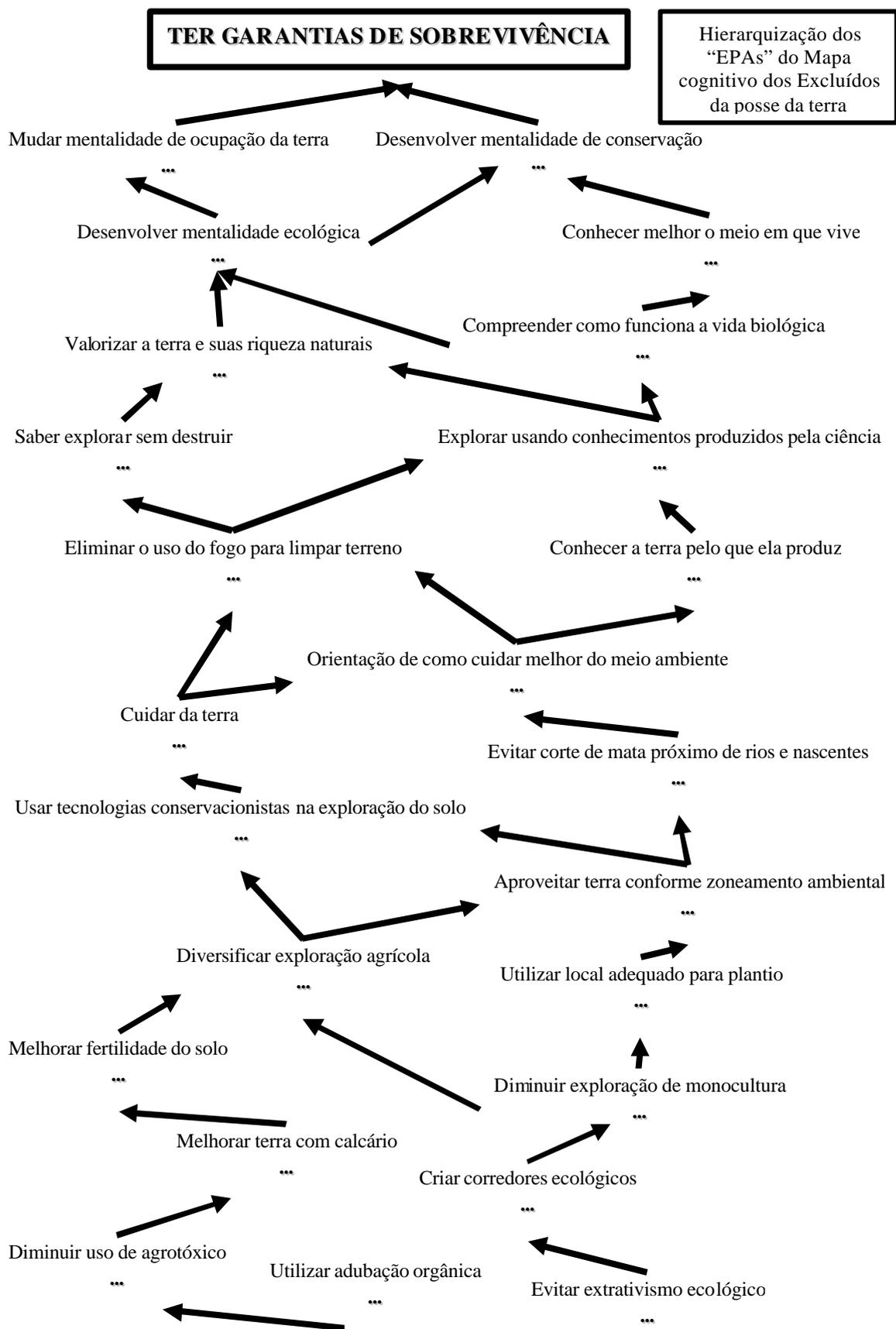


Figura - 18

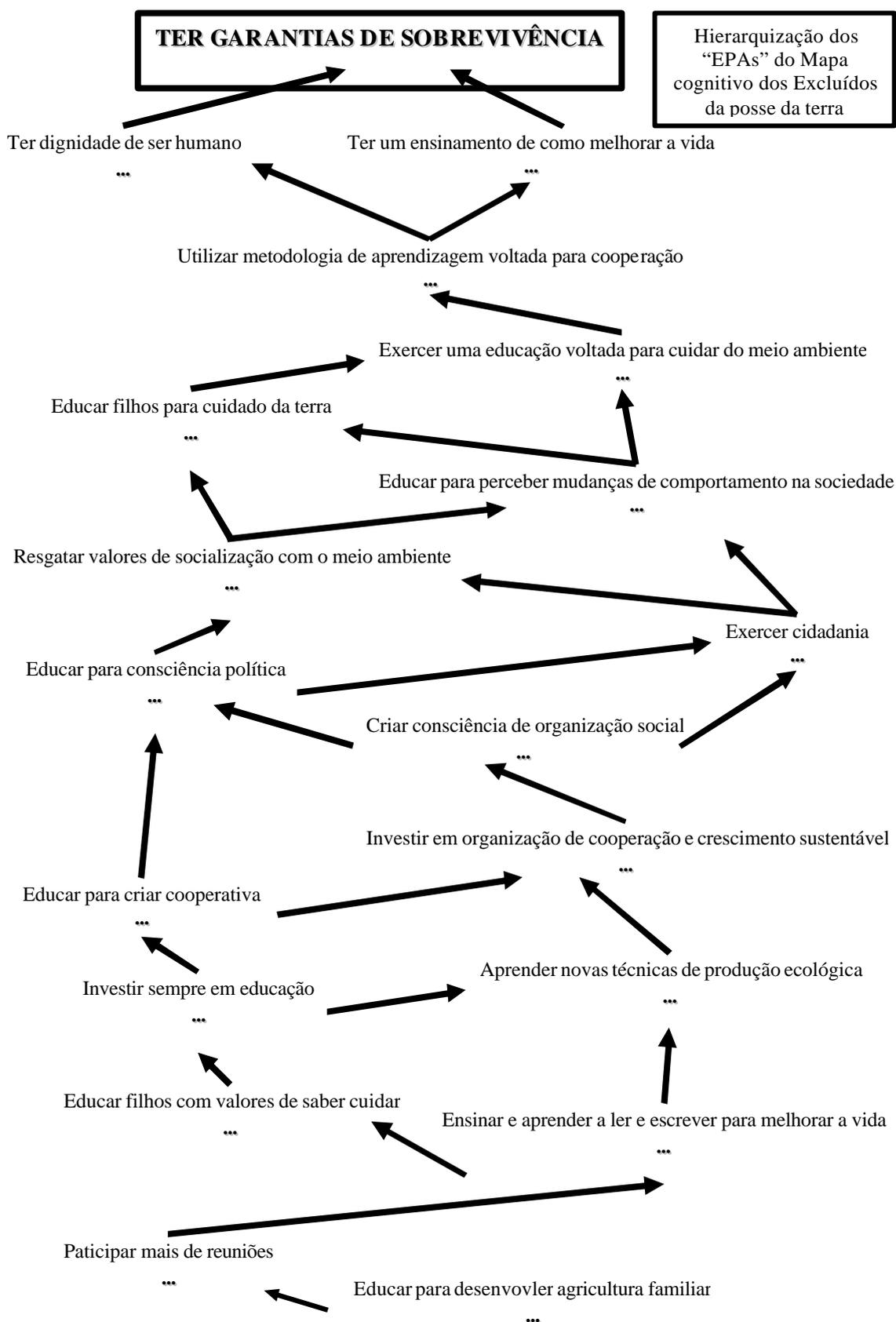


Figura - 19

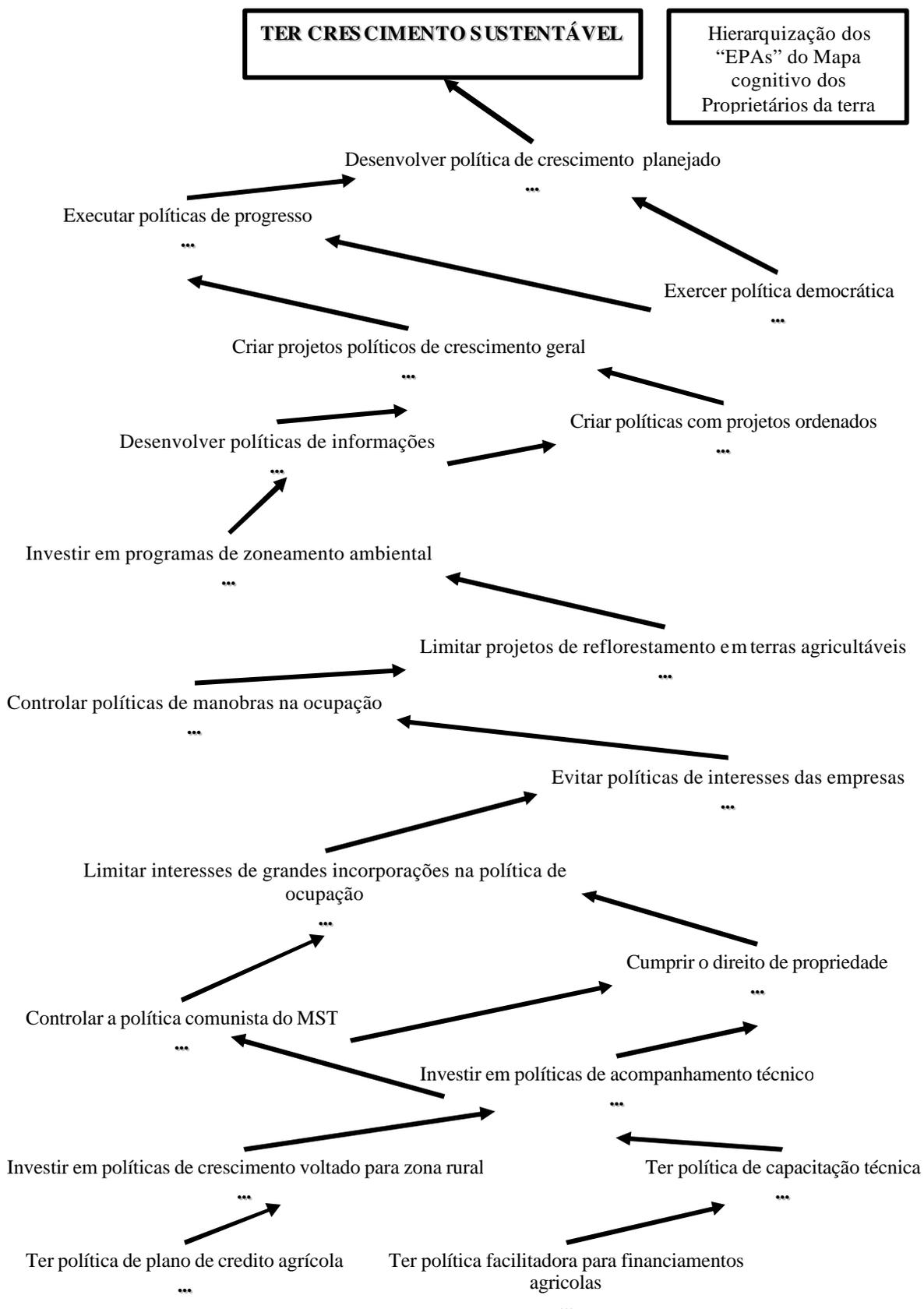


Figura - 20

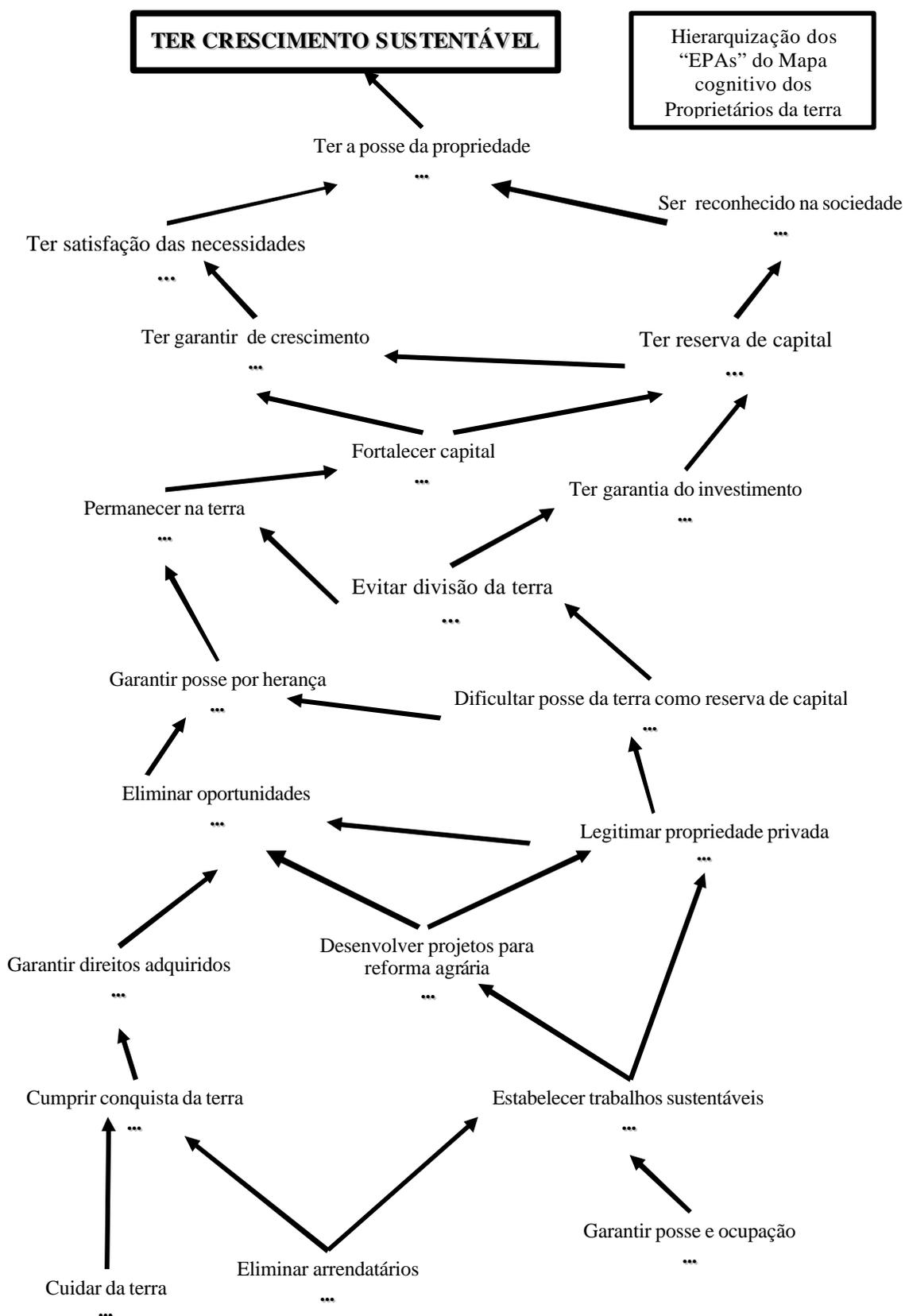
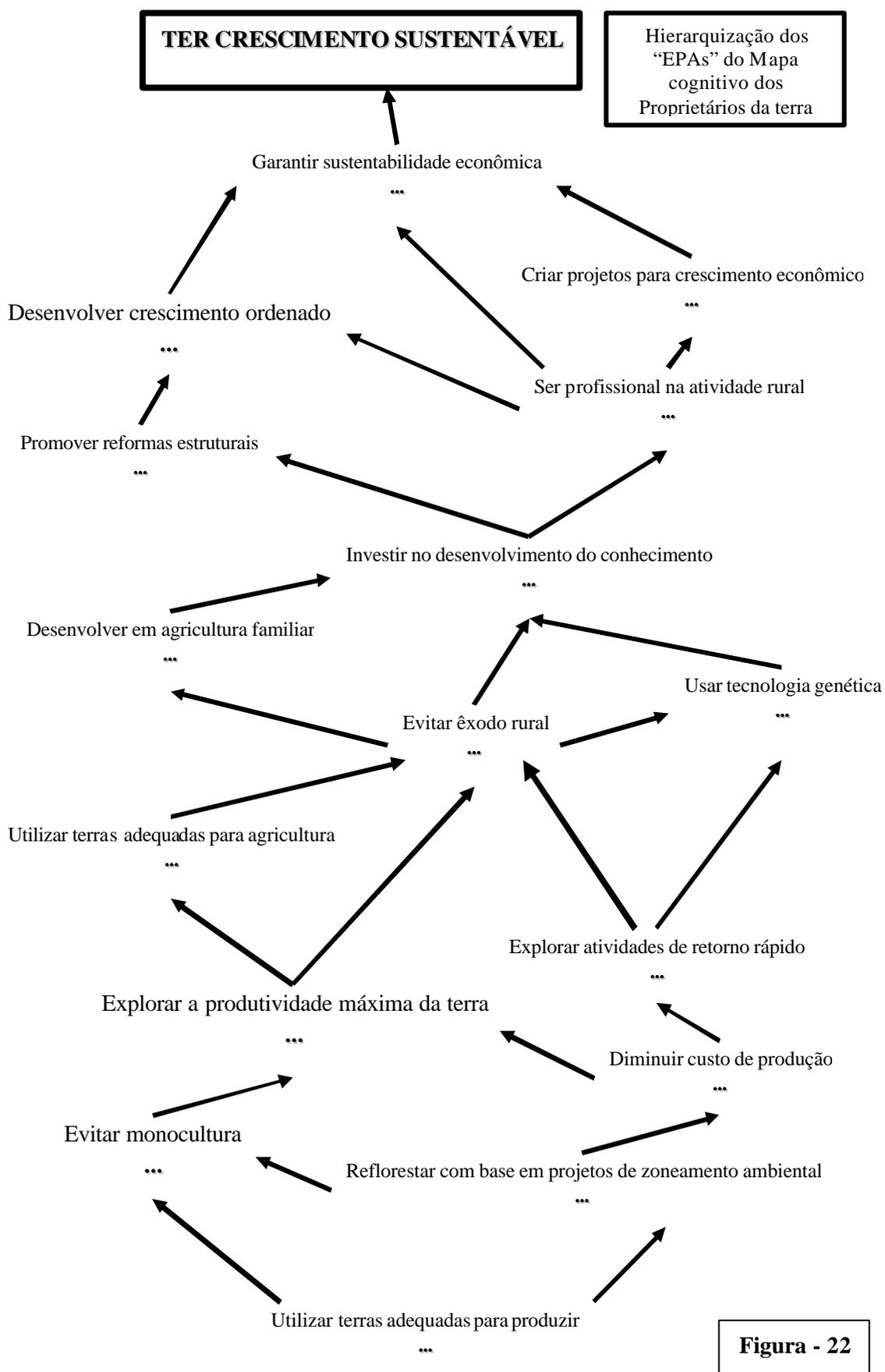


Figura 21



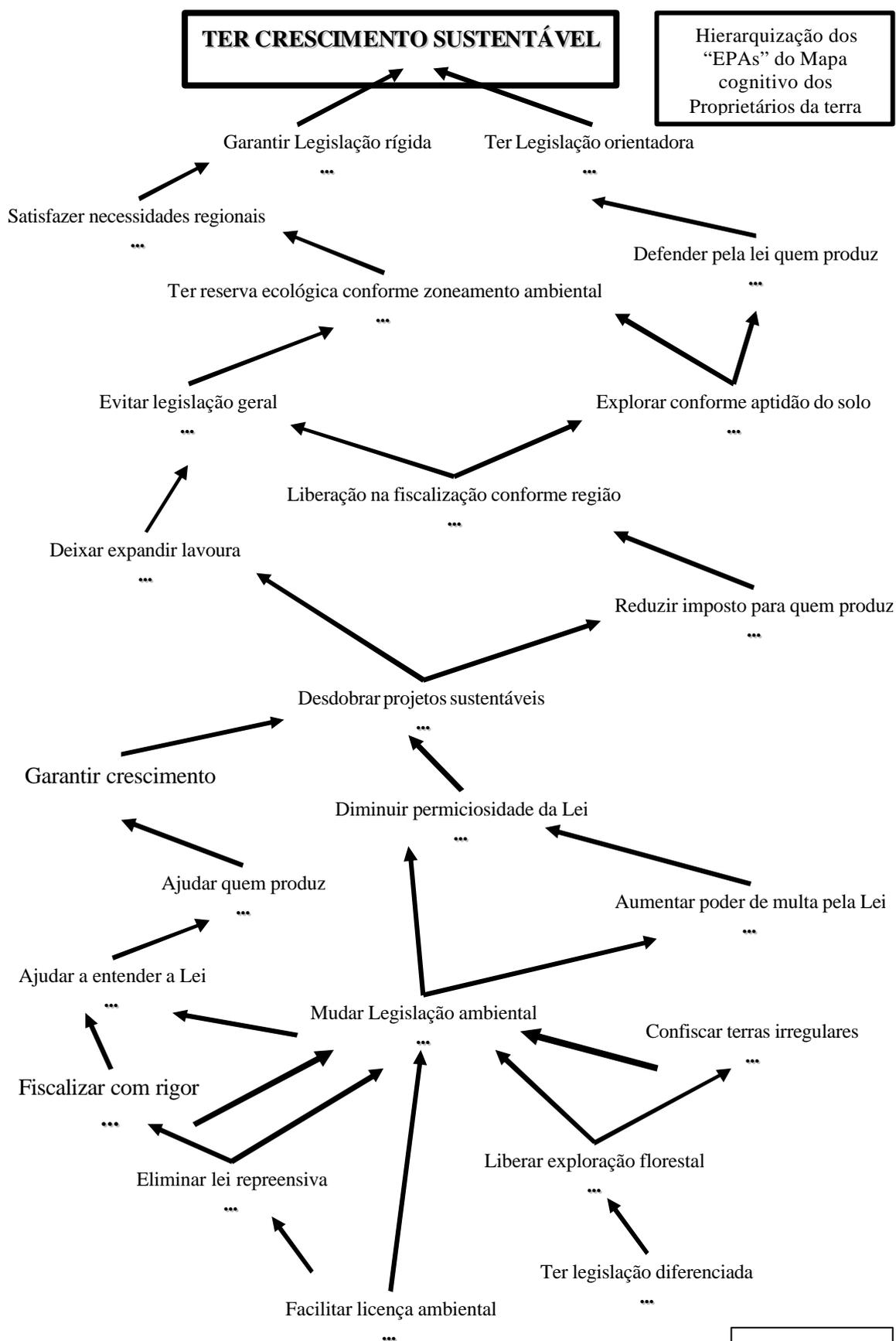


Figura - 23

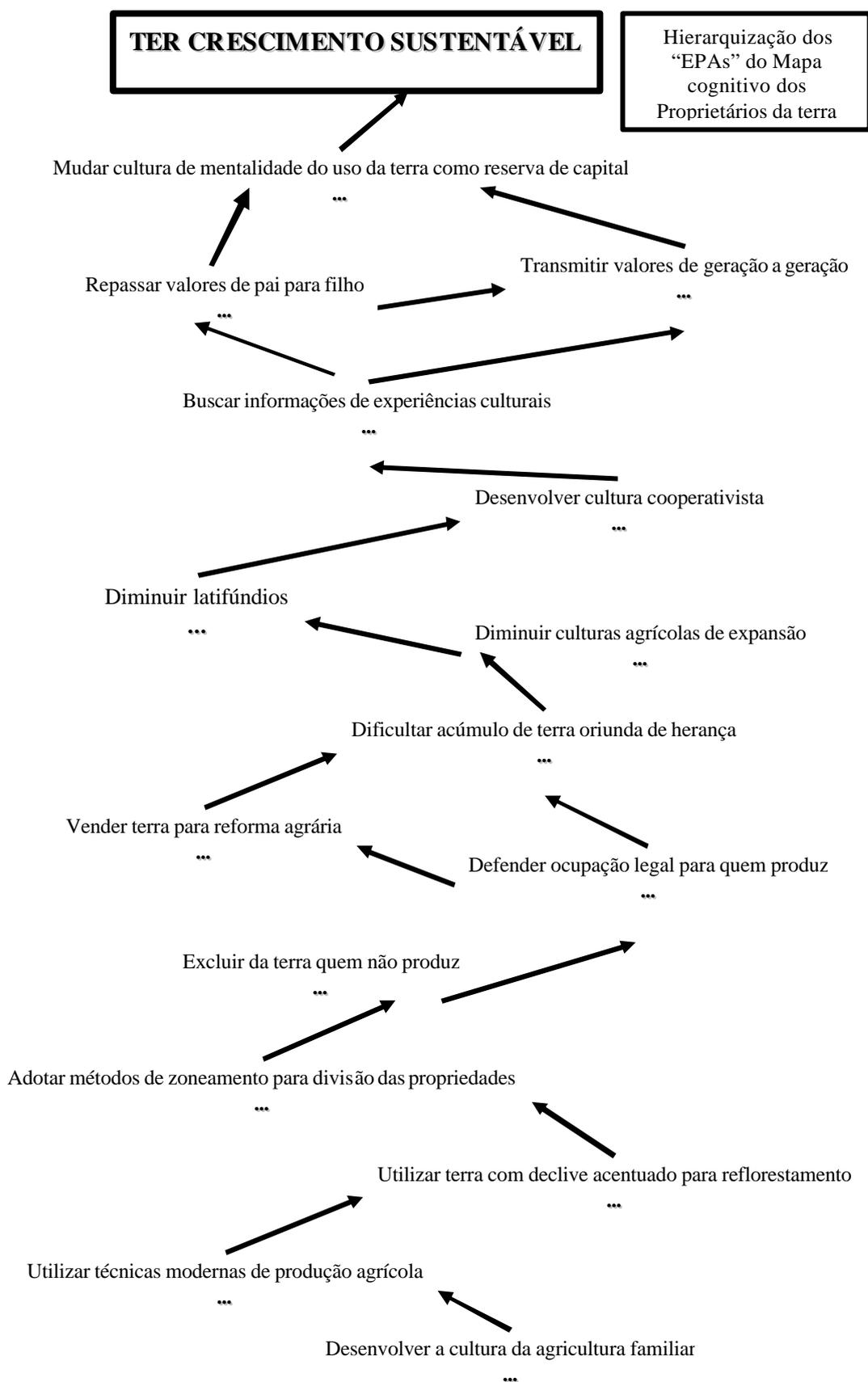


Figura - 24

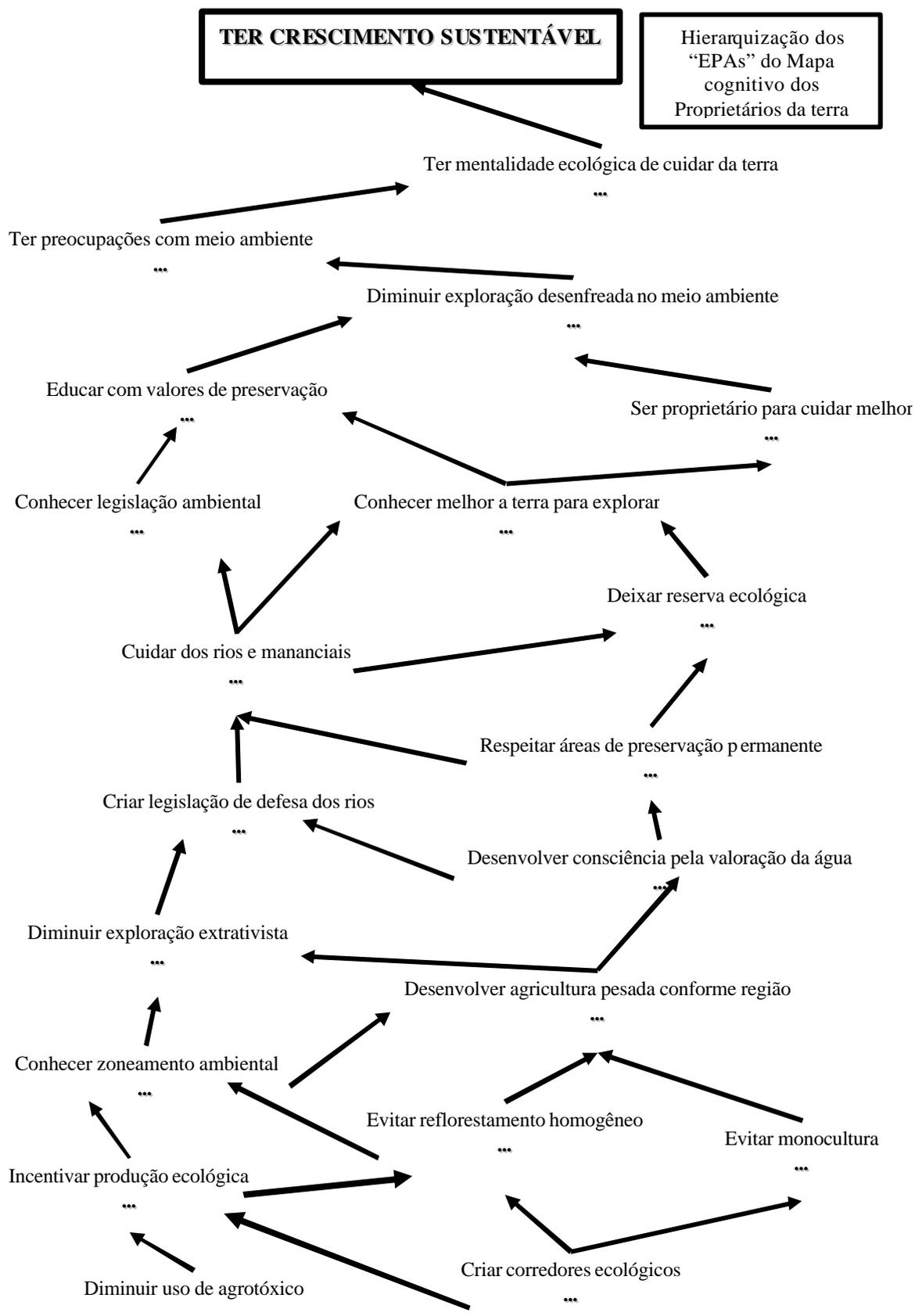


Figura - 25

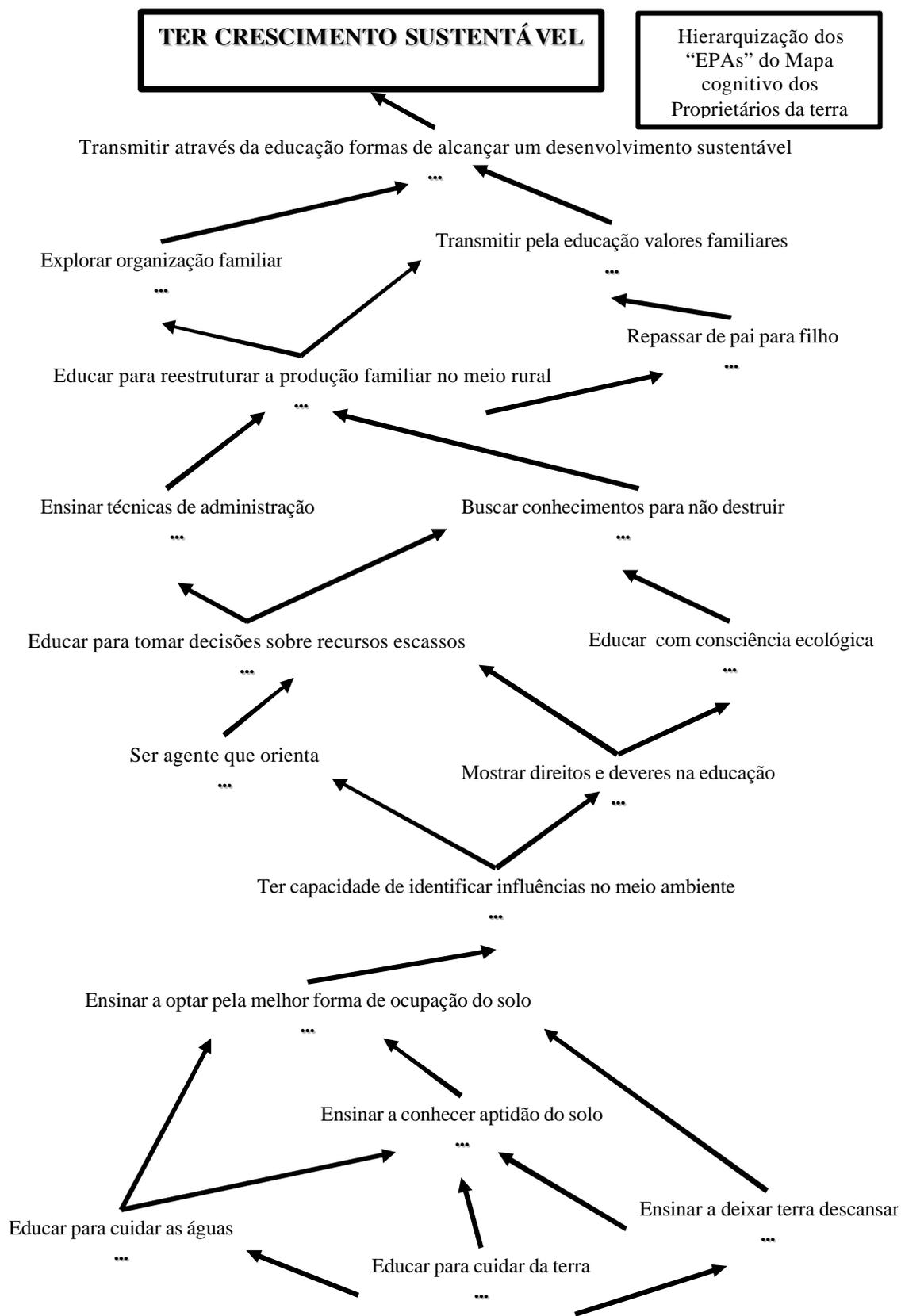


Figura - 26

9.4 – APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO E DEFINIÇÃO DO MAPA COGNITIVO DOS “PVFs” E DOS “PVEs” DOS ATORES ATUANTES NO MEIO RURAL.

Há uma distinção fundamental a ser feita entre Ponto de Vista Fundamental (PVF) e Ponto de Vista Elementar (PVE). Um Ponto de Vista Fundamental é um fim em si mesmo e normalmente a literatura trata como critério. Os Pontos de Vista Fundamentais “PVFs” têm que refletir um valor isolável em si. Já os Pontos de Vista Elementares “PVEs” são meios para se alcançar Pontos de Vista Fundamentais (HOLZ, 1999, p 134).

Geralmente, é no processo de formação do mapa cognitivo, que leva a compreensão dos Pontos de Vista Elementares e que as ações aparentes, representam um Ponto de Vista Fundamental. Sempre que se desejar decompor o eixo de avaliação, é necessário identificar Pontos de Vista Elementar (PVE). Os Pontos de Vista Elementares (PVE) decompõem um “PVF”, permitindo uma melhor avaliação da performance das ações potenciais no ponto de vista considerado. Com esse processo, eles permitem uma maior compreensão do que um Ponto de Vista Fundamental “PVF” que pretende levar em conta toda estratégia das ações. Essa decomposição utiliza uma lógica arborescente, em que um ponto de vista mais complexo de ser mensurado é decomposto em “PVEs” de mais fácil mensuração. Os Pontos de Vista Elementares “PVE” que decompõem um “PVF” devem ser mutuamente exclusivos e coletivamente necessitam fornecer uma caracterização exaustiva do “PVF”. Um “PVE” pode ser dividido em Sub-Pontos de Vista Elementares (Sub-PVE), quando for necessário explicar o PVE em mais dimensões. Tendo a compreensão destes conceitos, pode-se evoluir da construção do mapa cognitivo para a árvore dos Pontos de Vista Fundamentais “PVFs”. Uma vez que, a evolução no processo da montagem do mapa cognitivo, para a formação dos “PVE” e chegar aos “PVFs”, permitiram o caminho de identificar o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da Terra: entre os atores que estão na legalidade “versus” os excluídos dessa posse da terra.

O processo de confecção dos mapas deu origem a um trabalho minucioso de forma que todas as idéias, lançadas e coletadas nas entrevistas, fossem identificadas e hierarquizadas. Um dos mapas representa o pensamento do grupo dos **PROPRIETÁRIOS** que, efetivamente, tem como “*Rótulo*” ou “*Objetivo Estratégico*” a mentalidade ocupacional mostrada no mapa cognitivo que em sua estrutura máxima de estratégia ocupacional está definida em: “**TER CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**”. Conseqüentemente e,

paradoxalmente, o pensamento do grupo dos **EXCLUÍDOS** da posse e/ou ocupação da Terra, têm como **“Rótulo”** ou **“Objetivo Estratégico”** representado no mapa cognitivo, uma mentalidade voltada e definida em: **“TER GARANTIAS DE SOBREVIVÊNCIA”**.

Estes objetivos estratégicos, que envolvem os dois grupos de atores pesquisados, têm suas ações voltadas para o eixo que forma o mapa cognitivo e se distribuem na decomposição dos “PVFs” e dos “PVEs” em direção as ações dos mesmos. De um lado estão os proprietários de terras, amparados por dispositivos legais e, de outro lado, os excluídos, secundados por fortes correntes ideológicas, culturais, educacionais que lhes prometem sucesso na luta. As tensões vão se acentuando na medida que a mentalidade de ocupação da terra são cada vez mais divergentes entre si. É preciso colocar esta questão da mentalidade ocupacional em termos mais amplos, que contemplem os direitos à propriedade e a modernização da atividade agropastoril e, acima de tudo, o princípio de subsidiaridade, que deve reger toda administração humana. A primeira e fundamental posse que cada um consegue ter é a posse de seu próprio ato: o ato de agir e pensar. É capaz de auto-determinar-se, decide entre agir e não agir; agir deste ou daquele modo. É pela posse que cada um tem, de si mesmo, estende-se, pois, para além da própria maneira de pensar: de ter uma mentalidade de ecovisão sustentável ou não.

De modo particular, o afã de encontrar as linhas de costura em véis à guisa de compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, entre os dois grupos de atores, seguiram-se a partir da Metodologia Multicritério de Apoio a Decisão - MCDA - que levou a identificação dos “PVFs”. Definido-os assim: **EDUCAÇÃO, ECOLOGIA, ELEMENTOS CULTURAIS, LEGISLAÇÃO, ECONOMIA, POSSE E OCUPAÇÃO e POLÍTICAS** - que dinamizam as perspectivas para busca de soluções que volte-se para um consenso construído com coerência e responsabilidade e, também, que sejam voltados para uma ecovisão sustentável: entre os dois grupos atuantes no meio rural.

As figuras 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 representam de forma hierárquica dos *clurstes* da mentalidade ocupacional em que os PVFs, PVEs e as AÇÕES dos grupos dos atores **EXCLUÍDOS** de maneira clarificada. Já as figuras 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40 representam, da mesma forma hierárquica, os *clusters* da mentalidade ocupacional em que os “PVFs”, “PVEs” e as AÇÕES sobre a mentalidade dos atores **PROPRIETÁRIOS** da posse e ocupação da terra são, também, clarificados.

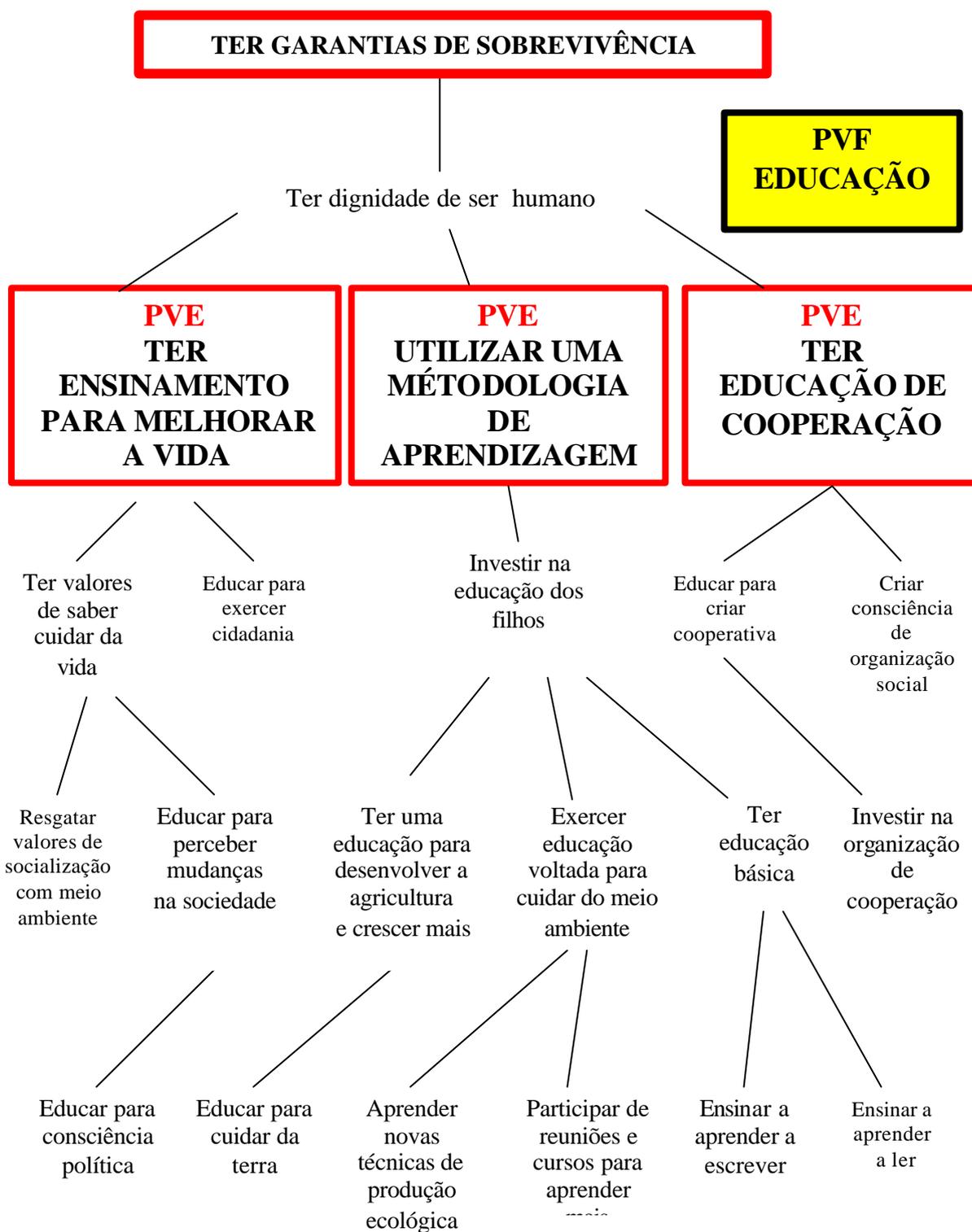


Figura - 27
PVF e PVE – dos
EXCLUÍDOS
da posse da terra

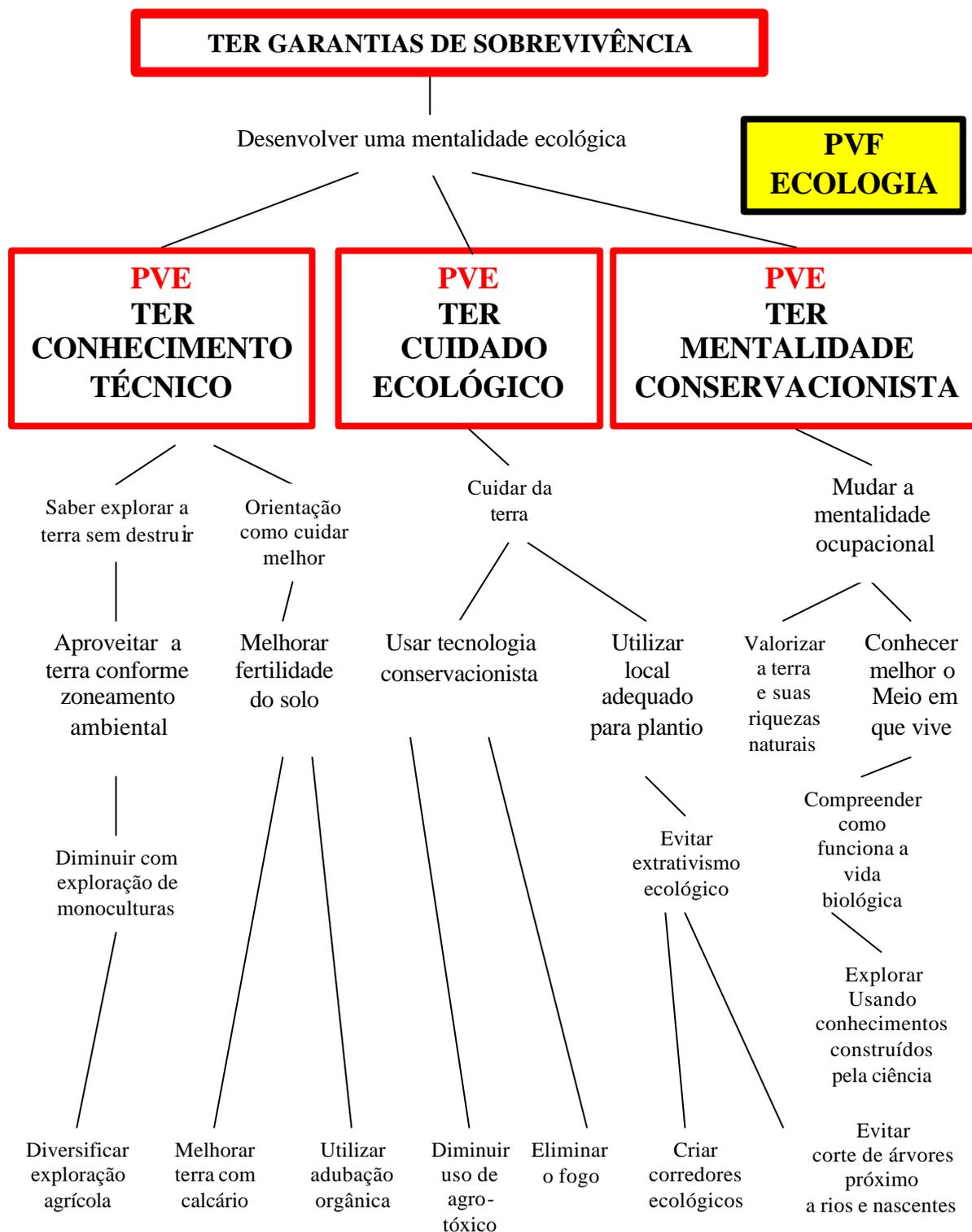


Figura - 28
PVF e PVE – dos
EXCLUÍDOS
da posse da terra

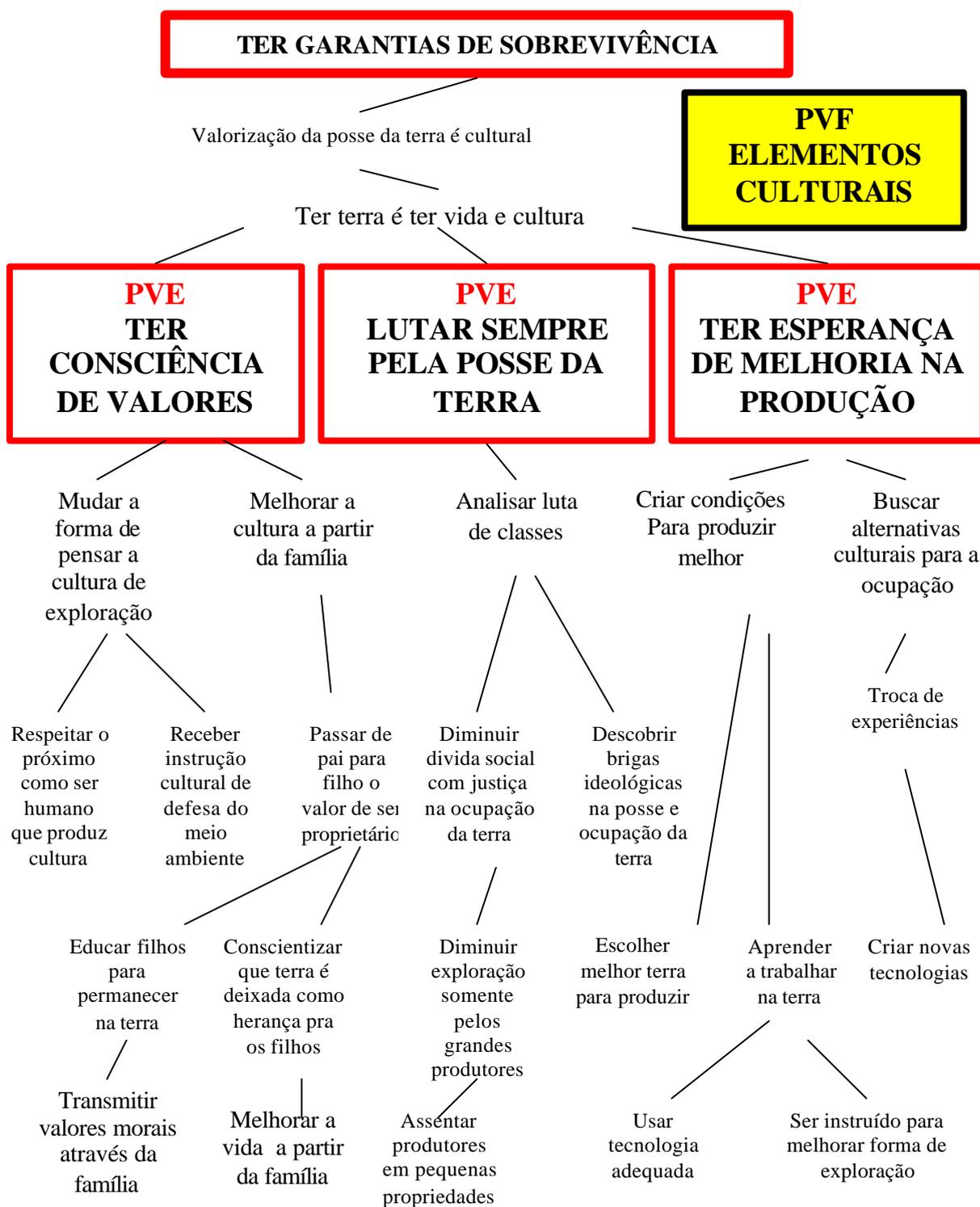


Figura 29
PVF e PVE – dos
EXCLUÍDOS
da posse da terra

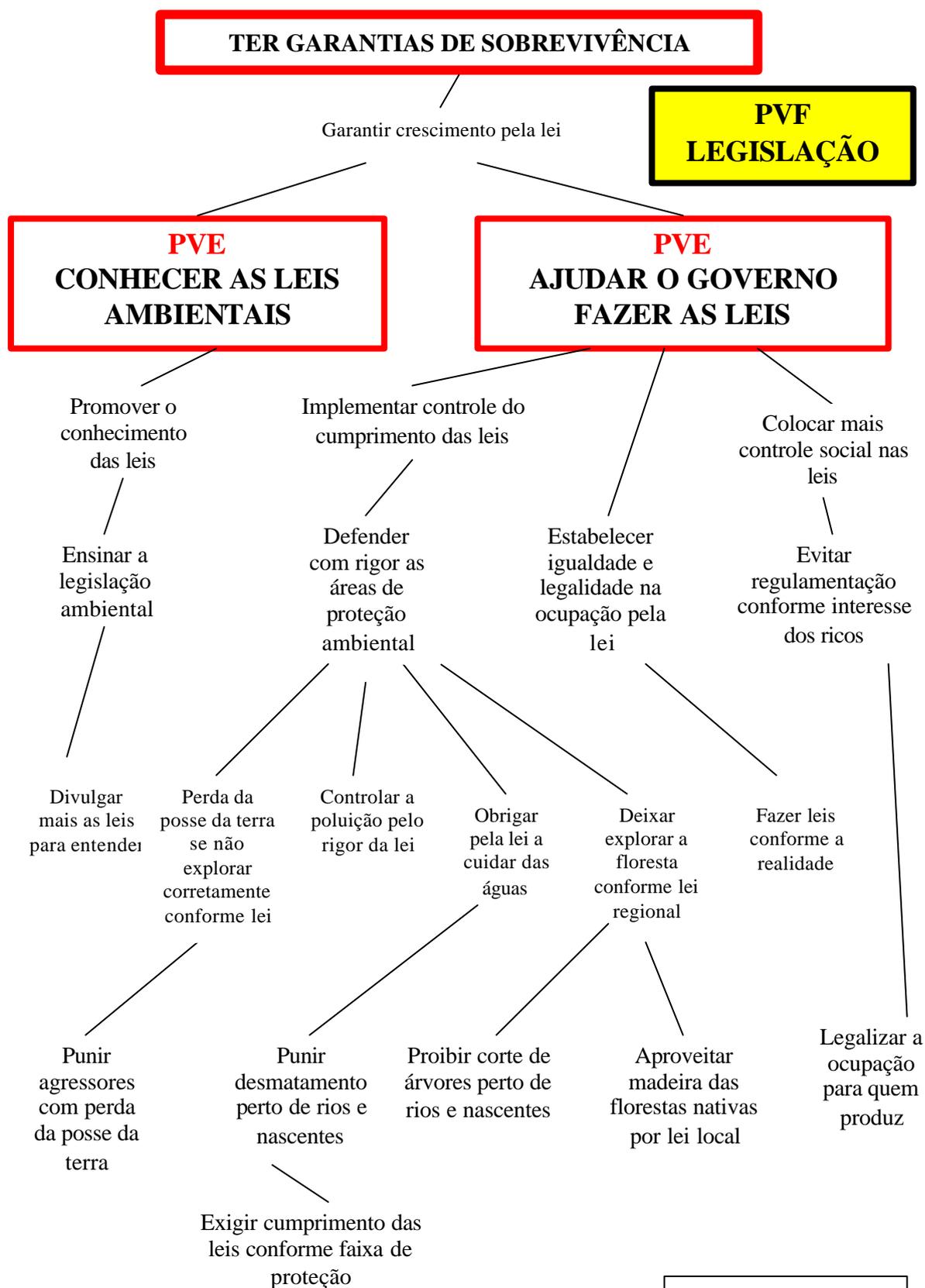


Figura - 30
PVF e PVE – dos
EXCLUÍDOS
da posse da terra

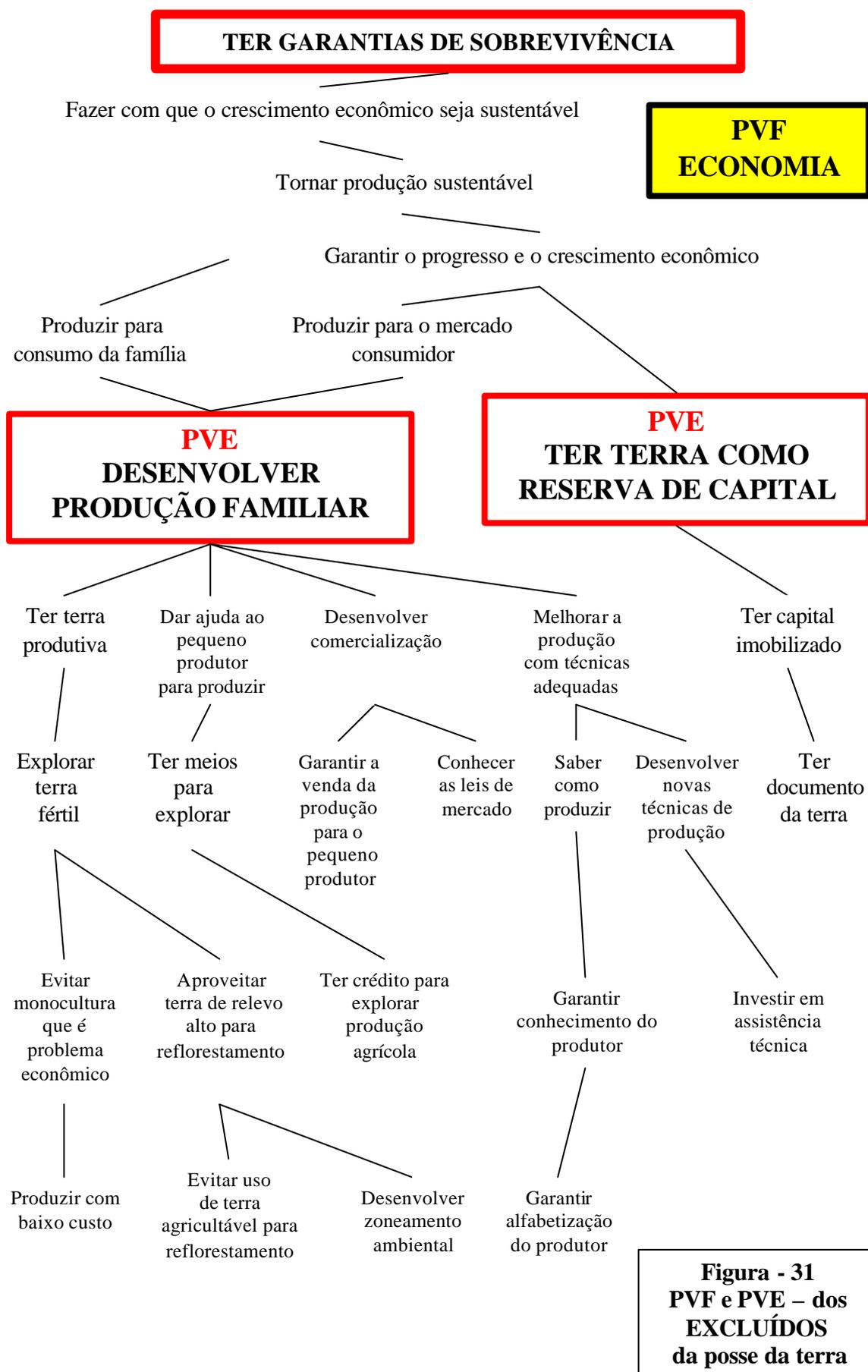




Figura 32
PVF e PVE – dos
EXCLUÍDOS
da posse da terra

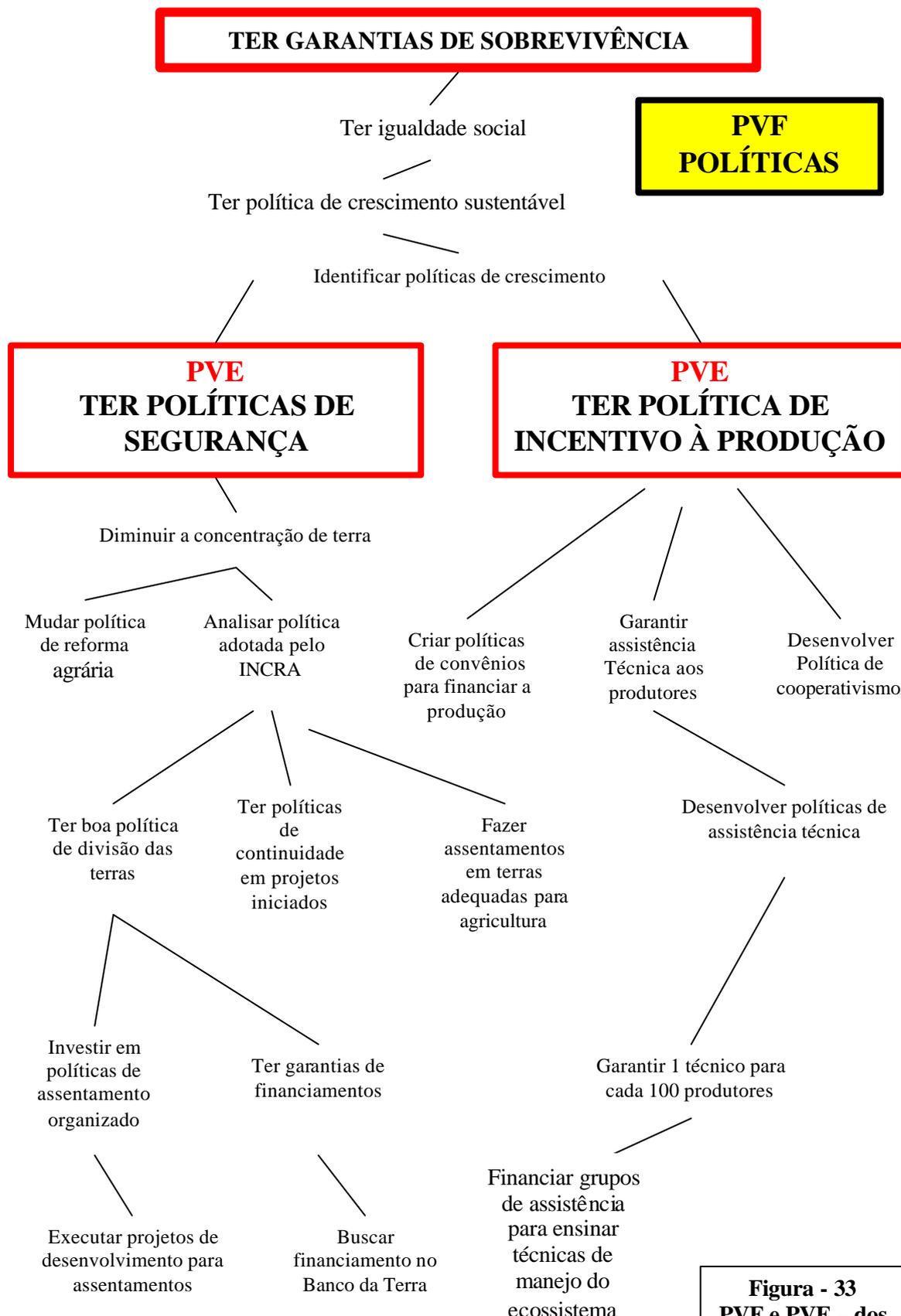


Figura - 33
PVF e PVE – dos
EXCLUÍDOS
da posse da terra

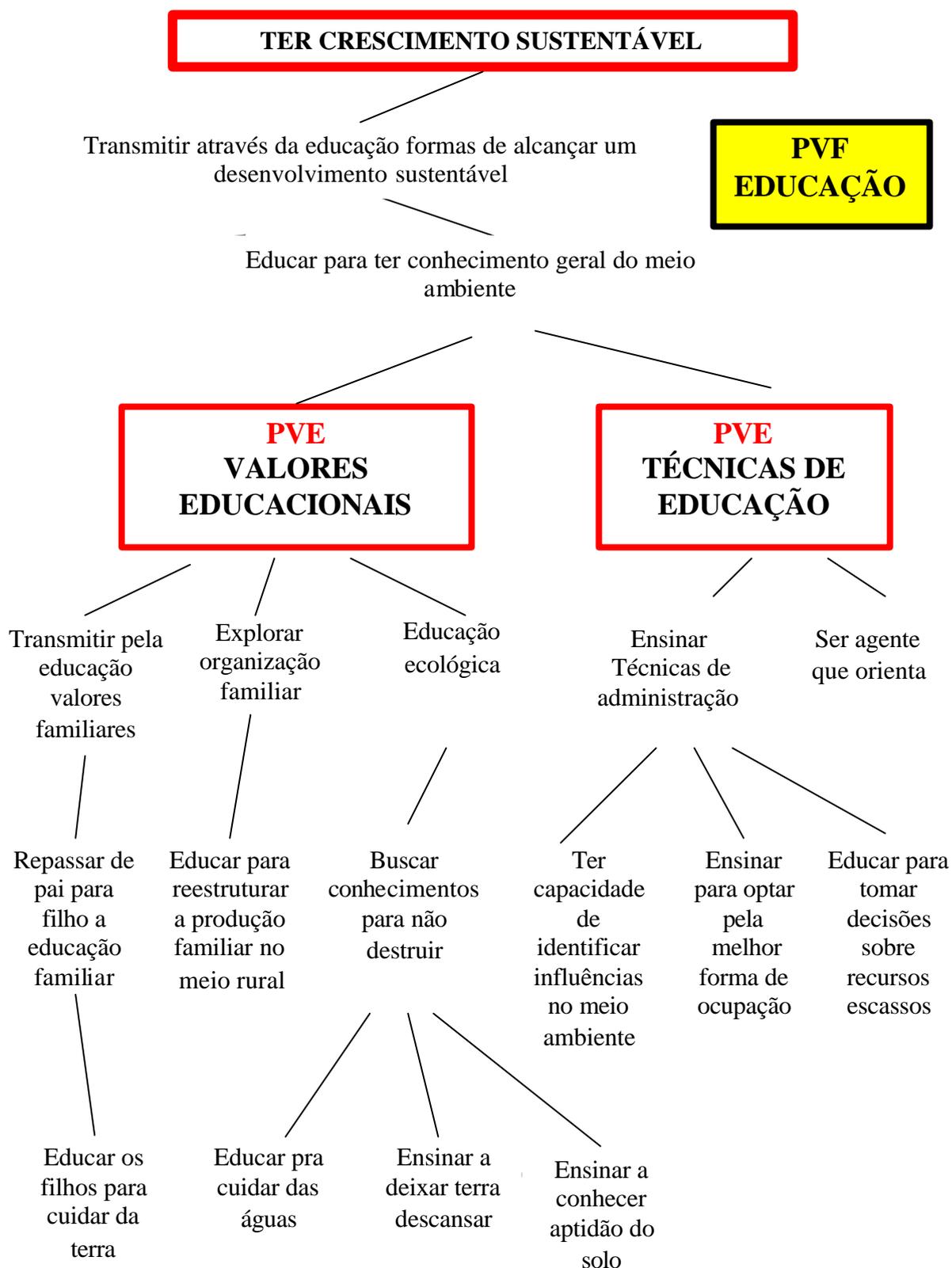


Figura 34
PVF e PVE
PROPRIETÁRIO
da Terra

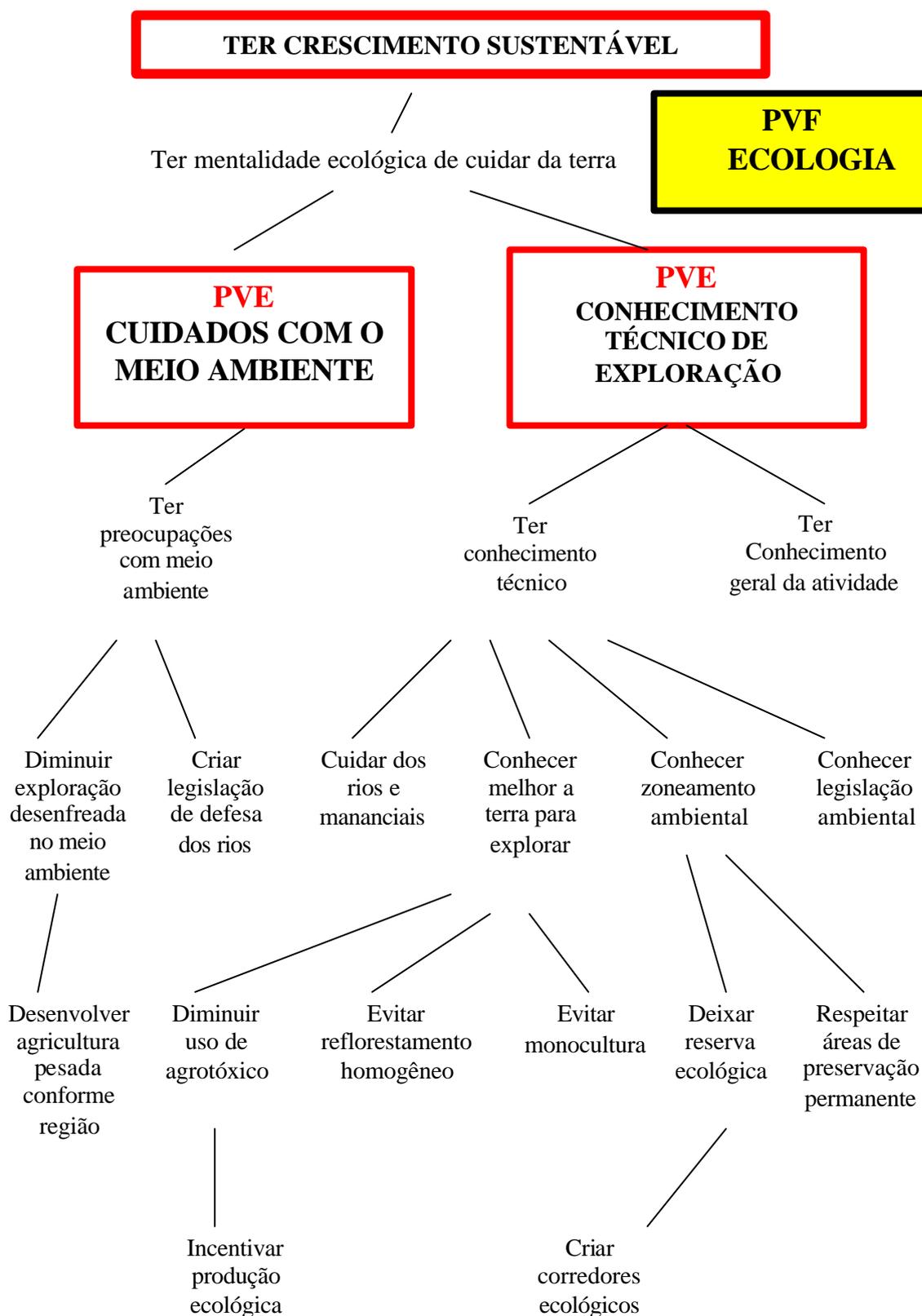


Figura - 35
PVF e PVE –
PROPRIETÁRIO
da terra

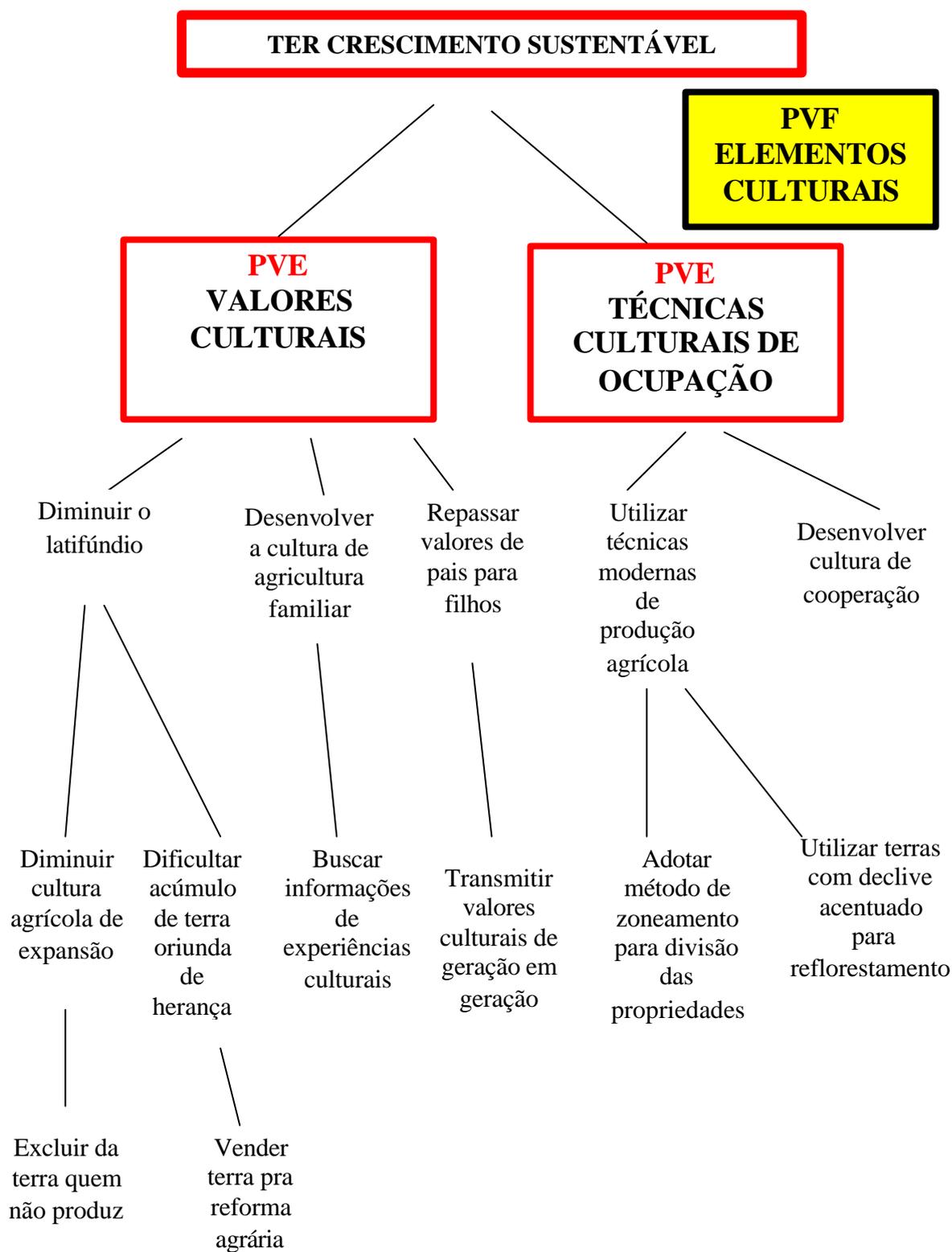


Figura - 36
PVF e PVE –
PROPRIETÁRIO
da terra

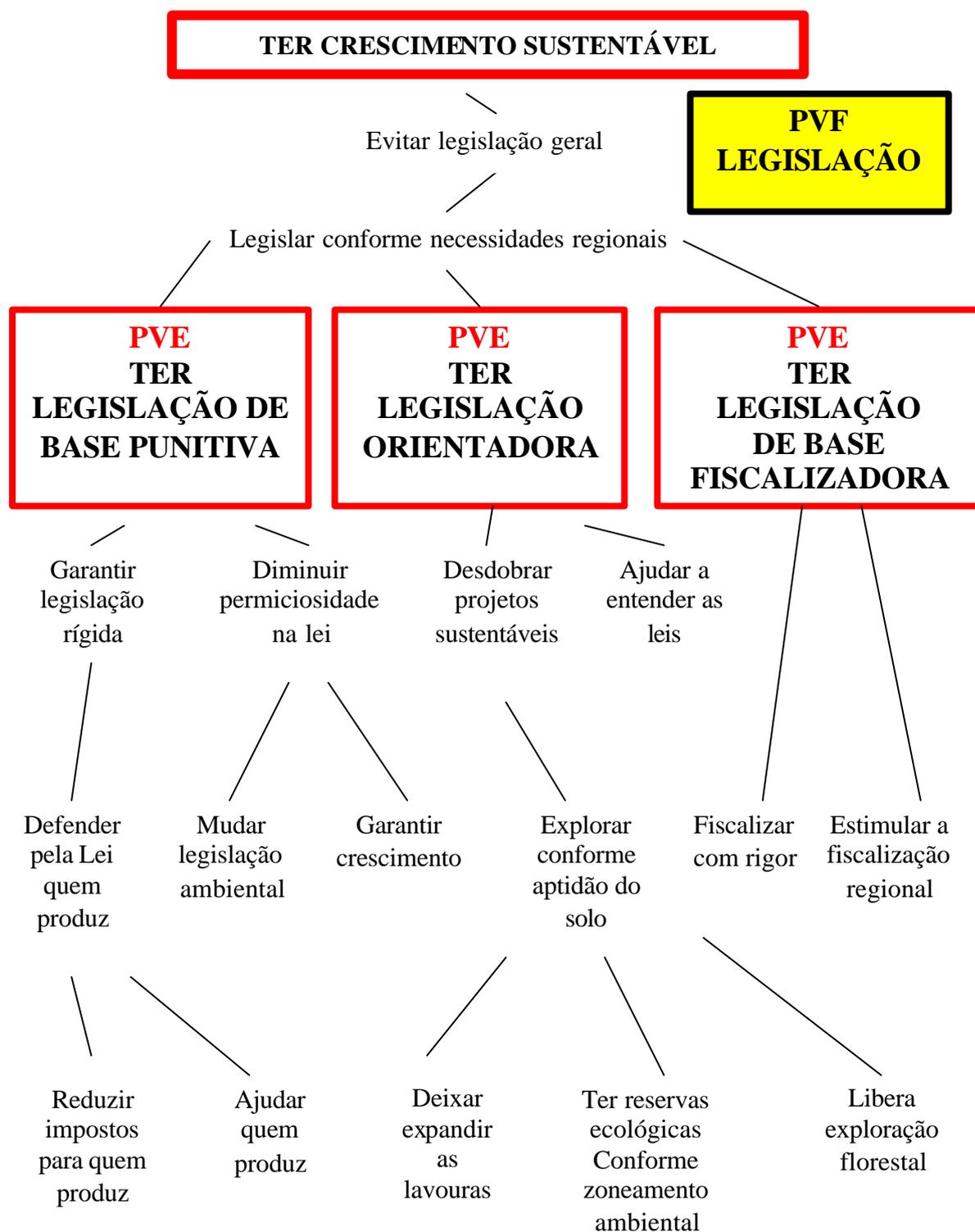


Figura - 37
PVF e PVE –
PROPRIETÁRIO
da terra

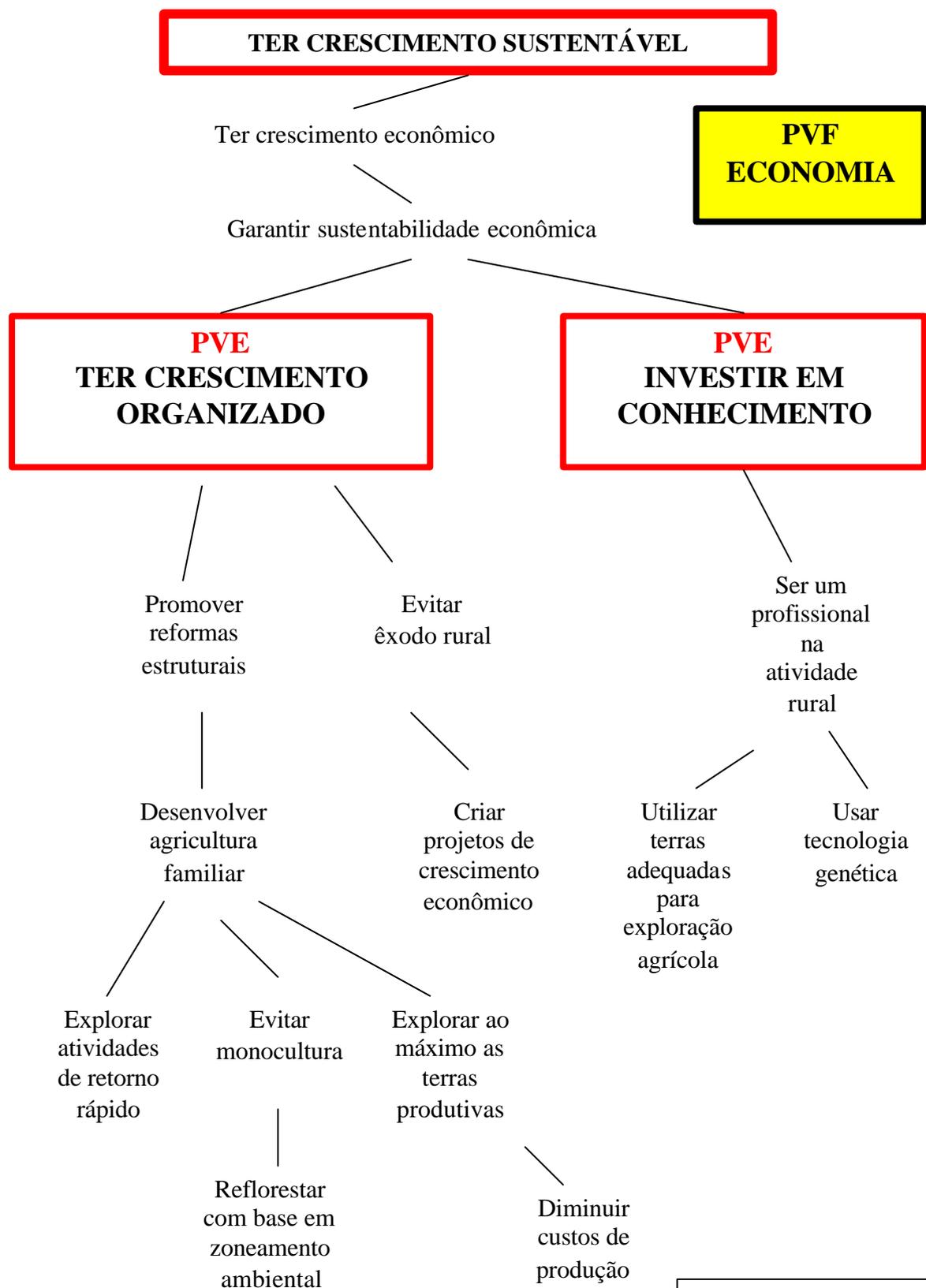


Figura - 38
PVF e PVE –
PROPRIETÁRIO
da terra

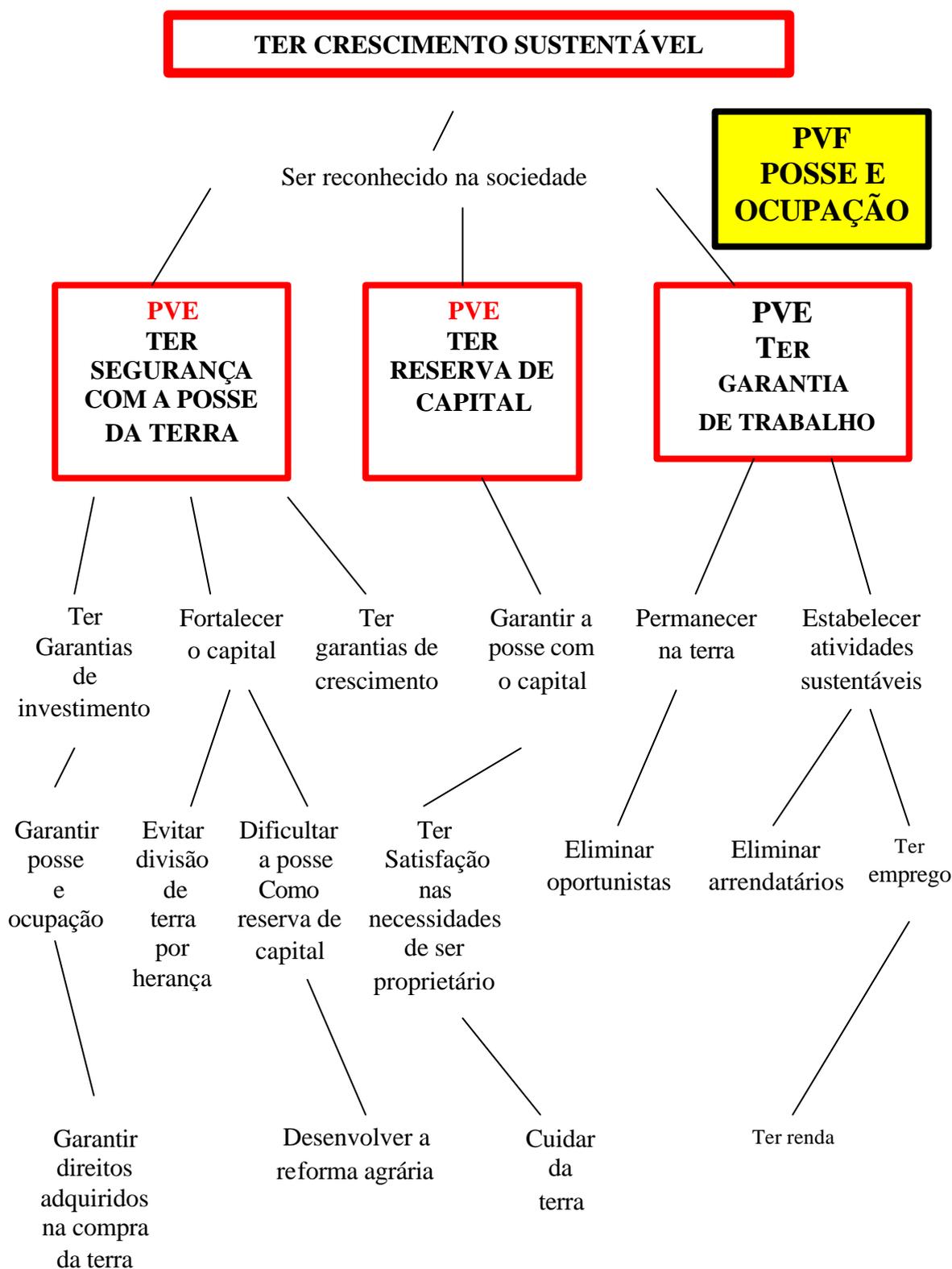


Figura - 39
PVF e PVE –
PROPRIETÁRIO
da terra

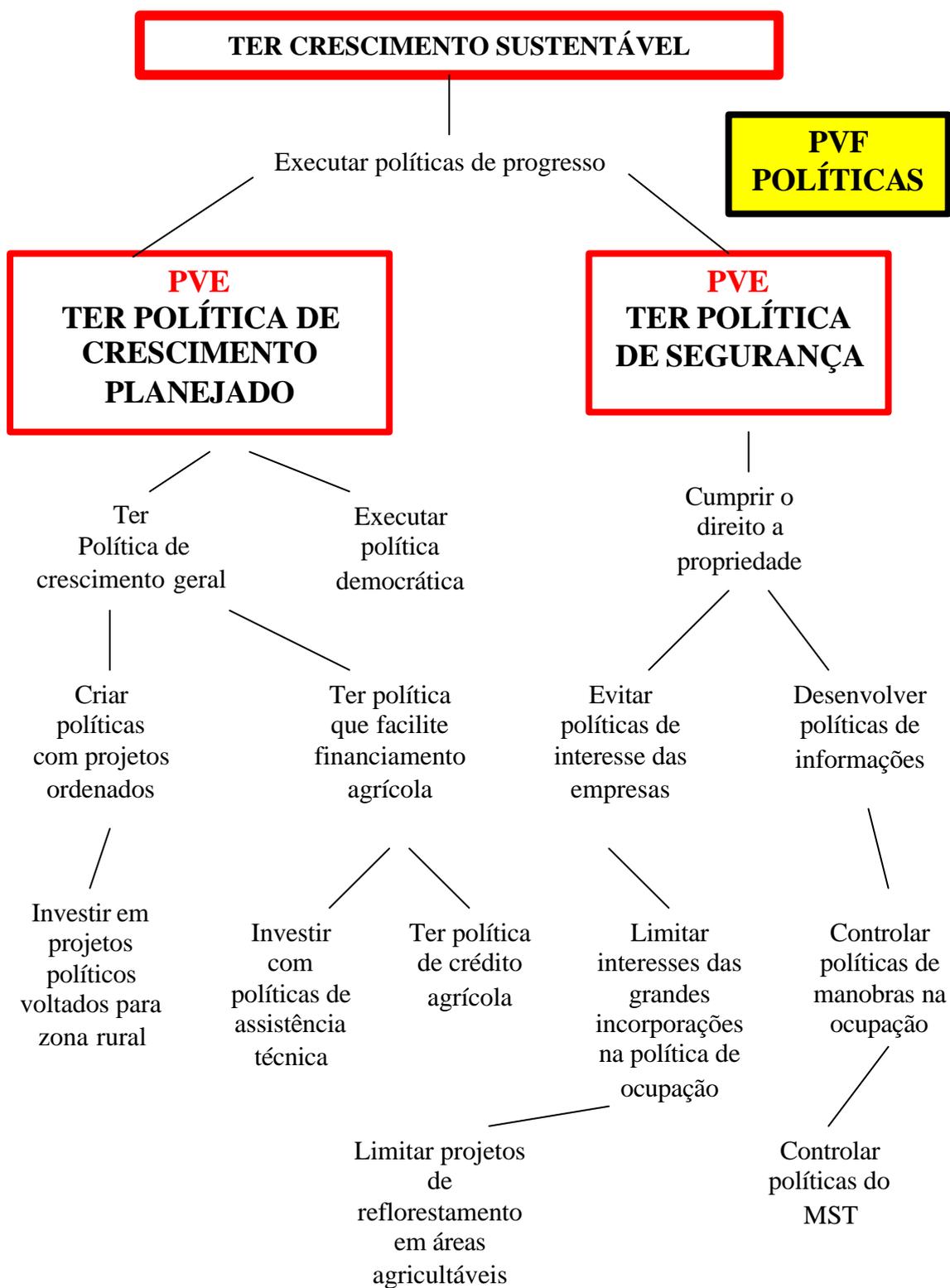


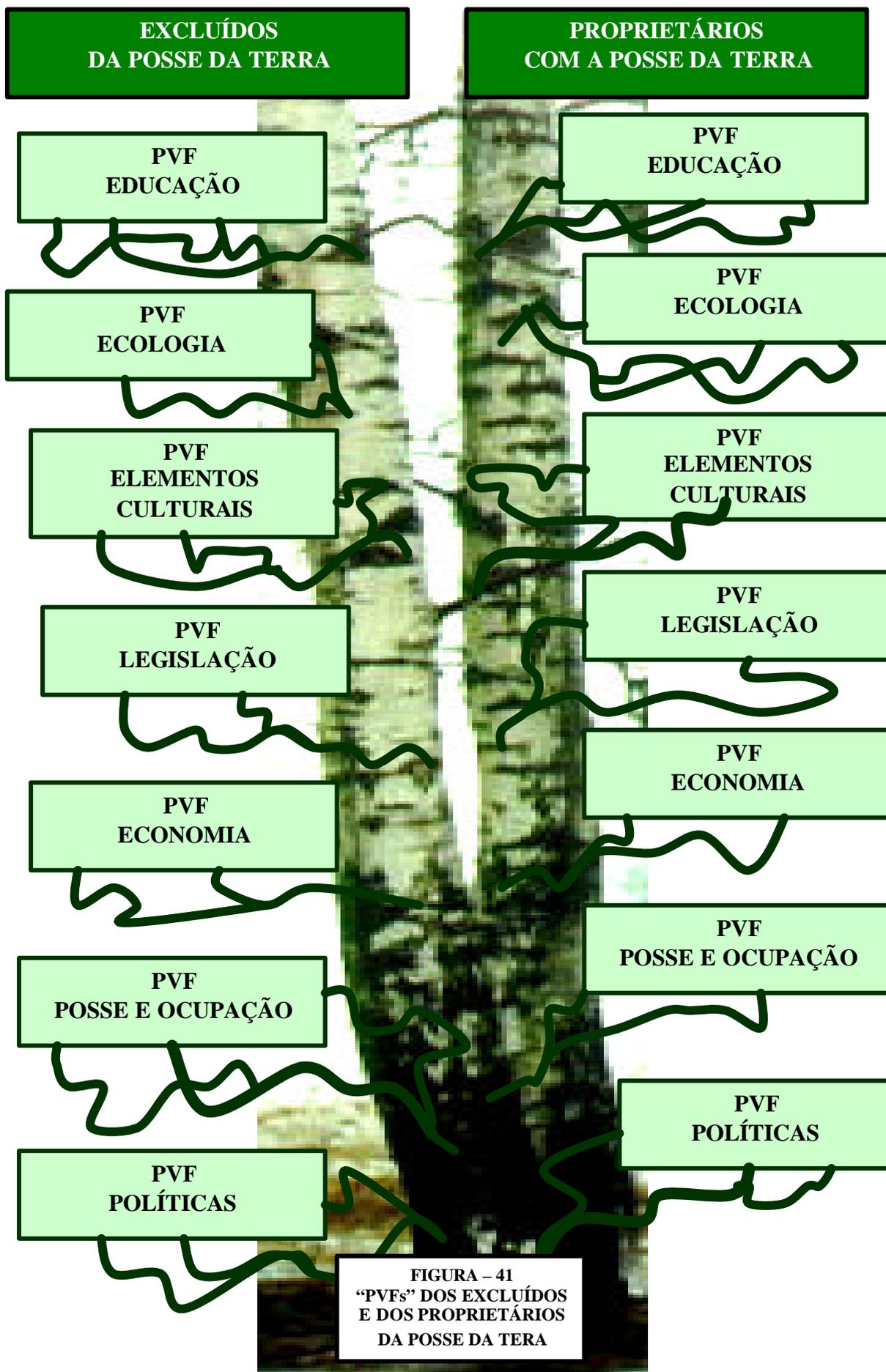
Figura - 40
PVF e PVE –
PROPRIETÁRIO
da terra

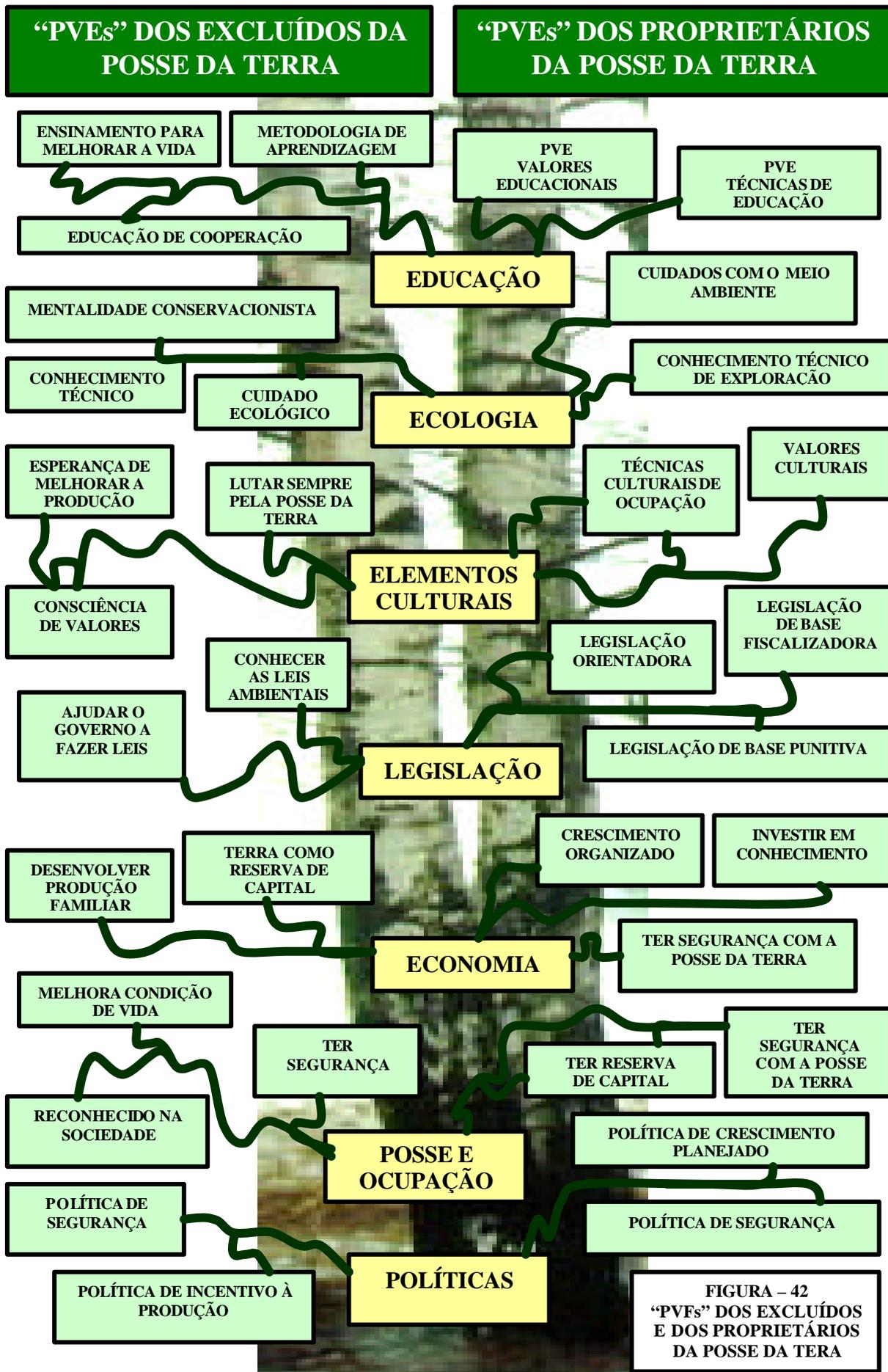
9.5 – APRESENTAÇÃO DA ÁRBORESCÊNCIA DOS “PVFs” E DOS “PVEs” PROPRIETÁRIOS “VERSUS” EXCLUÍDOS.

Faz-se, em suma, a seguir, uma espécie de apresentação dos “PVFs” e “PVEs” sob a ótica criteriosa das sugestões e das “AÇÕES” dos atores atuantes no meio rural. Essa representação exposta na arborescência mostra claramente as linhas de pensamento dos atores que formaram os dois grupos. Pelos resultados da pesquisa observa-se que os “PVFs” são os mesmos, tanto para os proprietários como para os excluídos da posse e ocupação da Terra.

O processo de análise voltado para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, que originou esse trabalho minucioso, perpassou pela construção dos dois mapas cognitivos representando, assim, a mentalidade dos dois grupos de atores: os proprietários e os excluídos. Efetivamente, por excelência, destaca-se como **‘Rótulo’** ou **‘Objetivo Estratégico’**, o ponto de apoio aparente da mentalidade de ocupação da Terra, estampada no mapa-cognitivo dos **‘EXCLUÍDOS’** que se definiu como: **‘TER GARANTIAS DE SOBREVIVÊNCIA’**. Conseqüentemente e, paradoxalmente, o pensamento do grupo dos **‘PROPRIETÁRIOS’** da posse e/ou ocupação da Terra, têm como rotulagem estampada no mapa cognitivo, uma mentalidade objetivada, voltada para: **‘TER CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL’**

A representação da arborescência, em que os “PVFs” e “PVEs” devidamente conceituados, definidos e hierarquizados para que a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da terra, entre os dois grupos pesquisados, é exposta na forma de figuras. Na figura nº 41 mostram-se de forma geral os “PVFs” e, na seqüência, a figura de nº 42, mostram-se de forma holística os “PVEs” dos dois grupos de atores: os excluídos “versus” os proprietários. Assim sendo, no panorama geral das duas figuras são apresentados os conceitos oriundos do *“brainstorming”* com os atores que formam os dois grupos, para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da terra, voltada para o crescimento e/ou desenvolvimento sustentável.

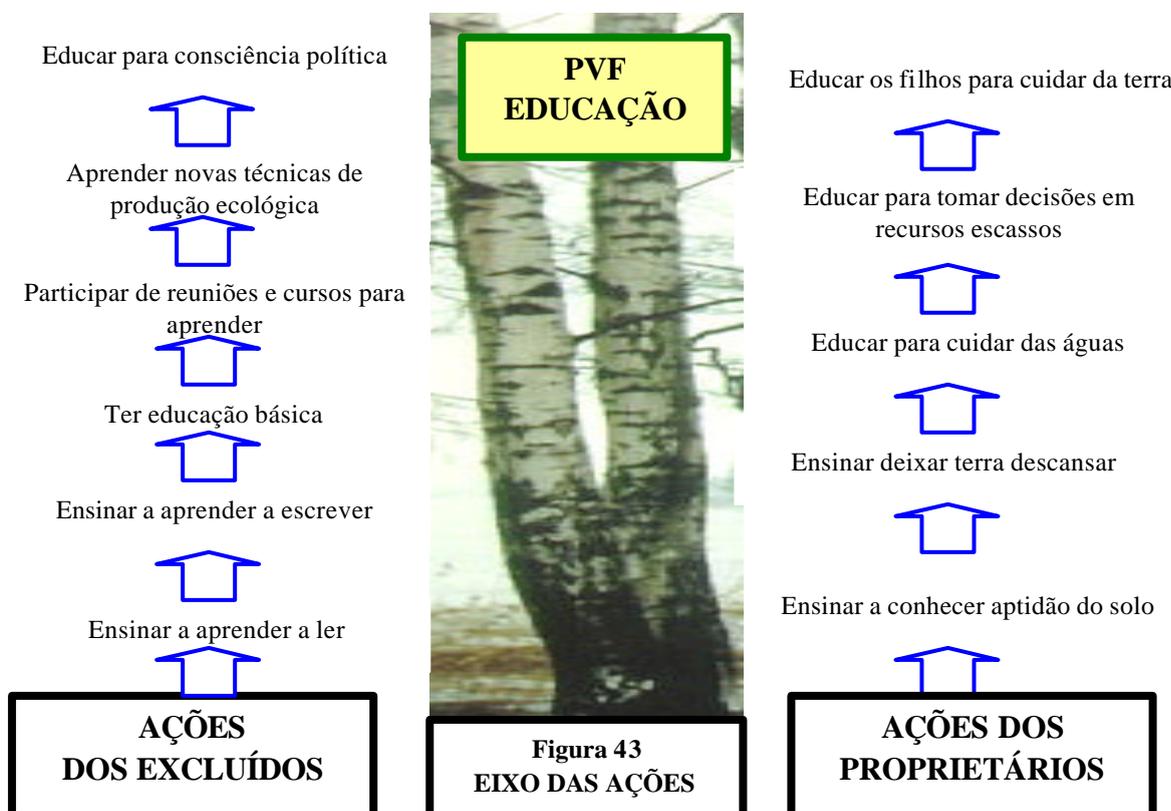


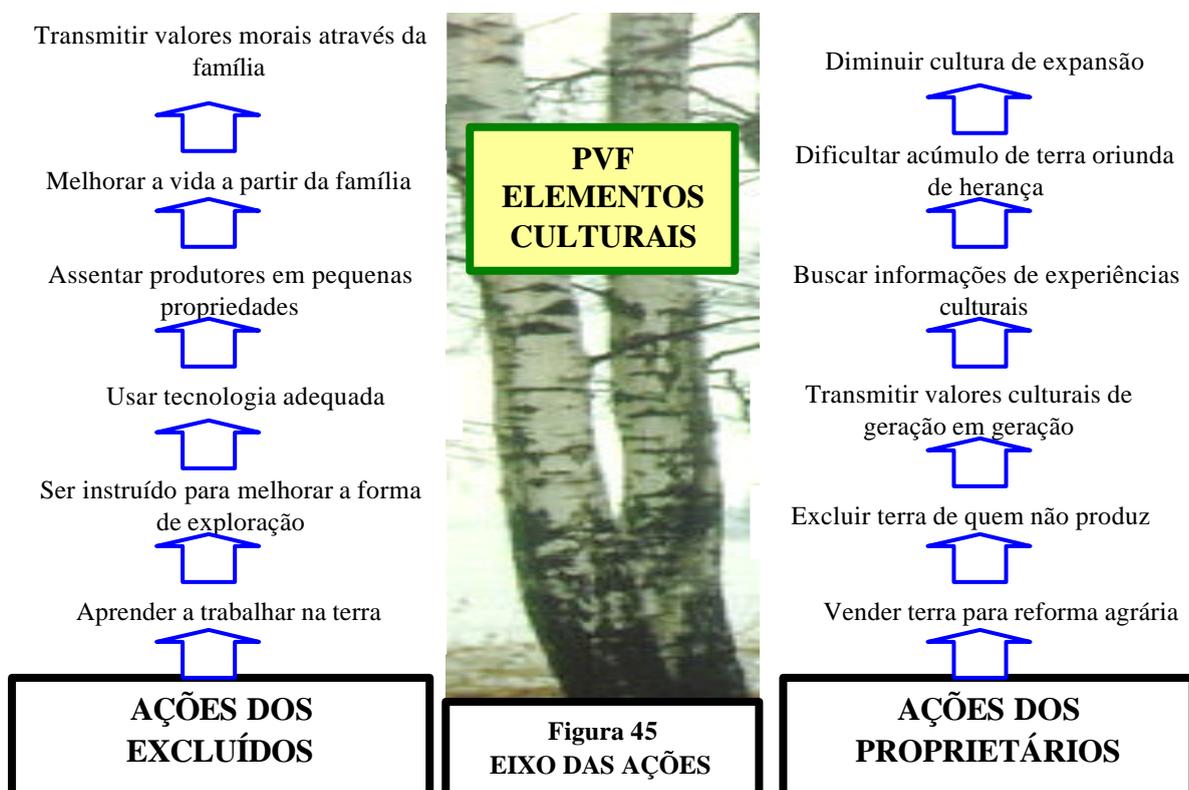
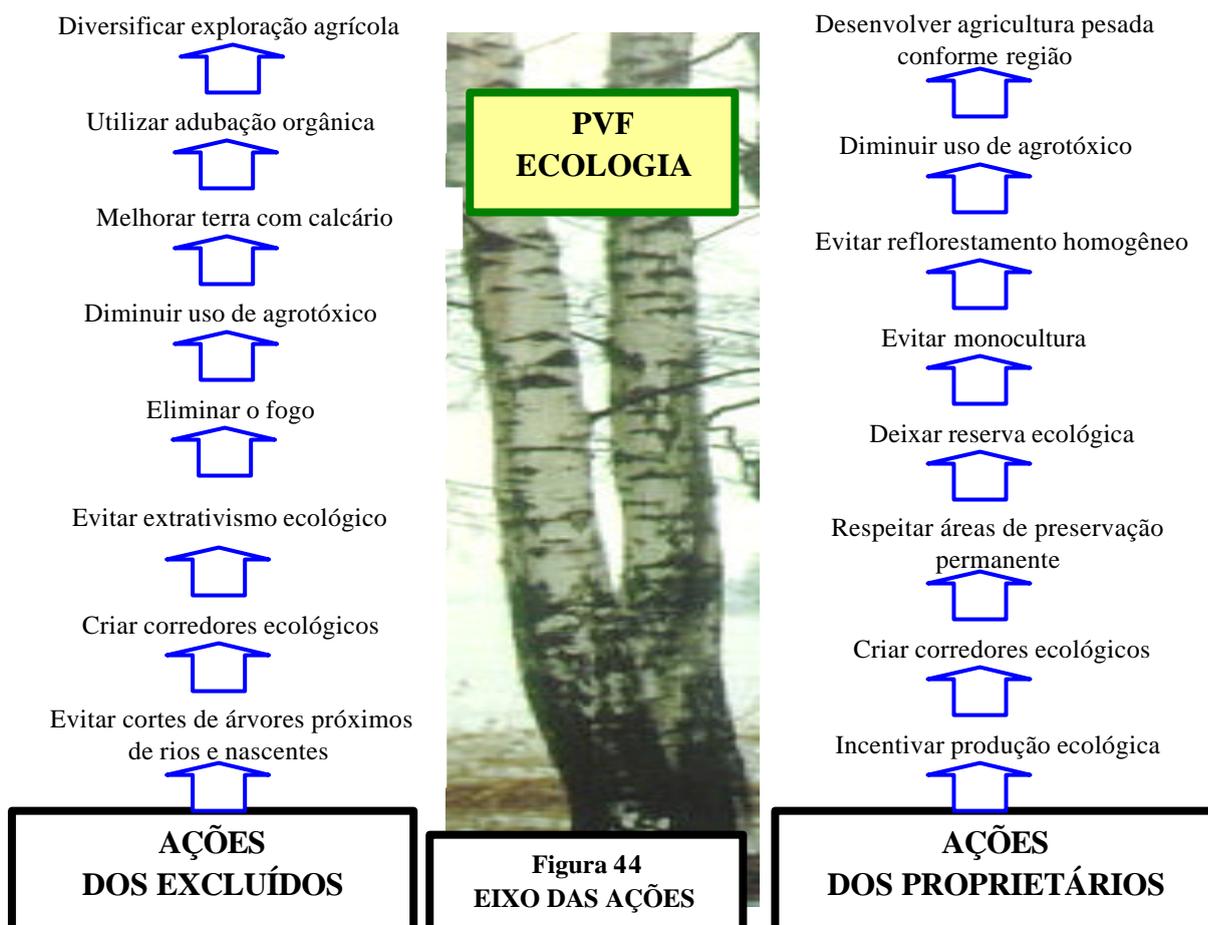


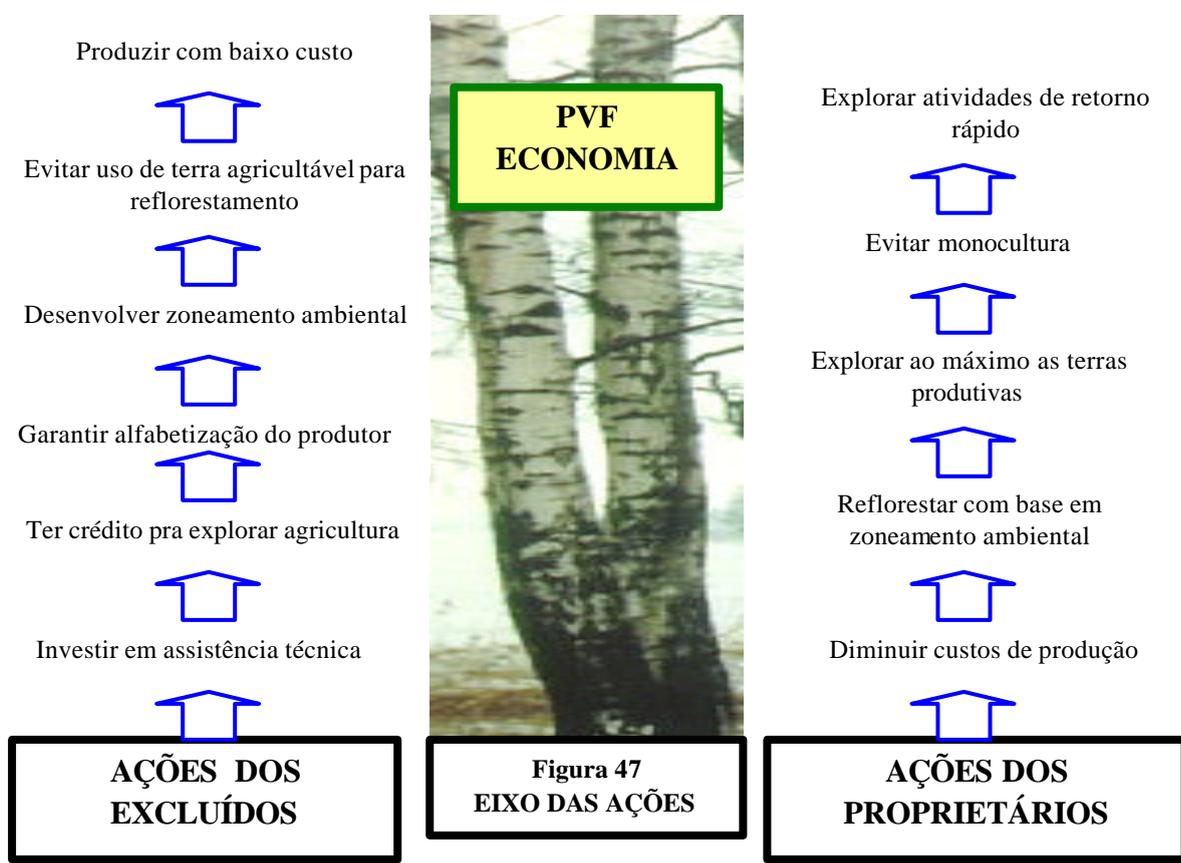
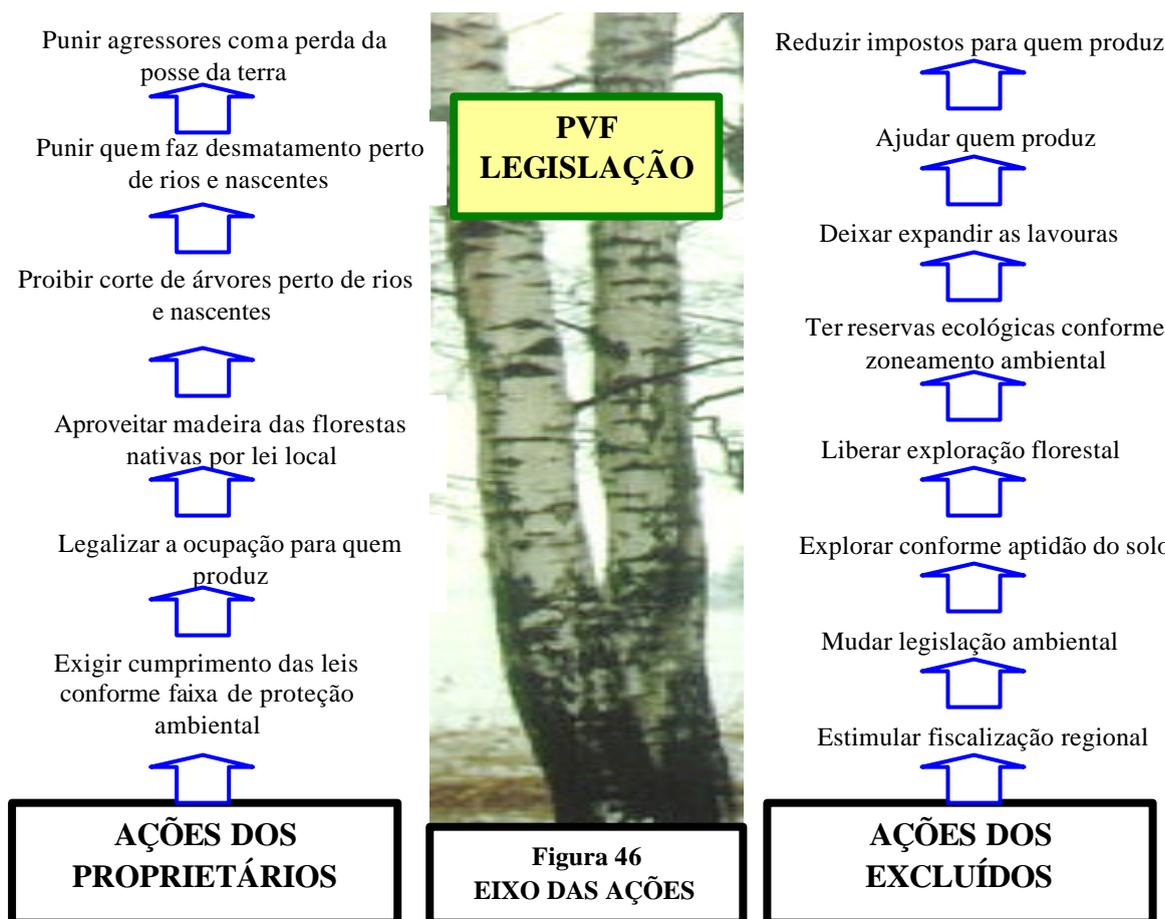
9.6 – IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES NO EIXO BASE DO MAPA COGNITIVO DOS ATORES PESQUISADOS.

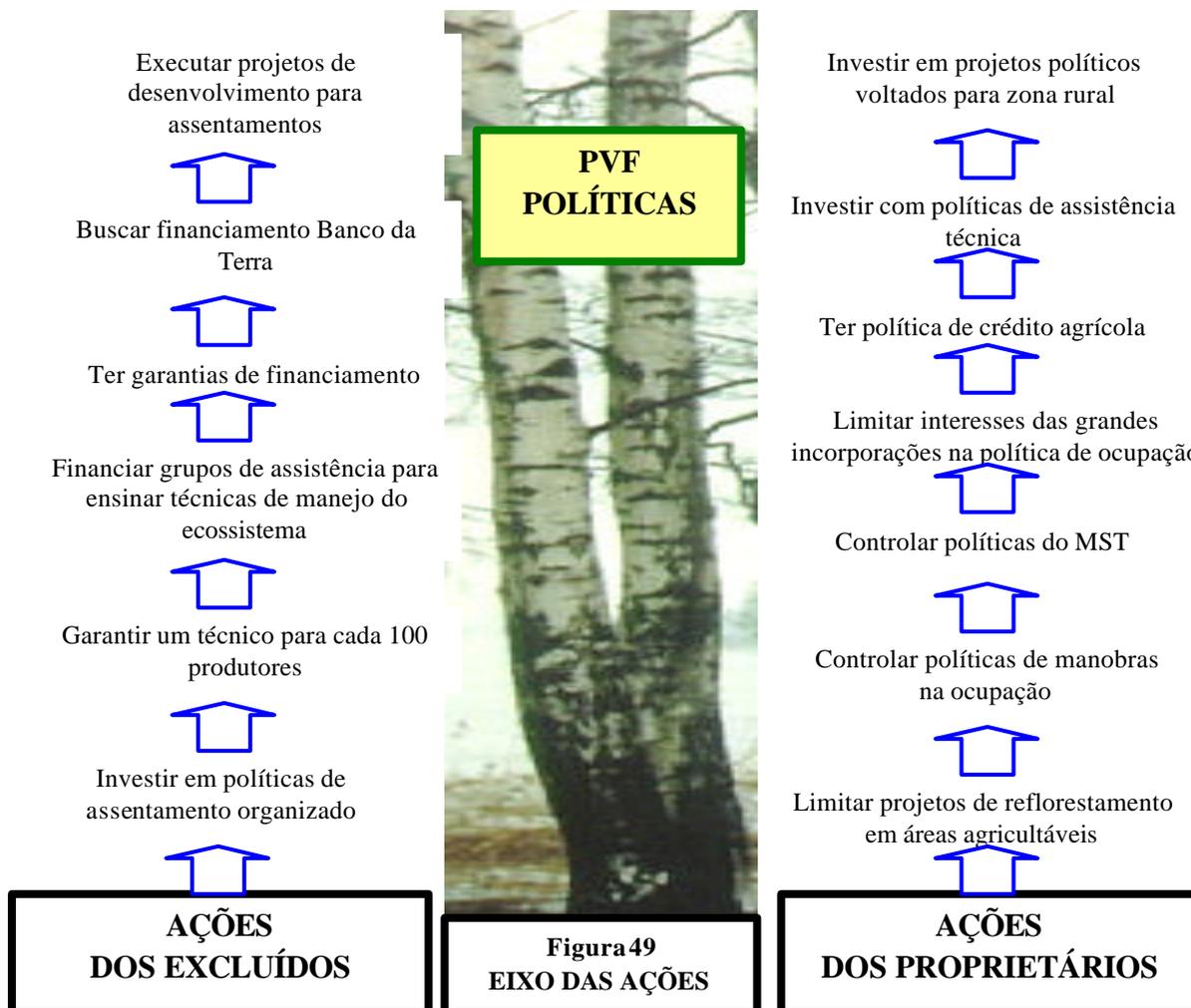
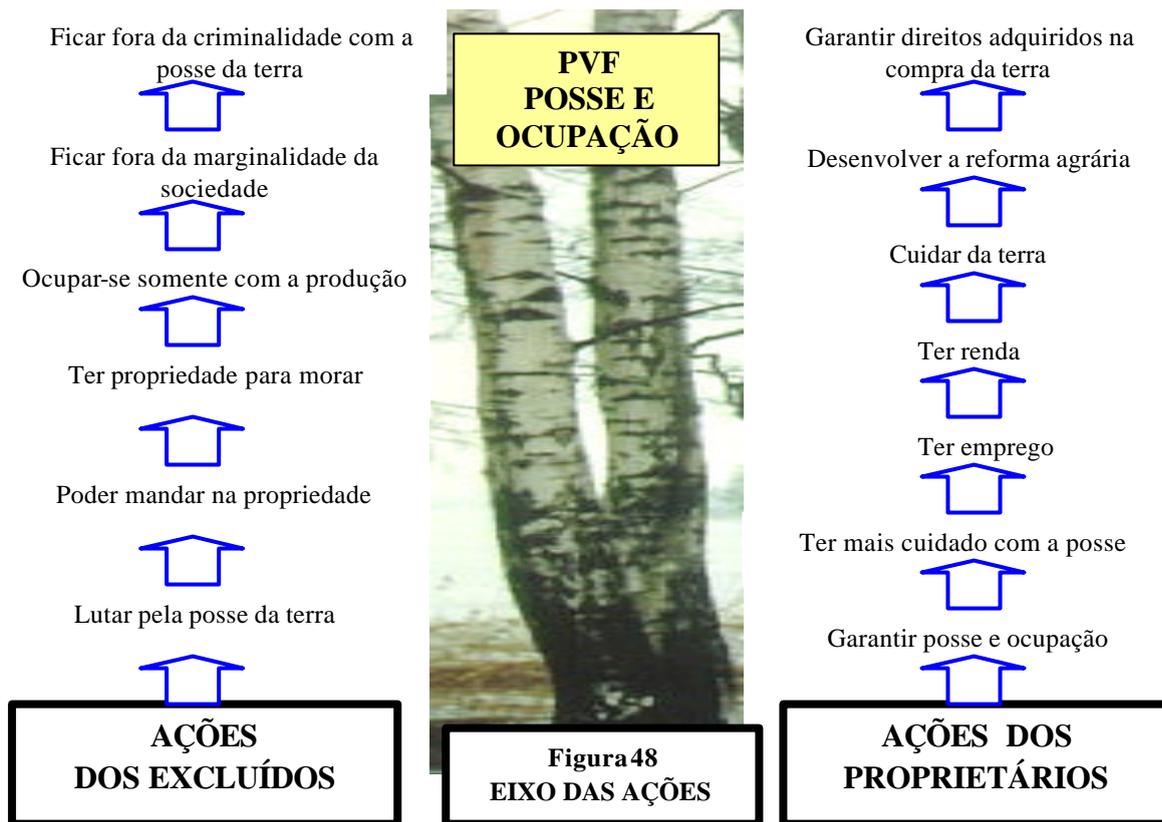
Apresenta-se, a seguir, na forma de figuras, a identificação das respectivas “AÇÕES” aparentes e sugeridas pelos atores pesquisados. Essas ações representam o “*status quo*” existente na mentalidade de posse e ocupação da Terra dos atores envolvidos. Os conceitos formados ajudam a compreender e analisar a mentalidade ocupacional que é a “BASE” do eixo formador dos mapas cognitivos.

A investigação, sobre a mentalidade ocupacional, fez surgir dos “PVFs” e dos “PVEs” as sugestões em foma de “AÇÕES” pertinentes a cada grupo pesquisado. Esse processo permite uma maior compreensão dos “PVFs” que são elevados a toda estratégia dos atores. Essa decomposição utiliza uma lógica de arborescência, em que cada ponto de vista, por mais complexo que seja, pode ser mensurado e decomposto em “PVEs”, e com isso facilita a compreensão do “status quo” dos dois grupos de atores envolvidos na pesquisa. Assim, segue as figuras, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49 que apresentam os “PVFs” com suas respectivas “Ações” e impactos sugeridos como base nos mapas cognitivos, dos atores envolvidos na pesquisa sobre a mentalidade de posse e ocupação da terra.









As ações resultantes dos atores que envolveram a pesquisa, demonstraram que os mesmos buscam a independência através da posse e ocupação da terra. Alguns com uma mentalidade ocupacional voltada para o crescimento (SEM A POSSE DA TERRA) e, outros paradoxalmente voltados para a sustentabilidade (COM A POSSE DA TERRA). Encontra-se uma conformidade em relação aos “PVFs”, mas quando os mesmos passam por uma análise mais detalhada, encontra-se nos “PVEs” e nas “AÇÕES” o fenômeno das contradições que são bem nítidas. Certamente é paradoxal a mentalidade de posse e ocupação da Terra, entre os atores que estão na legalidade da posse e ocupação da terra *versus* os que estão excluídos dessa posse.

Os atores - tanto excluídos da posse e ocupação como os proprietários com a posse da terra - que buscam o sucesso através de suas ações, de serem verdadeiros micro-empresários no ramo da exploração agrícola, devem buscar a eficácia de sua propriedade, utilizando sistemas dinâmicos de produção diversificada dentro do sistema agro-silvo-fruti-pastoril. Deve, também eleger atividades principais, racionalizando a mão-de-obra disponível e aumentando a produtividade do solo, das plantas, dos animais, para atingir patamares de renda razoáveis, para suprir as necessidades da família: somente agindo assim, com uma mentalidade de ecovisão, chegarão a ter um desenvolvimento sustentável.

A compreensão da mentalidade de posse e ocupação da terra é importante para saber que é necessário dar atenção especial aos recursos naturais de sua propriedade, especialmente o solo, para que continue fértil e possa aumentar a produtividade ao longo dos anos. Com isso, assegurando condições para que seus filhos e netos continuem na atividade, permanecendo no campo, com elevado nível de vida: tendo um desenvolvimento sustentável através das atividades e do meio em que vivem. É voltar-se para a busca de mudança de mentalidade, dentro de uma mentalidade de mudança.

ANÁLISES E DISCUSSÕES, PROPOSTAS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.

“Quando o jogo termina o rei e os peões voltam para a mesma caixa” Provérbio italiano.

Apresentam-se as análises, discussões, propostas, conclusões e recomendações dessa pesquisa sobre a - *“Mentalidade de posse e ocupação da Terra: Um estudo cognitivo-explicitativo entre atores atuantes no meio rural, na dialética de construir uma ecovisão sustentável, frente ao método multicritério de apoio à decisão”*. Geraram-se e desencadearam-se muitos argumentos a partir da busca para a compreensão dos “PVEs”, “PVFs” e “AÇÕES” resultantes do *“brainstorming”* realizado com os atores, associando-os, por conseguinte, pela revisão bibliográfica e pela ferramenta de pesquisa norteadora dos caminhos propostos pela metodologia MCDA¹¹². Assim, através da utilização dessa metodologia foi possível compreender a mentalidade de posse e ocupação da Terra que, ficou explicitado em todo processo da construção dos mapas cognitivos. Também, foi possível comparar a mentalidade de posse e ocupação dos dois grupos de atores: os legalmente proprietários *versus* os excluídos da posse e ocupação informal. Por muito que, todo esse processo contribuiu para o acúmulo de informações para a compreensão da mentalidade ocupacional e também, foi possível a geração de algumas sugestões que contribuam para o avanço da ciência. Dentro de si, inserem-se alguns elementos novos, como a ajuda para a realização de projetos de assentamentos e também, a cada passo dado, associados a uma gama de informações e diretrizes que são capazes de contribuir para novos *“Insights”*¹¹³, sob a luz da experiência amadurecida, consoantes ao caminho da difícil busca do desenvolvimento sustentável.

Diante disso, esse estudo que propôs compreender a mentalidade de posse e ocupação da Terra, limitando-se ao meio rural em que, os atores ao serem divididos em dois grandes grupos, conforme a situação *“in loco”* que viviam, do qual no instante da coleta das informações que serviram de base a todo esse processo de investigação. A coleta de informações foi levada pela situação que se evidenciou através do *“brainstorming”* e do

¹¹²Método aplicado exposto no capítulo I.

¹¹³ Conhecimentos profundos, perspicácias de uma nova mentalidade de ocupação.

“*status quo*” apresentado pelos atores em relação à mentalidade ocupacional. Assim, foram fundamentados e analisados, pelo método e pela literatura, do capítulo I ao VIII, os conceitos e idéias relacionadas à mentalidade de posse e ocupação da Terra, numa perspectiva de ecovisão holística da ocupação e exploração rural.

Com a realização da pesquisa envolvendo os dois grupos de atores para se construir a partir da metodologia “MCDA” os mapas cognitivos que representam o “*status quo*” dos atores entrevistados, que está descrito e apresentado o todo processo no capítulo IX. Com as análises feitas através do “*brainstorming*” foram, assim sendo construídos, as representações da mentalidade ocupacional dos dois grupos de atores mostrados nos dois mapas cognitivos. Através dessa construção identificaram-se os “PVPs”, os “PVEs” e, também, as “AÇÕES” sugeridas pelos atores envolvidos: os excluídos “*versus*” os proprietários. Por conseguinte, será permitida alguma conclusão a partir da posição dos atores envolvidos na pesquisa.

Entrementes, assim sendo, os resultados alcançados surgiram após o afã e o elã dessa instigante busca, partindo-se do “*status quo*” dos grupos de atores, a respeito da mentalidade de posse e ocupação da Terra que, não só, confirmam à fala de Aristóteles “*que todo homem por natureza deseja conhecer*” mas, também, é possível encontrar respostas para o que se deseja conhecer, em particular, a mentalidade ocupacional. E, por isso, certamente chega-se, na maioria dos casos, às respostas evidenciadas através de métodos desenvolvidos pela ciência.

Por excelência, em cada ciência, o método que não é neutro, é condicionado pelo objeto que a ciência se propõe conhecer. Conhecimento científico é, no sentido próprio e restrito, o conhecimento pelas causas. Isso supõe que um método rigorosamente científico se aplica apenas ali, onde o homem, por si mesmo pode chegar ao nexos causal: entre os fenômenos da natureza ou entre os acontecimentos e fatos históricos da vida humana. Ademais, todas as idéias constatadas nos capítulos anteriores como: o método aplicado, o indivíduo e a mentalidade de ser-no-mundo, o conceito de mentalidade para a ocupação da terra, a história da promessa e ocupação holística da terra, as leis de ocupação da terra e das águas, a mentalidade de exigência ética/moral na ocupação, a mentalidade cultural do desenvolvimento e, por fim, a mentalidade ocupacional para o desenvolvimento, indubitavelmente, tem sua fundamentação neste trabalho para a compreensão do “*status quo*” da mentalidade de ocupação e posse da Terra. Por isso, muitas são as razões, desejos e causas que nos motivaram e se concretizaram para o desenvolvimento e realização desse trabalho

científico. Essas razões de busca e investigação, por conseqüência, resultaram à guisa de compreender a mentalidade de posse e ocupação da Terra: *frente ao paradoxo imanente entre o crescimento e/ou sustentabilidade no contexto da ecovisão holística histórico-socio-cultural-ambiental estabelecido entre os que se encontram na legalidade da posse e ocupação da Terra “versus” os que estão excluídos dessa posse e legalidade de ocupação da Terra.*

De fato, ao ser observada a questão problema, sobre mentalidade de ocupação da Terra¹¹⁴, da qual, encontram-se algumas das possíveis implicações dos já conhecidos problemas ecológicos a serem superados pelo homem. Sobretudo se for considerado na realização de um planejamento estratégico, para a ocupação da Terra, teriam aí, uma importante ajuda para mudar a mentalidade de posse e ocupação se for levado em conta o “*status quo*” da mentalidade e, certamente, voltar-se-iam com soluções menos emergenciais para evitar os problemas ecológicos, existentes hoje e no futuro. Certamente, de forma científica, se forem realizadas através de análises criteriosas o “*status quo*” de atores envolvidos, no seu contexto da mentalidade ocupacional, sobremaneira, das muitas decisões a serem tomadas, para a problemática ocupacional ter-se-iam, certamente, novos rumos para toda vida planetária.

De antemão se observa e comprova-se que pelo “*status quo*”¹¹⁵ mostrados através dos mapas cognitivos, sobre a mentalidade de posse e ocupação da Terra dos atores envolvidos, irá assim o desenvolvimento sustentável depender das necessidades de cada ator ou grupo de atores envolvidos. Essa necessidade está diretamente relacionada com a finalidade em que a mentalidade ocupacional, dos mesmos se concentra, ou seja, ora volta-se para um crescimento ora volta-se para uma ecovisão que seja de sustentabilidade.

QUANTO AO MÉTODO UTILIZADO.

Do ponto de vista na aplicação da ferramenta do método - MCDA - percorre-se o caminho em que, a ciência é um empreendimento complicado porque não pode simplesmente “*narrar*” a realidade, mas refletir sobre: fontes, “*status quo*”, estados da pesquisa, objeto a

¹¹⁴ Problema Capítulo I – Ítem 1.8

¹¹⁵ No capítulo IX os “PVEs”, “PVFs” e as “AÇÕES” estão apresentados pela construção dos mapas cognitivos dos atores que estão na legalidade da posse e ocupação *versus* os atores que estão excluídos dessa posse e ocupação.

ser pesquisado, método aplicado, mentalidades, problemas, etc.. Esse delineamento é o grande desafio da didática da ciência. Ao apresentar a pesquisa de forma que a ciência, produzida pela investigação, na busca do paradoxo imanente de ecovisão holística, entre crescimento e desenvolvimento sustentável, entre os dois grupos de atores, descobre-se que através da ciência não se pode dizer “*foi assim*” mas, “*poderia ser assim*”, com base nas fontes, em outros lugares que poderiam fornecer a base textual para as conclusões e reflexões. Certamente na pesquisa, tem-se em mente, que a ciência nunca diz “*é assim*”, mas “*assim se nos apresentam as coisas no estado atual da pesquisa*” – e isso significa – “*no estado de meus acertos e meus erros*”.

Para tanto, cada tema que foi sendo incluído nessa pesquisa, teve sua fundamentação na base teórica e, também, nas informações adquiridas pelo método utilizado através das entrevistas em que fazem, da dialética a construção e a condução para a compreensão do “status quo” dos atores envolvidos em análises sobre a mentalidade ocupacional.

Os resultados sobre a investigação do “*status quo*” dos atores, dos dois grupos, sobre a mentalidade de posse e ocupação da Terra, formam à figura, de forma analógica de um “*caleidoscópio*”, em que se apresentam os resultados, conforme o contexto e posição que se encontra a mentalidade ocupacional da atualidade. No girar do caleidoscópio, as convenções de uma dada tradição¹¹⁶ misturam-se com as de outra, de acordo com cada um e/ou grupos de elementos que as configuram. Cada movimento dado faz surgir uma nova figura, é a dialética da tese-antítese-tese, e assim, um novo contexto ou um novo problema surge, ainda que, estando conectados uns aos outros, reciprocamente, na forma de um “*nó*”. Portanto, faz com que as soluções dependam também, uns dos outros, pois é uma rede de conexões interligadas por “*nós*” e, certamente, são dependentes uns dos outros. Um rompimento ou isolamento de um “*nó*” de relações pode causar o caos em qualquer sistema. A mentalidade de posse e ocupação da Terra é formada por vários “*nós*” como, por exemplo: a formação cultural do homem, as ideologias norteadoras, a mentalidade ecológica, a moral e ética, a ocupação e divisão das terras, a tecnologia desenvolvida e aplicada, a consciência da realidade, o desenvolvimento sustentável, o crescimento, a posse e ocupação, a legalidade, elementos culturais, enfim, são “*nós de relações*” que foram formados e formam-se a cada momento de

¹¹⁶Dada a tradição com o decorrer da história, as raízes tornaram-se, por ventura, um tradicionalismo absoluto - herdeiros de um sistema hierárquico e hereditário - que paradoxalmente, hoje com a nova configuração, entram em conflito com aqueles que historicamente fizeram parte do mosaico dos excluídos da posse e ocupação mas, que trazem um novo jeito e uma nova possibilidade de se posicionarem, certamente no novo contexto, do lado oposto da condição que anteriormente se colocavam.

maneira que, para um ecossistema que, também, está interligado e se for agredido desencadeará danos irrecuperáveis a todo planeta. Assim sendo, o ser humano *“só é enquanto relacionalidade”* . Pode-se observar na sociedade atual que o homem enquanto relacionalidade em que os “nós” de realções dão-se de quatro formas: o homem relaciona-se pela sua religião ou fora dela com relação à **Deus** (como filho na religiosidade) **consigo mesmo** (como seu senhor na liberdade de agir) e na consciência (ser). As relações, também, se dão com o **cosmos** (como administrador das criaturas e da matéria) e com os **outros seres** (como irmão na intersubjetividade). Entrementes, cada ser humano é um “nó” de relações e, sobretudo é necessário que ele tenha “consciência” da existência desses “nós” de relações. O ser humano como pessoa ou como humanidade tem a liberdade, o poder de cortar, romper essas relações que os envolvem e isolam ou ate fecham-se para tudo e para todos. Com o isolamento ou rompimento dos “nós” de ralações o ser humano pode causar, assim, o desequilíbrio, em todo o ecossistema, enfim, em toda a vida planetária. É rompendo os “nós” de relações, também, entre os “PVFs” que o caos ecológico se instala.

Por conseguinte, a ciência não diz *“esse é nosso resultado”*, mas *“esse é nosso resultado com base em determinado método e premissas”*. Logo, pois, foi assim que se adquiriram e que se tornaram compreensíveis, na ótica aparente, os resultados alcançados e que, foi através da utilização do método proposto pela metodologia *“Multicritério de Apoio a Tomada de Decisão - MCDA”* que norteou o processo em busca dos “PVFs”, que os definiram como sendo fundamentais para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra.

ANÁLISE E DISCUSSÕES SOBRE OS PONTOS DE VISTA FUNDAMENTAIS.

Um conjunto de idéias pertinentes à mentalidade de posse e ocupação da Terra, faz-se da interpretabilidade dos elementos fundantes apresentados pelos “PVFs”, uma discussão de muitas considerações a serem relevada como análise. Certamente é *“Tremendum et fascinsum”* compreender para onde caminha a humanidade, voltada por muitas vezes, para uma mentalidade de desenvolver uma ecovisão de forma sustentável em que, a complexidade e a perplexidade geram a desordem em vários campos em que a ciência investiga para encontrar novas soluções. A tentativa de explicar o fenômeno da mentalidade de posse e ocupação da Terra, não é possível sem ser através de uma metodologia dialética de análise, da

qual, se tecem redes gigantescas, de causas e efeitos, para poder explicar as ‘*estruturas locais*’ a saber: é trocar uma série de dificuldades bem mapeadas, por uma outra ou por outra quase que desconhecida. Entrementes, para uma questão abrangente a ser compreendida em que a revolução da mentalidade ocupacional é uma resposta ou é um caminho universal e/ou até mesmo um local a ser encontrado. Não pode-se querer encontrar soluções simples e até complexas, mas sim, buscar a todo momento efetivar um consenso construído, entre os Pontos de Vista Fundamentais, identificados através dos mapas cognitivos construídos pelo “*status quo*” dos atores envolvidos .

Destarte, em conformidade com o que diz respeito à luz da análise dialética, volta-se ao “PVF” como “*Análise e discussão do ponto de vista na ótica das POLÍTICAS*” em que ocorrem de maneira geral, as razões e ações surgidas pela mentalidade voltadas a políticas dos atores envolvidos na pesquisa. As ações políticas desenvolveram-se de forma que a tomada de decisões, na maioria das vezes, é feita por pessoas que estão fora das áreas técnica e do conhecimento científico. A falta de conhecimento técnico dificulta o crescimento e a sustentabilidade. Também, a falta de uma Política organizada para o desenvolvimento resulta no grande contratempo do crescimento sustentável. A política de reform agrária, por exemplo, não pode ser somente um ato político, necessariamente tem que ser uma ação técnica, planejada, de forma sustentável, para não gerar desastres ecológicos de difícil recuperação. Certamente, essa falta de conhecimento técnico, também, elimina e exclui os atores, que querem viver da exploração na agropecuária. É paradoxal manter-se sustentável com políticas que visam somente o interesse da classe dominante. A Política adotada para a ocupação e distribuição de terra, no contexto da atualidade, principalmente no Brasil, está dificultando o crescimento e sustentabilidade. O desenvolvimento, também, produz desertos e, será necessária uma vontade política, por parte dos que dominam a política, para mudar ou não mudar as perspectivas aparentes nos Pontos de Vistas Fundamentais, promovendo assim, ações que revertam o quadro que segue a mentalidade ocupacional. Foi observável no “PVF” das POLÍTICAS em que a mentalidade dos excluídos volta-se para uma política de segurança, política de incentivo à produção. Em contrapartida, a mentalidade de visão política dos proprietários, volta-se para uma política de crescimento planejamento, uma política de segurança. Ou seja, na visão da política ocorrem algumas divergências e algumas conformidades, pois na visão dos excluídos a política volta-se para se ter uma segurança, enquanto que para os proprietários a política deve ser voltada para crescimento planejado.

O “PVF” em “*Análise e discussão do ponto de vista da POSSE E OCUPAÇÃO*” se dá historicamente, pelo trabalho e pela busca de garantias da posse da terra como propriedade privada, inclusive foi fundamenta por um processo histórico que, muitas vezes é de difícil compreensão, como exemplo, a Guerra do Contestado, que foi uma luta camponesa pela posse da terra. Todavia, embasados por uma “*tradição cristã*” que, nunca defendeu tal direito como sendo absoluto e intocável, pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos utilizarem os bens da criação na dimensão holística da ocupação¹¹⁷. De fato, dá-se, porém, que o direito de posse à propriedade privada está subordinado a Constituição Federal em que, a terra tem sua função social como propriedade privada e é direito de uso comum, subordinado à destinação universal de bens. Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensinamento da doutrina da Igreja Católica¹¹⁸, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho, a propriedade adquire-se, primeiro, que seja tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho.

A posse da terra, como propriedade privada, deve servir ao trabalho para a designação do primeiro princípio que a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. A dignidade do trabalho agrícola, se trata de um setor muito vasto, mas, que é no âmbito do trabalho na terra e com o cuidado de preservação que se deve obter o direito da posse: para todos. Portanto, a aquisição e posse da terra que é de bem comum, perpassa pelo cuidado e pelo trabalho. O mundo agrícola que proporciona à sociedade os bens necessários para a sua sustentação cotidiana, reveste-se de uma importância fundamental. As condições de trabalho agrícola são muito diferentes em diversos países. Isso não só da parte técnica, mas no reconhecimento dos justos direitos dos trabalhadores. Os princípios da responsabilidade surgem a partir do momento em que nos descobrimos sujeitos de nossos atos e nos damos conta das conseqüências desses atos para com os outros e para com a natureza. Responsáveis, certamente no caso a água e o solo. Haja qualquer tipo de ato ou ação, mas, que suas conseqüências sejam benfazejas para a vida de todos os seres vivos.

O princípio ético como o princípio da co-responsabilidade na posse da terra, vale sempre, mas sua aplicação prática, no entanto, deve ser bem contextualizada para ser efetivada. A mentalidade de ocupação da terra voltada para a crise da água, que é hoje uma crise planetária, exige, também, uma solução planetária dentro dos limites temporais curtos. Os principais princípios éticos que devem operar, sinergeticamente, se ordenam a algo

¹¹⁷ Verificar no item - 4.3 - História da ocupação na tradição bíblica como promessa.

¹¹⁸ LABOREM EXERCENS. P. 76-78

fundamental para a sustentabilidade da vida planetária, da água e da ocupação da terra e estão ligados ao seu uso, tanto para os seres humanos como para os demais seres da comunidade de vida. A posse e ocupação da terra se relacionam diretamente para os que, ai se encontram e, para aqueles que virão a ocupar este espaço, sobretudo, em gerações futuras.

As razões de posse e ocupação mostraram um crescimento na vida econômica e social de quem a possui, sem a posse da terra isso não ocorre. A posse é independência. Independência financeira, moral, de liberdade nas ações. Sustentabilidade sem posse não ocorre. O crescimento sem a posse é limitado e também, a pratica agrícola da monocultura, seja ela agrícola, florestal ou pastoril resultam em pobreza. Pobreza social, de compromisso com meio ambiente e material. Entrementes, a pobreza espiritual é a degradação do próprio ser humano, pois, torna-se um excluído, alguém sem vida, ânimo, desorientado, etc.. Posse determina os limites do crescimento. Posse facilita a aplicação das leis. Posse determina os limites da exploração e a capacidade de exploração. Somente profissionais que sabem técnicas para trabalhar na terra que deveriam ter a posse e o direito de explorá-la. Uma maior fiscalização na ocupação e posse, uma melhor distribuição da terra, um definir no zoneamento, leva aos caminhos do crescimento de forma sustentável.

A mentalidade ocupacional sob a ótica do “PVF” de Posse e Ocupação, demonstra-se que a mentalidade dos excluídos se fundamenta: ser reconhecido na sociedade; ter segurança; melhorar a condição de vida. A posse é independência para muitas famílias, que excluídos da posse lutam em defesa de reforma agrária e do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. Exigem uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Por isso defendem um plano nacional de Reforma Agrária, ou seja, busca-se exigir das autoridades a desapropriação dos latifúndios como caminho constitucional para garantir a função social da terra que é um princípio constitucional. Ter respeito aos direitos humanos no campo, no combate à violência e a exclusão desses direitos adquiridos, por natureza e por lei, pois, a terra é de todos e para todos. Planejar a produção familiar que leve em conta a diversidade regional e a economia local. É na busca de implantação de agroindústrias populares, cooperativas de produção e associações, enfim, muitas são as propostas para se conquistar a posse da terra. Em contrapartida, sob a ótica do “PVF” da Posse e ocupação da terra, geralmente a mentalidade dos proprietários volta-se para ter reserva de capital, segurança e poder com a posse da terra, de fato, tudo isso é paradoxal para aqueles que

buscam somente segurança como a posse da terra como é o caso dos excluídos dessa condição.

O “PVF” em “*Análise e discussão do ponto de vista na ótica da ECONOMIA*” se dá de maneira em que as razões econômicas, na atualidade, brigam de forma com que cada qual se defenda com o seu jogo de interesses. Ademais, em contrapartida existem e se formam, com consciência uma geração de militantes ecológicos que defendem, acima de tudo, o bem estar e a garantia de vida para gerações futuras. A economia vem seguida de novas tecnologias em que o seu uso têm preferência, na maioria das vezes, por aqueles que servem sempre a alguém que tem o poder. É uma característica no homem moderno que é pragmatista e que o tornou eminentemente prático, envolvido e conduzido para a ação de melhorar a cada dia sua vida econômica. A ação voltada em defesa da economia. Poder esse fundamentado pelo capital para adquiri-la e usá-la sem controle ou limite. Isso é observável no uso de uma simples tecnologia, que após a sua descoberta, como foi o caso do ferro e, seu uso que após desenvolveram-se tecnologias que facilitaram a vida do homem. Como por exemplo o motor-serra, que além de simples, causa destruições com seu uso excessivo em busca do crescimento econômico. E, também, o uso excessivo de tecnologias que debilitam os ecossistemas, em especial aqueles que não são renováveis. A busca incessante pelo desenvolvimento econômico que há séculos tem avançado com a ciência e pela técnica, desprende prejuízos incalculáveis que envergonham os âmbitos sociais, ecológicos, comunitários e pessoais da humanidade. A economia é responsável pela maior parcela imposta ao ritmo acelerado do progresso do homem e da sociedade, no contexto atual e futuro, que coloca um risco fatal em todo o ecossistema de vida planetária. O sistema que impera no mundo moderno é montado pelo forte esquema do desenvolvimento a qualquer preço. Certamente, fazem-se necessários novos paradigmas ocupacionais que sejam de consenso construído. Isso não ficou diferente na mentalidade apresentada nos “PVE” dos atores excluídos em que o crescimento econômico, investimentos, conhecimento técnico, reserva e poupança, perpassam pela maneira de pensar a ocupação. Em contrapartida os proprietários buscam ter uma sustentabilidade econômica, um crescimento econômico e certamente, o retorno de seu capital investido na exploração das reservas naturais e também no uso da terra como garantia de produção.

O “PVF” em “*Análise e discussão do ponto de vista na ótica da LEGISLAÇÃO*” se dá de maneira em que legislação da posse da terra é seguida pela sociedade como um ponto

determinante e vigente para manter a ordem social. É através das leis que se tem garantia da propriedade privada. Em certos países em vias de desenvolvimento, incluindo com certeza o Brasil, há milhões de homens, que se vêem obrigados a trabalhar e cultivar terras de outros, que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de alguma vez poderem chegar à posse nem sequer de um pedaço mínimo de terra para trabalharem como sendo de sua propriedade. Terras cultiváveis são deixadas ao abandono pelos grandes proprietários como reserva de capital. Títulos legais para a posse de um pequeno pedaço de terra que poderia ser cultivado por uma família mas, que ficam sem defesa diante da fome que assola da Terra, tanto pela falta de um pedaço de terra para ser cultivado como, também por muitos outros fatores vigentes na sociedade e que impedem o combate à fome. Em muitas situações, portanto, são necessárias mudanças radicais e urgentes nas leis, para restituir à agricultura e recolocar os homens no campo de trabalho, com seu justo valor de base para uma sã economia, no conjunto do desenvolvimento de uma comunidade social em que é, pela Lei, que o coloca em condições de igualdade social. É por isso que se impõe proclamar e promover a dignidade do trabalho, de todo trabalho, especialmente o trabalho agrícola, no qual o homem de maneira expressiva “submete a terra recebida por Deus”¹¹⁹, como dom para afirmar o seu domínio no mundo visível e essa garantia perpassa pela legalidade da ocupação. É evidente, porém que a mentalidade apresentada nos “PVE” dos atores excluídos, dos quais a legalidade perpassa pela penalidade, pela ordem social, pelo controle ambiental e pela orientação legal. Em contrapartida, os proprietários defendem uma mentalidade que perpassa pela legalidade de uma legislação rígida em defesa da propriedade. Uma legislação de orientação voltada para a situação local em que cada um vive.

O “PVF” voltado em *“Análise e discussão do ponto de vista na ótica dos ELEMENTOS CULTURAIS”* se dá de maneira em que a mentalidade de posse e ocupação da terra perpassa pelo entendimento da própria ocupação das terras no Brasil e, é notório que alguns estudos de história, no contexto brasileiro, concluem que é necessário remontar às “raízes” fundantes do povo e encontrar nessas raízes a base da mentalidade ocupacional. As sagas, como Po e exemplo, a Guerra do Contestado, onde muitas vezes, os confrontos e conflitos acontecidos naquele período, são refletidos na cultura e no contexto da atualidade na ocupação da terra. A origem, por exemplo, das “raízes nativas” em que os índios que residiam no Brasil, com suas tradições, costumes, religiosidade, crenças, manifestações culturais, a forma de se organizarem, refletiram de forma visível às manifestações de

¹¹⁹ LABOREM EXERCENS.

ocupação pela busca de grandes extensões de terra. Já, enquanto as “*raízes dos hispânicos e lusos*” em que a tradição, normas, doutrinas, conquistas e limitações do território fazem parte de sua cultura. Naturalmente, ao fazer-se uma leitura na “*raiz afro*” encontram-se seus indícios, nos costumes da atualidade, nas concepções de Deus, da terra, ritos, cores, música, danças, certamente o desejo da liberdade na ocupação da terra. A partir de um breve esboço histórico das “*raízes açorianas*” dentro de suas tradições, festas, forma de organização, modo de ser e de viver, crenças encontra-se na posse e ocupação da terra, preocupações direcionadas e voltadas mais ao mar do que com relação à ocupação da terra, em especial nas comunidades de pescadores frente ao mar, que sua ocupação é na crista dos morros. Esse fenômeno é nítido e observável, no mosaico mapeado, principalmente, nas cidades históricas no litoral brasileiro, em que se desenvolveram e povoaram cidades e vilas. De fato, é demonstrado neste contexto, que a mentalidade ocupacional, desse povo era despreocupada, pois as ruas abertas são estreitas e, muitas ruas conhecidas como servidão, também, é observável na arquitetura em que as casas foram construídas muito próximas, em alguns locais, colocadas umas nas outras.

É notório, certamente que as “*raízes da primeira colonização europeia*”, no Brasil, a partir do século XVIII, tiveram seu início pela colonização com os alemães e posteriormente italianos e poloneses. Estes trouxeram em suas raízes culturais uma nova maneira de ocupar o território brasileiro. E, assim, chega-se ao que provavelmente constitui o âmbito imigratório das ocupações, completando-se, assim, com suas “*raízes fundadas da segunda imigração*” a partir do século XIX, com imigrantes da Europa Central, norte da Europa, da Ásia e do Japão, que certamente, trouxeram, também, sua cultura e mentalidade ocupacional: uns voltados para um crescimento outros para um desenvolvimento sustentável.

Indubitavelmente, a Segunda Guerra Mundial delimitou e estabeleceu uma nova ordem mundial: a divisão do mundo em dois blocos. De um lado os capitalistas, de outro lado os comunistas. Com isso surgem alguns fenômenos sociais como: a industrialização, a urbanização, lutas de classes sociais, avanço de ciências sociais, migrações internas e o êxodo rural que marcou essa nova mentalidade ocupacional e que hoje se reflete em nossa sociedade.

Tudo isso, torna-se, a partir desses fatos históricos, não só a forma ocupacional, mas a formação do ator ou grupo oficiante, sua criatividade e diversas iniciações no mundo das incorporações e das interações dos recursos interpretativos, dos participantes, provenientes dos diferentes campos dos discursos disponíveis na sociedade. Fazem-se os restos culturais da

posse e ocupação da Terra, acima de tudo, a mentalidade ocupacional dos atores imigrantes, na atualidade e deixadas para a nova civilização: que é guardada, quão ou quanto, no contexto da tradição de quem está na condição de herdeiro da propriedade e detêm sua posse. Assim esse fenômeno, de posse e ocupação da terra, aqui descrito, é constituído pela cultura moderna e pode ser visto simultaneamente como constituinte, criado e criador, desse universo simbólico e de emergentes modificações. As posições clássicas dos movimentos fazem com que apareçam novas formas de mentalidade que são relatados concisamente e sequencialmente ordenados, para serem avaliados e/ou relativizados sob a forma de resultados que poderão ser obtidos e apreciados no futuro. Tamanha é a influência cultural na posse e ocupação da terra em que, a mentalidade dos atores excluídos que buscam lutar sempre pela posse da terra, esperança de melhorar a produção, ter consciência de valores, etc. Em contrapartida, a mentalidade aparente do ponto de vista dos elementos culturais dos proprietários voltam-se para práticas de técnicas culturais de ocupação com valores culturais de crescimento e progresso.

O “PVF” voltado para uma *“Análise e discussão do ponto de vista na ótica da ECOLOGIA”* se dá de maneira em que as razões ecológicas e ambientais se dão a partir de uma mentalidade de ocupação rural da Terra - num olhar emergente na construção deste conceito de ambiente - que significam as concepções do progresso, do desenvolvimento sem limite, para configurar uma nova racionalidade social que se reflete no campo da produção e do conhecimento, da política e das práticas educativas. O ambiente emerge assim, de seu campo de externalidades das ciências, do poder centralizado e da racionalidade econômica. A mentalidade ecológica sacode o jugo de sujeição e desconhecimento ao qual foi submetido, pelos paradigmas dominantes do conhecimento. O saber ecológico emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, que hoje converge os tempos históricos de ocupação, tanto rural como urbano, já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica, mas os tempos de sobrevivência. É a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem - da economia, da ciência e da tecnologia de produção - por uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura com princípio de cuidar do ecossistema. O princípio do cuidado, está no ser humano com “um ser que cuida”, sem esse cuidado nenhuma vida vive e sobrevive. O cuidado é aquela predisposição que antecede qualquer outro ato e que permite que ele surja, com a inteligência, a vontade e a criatividade. O cuidado é uma relação amorosa para com a realidade, supõe envolvimento, desvelo e atenção especialmente para os seres vivos. Toda

relação entre seres vivos pressupõe o cuidado porque é sempre uma pré-ação; gerenciam-se coisas, do povo cuida-se, amar-se o próximo como ordem divina. Hoje é visível a falta de cuidado com o ecossistema ambiental, com os solos, com ares, com os rios, enfim com o planeta.

Vive-se hoje um mundo de complexidades, no qual ocorre uma mistura de elementos da natureza, tecnologia e a textualidade, em que, os sobreviventes tomam nossos significados e reflexões filosóficas e científicas e de identidades culturais no torvelinho da cibernética, da comunicação eletrônica e da biotecnologia.¹²⁰ É preciso repensar o estilo de vida, pois o esquema que se vive é suicida; desvendar o que é progresso, o que é desenvolvimento e o que é sustentabilidade é a nossa meta e de toda humanidade. A mentalidade de ocupação da terra muda conforme as ideologias, o contexto local ou global, força de reação e ação, forma da cultura dominante, defesa de crescimento ou exploração. É citar a fala de Morin: “*Para pensar localizadamente, é preciso pensar globalmente, como para pensar globalmente é preciso pensar localizadamente*” (2001. pg 25).

É evidenciado, portanto, que a mentalidade apresentada, nos “PVEs”, dos atores excluídos a ecologia perpassa por uma mentalidade conservacionista, por um conhecimento técnico e por um cuidado ecológico. Em contrapartida, os proprietários defendem uma mentalidade que perpassa pelo cuidado com o meio ambiente e por conhecimentos técnicos de exploração.

O “PVF” voltado em “*Análise e discussão do ponto de vista na ótica da EDUCAÇÃO*” se dá de maneira em que, por detrás do desafio do global e do complexo, esconde-se um outro desafio de expansão descontrolada do saber: a educação. Destacam-se três grandes desafios de organização do saber: *o desafio cultural, o desafio sociológico e o desafio cívico*. Um problema crucial de nossa época é o da necessidade de destacar os desafios interdependentes que acabam de se levantar. A reforma do pensamento é que permite o pleno emprego da inteligência para responder a esses desafios e possibilitar a ligação de suas culturas dissociadas. *É voltar-se para uma mudança de mentalidade e uma mentalidade de mudança*. Trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente a nossa aptidão para organizar o conhecimento. A reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino (Morin, p.13-20). A

¹²⁰ LEFF, Enrique. Saber Ambiental.

mentalidade ocupacional voltada para um crescimento sustentável perpassa, sem sombra de dúvidas, pelos caminhos da educação. Educar é criar nova consciência, com uma mentalidade de defesa em que se garanta a vida, no hoje e no amanhã. Existem técnicas educacionais que possibilitam chegar a conhecer ou outro localmente. Basicamente isso é feito pelo relato do outro para um observador, um educador, que por sua vez, parte dos relatos que ouve e recolhe. É pela educação que se conseguirá compreender que todo ecossistema planetário depende de cada um que vive nele e, que é da maneira de pensar e agir – nossa mentalidade de ocupação - que somos responsáveis por nós mesmos e por toda humanidade: é a solidariedade e compaixão pelo outro. O princípio da solidariedade em que todos os seres são interdependentes, porque vivem enredados numa teia de relações de cooperação e solidariedade que garantem a sua sobrevivência e sustentabilidade. Como uma teia de relações, até os seres mais fracos sobrevivem e encontram seu lugar no processo biogênico. Com os seres humanos e a lei não se valem da seleção natural, com a vitória do mais forte, mas a lei do cuidado que permite a todos serem inseridos e terem o seu lugar na família humana. Os seres humanos são seres, por excelência, seres de cooperação. Ademais é pela solidariedade e compaixão entre as gerações que preservamos os direitos das gerações futuras, pois elas têm direito de herdarem água potável suficiente, de qualidade para todos e para a comunidade de vida, além do solo para todos e livre de poluição química e desestruturada.

O que mais se quer da educação é conquistar uma forma de viver que seja integradora, uma existência comunitária. Para alcançar a forma de vida integradora, a existência comunitária precisa atuar a partir do elemento mais imediatos que encontrarmos como o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da terra. Foi pela educação que a humanidade descobriu o trabalho e transformou a face da terra. Sempre aprendemos a fazer coisas novas. Aprendemos na prática a arrar a terra, plantar sementes, acompanhar o crescimento, capinar o campo, cortar o trigo, desviar o curso do rio, enfim, o domínio de todas essas técnicas, perpassaram pela educação.

Uma vez que a mentalidade de ocupação da terra pelos dos atores excluídos perpassa por uma metodologia de aprendizagem, uma educação de cooperação e um ensinamento para melhorar, sobretudo a vida. Em contrapartida essa fundamentação perpassa pelo vícios da educação na mentalidade dos proprietários na busca de uma educação com valores educacionais e por técnicas de educação.

PROPOSTA DE UM CONSENSO CONSTRUÍDO.

O desenvolvimento e a busca de sustentabilidade no meio rural, no significativo de uma falha fundamental na história da humanidade – *a crise de civilização* - alcançou seu momento culminante na modernidade, cujas origens, remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização oriental em que o caos se instala pela falta de oportunidades de trabalho e de sobrevivência com novos desafios que surgem pela concentração das pessoas nas cidades. A sustentabilidade ecológica ou econômica é o tema do nosso tempo, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio, da transição da modernidade, truncada e inacabada, para uma pós-modernidade, incerta, marcada pela indiferença, pelo individualismo, pela diversidade, pela democracia, pela autonomia e pela situação ambiental com elevada aceleração na exploração e ação destruidora dos ecossistemas.

O ceticismo, o relativismo, o absolutismo, a construção do pensamento débil não conseguem encontrar a linguagem adequada a um diálogo sustentável em defesa de justiça, igualdade e de vida. É necessário entrar num consenso construído, adequando a linguagem, a mentalidade de respeito com a ecologia. Existe um grande desafio a saber: é saber levá-lo a efeito sem ocultar nem atenuar a verdade na qual, acredita-se nas suas implicações como soluções. É uma exigência encontrar soluções para a modernidade. Contudo, e uma vez mais, e dito isto, é necessário ter uma grande capacidade de escuta e ter receptividade àquilo que o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da terra podem fazer refletir e dizer a partir dos “PVFs” ou até de outros apelos ou ângulos humanos e culturais já produzidos e conhecidos.

A distância entre a situação dada e a desejada, entre ser e o dever ser, uma ponte segura e o abismo surgem meios que possibilitam a passagem. Esses meios são só imperativos de ação. Quando nos situamos no terreno da posse e ocupação da Terra, estes imperativos não são ações mais direções da ação. No meio ambiente não se pode ter uma prática de ordenamento de algumas ações determinadas que identifique qualquer nível de ação ou algum objetivo operacional porque nele se realiza a ação e porque para ela existe a reflexão das conseqüências que poderão surgir das ações para as reações. Todo ser vivo dotado de razão e de consciência é responsável por tornar operativo, o que, a partir da ação, o torna concreto o que antes foi retirado da forma universal. É uma correia de transmissão entre o pensamento e a ação. É a conscientização da ação que serve de apoio e de conscientização para um crescimento ordenado, que no decorrer de muita ação e reação pode ser sustentável.

É a face prática, mesmo que a prática não seja tudo, como a prática não é a totalidade de uma pessoa, de uma mentalidade. O cuidado é agir no meio ambiente, no local, no mundo, mas, sobretudo é saber em qual tipo de ação, local e de mundo para se agir corretamente.

De fato, o foco da ação no meio ambiente está relacionado a um consenso¹²¹ construído de ecovisão sustentável. A construção desse consenso perpassa por todas as mentalidades e viés de possíveis análises para se chegar ao ponto ideal ou próximo a ele: a ocupação de forma sustentável.

As propostas a serem seguidas para as soluções da problemática ambiental, voltadas ao problema da mentalidade de posse e ocupação da Terra, no que diz respeito, à guisa de compreender, sob a luz da experiência amadurecida, caminha para à guisa de formar um “*consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência*” entre os “PVFs” (Políticas, Posse e Ocupação, Economia, Legislação, Elementos Culturais, Ecologia e Educação) e que, somente assim, na busca de soluções pode-se adentrar um novo mosaico e que seja adequado para o crescimento de forma sustentável. De fato, sabe-se que a sociedade é pluralista, não mais binária e, que somente um “*consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência*” unirá, em parte as soluções. Contudo, esse “consenso de ecovisão construído” frente ao visível surgimento desses problemas, na problemática ambiental e, que banaliza a vida em toda realidade e contexto social que é aparentemente causada pela mentalidade de posse e ocupação da Terra.

Evitar a desordem nesse contexto de ecovisão, muitas vezes, quanto à justificativa apresenta-se como caminhos a serem alcançados, o discurso apresentou-se de formas tautológicas, em que, suas argumentações e reflexões em defesa do crescimento, tornam-se repetitivas sem estarem de acordo e na forma de “*consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência*” para a obtenção de soluções concretas. É chegar nesse “*consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência*” - numa nova metanóia¹²²- voltada para uma mentalidade em que, as sociedades democráticas, diferentes do que é a sociedade pragmática. Buscar definir no contexto em que vivemos na atualidade, de

¹²¹ Teoría de La Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Previos. Jürgen Habermas. Suhrkamp Verlag. Frankfurt am main, 1984. As considerações de Habermas visam a importância de uma análise que considere os fenômenos históricos e sociais como um todo, a fim de empreender uma análise da racionalidade científica, na consideração de seus fundamentos e de seu papel. É preciso mostrar o interesse que reside na base de todo conhecimento, a fim de elaborar uma epistemologia que encare a ciência a partir de suas imbricações sociais. Um consenso para Habermas sempre será possível de acontecer.

¹²² Mudança de mentalidade. Uma converção para novos caminhos.

fato, fazem surgir vários aspectos através dos “PVFs”, e que muitas vezes, o consenso torna-se difícil de ser realizado. Porém é, indubitavelmente, avançar e trabalhar para uma mudança de mentalidade que seja voltada para um *“consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência”*. A proporção em que o *“dictum factum”*¹²³ sobre a *“nova mentalidade”*, pode pender, ora para um SIM, ora para um NÃO. Mas certamente é, neste contexto, que se constrói essa *“nova mentalidade”* de forma que sua força volte-se para um crescimento sustentável e construído com responsabilidade e coerência.

Certamente tudo é problema e solução. As relações humanas são problemáticas, da mesma forma a posse e ocupação da Terra: também é problemática pois gera conflitos e confrontos. O problema sempre pergunta, indaga, questiona, “faz pensar”, leva a procurar respostas, que se confundem com as razões que devem ser claras, evidentes, objetivas, convincentes, persuasivas, mas que surgem das intuições do **“senso comum”** (terra para todos) **“empírica”** (êxodo rural por falta de tecnologia e capital, associado ao acúmulo da Terra) ou **“filosóficas”** (da existência de que se busca vida, morte, saúde). Tudo forma um paradigma do conhecimento e da linguagem. Está se usando a mesma linguagem de definição para querer saber, de forma concreta e absoluta **“Qual e a questão central”**. O homem é o que age no mundo (físico-cultural). Precisam-se dar respostas convincentes em prol da defesa de ecovisão de mentalidade sustentável: a solução para a questão parte em construir a partir de um consenso de responsabilidade e com coerência.

De fato, para pensar localmente ou globalmente é, certamente necessário que o homem, com uma nova mentalidade ocupacional tenha consciência do meio em que vive. Consciência é algo fundamental para pessoas que buscam critérios de uma vida equilibrada, de justiça social e de uma mentalidade ocupacional voltada para um desenvolvimento sustentável.

A consciência é o centro motivador da vida e da ação humana. É o saber ser-no-mundo. Ontem, hoje e sempre a consciência é sempre o melhor critério para conduzir o agir da pessoa biopsicossocial. Ao concluir observa-se que muitas são as questões que envolvem a consciência, como por exemplo: se a consciência é inata ou se é formada a partir do convívio social. De que forma pode ser tida como critério ético e, se as pessoas têm consciência do porque de sua existência e, também a consciência ao lado do rigor das leis têm sua influência

¹²³ Dito e feito.

diretamente ou não? No que diz respeito a esses questionamentos, sobre consciência, em que a problemática ambiental voltada para o problema da ocupação e posse da Terra fez surgir muitos conflitos éticos como a probabilidade¹²⁴ em contrapartida faz surgir o equiprobabilismo¹²⁵. A mentalidade ocupacional em conflito torne-se um paradoxo de idéias.

A consciência humana, de maneira geral, deve ser voltada para uma consciência crítica de visão holística. A consciência crítica perpassa por uma consciência “ingênua” e, também por uma consciência “mágica”. A consciência ingênua é um processo de pensar em que se tem o mundo com algo totalmente imposto e acabado e seu papel principal na vida é apenas aceitar as determinações já estabelecidas e cabe a ela apenas decifrar as normas impostas pelo contexto em que vive e não existe espaço para decisões. Por exemplo: a existência de uma fábrica que está poluindo o meio ambiente, ou uma grande empresa reflorestando áreas agricultáveis é descartada as hipóteses de qualquer possibilidade de se analisar os fatos motivados pelo crescimento econômico ou pela troca de uma frente de trabalho na fábrica. A consciência ingênua repete o que os outros dizem e têm medo e preguiça de pensar diferente, pois vê o trivial a sua segurança e na transformação o total arriscado. É como responder que na região opera uma fábrica altamente poluente, mas que gera empregos. Mas até quando estará gerando empregos: o ingênuo não pensa nas conseqüências ecológicas e sociais da ocupação. Também, tem uma característica fundante na consciência ingênua a passividade. É ávida de normas, de leis absolutas e de dogmas imutáveis. O ser-no-mundo é uma obra “alheia” e não de cada pessoa. Ou ainda, até mesmo quando os excluídos da posse da terra e, até mesmo da ocupação, estão gritando em frente a grandes propriedades, por um pedaço de chão para trabalhar: o ingênuo é convencido, através de ideologias, de que todos que ali se encontram, são pessoas desocupadas e preguiçosas. Pessoas assim têm sérias dificuldades em tomar decisões e assumir responsabilidades. Coloca-se sempre o maior peso na palavra da autoridade constituída. Seus representantes mal intencionados fazem leis para regulamentar e normatizar interesses econômicos ou políticos de grandes incorporações, o ingênuo encara como fatos isolados e não se envolve no problema: que por muitas vezes está direcionando e influenciando sua vida.

¹²⁴ Probabilismo: principio ético que afirma ser lícito seguir uma opinião contrário seja igualmente provável ou até menos provável.

¹²⁵ Equiprobabilismo: Parecido com o probabilismo, só que admite uma posição contrária somente quando esta tiver uma porcentagem de certeza igual à sua opoente.

Destarte, ao falar de consciência mágica é necessário ter em conta a situação dos oprimidos, dos “sem terras”, enfim dos excluídos da sociedade. É aquele que age motivado pela consciência do pensar dominante. Certamente envolvido por ideologias que muitas vezes tropeçam continuamente na chamada cultura de massa. O pensamento dominante se impõe sensivelmente aos oprimidos aos quais tem sempre em si a consciência do opressor.

A consciência crítica vem da transformação da vida, em que todos são convidados a serem protagonistas da história sócio-cultural de uma mentalidade voltada para a ocupação sustentável. Deve-se, com a consciência crítica, passar de espectador a ator. Agir no papel principal de ações transformadoras do mundo: buscar a transformação de forma sustentável no contexto atual e no futuro de novas gerações. A mentalidade de forma crítica se opõe radicalmente à ingenuidade. É analisando fatos, relacionando dados, lendo nas entrelinhas dos acontecimentos, sabendo separar o verdadeiro do falso, o necessário do secundário, o que é oportuno para que ocorra uma mentalidade de forma sustentável. Essa mentalidade crítica nasce de uma série de comportamentos herdados e observados pela história de ocupação. A mentalidade de consciência crítica, busca tratar com maior lucidez a própria situação, sobre as motivações profundas da ocupação, do agir, das influências no meio ambiente e de todas as circunstâncias em que se encontra a humanidade. Uma mentalidade ocupacional está ligada à questão educacional. E como a educação é base de toda estrutura social, o pensar crítico é o maior responsável pelo sucesso de toda vida política, econômica, cultural e social do país. A falta de acesso à cultura não é exclusivamente sinal de fraqueza aquisitiva dos mais fracos, mas uma forma de controle do pensamento, dos meios de produção e da distribuição de renda ou até a distribuição justa da terra. Mentalidade crítica ocupacional e ação devem andar juntas. Ademais, quando se observa que no mundo, pode-se descobrir que ele está constituído por fenômenos e objetos, e que estes são de natureza material ou espiritual (KNELLER, 1980). Uma afirmação desta índole é essencial e deve ser compreendida em toda a extensão e complexidade, porque dela partem todas as noções de realidade. Entende-se assim, por fenômenos e objetos materiais toda a realidade objetiva que fica fora da consciência (o rio, o morro, a terra, a chuva, etc.). Posto que, denomina-se fenômeno de idéias ou espirituais a todos aqueles que se produzem em nossa consciência (pensamentos, idéias, sentimentos, juízos etc). É nesta *visão holística de ocupação* que se pode refutar a mentalidade de ocupação da Terra, promovendo-se, por muito que seja essa revolução ecológica de mentalidade totalitária.

Indubitavelmente, nos círculos ideológicos, presentes no círculo social de uma sociedade de classes em, que se vive, destaca-se na maneira de produção, a sua concepção e prática política, sua dimensão simbólica, ou seja, a maneira que a cultura é contextualizada. Observa-se que a prática, a qual é proveniente da maneira de se tratar o processo de produção, a política e o simbolismo e, a teoria que consiste na justificação da fundamentação da prática. Esses dois elementos - a prática e a teoria - trabalham juntos. A prática leva a teoria e a teoria fortalece a prática. Assim é o círculo ideológico da mentalidade de ocupação que se fundamenta na relação entre a práxis e a teoria, de forma que cada vez mais a prática seja fortalecida pela teoria. Assim sendo, o ciclo está sempre fechado. Os elementos novos somente se encaixam dentro do padrão estabelecido pela ideologia. O círculo ideológico só pode ser rompido com muito esforço e assim, é aí que deverá entrar *“um consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência”*. Para isso requer que se tome uma consciência crítica que se faz parte de um determinado círculo. O círculo ideológico implantado pelos proprietários não se rompe facilmente pelas circunstâncias em que a Terra, aqui na atualidade, é vista ideologicamente como *“reserva de capital”*, como *“símbolo de poder”* e como *“meio de produção”*. Fecha-se cada vez mais, com maior intensidade e gera novos excluídos da posse e ocupação no meio rural. Toda saída de um círculo ideológico exige mudança. Isso leva a afirmar que, todo ser humano para conseguir fazer a experiência do novo, precisa passar por uma decisão. Isso somente se faz necessário sob uma atitude fundamental diante da realidade em que vive e que precisa de um novo modelo de vida para entrar em um consenso de ecovisão sustentável.

Este delineamento de políticas e da ética ocupacional não está de forma em que as utopias seriam realidade? De forma alguma. Como o próprio nome está indicando, utopias se referem a algo que não se encontra em lugar algum (do grego ou = não + topos = lugar) as utopias são classes sociais oprimidas que, não encontrando satisfação, seu desejo em sua *“utopia”*, emigram pela imaginação para uma terra inexistente onde suas aspirações se realizarão. Sua atividade política se torna, então, peregrina na direção da terra prometida, construção do mundo que ainda não existe. Utopia de um desenvolvimento sustentável, um mundo real que não existe ainda, um lugar que ainda não existe, mas que poderá um dia existir caso possa se construir *“um consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência”*. Não é ocioso acrescentar que diante dessa utopia, sonha-se em que as coisas

chegarão até quem ocupa ou está excluído da posse da Terra, como a estória da mensagem¹²⁶ que, de forma de analogia deveria chegar a você proprietário ou excluído. Será que a mensagem chega com tantos obstáculos a serem enfrentados. De fato sem a concretização de um “*consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência entre os PVFs*” o desenvolvimento sustentável está somente voltado para um crescimento econômico desordenado e, de interesses de quem possui o poder da posse da Terra.

CONCLUSÕES.

Após todo esse processo realizado, fica evidente que é preciso buscar na essência do problema o que de fato está em jogo. Compreender em qual via de ação a mentalidade de posse e ocupação da Terra desenvolveu-se e/ou está centrada. Conclui-se em tese, após a construção dos mapas cognitivos e observa-se através do “*status quo*” da mentalidade dos atores envolvidos, uma vez que a mentalidade de ocupação e posse da Terra apresenta-se ora por alguns estar centrada na “*via essencialista*” (que tenta chegar a um fundamento sólido) e ora na “*via do contexto da circunstância da consciência*” (que quer gerar um fim dentro de seus objetivos, seus valores absolutos, pessoais ou circunstanciais). Para tanto é preciso encontrar um caminho que possa chegar ou aproximar-se do equilíbrio entre os conflitos gerados pela mentalidade para que, seja assim, possível voltar-se com soluções práticas como uma ecovisão holística de ocupação e posse da Terra, do qual, um só olhar seja responsável pelo equilíbrio e voltado para a defesa da Terra: um olhar de forma sustentável.

Os resultados das ações centraram e penderam conforme as declarações dos atores que, de uma forma ou outra, declinam conforme a adoção de mentalidade de correntes ideológicas. Tal qual como alguns atores, a mentalidade esta centrada na “*corrente vitalista*” que busca as prioridades para fundamentar o princípio da sacralidade da vida, da pessoa humana, da dignidade, dos valores, com sua justificação voltada, principalmente, aos valores da vida em que a posse e ocupação da terra, por conseguinte, determinará todo o sentido de viver. Quando a mentalidade de ocupação se centraliza na “*corrente pragmatista*” do qual volta-se ao fundamento de evitar ao máximo a dor, sendo principista da beneficência, da autonomia e da justiça à proporcionalidade e desproporcionalidade, sendo ainda, consensual no plural e pragmático na valorização do crescimento que lhe proporcione satisfação e

¹²⁶ História de Kafka, sobre a mensagem do imperador, em anexo nº 3.

progresso contínuo. Entrementes, isso significa que se um melhorar sua condição de vida, subsequêntemente a vida do outro necessariamente deve melhorar e, assim por diante o processo de melhora se repete continuamente até que se chegue, em tese a perfeição. Mas do que tudo, é o retorno do capital empregado na terra que irá determina a satisfação ou insatisfação para dar continuidade com a posse e manter-se na ocupação da mesma. E por fim, quando a mentalidade está centrada na “*corrente liberal*” em que a pessoa constrói o crescimento pelo processo da liberdade, da autonomia da liberdade da exploração da pesquisa, da riqueza, do crescimento a qualquer preço. Quando essa corrente é adotada, observa-se que é pela liberdade de escolha que os atores podem agir livremente na Terra e explorá-la conforme sua vontade em que seus valores, costumes, cultura, etc, é que evidentemente prevalecerão após cada tomada de decisão for concretizada.

Essas ideologias apareceram de forma nítida, através dos “PVFs” demonstrados nas entrevistas e apresentados nos mapas cognitivos dos dois grupos de atores. Ficou caracterizado o fenômeno das correntes apresentadas e observa-se que são de difíceis de organizá-las, por muitas vezes complexas, e principalmente quando se busca organizá-las no mesmo terreno de ação. Terreno este que passa do conflito ao confronto. Deixar-se conduzir pelas opiniões, ideologias é, certamente, condenar-se à escravidão. A humanização do homem só se tornaria possível quando a reta razão e o bem que governa a sua existência fosse possível à proporção da ordenação (embora de maneira limitada) do mundo caótico e confuso. Sendo essa ordenação própria das perspectivas sensíveis e observáveis da natureza humana. De certa forma, como proposta a realização de um consenso construído com coerência e responsabilidade, de maneira esquemática será possível resumir e suprimir as contraposições existentes na mentalidade dos proprietários “*versus*” os excluídos da posse da terra para que ambos possam chegar a vivenciar um desenvolvimento sustentável. Muitas soluções aparentemente podem ser cabíveis, na forma de respostas às esses problemas, que continuam emergindo pela falta de conhecimentos, mas que os resultados dos questionamentos, tanto históricos como atuais, por muitas das razões possam ser buscados por uma nova mentalidade de posse e ocupação da Terra com soluções que proporcionem, de fato, a sustentabilidade planetária.

Assim sendo esse é o resultado que essa pesquisa apresenta ao ser utilizada a metodologia “MCDA” que ajudou a configuração dos mapas cognitivos que apresenta o

“*status quo*” dos atores envolvidos. Esse processo ajudou a ser convergida às idéias em conformidade seguida dos objetivos e dos dois pressupostos a serem alcançados.

O **primeiro**: se existem Pontos de Vista Fundamentais “PVFs” de senso comum, entre os dois grupos, que convergem para as posições da mentalidade na ecovisão rural de ocupação da Terra. Existindo tais “PVFs” verificar-se-á se: a₁) É possível capturar e compreender as incertezas e complexidades, existindo “PVFs”, presentes nas características dos atores empreendedores na ecovisão rural: com a visão voltada para o crescimento e/ou desenvolvimento sustentável? a₂) É impossível capturar e compreender as incertezas e complexidades, existindo “PVFs”, presentes nas características dos atores empreendedores na ecovisão rural: com a visão voltada para o crescimento e/ou desenvolvimento sustentável?

O **segundo**: é possível ou impossível compreender a mentalidade de ocupação da Terra através dos “PVFs” relacionados em que se apresenta o “*status quo*” dos atores envolvidos em dada condição da legalidade da posse e ocupação da terra, igualam-se os atores do grupo dos excluídos da legalidade e/ou ambos são divergentes entre si?

Esses pressupostos, em primeiro momento, se confirmaram pelo método MCDA aplicado, pois ficaram compreendidos e conceituados os “PVFs” de senso comum, entre os dois grupos pesquisados. Ficando assim identificados e definidos como sendo “PVFs”: **EDUCAÇÃO, ELEMENTOS CULTURAIS, ECOLOGIA, LEGISLAÇÃO, ECONOMIA, POSSE E OCUPAÇÃO, POLÍTICAS**. Dentro desse contexto de identificação dos “PVFs”, tornou-se possível à captura e compreensão das incertezas e complexidades, devido à existência desses “PVFs” e que, ficou nítida a visão dos que se voltam para a ocupação sustentável “*versus*” aqueles que se voltam para a ocupação de crescimento. Com a conclusão, desse primeiro pressuposto, em que, foi configurado e compreendido o item **a₁**; não obstante, ficou desconsiderado o item **a₂**.

A conclusão, do segundo pressuposto, direciona-se de maneira em que é possível compreender a mentalidade de posse e ocupação da Terra, através do método “MCDA”, e que os “PVFs” foram visivelmente conceituados, por muito que, em suas relações de “nós”, decorrem entre alguns pontos e que, muitas vezes são divergentes entre si. É observável, na seqüência da apresentação dos “PVFs”, que as pessoas proprietárias têm visões diferenciadas da mesma situação ou condição que os atores na posição de exclusão da posse da terra.

Embora os “PVFs” sejam os mesmos, para os dois grupos de atores, observa-se que os “PVEs” desintegrados em forma de “AÇÕES” sugeridas pelos atores e voltam-se muitas vezes para interesses e necessidades pessoais. Esse jogo de interesses se dá do “*pólo individual*” para a consciência do “*pólo social*” da mentalidade de ocupação da Terra, causando assim um paradoxo ocupacional.

Indubitavelmente, a pesquisa mostrou que através do “*status quo*” dos atores **EXCLUÍDOS**, a intencionalidade do fenômeno definiu-se e conceituou-se na busca de um caminho que seja o de “**TER GARANTIAS DE SOBREVIVÊNCIA**” para suprir as necessidades básicas de qualquer ser humano, que desembocam na vida para a sobrevivência e subsistência. Já para os atores **PROPRIETÁRIOS**, em que o fenômeno da ocupação, demonstrou-se pela intencionalidade na conceituação do objetivo estratégico voltado para um caminho que seja o da busca de “**TER CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**”.

Concluem-se, também, alguns pontos que possam ajudar para se chegar a uma nova mentalidade ocupacional de justiça social e que, deva converger e apresentar um novo caminho de consenso construído com coerência e responsabilidade entre os “PVFs”:

1. Além da posse da terra, é preciso que existam créditos e capacitação tecnológica, pois a tecnologia também exclui se for usada de forma errônea;
2. Garantia, por parte do governo, o acesso aos produtos, produzidos pelos produtores assentados, nos mercados mais próximos dos assentamentos, uma logística eficiente de mercados nacional e intencional;
3. Criar empregos, não rurais nas regiões dos assentamentos, como manufatura de produtos artesanais, linha de imbutidos, etc, pois no médio prazo a tecnologia vai desocupar muito mais gente no campo do que os assentados, evitando o assistencialismo;
4. Contrabalançar os subsídios como os países ricos que oferecem aos seus agricultores, de modo a dar competitividade aos produtores assentados, com a redução dos custos de produção, novas tecnologias de produção, créditos, etc;
5. Lutar somente pela terra não basta, é preciso empreendimentos como a criação de cooperativas, que os tornem sustentáveis ou em busca contínua de crescimento;
6. Subsidiar cursos de capacitação para trabalhadores rurais no nível de ensino médio (profissionalizante) e universitário voltados para questões agrárias.
7. Recomendação de ordem técnica - quando a terra é arada com máquinas ou boi, todos os anos, recebem sempre a mesma cultura, bastante agrotóxicos, tem a resteva queimada,

assim, com o uso excessivo dessas práticas que fazem a vida que existe dentro de do solo começa a morrer. O solo vai ficando cada vez mais fraco e as colheitas vão diminuindo. Por esses e outros fatos a terra deve ser usada com muito cuidado. Não é difícil, basta pensar um pouco o que fazer e fazer a coisa certa. Deve-se planejar a propriedade, encontrar a vocação natural do solo, por exemplo, o alto dos morros e as encostas dos rios devem ser preservadas para mata nativa e reflorestamento. Elas evitam enxurradas e garantem as fontes de água pura. As restevras de planta devem ser as mais planas, protegidas por curvas de nível, os terraços e cercas vivas ou de pedra, nas pastagens não colocar mais animais do que o solo suporta. São práticas simples, mas que dão longa vida à fertilidade do solo.

8. O trabalho em sentido ao objetivo da técnica está ligado ao domínio do homem sobre o homem, além de submeter à terra muito mais quando começa por cultivá-la e sucessivamente reelabora produtos conforme suas necessidades. A agricultura constitui-se assim um campo primário da atividade econômica e mediante o trabalho humano, um fator indiscutível da produção. A indústria, por sua vez, consistirá sempre no conjugar as riquezas da Terra, quer dos recursos vivos da natureza, quer dos produtos da agricultura, que dos recursos minerais ou químicos, com o trabalho do homem, tanto trabalho físico como no campo intelectual. Com a técnica ocorreu um progresso econômico, ao mesmo tempo surgem interrogações essenciais que se voltam ao trabalho do homem em relação ao seu sujeito, que é precisamente o homem. Tais interrogações contêm em si uma carga particular de conteúdos e de tensões de caráter ético ocupacional e ético social, que são desafios contínuos para toda sociedade. É nessa tensão de caráter ético que deve prosseguir para uma nova mentalidade ocupacional para a construção de um consenso construído com coerência e responsabilidade.

9. Quando o homem tomar consciência de seu modo de ser-no-mundo, mas o que para muitos “*non liquet*”¹²⁷ como fazer para ser ao mesmo tempo consciência e progresso, mas ao tomar muitas vezes a decisão, infelizmente, toma de forma trágica. A transformação de paradigmas, apontando seu olhar holístico para um novo paradigma voltado para a dimensão de transformar a crise atual em um paradigma ocupacional sustentável. É uma crise complexa e multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, a economia, tecnologia e política, a posse e ocupação. É uma crise de dimensões

¹²⁷ Não está claro.

intelectuais, morais, e espirituais, uma crise de escala e permanência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos de defrontar a real ameaça da raça humana e de toda vida no planeta. Existem muitos paradoxos sociais de nosso tempo entre outros a des-humanização da estrutura social *versus* liberação da consciência individual, combate no mundo público *versus* harmonia na vida privada é a sugestão de voltar-se para as relações de consenso construído com coerência entre os PVFs, ajudará a reorganizar a sociedade. É a consciência de que não se pode mais permitir que: “eles enganam meu povo dizendo que tudo vai bem quando nada vai bem. Pretendem esconder as rachaduras na parede com uma mão de cal” (Ez 13,10). Passava-se para o povo uma terra sem dores, tristezas, uma utopia. As armas transformadas em arados, harmonia com a natureza, lugares secos em mananciais de águas, os poderosos seriam destronados, e a terra devolvida, como herança, aos mansos, fracos, pobres e oprimidos: ter-se-ia aí um desenvolvimento sustentável para todos os homens mas, se organizado a possibilidade existe. Não como forma de utopia ou esperança mas como realidade a ser alcançada.

10. É preciso deixar de procrastinar, todas as vezes que as ações, incontestavelmente, formam-se para alicerçarem, preventivamente em soluções à problemática ecológica. Obtêm-se, assim, soluções práticas e realizáveis em condições de forma integrada e integradora de uma nova mentalidade ocupacional. É, por excelência uma “*metanoia*” voltada para um “*consenso construído de ecovisão sustentável*” em que o processo de mudança - dessa nova mentalidade de ocupação – com critérios críticos do pensamento ajudam a alcançar as mudanças que perpassam pelo círculo ideológico. O caminho pode ser correto, ainda que a meta final se apresente como parada intermediária ou que deva ser abandonada. A ciência apresenta, finalmente, que seus resultados são mais transitórios que os problemas emergentes, da problemática a solução, mas que procura a todo instante responder a questão central da justificativa no seu contexto.

Por fim, através dos resultados da pesquisa observa-se que os “PVFs” são os mesmos, tanto para os proprietários como para os excluídos da posse e ocupação da Terra. A ocupação sustentável está na busca por aqueles que querem um crescimento que os mantenha na atividade. É planejando a propriedade, com um plano diretor para uso dos solos como: a) planos de conservação e melhoramento dos solos que, através do uso de tecnologias ecologicamente adequadas a cada área que vise a manutenção e o aumento da produtividade; e também esta na busca da qualidade de vida, na redução dos custos e desenvolvimento de ações técnicas que possam ser executadas de forma racional; b) implementação de atividades

e ações baseadas em modelos agro-silvo-pastoril, de acordo com a melhor capacidade de uso possível das áreas disponíveis; c) buscar aumentar a eficiência da mão-de-obra familiar existente; d) maximização da infiltração da água no solo, com conseqüências de redução do escoamento superficial; e) Análise da infra-estrutura de comercialização de produtos para atividades já existentes na região, passando-se a ordenar as glebas de acordo com a sua aptidão natural, usando-se manejo adequado; f) criar, também, manejo florestal, para possibilitar o uso racional da madeira nativa. Enfim, aproveitar ao máximo a capacidade produtiva (terra, equipamentos, mão-de-obra, etc). Em contrapartida, aqueles que buscam somente o crescimento voltam-se sua intenção para explorar o meio ambiente a qualquer preço.

SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.

A partir da experiência vivida com a realização dessa pesquisa, indicam-se algumas proposições que dizem respeito a futuras investigações sobre o tema estudado, as quais podem ser assim sintetizadas:

1. Quanto ao método Multicritério de Apoio a Decisão – MCDA – fica a sugestão para trabalhos futuros a realização da “**Avaliação dos “PVFs”**”, seu impacto e a performance das ações sugeridas pelos atores envolvidos. Construir a partir das duas ferramentas – um descritor e uma função de valor associada ao descritor.
2. Pesquisas futuras poderão ser realizadas na forma de estudos, de caso únicos dos “PVFs”, para que se possa buscar um aprofundamento em cada um desses “PVFs” e a relação entre os atores, para uma melhor avaliação da mentalidade que envolve a posse e ocupação da terra no meio rural.
3. Uma outra possibilidade interessante, para estudos futuros, é a associação desta metodologia, de modelo qualitativo e quantitativo, para obtenção de resultados de ações concretas relacionadas ao meio ambiente, mercados e relacionamento humano. Poder-se-ia chegar a uma maior integração para formular um processo que ajude a desenvolver um *consenso de ecovisão construído com responsabilidade e coerência*.
4. Para o sistema social do homem do campo, deve-se considerar a sustentabilidade com atores atuantes no meio rural, na busca de garantias, que o ajudem a permanecer no seu habitat. Neste sentido a pesquisa deverá buscar através da divulgação positiva a

influência de uma nova mentalidade ocupacional voltada ao lado cultural com sua origem e formação.

5. Recomenda-se como objetivo final, para os que buscam crescimento de forma sustentável, melhorar a qualidade de vida de quem vive e atua no meio rural garantindo assim, com políticas públicas e educação a realização de culturas com ecovisão sustentável e de preservação do solo e das águas, direcionadas e envolvidas com a esperança de ter a cada dia a certeza de um futuro promissor.
6. Preparar um planejamento estratégico voltado para a reforma agrária que possibilite a ocupação da terra a se tornar sustentável.

Doravante, a humanidade¹²⁸ jamais poderá olhar para a Terra e para as águas como olhava até agora. É um novo tempo, que exige um novo olhar e uma nova postura, uma nova mentalidade se assim se deseja que tenhamos um desenvolvimento sustentável cabe a cada um, a cada grupo de ator, ao conjunto da sociedade ouvir o que a consciência no conjunto, que tipo de mentalidade se está desenvolvendo. É zelar pela água e pela terra, o futuro da humanidade e de todos os seres vivos está vitalmente ligado ao futuro da água e da posse e ocupação da terra: construir uma nova mentalidade de consenso construída com responsabilidade e coerência.

A saber, para a *“MENTALIDADE DE POSSE E OCUPAÇÃO DA TERRA: UM ESTUDO COGNITIVO-EXPLICITATIVO ENTRE ATORES ATUANTES NO MEIO RURAL, NA DIALÉTICA DE CONSTRUIR UMA ECOVISÃO SUSTENTÁVEL, FRENTE AO MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO”* resta-nos, assim palavrear Ludwig Wittgenstein: *“Wovon man nicht sprechen kann, darüber muß man schweigen”*¹²⁹

¹²⁸ A vida humana no planeta Terra é totalmente dependente das plantas, da terra e das águas. Os ciclos que envolvem o processo de respiração do homem e dos animais dependem, exclusivamente, sua respiração conseqüentemente das plantas que inalam CO₂ e liberam O₂. Tudo associado ao ciclo das águas, em que a quantidade de água é exatamente igual ao surgimento de todo sistema planetário está num permanente ciclo com a sintonia da vida. Se for alterado, a reação é certa, até em longo prazo.

¹²⁹ Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar. (Tractatus Lógico-Philosophicus p. 280)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 2º edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALIGHIERI, D. **A divina Comédia**. São Paulo: Editora nova Cultura, 2002.
- ALMEIDA, M. C. **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência**. O dilema da educação. São Paulo: Loyola, 2001.
- AMIEL, A. **50 Grandes citações filosóficas explicadas**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro S/A, 1992.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARGUEDAS, J. M. e F. IZQUIERDO. **Mitos, leyendas e cuentos peruanos**. Lima: Casa de la Cultura. Citado em Eduardo Galeano (1982), *Memoria del fuego(I)*. Los nacimientos. Madri: Siglo XXI, 1970. 256.
- BANA e COSTA, C. **O que entender por Tomada de Decisão Multicritério ou Multiobjetivo?** Apostila do Curso de Metodologia Multicritério em apoio à Decisão, ENE, UFSC, Florianópolis, 1995.
- BANA E COSTA, C. **A Structuration, Construction et Exploitation d'un Modèle Multicritère d'Aide à la Décision**. Tese de Doutorado, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 1992.
- BANA E COSTA, C. **Absolute and relative evaluation problematiques: the concept of neutral level and the MCDA robot technique**. Proceedings of the International Multicriteria Decision Making Workshop, Lieblice, março, 1991.
- BANA e COSTA. **Lês problematiques dans lê cadre de l'aide à la decision**. Paris: Laboratoire d'Analyse et Modélisation de Systèmes pour l' Aide à la Decision, Université Paris-Dauphine, 1993.
- BASBAUM, L. **A condição humana**. In: *Alienação e Humanismo* 5 Ed. São Paulo: Global Editora, 1982.
- BÍBLIA SAGRADA. **Edição Pastoral**. 46º ed. São Paulo: Editora Paulus. 2002.
- BLANK, R. J. **Escatologia do mundo: o projeto cósmico de Deus**. São Paulo: Paulus, 2001.
- BOFF, L. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. 21º ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BOFF, L. **Ecologia: grito da terá, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.
- BOFF, L. et.al. *Vida Pastoral*. São Paulo. Vozes, 2004.
- BOFF, L. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Brasília: Letraviva, 2000.

BOFF, L. **O despertar da águia: o diabólico e o sim-bólico na construção da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOFF, L. **Princípios de compaixão e cuidado**. 2ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BOGDAN, R. C.; BIKEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, D. M. S; CREMA, R. **O novo paradigma holístico: ciência, filosofia, arte e mística**. São Paulo: Summus, 1991.

Brasil. CONSTITUIÇÃO 1988. Brasília, 2000. pg. 176-177.

BRONOWSKI. Jacob. **A escalada do homem**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BROWN, L. Um deserto cheio de gente. *Cadernos Le Monde Diplomatique*, nº3, 2003.

BUZZI, A. **A identidade Humana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, F. **O ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARTA ENCÍCLICA.LABOREM EXERCENS. Do Sumo Pontífice João Paulo II, São Paulo, Edições Paulinas,1981.

CHANLAT, J. **Por uma antropologia na condição humana nas organizações**, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CHIAVENATO. J. J. **O massacre da natureza**. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1994.

CHILE. Gordon. **A evolução cultural do homem** 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara: Koogan, 1981.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, **Fraternidade e água: texto base CF-2004**. São Paulo, Salesiana, 2004.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Por uma terra sem males: fraternidade e povos indígenas: Manual**. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

Constituição brasileira de 1998, art. 21, inciso XIX.

COSSETE, P AUDET, M **Mapping of an Idiosyncratic schema**. *Jour of Mng. Studies*, v. 29, n3, 1992.

COSTA, Ayrton. **Ecologia das águas doces**. Universidade Federal Rural Pernambuco. Imprensa Universitária, 1991.

COTRIM. G. **Fundamentos da Filosofia**. 15ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

CREMA, R. **A abordagem holística: integração do método analítico e sintético.** In: BRANDÃO, D. M. S; CREMA, R. O novo paradigma holístico: ciência, filosofia, arte e mística. São Paulo: Summus, 1991.

CREMA, R. **Introdução a visão holística: breve relato de viagens do velho ao novo paradigma.** São Paulo: Summus, 1989.

DALAI LAMA. **Hope for Tibet's environment.** In: **Green Tibet** – Annual newsletter. Dharamsala, Índia: CURITIBA, Environment Desk 1997.

DALAI LAMA. **On the environment.** Dharamsala, Índia: DIR Publications, 1995.

DALY, G. **Sustainable Growth? No Thank You,** J. Mander e E. Goldsmith (orgs.), The Case Against The Global Economy. San Francisco: Sierra Club Books, 2001.

DOMINGUES, J. M. **Interpretando a modernidade: imaginário e instituições.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DOUTHWAITE, R. **Is it possible to Build a Sustainable World?** R. Munk e D. O'Hearn (org), critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm. Nova York: Zed Books, 1999.

DOWBOR. L. **A reprodução social: Propostas para uma gestão descentralizada.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação.** São Paulo. Ed. Loyola, 1977.

EDEN, C. **Messing about in problems.** Oxford: Pergamon, 1983.

ENSSLIN, L et.al. **Apoio à Decisão- Metodologia para Estruturação de Problemas e Avaliação Multicritério de Alternativas.** Florianópolis: Insultar, 2001.

FERRY. L. **El nuevo orden ecológico – El árbol, el animal y el hombre.** Barcelona: Tusquets Editores, 1994.

GALIMBERTI, U. **Dizionario di Psicologia.** Torino: Editrice Torinese, 1992.

GANDHI, M. **The Gospel of Swadeshi.** Bombaim: Bharatiya Vidya Bhavan, 1967.

GARCÍA RÚBIO. A. et al. **Reflexão cristã sobre o meio ambiente.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

GLEISER. M. **A dança do universo: dos mitos de Criação ao Big Bang.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOEDERT, Valter. M. **Ele está no meio de nós: meditações pascais.** São Paulo: Paulinas, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **Para além da crítica aos paradigmas em crise – diálogo de diferentes matrizes da racionalidade**. In: *Geosul* : revista do departamento de geociências – CFC. Florianópolis: UFSC, v. 16, n° 32, p 7-29, jun/dez, 2001

GUARESCHI, P. **Sociologia Crítica**. Porto Alegre: Edição Mundo Jovem, 1998.

HABERMAS JÜGEN. **Teoría de La Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Prévios**. Suhrkamp Verlag. Frankfurt am main, 1984.

HEEMANN, A. **Natureza e ética: dilemas e perspectivas educacionais**. 2° ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

HOLZ, E. **Estratégias de Equilíbrio entre a busca de benefícios privados e os custos sociais gerados pelas unidades agrícolas familiares**. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 1999.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 50° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

JOÃO PAULO II. **Fides et Ratio**. São Paulo: Paulus, 1998.

JUNG, C.G., **A dinâmica do Inconsciente**. Obras Completas, Vol.VIII.Petrópolis: Vozes, 1984.

KANDIR. A **O caminho do desenvolvimento: do Brasil hiperinflacionário ao Brasil competitivo e solidário**. São Paulo: Atlas, 1998.

KANT, E. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção os Pensadores), 1980.

KEENEY., R. L. **Value-Focused Thinking: A Path to Creative decision-making**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1992.

KELLER V; BASTOS C. **Aprendendo Lógica**. 5° ed. Petrópolis: Vozes. 1997.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KNOREK, R **Elementos fundamentais para o desenvolvimento e sustentabilidade na agropecuária**. Dissertação de Mestrado.Florianópolis. UFSC, 2000.

KÜNG, Hans. **Projeto de Ética Mundial: Uma moral Ecumênica em vista da sobrevivência humana**. 3° ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia** – 3° edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- LÉVINAS, E. **De Deus que vem à idéia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- LÉVINAS, E. **Ética e infinito**. Lisboa: Editora 70, 1982.
- LÉVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Editora 70, 1980.
- LOCH, C. – **III Encontro nacional dos órgãos de terra e I Seminário Nacional de Cadastro Técnico Multifinalitário para órgãos de terra**. Florianópolis 1993. anais.
- LOCH, C. **Monitoramento global e integral de propriedades rurais: a nível municipal, utilizando técnicas de sensoriamento remoto**. Florianópolis, UFSC, 1990.
- MARCHIONNI, Antônio. **Deus e o homem na história dos saberes**. São Paulo: LTR Editora Ltda, 1997.
- MARCÍLIO L; Ramos E.L. (coord) **Ética: na virada do século: Busca do sentido da vida**. São Paulo: LTR Editora Ltda, 1997.
- MAY, R. H. **Os pobres da terra: desafios à pastoral**. São Paulo: Paulinas. 1988.
- MCLUCHAN, T. C. **The way of the Earth**. New York, USA: Touchstone, 1994.PG 14
- MCMICHAEL, P. **Development and Social Change**. Thousand Oaks: Pine Foge Press. 1996.
- MIELNICZUK e Schneider. **I Simpósio de Manejo do Solo e Plantio Direto no Sul do Brasil e III Simpósio de Conservação do Solo do Planalto**. Passo Fundo, RS. Anais, 1983.
- MINAYO, M.C. **Pesquisa Social, Teoria, Metodologia e Criatividade**. São Paulo:Vozes, 1997.
- MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento:pesquisa qualitativa em saúde**. 6° ed.São Paulo: Abrasco, 1999.
- MINAYO, M.C. S.(ORG) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAYO, SANCHES, **O Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.3, nº 9, p.239-248.1993
- MONTIBELLER N. G. **Mapas Cognitivos para apoio à Decisão**. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis,2000.
- MORIN, E. **A cabeça Bem-Feita**. Repensar a reforma reformar o pensamento. 3° ed. Bertrand Brasil, 2001.
- MORIN, E. **Complexidade e ética da solidariedade**. In: CASTRO, G; CARVALHO, E

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. Curitiba: Hemus S.A., 2002.

NOLT, J. **Lógica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

NORONHA, S. NEIVA, A & COZETTI, N. **Mudanças climáticas já são realidade**. In: **Ecologia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, nº 91, ano 11, p.18-23, Abril de 2001 (Ed. Comemorativa: Dez Anos).

NORONHA, S. **Heurística pra Decisões Em Grupo Utilizando Modelos Multicritérios de Apoio à Decisão – Uma abordagem Construtivista**. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2003.

OLIVEIRA, P. A. Ribeiro, et .al. **Água Fonte de Vida**. Revista Vida Pastoral. São Paulo. Ed. Paulus, Mar. /Abr., 2004.

OLIVEIRA, M. (org.) **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

ORTEGA Y GASSET. **Unas Lecciones de Metafísica**. Madrid. Alianza Editorial S. A. 1986.

PASCAL. **Vida e obra**. São Paulo: Editora Nova Cultura. 1999.

PATRICIO, Z. (Org) **Qualidade de Vida do Trabalhador: Uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas**. Florianópolis: Ed. Do Autor, 1999.

PATRÍCIO, Zuleica Maria. **A dimensão felicidade prazer no processo de viver saudável: uma questão bioética numa abordagem holístico-ecológica**. Florianópolis, 1995.215 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Saúde/Enfermagem – centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina).

PATTON, M Q. **Qualitative Evaluation methods**. Beverly Hills: Sage, 1980.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes éticas ambientais**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2003.

PENZO,G; GIBELLINI, R. **Deus na filosofia do século XX**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

PETRI S. M. **Construção de um Modelo de Avaliação de Desempenho em uma Prestadora de Serviços Contábeis para Identificar Oportunidades de Melhorias utilizando a Metodologia MCDA**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2000.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”.Documento “**Para uma melhor distribuição da terra: o desafio da reforma agrária**”. São Paulo: Paulus, 1998.

PRADO JUNIOR. **História econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1970.

- REALE, G. **História da filosofia: do Humanismo a Kant**. São Paulo: PAULINAS, 1990.
- REBOLÇAS, Aldo. et. Al. **Águas doces do Brasil; capital ecológica, uso e conservação**. São Paulo. Escrituras,1999.
- REGO, T.C. **Vigotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação** . 14º ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.
- ROY B. **Multicritéria Methodology for Decision Aiding**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS. S. B. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SARTRE, J. **Critique de la Raison Dialéctique** . Paris. Gallimard (1960), 1985. v. 1; 1985, v.2
- SCHELER, Max. **Visão filosófica do mundo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1954. p-7-18.
- SCHUMPETER, J A. **Capitalism, socialism & democracy**. New York: Routledge, 1994.
- SENGE, P. M. **A quinta disciplina**. 12º ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.
- SELVAGGI, F. **Filosofia do mundo: cosmologia filosófica**. São Paulo: Loyola, 1988.
- SILVA, Márcio Bolda. **Metafísica e assombro: curso de ontologia**. São Paulo: Paulus, 1994.
- SIMONS, L. M. **Transição no Tibet**. In: National Geographic Brasil. São Paulo: Abril, nº 24, ano 2, p. 28-63, abril de 2002.
- SINGER P. **Ética Prática**. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SOUZA. M; CARAVIAS, J. **Teologia da Terra**. Petrópolis:Vozes, 1988.
- SUNG, J. **Conversando sobre ética e sociedade** .8º ed. Petrópolis: Vozes. 2000.
- THEIS, I. M. **Políticas públicas municipais e sustentabilidade sócio-ambiental: o caso da sub-bacia do Rio Benedito, Santa Catarina**. In: **Geosul**: revista do departamento de geociências. CFH. Florianópolis: UFSc., v. 13, nº 26, p. 53-74, jun./ dez. 1998.
- THEISSEN, G. et.al. **O Jesus histórico**. Um manual.Loyola. São Paulo, 2002.
- THIELEN. H. **A ecologia crítica**. Porto Alegre: Editora da Universidade -Unisinos, 2001.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y et al. **Human Geograph – An essencial antology**. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1996.

VAZ, H. **Ética e Direito**. São Paulo. Edições Loyola.2002.

VÁZQUEZ, S. **Ética**. Tradução de João Dell’Anna. 22º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, T, Pe. **O nosso Deus: Um Deus ecológico. Por uma compreensão ético-teológica da ecologia**. São Paulo: Paulus, 1999.

VINKE, P. **Multicritéria Decision Aid**. New York: John Wiley, 1992.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. Pg. 130

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WEIL, P. **A neurose do paraíso perdido - Proposta para uma Nova visão da Existência**, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/CEPA, 1987.

WEIL, P. **Organizações e tecnologias para o terceiro milênio: a nova cultura da organizacional holística**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

Anexos

ANEXO Nº 1 – CARTA DO CACIQUE SEATTLE AO PRESIDENTE PIERCE.

“O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao [seu próprio] mau cheiro. Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se nós decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como irmãos. O que é o homem sem os animais? Se os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem há uma lição em tudo. Tudo está ligado. Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com a vida de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer a Terra, acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos. O que ocorre com a terra recairá sobre os filhos da Terra. O homem não teceu a teia da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizermos ao tecido, fará o homem a si mesmo. Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala como de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. Veremos. De uma coisa estamos certos (e o homem branco poderá vir a descobrir um dia): Deus é um só, qualquer que seja o nome que lhe dêem. Vocês podem pensar que o possuem, como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem e sua paixão é igual para o homem branco para o homem vermelho. A terra lhe é preciosa e feri-la é desprezar o seu Criador. Os homens brancos também passarão; talvez mais cedo do que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos. Mas quando de sua desapareição, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão espacial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos das florestas densas impregnados do cheiro de muitos homens todos domados, e a visão dos morros obstruídas por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a água. Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência. Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece um pouco estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los? Cada pedaço de terra é sagrado

para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência do meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho. Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida de meu povo. O murmúrio das águas é a voz dos meus ancestrais. Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar para seus filhos que os rios são nossos irmãos e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios, a bondade que dedicariam a qualquer irmão. Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção de terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra tudo que necessita. A terra, para ele, não é sua irmã, mas sua inimiga e, quando ele a conquista, extraíndo dela o que deseja, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. Seu apetite devorará a terra, deixando somente o deserto. Eu não sei...nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez porque o homem vermelho seja um selvagem e não compreenda. Não há lugar quieto na cidade do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou o bater de asas de um inseto. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo. O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta de um homem, se não pode ouvir o choro solitário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor de uma lagoa, à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento, encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros”¹³⁰.

¹³⁰ CNBB, **Por uma terra sem males: fraternidade e povos indígenas**, 2001.

ANEXO – 2 – ALEGORIA DA CAVERNA DE PLATÃO

Platão no livro *A República* (1999, Editora Nova Cultura), narra no Livro VII o mito da Caverna, Pág. 225 à 256. “Sócrates - Agora imagina a maneira como segue o estado de nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas. Glauco – Estou vendo. Sócrates – Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que o transportem: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio. Glauco – Um quadro estranho e estranhos prisioneiros. Sócrates - Assemelhem-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e dos seus companheiros, mais do que sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?. Glauco - Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida? Sócrates – E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo? Glauco – Sem Dúvida. Sócrates - Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam? Glauco - É bem possível. Sócrates - E se a parede do fundo da prisão provocasse eco, sempre que um dos transportadores falasse não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles? Glauco – Sim, por Zeus! Sócrates - Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados. Glauco - Assim terá de ser. Sócrates - Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedirá-lo de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhes vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar a força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os

objetos que lhes mostram agora?. Na seqüência da narrativa de Platão, segue-se a liberdade do prisioneiro e que é levado à luz do sol, o mesmo ficaria de início com os olhos ofuscados, mas começaria a distinguir os objetos sob a luz, diferentes de sombras. E se o prisioneiro voltasse para contar aos outros suas descobertas, como agiriam? Como tratariam? Como seria a competição entre eles? Essa belíssima narrativa da alegoria do mito da caverna, reflete nas ideologias culturais, enfocados na ignorância de ver somente sombras que não são a realidade vivida, e nem tão pouco a realidade idealizada na ecovisão de ocupação da Terra. Por conseguinte, se não perceber as mudanças e transformações no ecossistema planetário, correm-se os riscos de voltar-se para a caverna e ver somente sombras de objetos ofuscados. Viver no mundo inteligível em que cada um consegue entender e compreender na totalidade das ações e reações o mundo real, matemático que está em transformação.

ANEXO - 3 - “UMA MENSAGEM DO IMPERADOR”

“O imperador – assim diz a lenda – enviou para ti, só para ti, súdito miserável, sombra minúscula escapada do escaldante sol imperial na mais remota lonjura, a ti, exatamente para ti, uma mensagem desde o seu leito de morte. Fez ele com que o mensageiro se ajoelhasse junto ao leito e lhe murmurou a mensagem ao ouvido e tanto ela lhe era importante que fez com que ele a repetisse calmamente ainda uma vez. Com um aceno de cabeça confirmou a exatidão das palavras. E diante de todos os que assistiam à sua morte – todas as paredes foram abatidas e nas vastas e altas escadarias estão postados em círculo os grandes do reino – diante de todos eles ele despediu o mensageiro. O mensageiro pôs-se logo a caminho: um homem forte, incansável. Usando ora um braço, ora outro, ele abriu caminho através da multidão; se encontra resistência, aponta para o seu peito, no qual está o sinal do sol. Assim, ele avança facilmente. Mas a multidão é incomensurável, interminável. Como seria bom se a passagem estivesse desimpedida. Logo, logo tu ouvirias a batida imponente dos seus dedos na tua porta. Mas, pelo contrário, como são inúteis os seus esforços; procura ainda abrir uma passagem nas salas do palácio interno; não dá para sair dele jamais; e se até mesmo conseguisse ele sair, a quem interessaria? Tinha que lutar para descer as escadas, e se isso conseguisse fazer, não teria lucrado nada: deveria ainda atravessar os pátios; e depois dos pátios o segundo palácio, o externo, que cerca o primeiro, e ainda as escadarias e pátios, e de novo um palácio; e assim por milênios; e se conseguisse finalmente precipitar-se para fora pela última porta – mas jamais isto poderia acontecer - , teria ainda toda a cidade imperial à sua frente, o centro do mundo, no qual se ajunta tudo. Ninguém consegue passar por ali, muito menos com a mensagem de um morto. Mas tu estás sentado junto à tua janela, e sonhas por aquela mensagem, quando chega a noite”

(F. Kafka. *Eine kaiserliche Botschaft*, in Id., *Gesammelte Werke*, vol. 4, 128s. – [trad. sobre a versão italiana]).